



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - PB
CENTRO DE TECNOLOGIA E RECURSOS NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
DOUTORADO EM RECURSOS NATURAIS



**MEMÓRIAS E HISTÓRIA DA ATIVIDADE BALEEIRA NA PARAÍBA:
PROJETOS ALTERNATIVOS E TRAJETÓRIA ECONÔMICA, SOCIAL E
AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE LUCENA (1980-2000)**



FRANCISCO HENRIQUE DUARTE FILHO
CAMPINA GRANDE-PB

2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE TECNOLOGIA EM RECURSOS NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RECURSOS NATURAIS

TESE DE DOUTORADO

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIEDADE E RECURSOS NATURAIS

LINHA DE PESQUISA: GESTÃO AMBIENTAL

MEMÓRIAS E HISTÓRIA DA ATIVIDADE BALEEIRA NA PARAÍBA: PROJETOS
ALTERNATIVOS E TRAJETÓRIA ECONÔMICA, SOCIAL E AMBIENTAL DO
MUNICÍPIO DE LUCENA (1980-2000)

FRANCISCO HENRIQUE DUARTE FILHO

Campina Grande – Paraíba

Julho, 2012

MEMÓRIAS E HISTÓRIA DA ATIVIDADE BALEEIRA NA PARAÍBA: PROJETOS
ALTERNATIVOS E TRAJETÓRIA ECONÔMICA, SOCIAL E AMBIENTAL DO
MUNICÍPIO DE LUCENA (1980-2000)

Tese submetida ao Programa de Doutorado em
Recursos Naturais da Universidade Federal de
Campina Grande, como requisito parcial para
obtenção do título de Doutor em Recursos Naturais.

Dr. José Otávio Aguiar

Orientador

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

D812m

Duarte Filho, Francisco Henrique.

Memórias e História da Atividade Baleeira na Paraíba: Projetos Alternativos e Trajetória Econômica, Social e Ambiental do Município de Lucena (1980-2000) / Francisco Henrique Duarte Filho. - Campina Grande, 2012.

170 f.: il. col.

Tese (Doutorado em Recursos Naturais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Tecnologia e Recursos Naturais.

Orientador: Prof. Dr. José Otávio Aguiar
Referências.

1. Baleia. 2. Meio Ambiente. 3. História Oral. 4. Desenvolvimento.
I. Título.

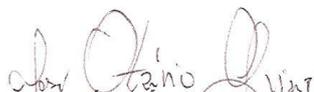
CDU 639.245(091)(043)

FRANCISCO HENRIQUE DUARTE FILHO

MEMÓRIAS E HISTÓRIA DA ATIVIDADE BALEEIRA NA PARAÍBA: PROJETOS
ALTERNATIVOS E TRAJETÓRIA ECONÔMICA, SOCIAL E AMBIENTAL DO
MUNICÍPIO DE LUCENA (1980-2000)

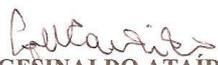
APROVADA EM: 27/07/2012

BANCA EXAMINADORA



Dr. JOSÉ OTÁVIO AGUIAR

Centro de Humanidades - CH
Universidade Federal de Campina Grande – UFCG



Dr. GESINALDO ATAÍDE CÂNDIDO

Centro de Humanidades - CH
Universidade Federal de Campina Grande – UFCG



Dra. ANNEMARIE KONIG

Centro de Tecnologia e Recursos Naturais - CTRN
Universidade Federal de Campina Grande – UFCG



Dra. JUCIENE RICARTE APOLINÁRIO

Universidade Federal de Campina Grande – UFCG



DR. TALDEN QUEIROZ DE FARIAS

Centro de Humanidades - CH
Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

"Primeiro foi preciso civilizar o homem em sua relação com o próprio homem. Agora é preciso civilizar o homem em sua relação com a natureza e com os animais".

Vitor Hugo (1802-1885)

AGRADECIMENTOS

A Deus, nome pelo qual os homens denominaram a energia inteligente que se revela muitas vezes em códigos e sinais, como fonte de vida, amor e sabedoria. Força universal que sabemos existir, mas que a racionalidade humana em suas limitações e imperfeições é incapaz de compreender em sua estrutura e complexidade.

Aos meus avôs paternos, José Henrique Duarte e Alzira Calixto Henrique Duarte (in memoriam) por terem me educado e porque souberam me ensinar que da vida, apesar dos traumas e adversidades, sempre é possível tirar algo de bom.

Aos meus pais, Francisco Henrique Duarte (in memoriam) e Maria do Socorro da Conceição, por me permitirem visitar o mundo com honradez, honestidade e amor ao próximo, aprendendo sempre a respeitar à vida em suas mais diferentes manifestações.

À minha esposa, Lorie Assis Dourado Duarte e aos meus filhos Thalita Tayná Henrique Dourado, Thales de Mileto Henrique Dourado e Túlio Leon Henrique Dourado, por sempre me lembrarem o quanto é maravilhoso amar e ser amado.

Ao meu orientador e agora amigo José Otávio Aguiar, pela dedicação ao presente trabalho e pelas orientações sábias e oportunas, as quais tornaram o trabalho mais rico e proífico.

Ao prof. José Dantas Neto, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais, pela dedicação e compromisso que sempre demonstrou para com seus alunos e colegas de trabalho.

Ao meu querido amigo Dr. Talden Queiroz Farias, pelo caminho mostrado e incentivo oferecido para que a pesquisa sobre a história da atividade baleeira na Paraíba se tornasse uma realidade.

Aos entrevistados, moradores de Lucena e João Pessoa, que muito ajudaram com informações e histórias sobre a “pesca da baleia” na Paraíba. Especialmente aos moradores da praia de Costinha, pessoas simples e acolhedoras sem as quais seria impossível elaborar e desenvolver este projeto de pesquisa.

Aos meus familiares, amigos e professores por me darem a certeza de que não estamos sozinhos na passagem pelo planeta Terra e que, apesar dos dramas, das aflições e dificuldades que a vida nos impõe a cada dia, me fazem entender o quanto é maravilhoso viver.

Às plantas e aos demais animais, como um pedido de desculpas pelo que nós, Homo sapiens sapiens, temos causado aos mesmos ao longo de nossa trajetória no planeta, quando nos tornamos a espécie dominante e acabamos negligenciando nosso compromisso ético em manter, preservar, cuidar e se relacionar harmonicamente com as demais formas de vida que compartilham conosco essa odisséia chamada vida.

Ao meu amigo e colega de Curso, Joel Silva Santos, pelas dicas e sugestões que me possibilitaram melhorar este trabalho e pela serenidade e responsabilidade demonstradas para com a educação dos seus alunos.

Aos membros da Banca Examinadora e demais colaboradores do Curso de Pós-Graduação em Recursos Naturais da Universidade Federal de Campina Grande, especialmente as pessoas de Annemari Köning, Gesinaldo Ataíde Cândido, Talden Queiroz de Farias e Juciene Ricarte Apolinário pela forma competente e compromissada com que contribuíram principalmente na fase de qualificação do projeto, para que o presente trabalho fosse melhorado a partir de críticas e sugestões.

À secretária da Coordenação da Pós-graduação em Recursos Naturais, Cleide dos Santos, pessoa dedicada, humilde e acima de tudo uma amiga sempre disposta a ajudar a todos que dela precisam.

Aos meus colegas de turma de Doutorado, o “grupo dos 13”, pela convivência harmoniosa durante a busca pelo aprimoramento e ampliação de horizontes.

Ao Programa de Doutorado em Recursos Naturais, pelo apoio logístico e o fomento financeiro durante boa parte do curso.

À vida, por sua dinâmica, complexidade e imprevisibilidade.

DUARTE FILHO, Francisco H. Memórias e História da Atividade Baleeira na Paraíba: Projetos Alternativos e Trajetória Econômica, Social e Ambiental do Município de Lucena (1980-2000). Campina Grande, 2012. 170f. Tese (Doutorado em Recursos Naturais – Programa de Pós-graduação em Recursos Naturais, UFCG, 2012.

RESUMO

A chamada “pesca da baleia”, atividade de extrativismo animal praticada secularmente em diversas áreas oceânicas, foi introduzida em Lucena, no litoral norte da Paraíba em 1912. A atividade funcionou por quase um século, tendo sido desativada por força da Lei Federal 7.643 em dezembro de 1987. A Companhia de Pesca Norte do Brasil (COPESBRA), que gerava dezenas de empregos na região, era responsável pelo monopólio da exploração, industrialização e comercialização dos derivados baleeiros para o atendimento de demanda do mercado nacional e internacional. Esta pesquisa teve como objetivo produzir um estudo sobre as memórias e a história da atividade baleeira na Paraíba, analisando paralelamente o debate em torno das questões socioambientais e econômicas relacionadas à desestruturação desse tipo de extrativismo, bem como efeitos sobre a população baleeira remanescente de Lucena. Para tanto, foi realizada uma pesquisa exploratória de natureza qualitativa, com base na Metodologia da História Oral na modalidade temática. Os depoimentos analisados foram obtidos por meio de procedimentos metodológicos de acordo com Chizotti (2001); Alberti (2005); Delgado (2006) e Montenegro (2007, 2010). Além de problemas relacionados à degradação ambiental, provocados pela morte sistemática das baleias e denunciados pelo movimento ambientalista, o estudo identificou a exploração a que estavam submetidos os trabalhadores baleeiros na época, contrastando com a riqueza acumulada, por meio da comercialização dos derivados baleeiros, pelos proprietários da empresa japonesa. A investigação constatou, ainda, as dificuldades materiais e a insegurança, principalmente provocadas pelo desemprego, vivenciadas pela população baleeira na época do encerramento da atividade. Todavia, de acordo com os depoimentos analisados, passadas as primeiras dificuldades, alguns ex-trabalhadores baleeiros se voltaram ao exercício de outras atividades, como a indústria, o comércio, agricultura e, principalmente, o retorno à pesca artesanal, sendo esta última a principal alternativa de suprimentos das famílias remanescentes da atividade baleeira.

Palavras-chaves: Baleia, meio ambiente, historia oral, desenvolvimento.

DUARTE FILHO, Francisco H. Memories and History of Whaling in Paraíba Activity: Projects Alternative Economic, Social and Environmental in the city of Lucena (1980-2000). Campina Grande, 2012. 170f. Thesis (Doutorado em Recursos Naturais, UFCG, 2012).

ABSTRACT

The so-called "whaling," Animal extractive activity practiced centuries in various ocean areas, was introduced in Lucena, on the northern coast of Paraíba in 1912. The activity ran for nearly a century, having been disabled by virtue of Federal Law 7643 in December 1987. The Fishing Company of Northern Brazil (COPESBRA), which generated dozens of jobs in the region, was responsible for the monopoly of the exploitation, processing and marketing of derivatives whalers to meet demand from domestic and international. This research aimed to produce a study on the memories and the history of whaling in Paraíba, analyzing the parallel debate on environmental issues and economic disruption related to this type of extraction, as well as effects on the population remaining whaling Lucena. To this end, we conducted an exploratory qualitative, based on the methodology of oral history in thematic. The statements obtained were analyzed by means of methodological procedures according Chizotti (2001), Alberti (2005), Delgado (2006) and Montenegro (2007, 2010). In addition to problems related to environmental degradation caused by the death of whales and systematically reported by the environmental movement, the study identified the exploitation to which workers were subjected to the whaling season, in contrast to the wealth accumulated through the marketing of derivatives whalers, by Japanese owners of the company. Investigation showed, furthermore, the material difficulties and insecurity, mainly caused by unemployment experienced by the population at the time of closing whaling activity. However, according to the statements analyzed, past the first difficulties, some former workers whalers turned to the exercise of other activities such as industry, trade, agriculture, and especially the return to fishing, the latter being the main alternative supplies of the remaining families of whaling.

Keywords: Whale, environment, oral history, development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Mapa geográfico da Paraíba, destacando o município de Lucena	27
Figura 2. Mapa da Migração das baleias	42
Figura 3. <i>Physeter macrocephalus</i> (Cachalote)	48
Figura 4. <i>Megaptera novaeangliae</i> (Baleia Jubarte)	48
Figura 5. <i>Eubalaena australis</i> (Baleia Franca)	48
Figura 6. <i>Balaenoptera bonaerensis</i> (Baleia Minke)	48
Figura 7. Imagem de satélite praia de Costinha, litoral norte da Paraíba	51
Figura 8. Pesca da Baleia na Baía de Guanabara	62
Figura 9. Retalhamento de uma baleia na plataforma da COPESBRA	72
Figura 10. Sangria de uma baleia capturada em Costinha	80
Figura 11. Charge mostrando o baile dado pelas baleias em homenagem à descoberta dos poços de petróleo na Pensilvânia, EUA.	95
Figura 12. Fábrica Coco Lucena, propriedade de Gilvan Antônio Soares	132
Figura 13. Antônio Bezerra da Silva, em pesca artesanal praticada como atividade de subsistência na praia de Costinha	134
Figura 14. Galpão a céu aberto: exposição de carne ao sol para fabricação do charque.	135
Figura 15. Manoel Ribeiro de Oliveira em companhia de um de seus netos em passeio nas areias da praia de Costinha: memórias e histórias sobre a “pesca da baleia”.....	141
Figura 16. Baleia abatida por navio baleeiro juntamente com filhote.....	145

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. População de Lucena por situação de domicílio, 1991,2000 e 2010.....	28
Tabela 2. Carne de baleia congelada e exportada para o Japão – Ano de referência: 1983.....	52
Tabela 3. Declínio da captura das baleias Espadarte e Cachalote – Década de referência: 1960.....	108
Tabela 4. Número de empregados fixos e faixa salarial – COPESBRA, 1979.....	109

LISTA DE SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

AMDA - Associação Mineira de Defesa do Ambiente

APAN - Associação Paraibana de Amigos da Natureza

APÔITCHÁ - Associação de Apoio ao Trabalho Cultural, Histórico e Ambiental de Lucena

ASPAN - Associação Pernambucana de Defesa da Natureza

COPESBRA - Companhia de Pesca Norte do Brasil

FBCN - Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza

FPA - Frente Polar Atlântica

FPM – Fundo de Participação dos Municípios

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICM – Imposto sobre Circulação de Mercadorias.

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IHGB - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

IHGP - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e Paraibano

IWC - International Whaling Commission

MEA - Massa Equatorial Atlântica

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

STF - Supremo Tribunal Federal

WSPA - World Society for Protection of Animals

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UNAM - Universidade Nacional Autónoma do México

UNDE - União Nacional em Defesa das Baleias

SUMÁRIO

CAPÍTULO I	17
1. INTRODUÇÃO	17
2. OBJETIVOS	20
2.1 Objetivo Geral	20
2.2 Objetivos específicos	20
2.3 Justificativa.....	21
3. METODOLOGIA	23
3.1 – 1ª Etapa: pesquisa exploratória.....	23
3.2 – 2ª Etapa: levantamento de dados históricos, sociais, econômicos e ambientais da atividade baleeira no Brasil e na Paraíba	24
3.3 – 3ª Etapa: oralidade, memórias e história: a caça à baleia em Lucena por meio de testemunhos de trabalhadores remanescentes	24
CAPÍTULO II	27
2. Caracterização da área	27
2.1 Localização e vias de acesso.....	27
2.2 Aspectos da evolução demográfica	28
2.3 Relevo	28
2.4 Recursos Hídricos	29
2.5 Paisagem e biodiversidade	29
2.6 Vegetação Pioneira	29
2.7 Campos e Matas de Restinga	29
2.8 Manguezais	30
2.9 Formação Vegetal Perenifólia	30
2.10 Mata Úmida	30
2.11 Clima	30
CAPÍTULO III	31

3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	31
3.1 Reflexões sobre as relações História, Sociedade e Natureza	31
3.2 Interferências antrópicas nos mares e oceanos	37
CAPÍTULO IV	41
4. A ORDEM CETÁCEA: DIVERSIDADE BIOLÓGICA E ORIGENS DA EXPLORAÇÃO COMERCIAL NA PARAÍBA	41
4.1 Aspectos biológicos e ecológicos dos cetáceos	41
4.2 <i>Balaenoptera bonaerensis</i> (baleia minke-australiana)	45
4.3 <i>Physeter macrocephalus</i> (cachalote)	46
4.4 <i>Eubalaena australis</i> (Baleia franca-do-sul)	47
4.5 Caça da baleia na Paraíba: antecedentes históricos do extrativismo para fins comerciais	49
CAPÍTULO V	55
5. HISTÓRIA DA CAÇA À BALEIA NA AMÉRICA PORTUGUESA	55
5.1 Revisitando a atividade baleeira nos trópicos: olhares, impressões e narrativas de viajantes no Brasil Colonial (1603-1823).....	55
5.2 José Bonifácio de Andrada e Silva e a caça predatória: preocupação com a exploração dos recursos naturais	62
CAPÍTULO VI	68
6. A MORTE COMO ESPETÁCULO	68
6.1 O emergir de sensibilidades para com os direitos dos animais: uma história do “espetáculo” promovido com a captura de baleias no Litoral Norte da Paraíba	68
6.2 A arte de esquartejar e retalhar baleias: atração turística no litoral paraibano	71
6.3 A festa da baleia na Paraíba: alegria dos turistas na chegada do navio baleeiro	76
6.4 Sakaguchi: a arte de matar, na guerra contra as baleias	83
6.5 Autoridades e turistas estrangeiros visitam o empreendimento baleeiro	88
CAPÍTULO VII	92
7. CRISE DA ECONOMIA BALEEIRA	92
7.1 A descoberta comercial do petróleo e o crescimento do movimento ambientalista: efeitos deletérios sobre a economia baleeira	92

7.2 Os jornais, o movimento ambientalista e os debates sobre o fim da atividade baleeira na Paraíba (1980 – 1990).....	98
7.3 Dados econômicos e a retórica do desenvolvimento sustentável: argumentos em defesa e contra a “pesca da baleia” na Paraíba	110
7.4 Políticos paraibanos e empresários de plantão: lobby pela manutenção da caça à baleia.....	117
7.5 Mudanças de percepção e de comportamento humano em relação aos animais: a situação envolvendo as baleias	125
CAPÍTULO VIII	128
8. OS “FILHOS” DAS BALEIAS E SUAS HISTÓRIAS	128
8.1 A “pesca da baleia”: a história da atividade ressignificada a partir de depoimentos de trabalhadores baleeiros remanescentes de Lucena-PB	128
8.2 Trabalhadores baleeiros: testemunhas e protagonistas da história	129
8.3 Capturas de baleias: mortes sem critérios rígidos	144
8.4 A luta pelo emprego: narrativas de um sindicalista baleeiro	149
9. CONCLUSÕES.....	155
10. RELAÇÃO DOS ENTREVISTADOS	160
11.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	161
12. ANEXOS.....	169

CAPÍTULO I

1. INTRODUÇÃO

A caça à baleia é considerada uma atividade de extrativismo animal cujas origens remontam à antiguidade, quando algumas comunidades tradicionais que habitavam áreas litorâneas caçavam esses animais para sua subsistência. Os esquimós, que ainda praticam esse tipo de caça na região do Alasca e da Groelândia, podem ser citados como exemplo de uma comunidade tradicional que há milhares de anos pratica a referida atividade. Todavia, para fins industriais e comerciais, a exploração desse recurso natural data de fins do século XI e início do século XII no Golfo de Biscaia, no Atlântico Norte, região que se localiza entre a atual França e Espanha (CLAPHAM & BAKER, 2002).

Dezenas de países abatiam os cetáceos para a retirada da gordura com a qual se fabricava o óleo, produto baleeiro bastante valorizado nos mercados da época. Navios baleeiros espalhados pelos mares de todo o mundo participaram da caça a esses animais, sendo que a Rússia, a Holanda, a Noruega, o Japão, a Austrália, a Groelândia, a África do Sul, a Inglaterra, os Estados Unidos e o Brasil se constituíam nos principais países a investir nesse tipo de exploração para fins comerciais e industriais (WHITEHEAD, 2002).

A partir da segunda metade do século XIX, a atividade baleeira adquiriu características industriais, com a introdução do navio-fábrica, onde os animais eram abatidos e processados em alto mar; e a utilização de artefato explosivo na extremidade do arpão, possibilitando capturar animais maiores e mais velozes, refletindo diretamente no aumento da produtividade e no declínio dos estoques. Essas novas tecnologias introduzidas na atividade ampliaram o número de espécies abatidas e aumentaram o quantitativo de cetáceos em processo de vulnerabilidade ambiental.

Embora praticada secularmente em outras áreas oceânicas, a “pesca da baleia”¹ foi introduzida no Brasil ainda pelos colonizadores ibéricos a partir do início do século XVII,

¹Para os atuais domínios do discurso zoológico, não é adequado designar “pesca da baleia” a caça aos cetáceos. Isso porque, as baleias não são peixes, mas mamíferos marinhos. Estudos de Arqueologia e de História Natural explicam que os ancestrais desses animais migraram do continente para os oceanos há, pelo menos, cinco milhões de anos. Contudo, há séculos, desde a Idade Média na Europa Ocidental, quando não havia estudos detalhados para classificar esses seres e, provavelmente, por viverem no mar, passou-se a denominar, o ato de caçá-los como “pescar baleias”. Popularmente, o termo consagrou-se, assim, pelo uso. Por esta razão, quando se utilizar o termo pesca da baleia neste trabalho, o uso de aspas será feito como forma de reforçar o sentido zoológicamente correto do termo.

vindo a tornar-se um exercício sob monopólio régio em pouco mais de uma década de exploração (1603-1614). No período colonial, a manutenção e posterior ampliação do negócio ligado a caça à baleia teve motivação essencialmente mercantil. A expansão da atividade baleeira no seu início, que se estendeu da Capitania da Bahia à de Santa Catarina, deveu-se à valorização gradativa dos principais derivados dos cetáceos no mercado regional e estrangeiro, especialmente o óleo que era extraído das grossas camadas de gordura dos animais e atendia uma demanda crescente dos grandes centros urbanos da época (ELLIS, 1969).

Antes de ser introduzida a caça comercial da baleia no Brasil, o principal produto extraído desses animais - o óleo - era obtido pelos habitantes da América portuguesa apenas quando os mamíferos encalhavam na praia ou na ocasião da importação de Cabo Verde ou da região de Biscaia por intermédio da cidade portuguesa de Viana do Castelo. O “azeite de peixe”, como era comumente conhecido, era usado especialmente como combustível para iluminação pública e para garantir o funcionamento noturno dos engenhos de cana-de-açúcar. Nesse período, em que o petróleo e a eletricidade ainda não haviam se constituído em matrizes energéticas, cidades capitais como Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo, por exemplo, eram iluminadas com o óleo transformado em combustível processado a partir da gordura das baleias capturadas nos oceanos. Outros produtos derivados das baleias que merecem destaque são a carne, o toucinho, a farinha de ossos e as barbatanas. Esses recursos também eram extraídos, processados e comercializados na Colônia ou então vendidos para outros países, consolidando o monopólio para o estado metropolitano português dessa atividade econômica durante praticamente todo o período colonial.

A caça à baleia na América portuguesa, embora pouco estudada pela historiografia oficial, não passou despercebida de viajantes, cronistas e pensadores que visitaram ou residiram no Brasil da época. Gabriel Soares de Sousa, Frei Vicente do Salvador, Louis-François de Tollenare e José Bonifácio de Andrada e Silva estão entre aqueles que produziram relatos, histórias e crônicas sobre a caça à baleia, deixando registradas informações importantes sobre a finalidade e as técnicas utilizadas nesse tipo de extrativismo animal praticado desde o início do século XVII (DUARTE FILHO & AGUIAR, 2012).

Quando não mais se praticava a caça comercial da baleia nas áreas tradicionais (Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina), a atividade foi introduzida em 1912 no litoral da Paraíba. Escolheu-se a praia de Costinha, no município de Lucena, litoral norte do estado, para a estruturação do empreendimento. Os animais abatidos no início da atividade eram

principalmente das espécies *Megaptera novaeangliae* (jubarte), *Balaenoptera borealis* (Espardate), *Balaenoptera edeni* (bryde), *Balaenoptera musculus* (azul), *Physeter machocephalus* (cachalote) e *Balaenoptera bonaerensis* (minke). A exploração econômica desses animais proporcionou a estruturação de uma cadeia produtiva na região que era monopolizada pela Companhia de Pesca Norte do Brasil (COPESBRA), empresa de capital japonês responsável pelo abate, processamento, industrialização e comercialização dos derivados baleeiros.

Das baleias que eram capturadas anualmente no litoral da Paraíba retirava-se o óleo, as barbatanas, a farinha de ossos e a carne *in natura*, esta que passou a se constituir até meados da década de 1980 em um dos principais produtos de exportação para o mercado japonês. A carne seca também era produzida, mas para o atendimento de uma demanda local e regional (RABAY & CAVALCANTE FILHO, 2010).

A caça à baleia no país foi encerrada depois de trezentos e oitenta e quatro anos de atividade. O Governo José Sarney (1985-1990), pressionado por organismos de proteção ambiental e pela opinião pública, proibiu definitivamente a atividade por meio da Lei Federal 7.643 no ano de 1987. Até ser sancionada, a referida lei motivou questionamentos e abriu debates em nível local e nacional em razão de eventuais prejuízos que o fim da atividade baleeira traria para a economia do município de Lucena e para o estado da Paraíba.

Na época da interdição da caça à baleia, várias alternativas, principalmente elaboradas e difundidas por órgãos ligados ao governo estadual e federal, foram sugeridas para substituir esta atividade econômica no município de Lucena. Trabalhos acadêmicos, matérias de jornais, documentos oficiais e notícias veiculadas na imprensa paraibana da época registraram que as alternativas propostas para se evitar o caos social e econômico na região, principalmente o desemprego em massa, estavam pautadas na introdução de projetos agroindustriais na região, no fomento ao turismo, na criação de um pólo de confecções e no incentivo à pesca artesanal e sustentável no município. Contudo, passados mais de vinte anos do fim da atividade baleeira, pouco se sabe acerca dos empreendimentos sociais e econômicos efetivamente implantados em Lucena e sobre a história de vida de trabalhadores baleeiros que compartilharam da caça aos cetáceos até 1987.

A presente proposta de trabalho é uma investigação sobre as memórias e a história da atividade baleeira na Paraíba, assim como uma contribuição ao conhecimento acerca dos problemas sociais, econômicos e ambientais, vivenciados pelos ex-trabalhadores baleeiros de

Lucena, quando da desativação dessa importante atividade de extrativismo animal que perdurou até o final do século passado no litoral norte do estado da Paraíba.

A investigação proposta pretende conhecer, portanto, aspectos da história da atividade baleeira considerando a ótica, a percepção daqueles atores sociais que protagonizaram o embate político e ideológico em torno da nova lei instituída em 1987: ambientalistas e defensores da atividade baleeira. Assim como preencher uma lacuna existente sobre o conhecimento de como se deu o processo de reorganização socioeconômica da comunidade baleeira de Lucena e como os ex-trabalhadores e suas famílias estabeleceram estratégias de sobrevivência após o encerramento dessa atividade.

2. OBJETIVOS

2.1. Objetivo geral

Produzir um estudo sobre as memórias e a história da atividade baleeira na Paraíba, analisando concomitantemente o debate em torno das questões socioambientais e econômicas relacionadas à desestruturação dessa atividade no município de Lucena.

2.2 Objetivos específicos

- Recuperar vestígios das memórias e da história sobre a atividade baleeira no litoral brasileiro e paraibano.
- Discutir a natureza dos interesses econômicos, políticos, sociais e ambientais dos atores sociais envolvidos na atividade baleeira na Paraíba do final do século passado.
- Analisar como famílias de Lucena que viviam da caça à baleia, passados mais de duas décadas do seu fim, desenvolveram formas de sobrevivência e viabilizaram alternativas de renda dentro do próprio município.
- Contribuir com informações de interesse social, econômico e ambiental com vistas à adoção de eventuais medidas do Poder Público que possam melhorar a qualidade de vida de trabalhadores remanescentes da atividade baleeira de Lucena.

2.3 Justificativa

Ressignificar memórias e a história da atividade baleeira na Paraíba se revestem de grande importância, uma vez que a caça às baleias, maiores mamíferos da terra, se constituiu por várias décadas no maior empreendimento econômico do litoral norte paraibano, com efeitos ecológicos mais amplos que puderam ao longo da história recente da Paraíba ser constatados com a redução gradativa dos estoques de algumas espécies que procuravam as águas quentes do litoral paraibano para acasalamento e procriação. Segundo os ambientalistas, a diminuição dos estoques é atribuída à forma intensa e predatória como esses animais vinham sendo caçados por quase cem anos² na costa paraibana.

Trabalhos de pesquisa realizados por Madruga (1980), Toledo (2009) e Cavalcante Filho & Rabay (2010), procuraram analisar o processo de estruturação e de desativação da atividade baleeira na Paraíba e suas implicações sociais, econômicas e ambientais para o município de Lucena, constituindo-se numa contribuição importante para o conhecimento sobre a exploração desse recurso natural na Paraíba e no Brasil.

No contexto da referida investigação, verifica-se ainda a necessidade de se averiguar o papel de parlamentares paraibanos e de uma parcela importante do empresariado local no contexto político da luta para a instituição da lei federal que proibiu definitivamente a caça à baleia em águas jurisdicionais brasileiras; bem como se torna importante para a história do ecologismo brasileiro analisar aspectos da trajetória e da luta política do movimento ambientalista paraibano no processo contra a caça à baleia em fins da década de 1970 e início dos anos de 1980.

O trabalho reveste-se de importância também em função de sua proposta em discutir questões ambientais que ainda persistem em algumas sociedades modernas, como os maus tratos e a matança indiscriminada de algumas espécies animais, bem como o desaparecimento de seres vivos (fauna e flora) que têm inspirado e motivado discussões polêmicas no meio acadêmico, parlamentar e no seio de grupos e organizações ligadas ao movimento em defesa do ambiente e da vida. No caso específico da “pesca da baleia”, o tema ainda é atual e suscita controvérsias, uma vez que a caça aos cetáceos ainda é uma realidade praticada em algumas

²A caça à baleia foi introduzida no Brasil em 1603. No caso da atividade no litoral da Paraíba, um quadro demonstrativo, montado a partir dos dados disponíveis oferecidos pela COPESBRA, mostra que as primeiras baleias caçadas entre 1912 e 1963 eram, em sua maioria, da espécie Jubarte. À medida que elas foram se tornando escassas no litoral norte da Paraíba, optou-se por outras espécies: cachalote, espadarte e, nos últimos anos da atividade, a espécie minke passou a ser a única que vinha sendo abatida sistematicamente ano após ano.

áreas oceânicas, principalmente em mares da Antártica, praticadas por países como o Japão, Noruega e Islândia.

É oportuno acrescentar, ainda para efeito de justificativa, que a Paraíba tornara-se em fins do século passado no único estado brasileiro a prosseguir com este tipo de extrativismo animal, e onde o movimento ambientalista surgiu e consolidou-se, no final da década de 1970, praticamente associado à luta por sua desativação. A decretação do fim da atividade baleeira pelo Governo Federal, no final do século passado, suscitou debates acalorados sobre questões ambientais relacionadas à extinção de algumas espécies animais e sobre o destino social e econômico de uma comunidade inteira: Lucena. Fato que motivou um embate político e ecológico em torno de ideias e concepções sobre benefícios e malefícios da atividade baleeira na Paraíba.

Assim, a caça à baleia, uma atividade que motivou campanhas de mobilização em vários países, especialmente no Brasil do século passado, volta, neste início de milênio, a merecer novas reflexões e estudos interdisciplinares mais profundos sobre a situação passada e atual. O debate da relação Sociedade e Natureza e da gestão dos recursos naturais, tendo a caça comercial da baleia como objeto de análise está sendo reaberto, embora com um novo enfoque. Neste sentido, a atual pesquisa se propõe a oferecer uma contribuição ao conhecimento acadêmico sobre a referida temática, tendo Lucena como recorte geográfico e as décadas de 1980 e 1990 pré-estabelecidas como recorte temporal. Embora em algumas situações, para melhor entendimento das questões a serem abordadas na pesquisa, o lastro temporal é avançado ou recuado.

3. METODOLOGIA

Por se tratar de uma pesquisa interdisciplinar, em que durante toda a investigação se estabeleceu um diálogo entre a História e outras áreas do conhecimento, a exemplo da Ecologia, Sociologia, Etnologia, Economia e Gestão de Recursos Naturais, o estudo foi realizado considerando três etapas:

3.1 – 1ª Etapa: pesquisa exploratória

A compreensão de que uma parte da história da exploração dos recursos naturais na Paraíba, tendo a atividade baleeira como elemento central da pesquisa, era possível de ser ressignificada, motivou à realização de encontros com pessoas e visitas às entidades ligadas ao objeto de estudo, especialmente em João Pessoa e Lucena. A intenção com a pesquisa exploratória, conforme sugere Mattar (1999), era perceber preliminarmente quais poderiam ser os limites e as possibilidades para o desenvolvimento da investigação sobre a atividade baleeira, sem desconsiderar o fato de possíveis (e necessárias) alterações futuras no projeto original.

Para atender a essa etapa da investigação exploratória, definiu-se como finalidade conhecer aspectos gerais da realidade econômica, social e ambiental do município de Lucena, identificar motivações, demandas e expectativas da comunidade constituinte da pesquisa para a preparação dos roteiros das entrevistas semi-estruturadas.³ Além de levantar documentos, fotografias e informações que possibilitassem delinear com mais precisão o problema, os sujeitos e os procedimentos de pesquisa, assim como identificar tendências e formular pressupostos para o trabalho pretendido.

Também se estabeleceram os primeiros diálogos com alguns ambientalistas da APAN, pesquisadores da temática ligados à Universidade Federal da Paraíba e com alguns ex-trabalhadores da COPESBRA, ainda residentes em Lucena. Foram feitas ainda as primeiras visitas a algumas indústrias sediadas no município, a exemplo da Coco Lucena – Lucena Indústria e Comércio de Cocos Ltda. e a Agrícola Vale do Mangereba Ltda (antiga Maguary), além de visitas às associações e organizações não-governamentais, além de frequentes visitas

³ Conforme sugere Triviños (1987, p. 146), a entrevista semi-estruturada (também conhecida por semi diretiva ou semi-aberta) tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Segundo este autor, os questionamentos resultariam em novas hipóteses, surgidas a partir das respostas dos entrevistados. As questões mais importantes sobre o objeto da investigação são, dessa forma, exploradas pelo investigador-entrevistador. Complementa o referido autor que a entrevista semi-estruturada “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e compreensão [...] além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações”.

à antiga Sede da COPESBRA, onde foi possível fazer registros fotográficos e atestar o abandono de equipamentos e maquinários da época da caça à baleia ainda ali presentes.

3.2. 2ª Etapa: levantamento de dados históricos, sociais, econômicos e ambientais da atividade baleeira no Brasil e na Paraíba.

Pesquisa documental e bibliográfica

A segunda etapa da investigação consistiu de uma pesquisa documental e bibliográfica sobre a atividade baleeira no Brasil e na Paraíba. Relatos e documentos de viajantes e pensadores dos séculos XVII, XVIII e XIX que discorreram sobre a caça à baleia, iniciada na América portuguesa em 1603, constituem-se como fontes primárias para esta segunda fase da pesquisa. Também livros, artigos de jornais, além de periódicos científicos, que discorreram sobre a mesma temática, constituíram-se em fontes para a complementação da segunda parte do trabalho.

Pesquisas documentais e bibliográficas foram realizadas na Associação Paraibana de Amigos da Natureza (APAN), no Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDHIR/UFPB), no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais (IBAMA), em João Pessoa; na Colônia de Pescadores de Costinha, na Associação de Apoio ao Trabalho Cultural, Histórico e Ambiental de Lucena (APÔITCHÁ) e no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e Paraibano (IHGP).

3.3. 3ª Etapa: oralidade, memórias e história: a caça à baleia em Lucena por meio de testemunhos de trabalhadores remanescentes.

Trabalho de campo/técnicas para entrevistas temáticas

Foram realizadas entrevistas com vários ex-trabalhadores da COPESBRA residentes nas praias de Costinha e de Lucena, uma ambientalista que fora ligada a APAN na época da “pesca da baleia” e um microempresário com estabelecimento em Lucena. O objetivo nessa etapa da pesquisa foi o de se obter informações, versões e impressões acerca da atividade baleeira e os efeitos da decretação de sua desativação pelo então presidente José Sarney sobre a comunidade remanescente.

Os depoimentos obtidos por meio de procedimentos metodológicos da História Oral, de acordo com Chizotti (2001), Alberti (2005), Delgado (2006), Montenegro (2007, 2010), (MEIHY, 1996, 2011) objetivaram interpretar e analisar a história da caça à baleia sob a ótica da

comunidade baleeira remanescente de Lucena. Igualmente, ambientalistas, políticos e empresários, que estiveram envolvidos direto ou indiretamente na “pesca da baleia”, também colaboraram com a presente investigação, seja através de artigos e entrevistas em jornais da época ou por meio de narrativas coletadas durante a pesquisa de campo.

Os aspectos técnicos e metodológicos escolhidos para a pesquisa compartilharam, portanto, com a linha de trabalho proposta por Alberti (2005) ao definir História Oral como uma metodologia de pesquisa qualitativa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea que teria surgido em meados do século XX logo após a invenção do gravador a fita. Essa metodologia consiste na interpretação e análise dos dados e informações obtidas após a realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram diretamente ou foram testemunhas de acontecimentos e conjunturas do passado e do presente.

Seguindo na mesma linha metodológica, Chizzotti (2001), discorre que, quando se pretende fazer pesquisa qualitativa, a imersão na esfera da subjetividade e do simbolismo, firmemente enraizados no contexto social do qual emergem, é condição essencial para o desenvolvimento de trabalhos dessa natureza. Por meio dessa imersão, o pesquisador consegue penetrar nas intenções e motivações, a partir dos quais ações e relações adquirem sentido em um determinado contexto. Sua utilização é, portanto, indispensável quando os temas pesquisados demandam estudos interpretativos.

Por se ter definido a pesquisa por uma linha qualitativa, a amostra a ser utilizada para as análises será do tipo intencional, denominada por Berquó e Souza (1981) de *não probabilística intencional*, tendo-se em vista sua melhor adequação ao tipo de investigação proposta, visto que os estudiosos da área concebem-na como um tipo especial de amostra que pode ser retirada de um universo mediante processo seletivo deliberado, ou seja, as unidades que compõem o corpo amostral são escolhidas intencionalmente pelo pesquisador, de forma a atender seus objetivos e metas de trabalho. A este respeito, é oportuno ainda citar Alberti (2005, p. 172) quando, ao fazer menção a esse aspecto da Metodologia da História Oral, discorre sobre a seguinte constatação: “os entrevistados devem ser tomados como unidades qualitativas e não como unidades estatísticas”. Esta autora chama a atenção, ainda, para o fato de que a História Oral possui um elevado grau de imponderabilidade, uma vez que nem todas as entrevistas atendem às expectativas inicialmente concebidas pelo entrevistador. Neste sentido, nesse tipo de pesquisa não é possível definir *a priori* o número de pessoas que serão entrevistadas. Mas devem-se listar os entrevistados em potencial, de acordo com critérios previamente estabelecidos.

A partir desses critérios, a preocupação passou a ser colher depoimentos de atores sociais que participaram direto ou indiretamente da atividade baleeira, na época explorada pela Companhia de Pesca Norte do Brasil (COPESBRA). Não houve uma preocupação com o tamanho da amostra e sua representatividade frente ao conjunto da população local, uma vez que, na análise dos depoimentos, não se intentou generalizar seus resultados para o conjunto da população municipal. Pois, como conclui Delgado (2006, p. 18) “uma característica fundamental da metodologia qualitativa (a História Oral se inscreve nesse contexto) é sua singularidade e a não-compatibilidade com generalizações”.

Os dados nesta etapa da pesquisa foram coletados por meio de entrevistas semi-estruturadas com oito colaboradores. As entrevistas foram realizadas com o uso de um gravador digital se utilizando do procedimento de coleta de informações na modalidade de História Oral Temática, pela possibilidade que ela oferece de complementar-se informações originadas em documentos escritos e/ou de evidenciar o que ainda não foi efetivamente documentado. O tema selecionado que norteou as entrevistas foi a atividade baleeira em Lucena e as questões sociais, econômicas e ambientais, bem como os efeitos de sua desestruturação sobre a vida e a história de ex-trabalhadores da Companhia de Pesca Norte do Brasil (COPESBRA). As entrevistas temáticas foram feitas a partir de roteiros previamente elaborados com questões semi-estruturadas (Anexos 1, 2, 3, 4) que possibilitaram, após assinatura do Termo de Cessão (Anexo 5), análises e comparações entre si e com documentos escritos, para melhor interpretação e entendimento dos problemas estudados.

Os contatos com a comunidade de Costinha começaram a ser estabelecidos desde 2010; as entrevistas com a comunidade remanescente, no entanto, ocorreram entre setembro e dezembro de 2011, após um longo período de maturação e troca de experiências. Mensalmente organizaram-se encontros e reuniões com ex-trabalhadores da COPESBRA, inclusive com a mediação da Associação de Apoio ao Trabalho Cultural, Histórico e Ambiental de Lucena (APÔITCHÁ),⁴ na pessoa de Valéria Valentim de Oliveira, professora e educadora ligada à mencionada ONG.

⁴ No dia 14 de outubro de 2011, a APÔITCHÁ organizou o 1º Movimento da Artes de Lucena. Na oportunidade, foi promovido um intenso debate sobre a desativação da atividade baleeira e suas consequências sociais e econômicas para a comunidade local. O evento contou com a participação de ex-trabalhadores da COPESBRA, pesquisadores e jovens da comunidade de Costinha. Disponível em <http://apoitcha.org/principal/arte-e-memorias-na-comunidade-de-costinha/> Acesso em 10 de dez. 2011.

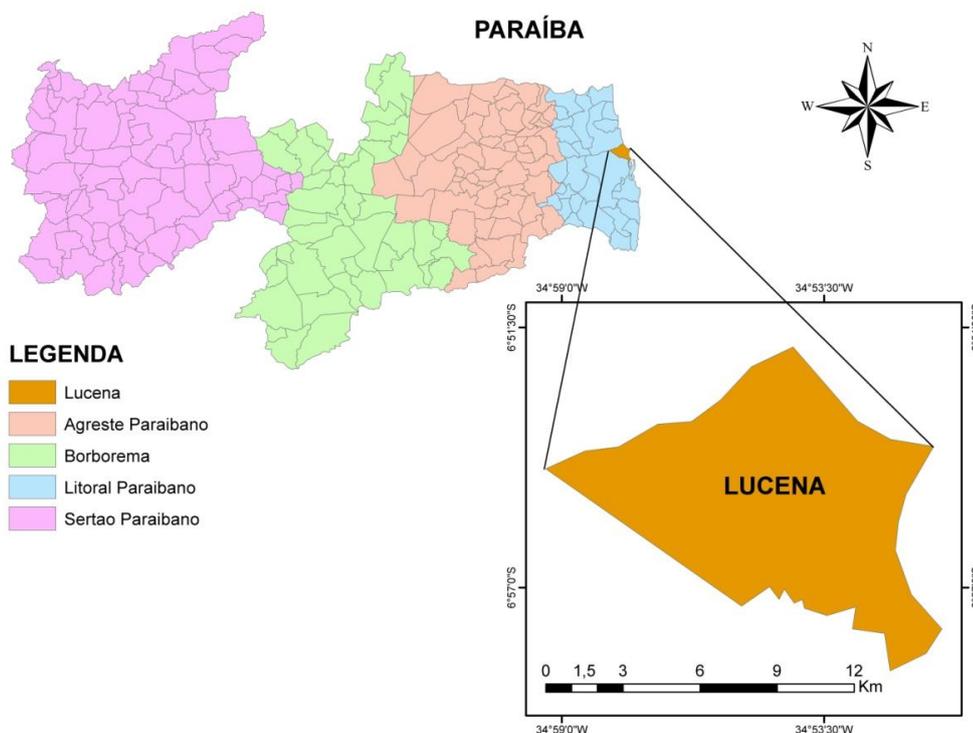
CAPÍTULO II

2. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

2.1 – Localização e vias de acesso.

O município de Lucena (Figura 1) está localizado entre as coordenadas geográficas de 34° 52' 08" de longitude Oeste de Greenwich e 06° 54' 01" de latitude Sul. A sede municipal encontra-se a 3 metros de altitude em relação ao nível do mar, integrando a Microrregião de João Pessoa que faz parte da Mesorregião da Mata Paraibana. O município de Lucena possui uma área de 88,9 km², correspondente a 7,15% da área da microrregião (1.292,5 km²) e 0,16% da área do estado da Paraíba. Distante 48 km de João Pessoa, com quem mantém intenso relacionamento econômico e social. Limita-se ao Norte com o município de Rio Tinto, a Leste com o Oceano Atlântico, ao Sudoeste com o município de Santa Rita e ao Sudeste com o município de Cabedelo.

Figura 1. Mapa geográfico da Paraíba, destacando-se o município de Lucena



Fonte: ALMEIDA, Nadjacleia Vilar – Departamento de Geografia, UFPB, 2011.

2.2 Aspectos da evolução demográfica.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), o município de Lucena possui 11.730 habitantes, com densidade demográfica de 131,8 hab/m². De acordo com os últimos números divulgados sobre o censo populacional, Lucena apresenta mudanças importantes nos últimos trinta anos. No período compreendido entre 1991 e 2000, a população do município teve uma taxa média de crescimento anual de 2,77%, passando de 7.699 para 9.755. Já na última década (2001-2010), esse crescimento anual foi de 2,02%, maior que a taxa média anual do país que foi de 1,23%. O município também manteve, nos últimos dez anos, a tendência de migração da população que deixou o campo para morar na cidade, com taxa de urbanização maior do que aquela apresentada pelo último levantamento do IBGE para o país, que apontou que 84% dos brasileiros passaram a viver nas cidades. A Tabela 1 mostra a evolução populacional de Lucena que possui hoje 86,55% de seus moradores na área urbana:

Tabela 1. População de Lucena por situação de domicílio, 1991, 2000 e 2010.

Lucena – PB	1991	2001	2010
População Total	7.699	9.755	11.730
Urbana	5.442	8.027	10.152
Rural	2.257	1.728	1.578
Taxa de urbanização	70,68%	82,29%	86,55%

Fonte: IBGE (Censos 1991, 2001 e 2010)
Org. Duarte Filho (2012)

2.3 Relevô

O relevô do município de Lucena está compartimentado por duas unidades geomorfológicas bastante distintas, as quais estão representadas pelas Planícies Costeiras e os Tabuleiros. A Planície Costeira compreende uma faixa estreita ao longo de todo o litoral com níveis altimétricos que variam de 0 a 10 metros. Seus terrenos planos são constituídos por sedimentos recentes do Quaternário. São formas de relevô resultantes da ação marinha e fluviomarina. Na composição desta unidade de relevô participam os seguintes elementos: as praias, terraços de acumulação marinha, restingas e cordões litorâneos. Ainda em relação ao relevô, se apresentam em Lucena os chamados Tabuleiros, chamados de Baixos Planaltos Sedimentares Costeiros. Apresentam-se com um relevô suavemente ondulado e altitudes inferiores a 100 metros, acompanhando a direção da faixa costeira. Seus limites com a Planície Costeira são caracteristicamente nítidos.

2.4 Recursos Hídricos

O município é banhado por duas bacias hidrográficas: a bacia do rio Miriri e a bacia do rio Paraíba. A bacia do rio Miriri banha toda a porção centro-norte do município, tendo como rio principal o Miriri, que nasce no Planalto Costeiro, e seu curso é considerado perene em toda a sua extensão. No tocante a este município, o rio Miriri separa entre si os municípios de Lucena e Rio Tinto em sua porção norte. A bacia do rio Paraíba banha toda a porção centro-sul do município, tendo como rio principal o Soé, considerado perene em toda a sua extensão. No tocante ao município, este rio tem suas nascentes no próprio Planalto Costeiro e deságua no Oceano Atlântico com o nome de rio da Guia.

2.5 Paisagem e biodiversidade

Por suas características paisagísticas composto por manguezais, dunas e lagoas (dos Homens e da Capivara) e restingas, em sua extensa faixa litorânea, Lucena apresenta uma vegetação variada que reflete as condições ambientais diferenciadas em seus diversos compartimentos morfológicos, havendo, portanto, uma estreita correlação entre fauna, flora, clima e solo.

2.6 Vegetação Pioneira

Ocorre em estreita faixa contígua com dimensões variadas ao longo de todo o litoral do município no sentido norte-sul. Trata-se de uma vegetação mais ou menos densa, adaptada às condições de elevada salinidade. Ocorre em terrenos arenosos e argilosos recentes da baixada litorânea. Suas espécies são representadas em pequena variação, destacando-se o brejo de praia e a salsa de praia. Porém, à medida que se afasta da praia devido a diminuição do teor do sal e aumento da quantidade de matéria orgânica, a vegetação aumenta de porte e aparecem as espécies semi-arbustos e arbustos.

2.7 - Campos e Matas de Restinga

A vegetação de Campos é do tipo arbustiva de dimensão variada, ocorre em solo arenoso profundo. Suas principais espécies são representadas pelo *Byrsonima crassifolia* (murici de praia) e *Adenantha pavonina* (olho de pombo). A mata de Restinga é subcaducifólia com árvores de porte médio, troncos com diâmetros pequenos, copas largas e irregulares. Dentre as principais espécies, destaca-se o *Anacardium occidentale* (cajuieiro).

Esta formação vegetal ocorre em pequena faixa costeira a sudeste no limite com o município de Cabedelo.

2.8 Manguezais

O município tem um trecho de seu território formado de manguezais, ao norte, integrando a área de Proteção Ambiental de Barra de Mamanguape, instituída pelo Decreto Federal nº. 924/93, juntamente com Rio Tinto, Marcação e Baía da Traição, municípios vizinhos. Nesse ambiente se desenvolvem microorganismos aquáticos responsáveis por assegurar o micro-clima da região e manter o ecossistema em equilíbrio.

2.9 Formação Vegetal Perenifólia

Localizada nas desembocaduras dos rios e até onde exista a influência das marés. Nesta área, a diminuição de corrente facilita a deposição de finos sedimentos. Adaptada a solos salinos instáveis pantanosos com alto teor de matéria orgânica em decomposição. Trata-se de uma formação vegetal bastante uniforme, adaptada ao meio em raízes supostas e respiratórias.

2.10 Mata Úmida

Formação Florestal Latifoliada Perenifólia Costeira ou Mata Atlântica. Ocorre nas encostas e vales úmidos que cortam o baixo Planalto Costeiro – o Tabuleiro. Aparecem em solos areno-argilosos e solos férteis de várzea. O município de Lucena está assentado sobre quatro unidades de solos, diferenciados e distribuídos em regiões distintas de acordo com o tipo de rocha que lhe deu origem, fator constituinte a sua formação.

2.11 Clima

O clima do município é do tipo As' de Köppen – quente e úmido com chuvas de outono – inverno, onde a temperatura média anual oscila em torno de 25°C, e a umidade relativa do ar é de 80%. As precipitações pluviométricas anuais variam de 1.500 a 1.700 mm. A amplitude térmica anual é muito pequena em torno de 5°C em função da baixa latitude. Seu regime pluviométrico está na dependência do sistema de circulação das massas do ar MEA (Massa Equatorial Atlântica), FPA (Frente Polar Atlântica) e alísios de sudeste.

CAPÍTULO III

3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

3.1. Reflexões sobre as relações História, Sociedade e Natureza.

Constata-se na sociedade moderna, mais do que em qualquer período da história, que o aumento da interferência humana sobre os ecossistemas tem provocado alterações significativas na dinâmica do equilíbrio ecológico. Ações antrópicas degradando os ambientes naturais têm sido objeto de amplas e sistemáticas reflexões, principalmente de uma parte considerável da comunidade científica internacional ligada aos estudos interdisciplinares. A literatura científica ligada às questões das relações sociedade e natureza, que se intensificou quantitativa e qualitativamente especialmente depois dos anos de 1960, tem mostrado que ações humanas intensivas passaram a transformar, em escala crescente, uma natureza então quase intacta em um ambiente modificado, degradado, comprometido por atividades de exploração constantes e intensivas de recursos naturais (MORIN & KERN, 1995; MORIN, 2003; SACHS, 2009; LEFF, 1999, 2006, 2009).

A capacidade humana de intervir nos ambientes naturais foi se desenvolvendo de maneira gradativa e cumulativa até se alcançar a intensa capacidade de inferir transformações significativas, como as verificadas nas últimas décadas, comprometendo a estabilidade dos sistemas ambientais, devido, principalmente, ao progresso econômico que tem sido potencializado pelo desenvolvimento científico e tecnológico (DIAS, 2006).

As ideias que predominaram principalmente no século XIX, de progresso e desenvolvimento econômicos contínuos e sem considerar os limites de resiliência da natureza, tiveram sua hegemonia questionada a partir da segunda metade do século passado. No que tange as relações sociedade e natureza, coube ao pensamento sistêmico, à ecologia e ao holismo a centralidade desse processo de discussão filosófica e críticas aos fundamentos epistemológicos que deram sustentação ao desenvolvimentismo e ao economicismo.⁵

A partir de alguns princípios difundidos pelo pensamento ecológico, passou-se a discutir as questões socioambientais sob uma nova perspectiva. Os principais problemas da contemporaneidade não poderiam mais ser entendidos isoladamente; alguns dos mais

⁵ Na Economia Política, o economicismo pode ser definido como uma corrente de pensamento que dá prioridade à economia em detrimento dos aspectos sociais, ambientais, políticos etc.

importantes pensadores⁶ do século XX passaram a tentar compreendê-los a partir de uma nova racionalidade, uma lógica sistêmica: os problemas socioambientais estão interligados e são interdependentes. Compreendeu-se, por exemplo, que ao ampliar e acelerar a exploração dos recursos naturais, a humanidade tornou-se a principal responsável pela desestabilização dos ambientes ecossistêmicos, provocando riscos potenciais de destruição à vida em seu conjunto.

Tomando a Ecologia como referência e modelo, criticando a então dita supremacia da Física que perdurou até a segunda metade do século passado, Capra (2006) corrobora com a concepção de que não se pode mais procurar compreender a realidade a partir do modelo mental herdado do reducionismo e do cartesianismo que predomina há séculos como fonte de verdades e de saberes hegemônicos. Pensadores sistêmicos se inspiram nos ecossistemas, que funcionam sob a lógica da sustentabilidade, para extrair valiosos exemplos para se aplicar à vida em sociedade:

Podemos criar sociedades sustentáveis seguindo o modelo dos ecossistemas da natureza. Para entendermos os princípios organizacionais que os ecossistemas desenvolveram ao longo de bilhões de anos, temos que conhecer os princípios básicos da ecologia – a linguagem da natureza.⁷

Dos ecossistemas, segundo alguns desses especialistas, é possível extrair profundas lições de comunidades sustentáveis de plantas, de animais e de microorganismos. Ciência da integração e das inter-relações, necessárias à manutenção do equilíbrio entre todos os seres que tecem a intrincada e complexa teia da vida, a Ecologia tem inspirado pensadores contemporâneos a repensar os problemas da relação sociedade e natureza.

Não obstante as lições que a Ecologia e o pensamento sistêmico têm oferecido, estudos em diversas áreas do conhecimento têm concluído que tanto nos ambientes continentais como oceânicos a presença do *Homo sapiens sapiens* no planeta foi se definindo ao longo dos últimos séculos pela intervenção crescente sobre os recursos naturais e pelo domínio cada vez maior sobre as demais espécies vivas. A este respeito, Morris (1990) chama a atenção para o crescimento excessivo da população humana, sua expansão desordenada sobre os habitats dos animais em praticamente todos os biomas⁸ e a vulnerabilidade a que

⁶ Pensadores como James Lovelock, Arne Naess, Werner Heisenberg, Huberto Maturana e Edgar Morin são apenas alguns entre tantos reconhecidos pensadores do século XX cujas ideias, com pequenas diferenças de enfoque, convergem para o pensamento sistêmico defendido por Fritjof Capra.

⁷ CAPRA, Fritjof. Falando a linguagem da natureza: Princípios da sustentabilidade. In: STONE, M.K.; BARLOW, Z (Orgs.). **Alfabetização Ecológica: a educação das crianças para um mundo sustentável**. São Paulo: Cultrix, 2006. p. 47.

⁸Segundo a definição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2004) o bioma é entendido como um conjunto de vida (vegetal e animal) formado por todos os seres vivos de uma determinada região, cuja

foram expostos, culminando no que ele chamou de “rompimento do contrato animal”. Para este autor, que defende o respeito incondicional a todos os animais, não há da parte da sociedade moderna um reconhecimento pelo valor intrínseco da natureza, manifestada nas mais diferentes formas de vida e em suas conexões e interdependências, menos ainda um sentimento ético ou espiritual que se leve a reconhecer a importância de cada espécie no complexo mosaico evolutivo que originou a vida no planeta:

Todo animal, toda espécie viva, é o final fascinante de milhões de anos de evolução. Cada um está adaptado de maneira singular ao seu próprio modo de vida e cada um merece o nosso respeito. Todo animal deve ser honrado em atenção a ele mesmo, independentemente de sua beleza, raridade ou valor monetário.⁹

Pensadores cujas teorias são mais polêmicas como Singer (2004) e Chuahy (2009), discutem a necessidade de mudanças radicais em hábitos, costumes e práticas da sociedade moderna e começam a questionar o sentido e a racionalidade presentes em atitudes comportamentais e ações de determinados setores da sociedade quando defendem a exploração sistemática de um determinado recurso natural com vistas ao crescimento econômico, em nome do bem estar humano e/ou para a obtenção do lucro, colocando em risco de depleção ou extinção esse recurso, num completo desinteresse pelas discussões éticas que essas questões nos impõem, enquanto seres vivos que compartilham o planeta com outras espécies em um longo processo de co-evolução.

O fato é que a maneira como tem se acelerado a interferência humana, principalmente depois do advento da Revolução Industrial na segunda metade do século XVIII, degradando os ecossistemas e comprometendo sua estabilidade ecológica, têm sido decisiva para colocar em estado de vulnerabilidade ou em risco de extinção, nas mais diversas regiões do planeta, milhares de espécies animais e vegetais. Alguns estudos de História Ambiental, cuja característica mais importante talvez seja o diálogo com as chamadas Ciências Naturais, apresentam dados que corroboram essa linha de raciocínio:

Durante os últimos 10.000 mil anos, as atividades humanas causaram mudanças importantes nos ecossistemas mundiais. A expansão universal das colonizações e a criação de campos para pastos e para a agricultura, o desmatamento contínuo das florestas e de outras regiões silvestres e a drenagem dos pântanos reduziram continuamente os habitats de quase todas as espécies de animais e plantas. A caça deliberada de animais para a alimentação, por suas peles e outros produtos (e em

vegetação tem bastante similaridade e continuidade, com um clima mais ou menos uniforme, tendo uma história comum em sua formação. Por isso tudo sua diversidade biológica é própria e também muito parecida.

⁹ MORRIS, Desmond. **O Contrato Animal**. Trad. Lucia Simonini. Editora Record, Rio de Janeiro, 1990. p. 81.

muitos casos, só pelo ‘esporte’) e a coleta de plantas reduziram drasticamente o número de muitas espécies.¹⁰

Por motivos variados, através de atividades diversas e em momentos históricos distintos, a humanidade passou a modificar intensamente o ambiente natural, moldando-o às suas necessidades e interesses, notadamente de caráter econômico. A ocupação e a exploração de praticamente todas as áreas do planeta, mesmo as mais inóspitas, se tornou possível em função dos aparatos científicos e tecnológicos desenvolvidos e colocados a serviço da humanidade. Disso resulta que os impactos negativos sobre o ambiente, antes localizados e de dimensões locais e regionais, passaram a crescer ao longo do tempo alcançando os mais distantes rincões do planeta e comprometendo a estabilidade de ecossistemas que levaram milhares de anos para se constituírem (AGUIAR & DUARTE FILHO, 2011).

Para Lovelock (2006), o descontrolado avanço humano sobre os recursos naturais e a degradação dos ecossistemas em escala global tornou imperativa a preocupação com os destinos do planeta. Reconhecem-se hoje, sem grandes controvérsias, que o ser humano e o ambiente são partes constituintes de um processo que evoluíram juntos pelo menos nos últimos cinco milhões de anos. Isso significa que o ser humano e o planeta são partes constituintes de um processo evolutivo e histórico em que foram se moldando mutuamente até o estágio bio-físico-químico atual. Contudo, o distanciamento do ser humano para com a natureza e o aumento de sua capacidade de exploração dos recursos ambientais fragilizou o equilíbrio existente entre sociedade e natureza. O resultado desse desequilíbrio pode ser constatado em estudos recentes¹¹ que apontam a contínua diminuição da biodiversidade nos estuários, mares e oceanos, ameaçando o bem-estar e até a sobrevivência humana.

Dessa forma, a civilização, que pautou seu desenvolvimento pela industrialização e urbanização intensivas, evidencia a tendência global de alterar significativamente os ambientes naturais. Conforme Drew (1998), essa tendência pode ser observada ainda na crescente e desordenada ocupação do solo, na emissão intensa de poluentes na atmosfera e na grande contaminação e degradação pontual e difusa das águas dos lagos, rios e mares.

¹⁰ PONTING, Clive. **Uma história verde do mundo**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995. p. 265.

¹¹ Estudo coordenado pelo ecologista marinho Boris Worm da Dalhousie University, Canadá, publicado em novembro de 2006 pela revista americana *Science*, com o título “Biodiversity Loss in the Ocean: How Bad Is It?”, divulgado em todo o mundo científico concluiu que a diminuição da diversidade marinha, constatada nas últimas décadas, aumentou o desaparecimento de recursos disponíveis e diminuiu de forma exponencial o potencial de recuperação, de estabilidade ecossistêmica e comprometeu a qualidade da água nas áreas oceânicas estudadas. Os cientistas que fizeram parte da equipe alertaram, ainda, para o fato de que as alterações na biodiversidade marinha são causadas diretamente pela exploração, poluição e destruição de *habitats* e, indiretamente, por perturbações relacionadas com alterações climáticas. Disponível em <http://www.sciencemag.org/content/suppl/2006/10/31/314.5800.787.DC1/1132294.Worm.SOM.pdf>. Acesso em jun. 2010.

Acrescenta-se ainda ao que se convencionou chamar de “crise socioambiental”, o problema da explosão demográfica, da urbanização intensa e desordenada, da demanda crescente por matérias-primas e da descoberta de novas fontes de energia, que, catalisadas pelos avanços científicos e tecnológicos, aceleraram os impactos negativos sobre a natureza.

Para Leff (2009) se vivencia hoje também uma crise do conhecimento. A ciência clássica que prosperou amparada no racionalismo, na compartimentação e na especialização do conhecimento, embora tenha proporcionado avanços técnico-científicos significativos nos mais diversos campos do conhecimento, não tem sido capaz de apresentar soluções definitivas para alguns dos problemas mais graves do mundo contemporâneo, especialmente por não possuir arcabouço teórico-metodológico capaz de compreendê-los em suas interações, interdependências e complexidades.

A este respeito, o autor da teoria da “racionalidade ambiental” complementa que a problemática ambiental pode ser identificada como a crise da própria racionalidade econômica e tecnológica. A globalização econômica introduziu complexidades que ultrapassam a capacidade de compreensão, explicação e solução dos problemas a partir do paradigma da racionalidade econômica estabelecido. Por se vislumbrar o desastre ecológico, o desafio que se mostra imperativo é o da desconstrução de um mundo edificado sobre esse discurso da racionalidade econômica para a construção de uma nova racionalidade ambiental que ressignifique o mundo a partir de novos valores e sob uma nova ética. Neste sentido, Enrique Leff defende a necessidade de superação do atual modelo civilizatório e a reconstrução de uma nova sociedade a partir de mudanças estruturais em sua base material e cultural:

A racionalidade teórica e instrumental constitutiva da modernidade e sua expressão através dos seus valores, seus códigos de conduta, seus princípios epistemológicos e sua lógica produtiva geraram a destruição da base de recursos naturais e das condições de sustentabilidade da civilização humana. Isto desencadeou desequilíbrios ecológicos em escala planetária, a destruição da diversidade biótica e cultural, a perda de práticas de valores culturais, o empobrecimento de uma população crescente e a degradação da qualidade de vida das maiorias. Esta crise do crescimento econômico leva a fundar um desenvolvimento alternativo sobre outros valores éticos, outros princípios de produção e outros sentidos societários, sem os quais a vida humana não será sustentável.¹²

O pensamento sistêmico, defendido por Capra (2001) e outros intelectuais, pode ser melhor compreendido quando se parte do pressuposto de que o mundo, a realidade em suas múltiplas dimensões (inclusive as relações sociais), aparece como um complicado tecido de

¹² Enrique Leff. **Saber ambiental**. Trad. Lúcia Mathilde Endlich Orth; 7ª ed. Petrópolis, Vozes, 2009. p. 84.

eventos, no qual conexões de diferentes tipos se alternam, se sobrepõem ou se combinam, e, por meio dessas inter-relações, é determinada a textura do todo. A partir desses pressupostos epistemológicos, Capra oferece inúmeros exemplos que corroboram sua tese, procurando demonstrar que hoje se vive em um tempo de descobertas importantes, de mudanças nos paradigmas científicos. As descobertas feitas por cientistas renomados do início do século XX, principalmente relativas ao mundo subatômico, revolucionaram a ideia que se tinham da matéria, resultando na maneira de enxergar a verdade (ou as verdades), contribuindo para a adesão de inúmeros cientistas a esta nova forma de compreender e atuar sobre a realidade.

Partindo da ideia de que existe uma crise socioambiental global, embora se registre opiniões divergentes sobre determinados fenômenos que estariam no cerne dessa crise,¹³ parece haver uma forte tendência entre os principais teóricos que discutem as relações sociedade e natureza em exaltar à legitimidade de uma crise ambiental planetária. Sob a bandeira do progresso e do desenvolvimento, vários problemas foram se originando e outros se intensificando a partir das tentativas humanas de explorar a natureza e constituir um modelo civilizatório único: poluição atmosférica, violência urbana, perda de biodiversidade, exploração desordenada dos recursos naturais, interferência antrópica nos ecossistemas, desaparecimento de povos e culturas tradicionais, aquecimento global, extinção de espécie animais e vegetais, entre outros.

Problemas atuais e inquietantes sobre os quais, segundo Morin (1995), a humanidade precisa se debruçar para entendê-los a partir de um novo modo de se inserir na realidade; um olhar caleidoscópico que possa dar conta de uma complexidade que é inerente à própria dinâmica da realidade que está em constante mudança; a humanidade necessita de uma nova racionalidade para lidar com as novas questões que a crise ambiental planetária hoje nos impõe:

Precisamos abandonar os dois mitos maiores do Ocidente moderno: a conquista da natureza-objeto pelo homem sujeito do universo, o falso infinito para o qual se lançavam o crescimento industrial, o desenvolvimento, o progresso. Precisamos abandonar as racionalidades parciais e fechadas, as racionalidades abstratas e delirantes que consideram como irracional toda crítica racional dirigida a ela.¹⁴

¹³É importante aqui fazer referência as controvérsias geradas no meio científico em torno do fenômeno do aquecimento global. Há pensadores que subestimam as ações antrópicas sobre o clima e os sistemas ambientais. Defendem ideias polêmicas, entre elas a de que faltam dados científicos confiáveis para se afirmar que o aquecimento global, por exemplo, tem relação direta com a crescente emissão de CO₂ provocada pelas atividades humanas. A este respeito consultar o livro **O ambientalista cético**, do dinamarquês Bjørn Lomborg, Rio de Janeiro, Editora Campus, 2002.

¹⁴ MORIN, Edgar & KERN, Anne Brigitte. **Terra-Pátria**. Porto Alegre, Sulina, 1995. p. 97

Edgar Morin (1995) parte do princípio de que o crescimento, o desenvolvimento econômico a qualquer custo, alimentado pela exploração desenfreada da natureza e catalisada pelo expressivo desenvolvimento da ciência e da tecnologia, que deitam suas raízes na Revolução Industrial do século XVIII, não passa de um grande equívoco que tem levado à humanidade a destruir o planeta. O filósofo francês entende que outras formas de viver, de compreender e de se relacionar com o mundo (compreendido aqui como natureza) são absolutamente possíveis e necessárias. Daí sua preocupação com o fato de que a humanidade precisa reaprender a se inserir no planeta, considerando-se parte desse e não o sujeito que o domina e o explora destrutivamente.

3.2 Interferências antrópicas nos mares e oceanos.

Dentre os graves problemas ambientais vivenciados pela sociedade contemporânea, talvez um dos mais significativos, dada a sua magnitude, diz respeito à intervenção antrópica nos ecossistemas marinhos. A interferência humana nos oceanos, verificada por meio da poluição crescente das águas, pela pesca e pela caça intensiva e predatória para fins comerciais e industriais tem sido objeto de preocupação de uma parcela importante da comunidade científica mundial.

Igualmente, acredita-se que os desastres provocados com imensos vazamentos de navios petroleiros, o lixo que chega aos oceanos pelos esgotos e o aquecimento global, este último provocado pela queima excessiva de combustíveis e biomassa, têm contribuído para comprometer a estabilidade ecológica desses ecossistemas e acelerar a destruição de várias formas de vida ali presentes. Atividades humanas intensivas que, segundo algumas teorias, devem contribuir para levar a médio ou longo prazo à desestabilização dos grandes sistemas ambientais, podendo tornar a vida insustentável no planeta.

Pesquisas recentes que abordam a atual interferência humana nos ecossistemas do mundo inteiro apresentam números preocupantes quanto ao desaparecimento de plantas e animais, quanto à perda de biodiversidade em ritmo intenso e em praticamente todo o planeta, principalmente a partir da expansão econômica e cultural da Europa Ocidental na era moderna (CROSBY, 2004). Esses números são impressionantes pelo seu crescimento vertiginoso, principalmente quando se reporta aos últimos cinquenta anos da nossa história recente, quando se intensifica a expansão civilizatória e o processo de globalização econômica. Acerca da perda da biodiversidade em todo o mundo, Ponting (1995) faz as seguintes considerações:

Entre 1600 e 1900, uma espécie animal foi extinta a cada quatro anos, na década de 1970, esse nível cresceu para aproximadamente 1.000 por ano. Atualmente, cerca de 25.000 espécies de plantas, 1000 espécies de pássaros (10 por cento do total mundial) e mais 700 espécies de animais (incluindo particularmente os mais vulneráveis, como o tigre, o jaguar, o leopardo, o puma, a cheeta, a jaguaritica, vinte e três tipos de baleias, quatro tipos de rinoceronte, dez de ursos e dois de panda, o gorila das montanhas e o elefante africano) estão próximos da extinção.¹⁵ (Grifamos).

Com justificativas pouco convincentes, como o de promover o desenvolvimento e o progresso da humanidade, grupos econômicos vêm intensificando em todo o planeta a exploração dos recursos naturais com fortes efeitos sobre o desaparecimento de várias espécies da fauna e da flora terrestre e marinha. Nos mares, conforme expôs Tonnessen & Johsen (1982), se verifica um ataque intenso e inescrupuloso contra os cetáceos que, embora controlada a caça no final do século passado, registros históricos dão conta que essas espécies vêm sendo capturadas para atender interesses humanos desde a Idade Média.

No caso particular das baleias, maiores animais vivos do planeta, são atribuídos ao ser humano os ataques mais prolongados que já foi feito a uma única ordem animal. Por vários séculos, do Mar Mediterrâneo ao Pacífico, da Antártica ao Atlântico Sul, dezenas de espécies de baleias foram caçadas pelos mais diferentes motivos e para atender as necessidades dos mais diferentes povos. A caça para fins comerciais reduziu significativamente o quantitativo de algumas espécies de baleias em dimensão e velocidade sem comparativos em toda a história das relações entre sociedade e natureza.

Mais recentemente, com a introdução de modernos artefatos técnicos de caça e captura (o arpão com explosivo, por exemplo) e com o avanço tecnológico da indústria naval a partir da segunda metade do século XIX, com forte influência no setor de navios baleeiros, a caça foi intensificada e expandida alcançando áreas do alto mar e tornando possível inclusive caçar espécies maiores e mais rápidas. Os modernos navios com suporte industrial passaram a processar os derivados baleeiros ainda em alto mar em ritmos de produtividade crescentes, fenômeno que ampliou a matança e o quase extermínio de algumas espécies. O Brasil também participou por vários séculos da economia baleeira mundial, os cetáceos foram caçados no litoral brasileiro desde o início da colonização e contribuíram, através das armações baleeiras, para a ocupação de uma parte considerável da região litorânea. (ELLIS, 1969).

¹⁵ PONTING, Clive. **Uma história verde do mundo**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995, p. 315.

Apesar dos esforços de alguns governos e ambientalistas contrários à “pesca” comercial de derivados baleeiros, as tentativas de manter a inserção da atividade na economia mundial ainda não cessaram. Países como Japão, Islândia e Noruega continuam caçando baleias na região da Antártica, mesmo sob olhar crítico de uma parcela importante da opinião pública internacional. No caso específico do Japão, sob alegação política e justificativa ética de “caça para fins científicos”. Todavia, parece evidente que a quantidade significativa de baleias mortas anualmente por baleeiros japoneses não são realmente para pesquisas, mas para o atendimento de demandas do mercado japonês. Já a Islândia e a Noruega caçam com fins assumidamente comerciais,¹⁶ desrespeitando vinte anos de interdição,¹⁷ o que tem gerado protestos de vários países contrários a essa atividade, especialmente do governo da Austrália. Apesar da moratória suspendendo a caça à baleia por tempo indeterminado, ocorrida em fins do século passado, estima-se que mais de 14 mil baleias ainda foram mortas depois desse período.

O Japão e a Islândia, segundo os organismos internacionais de proteção aos animais, são os principais responsáveis pela morte dos cetáceos. Com o argumento de que o objetivo é obter informações sobre o tamanho e a estrutura das populações desses animais, os japoneses, principalmente, têm promovida a caça sistemática nos mares da Antártida, ignorando o apelo dos países membros da International Whaling Commission e de algumas organizações de proteção dos animais.

Nesse contexto de luta contra a atividade baleeira, entidades como a World Society for the Protection of Animals (Sociedade Mundial de Proteção dos Animais - WSPA, sigla em inglês), têm liderado o movimento de contestação ao posicionamento assumido pelo Japão, Noruega e Islândia frente à manutenção da caça ao cetáceo, em completo desrespeito ao acordo de 1986. A WSPA tem chamado a atenção da opinião pública sobre a possibilidade de liberação da retomada da caça à baleia para fins comerciais e industriais, caso não haja uma mobilização para pressionar os governos desses países a recuar em suas posições.

¹⁶ Islândia e Noruega se negaram a assinar o protocolo que originou a moratória que suspendeu a caça comercial em 1986. De acordo com artigo publicado pelo professor Castellucci, em razão do agravamento de uma crise financeira, a Islândia, por exemplo, autorizou no ano de 2006 uma cota anual de 150 baleias da espécie minke para seus caçadores. A Noruega, que também pratica baleação comercial, permitiu naquele mesmo ano uma cota de captura de 1.052 baleias Minke. Disponível em <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/especial-baleias-salvas-pelo-petroleo>. Acesso em 20 de jan. 2010.

¹⁷ A International Whaling Commission (IWC), criada em 1946, decretou a partir do ano de 1986 a suspensão em todos os mares da caça aos cetáceos. A decisão visava analisar a situação dos estoques baleeiros para se evitar o colapso de determinadas espécies. Essa organização internacional conta atualmente com 85 países consignatários. O Brasil se tornou membro dessa Comissão em 1974 e assumiu, principalmente depois de 1987, um papel importante na luta contra a caça comercial dos cetáceos.

Além do consumo da carne que alcança preços promissores em algumas cidades asiáticas,¹⁸ sabe-se que o Japão desenvolveu, a partir de grandes investimentos em ciência e tecnologia, utilizando-se de matérias primas derivadas de algumas espécies de baleias, um segmento industrial de cosméticos e fármacos bastante lucrativo. Esse fator é, para grande parte dos críticos à postura do Japão de continuar caçando baleias, o verdadeiro motivo que justifica o desrespeito à moratória internacional de 1986.

Outro problema levantado pela WSPA diz respeito ao bem-estar dos animais. Segundo alguns órgãos que atuam em defesa dos animais, as dificuldades de se matar animais de grande porte, parcialmente submersos no mar, como ocorre com as baleias, dá margem a graves problemas de bem-estar dos mesmos. Como alerta a WSPA, no âmbito da Comissão Baleeira Internacional, questões relacionadas ao bem-estar dos animais continuam sem receber a atenção devida. De acordo com a divulgação da própria entidade, uma coalizão global de mais de 950 organizações de bem-estar animal em 154 países, se organizam com a intenção de assegurar o reconhecimento internacional de que o debate sobre a caça de baleia não é apenas uma questão de quantidade e conservação, mas também de sofrimento animal. Questão ética que ganha notoriedade dentro do movimento ambientalista pelo fim da caça aos grandes mamíferos aquáticos, como as baleias, que vêm sendo caçadas nos oceanos com técnicas consideradas pelos ambientalistas como brutais e desumanas.

Os ambientalistas alertam, igualmente, para as tentativas dos japoneses de retomar a caça às baleias em escala comercial. Anualmente, representantes daquele país na Comissão Baleeira Internacional sugerem a abertura das discussões sobre a retomada da atividade, com alguns poucos países aliando-se ao Japão no desejo da suspensão da medida que determina a proibição da caça para fins comerciais.

¹⁸ Em tom de denúncia, em artigo publicado no site oficial do Greenpeace, dia 15 de maio de 2008, “**Greenpeace descobre uma rede de tráfico de carne de Baleia Japonesa**”, discorre-se que o preço do quilo de carne de baleia contrabandeada, sendo ela de boa qualidade, pode alcançar no mercado receptor (Japão), algo em torno de € 85,00. Em valores atuais e em moeda nacional, cerca de R\$ 212,50. Disponível em <<http://www.greenpeace.org/portugal/pt/noticias/greenpeace-descobre-uma-rede-d/>>. Acesso em fev. 2011.

CAPÍTULO IV

4. A ORDEM CETÁCEA: DIVERSIDADE BIOLÓGICA E ORIGENS DA EXPLORAÇÃO COMERCIAL NA PARAÍBA.

4.1 Aspectos biológicos e ecológicos dos cetáceos

Os cetáceos são animais marinhos que se adaptaram à vida aquática há milhões de anos. Os mamíferos dessa ordem recebem a denominação de botos, golfinhos e baleias. Os organismos da Ordem Cetácea encontram-se divididos em duas subordens: Mysticetos (com barbatanas) e Odontocetos (com dentes). Segundo Watson (1986), as baleias já conhecidas e catalogadas estão distribuídas em 76 espécies e 17 subespécies, caracterizadas por enorme diversidade de tamanho, tegumento e pigmentação. Tais animais são totalmente adaptados à vida na água, embora indícios paleontológicos indiquem que esses animais migraram do continente para o mar no Período Eoceno.¹⁹

As baleias, considerados os maiores animais da Ordem Cetácea, assumem aspectos físicos e biológicos diversos, mas no geral são corpulentos, possuem extensas camadas de gordura e podem alcançar peso e comprimento excepcionais. Algumas espécies são poliândricas e a gestação dura entre 11 e 12 meses. As baleias, como grande parte dos mamíferos, inclusive a espécie humana, têm respiração pulmonar²⁰, inspiram oxigênio quando de sua emergência à superfície marinha e expiram o gás carbônico. Esses animais possuem extinto materno aguçado de proteção à cria, desenvolveram ao longo de milhões de anos um sistema de comunicação complexo e um senso de localização considerado pelos estudiosos bastante eficientes, o que permite a determinadas espécies locomoverem-se por praticamente todos os oceanos e mares do planeta.

Quanto à alimentação desses animais marinhos, varia de acordo com os padrões de produtividade primária do ambiente e das características biológicas de cada espécie. As baleias minke, da subordem Mysticetos, que eram caçadas na Paraíba na última década da

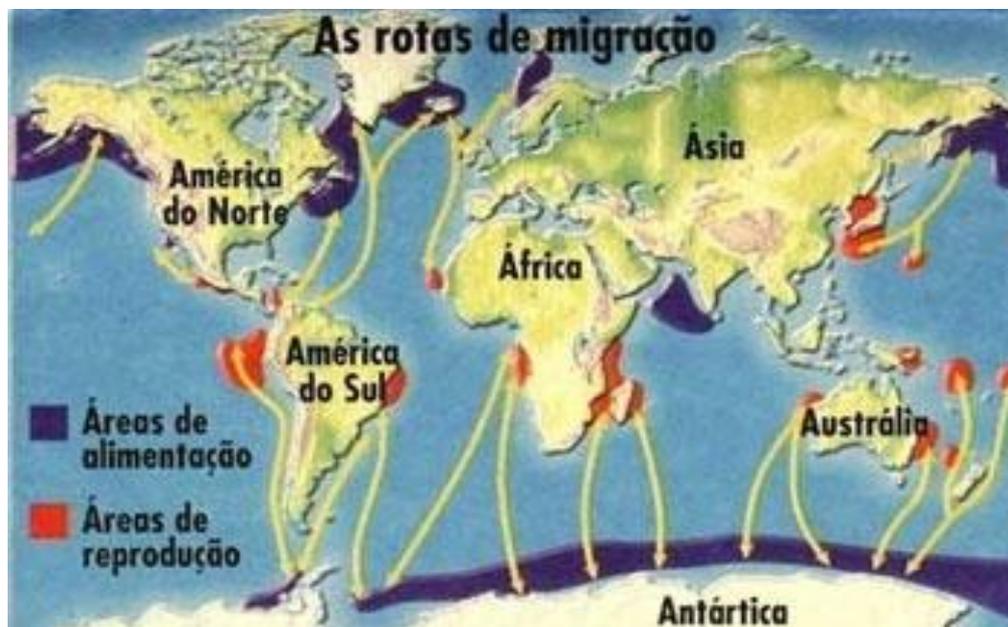
¹⁹ Chamam de Eoceno o período geológico que segue o Paleoceno e antecede o Mioceno, compreendido entre 55 e 35 milhões de anos atrás (LIMA e SILVA et al., 2002). Nessa época, entre outras mudanças naturais importantes ocorridas na Terra, mencionam-se transformações evolutivas ocorridas com os cetáceos, o que teria resultado na migração das baleias do continente para os oceanos.

²⁰ Todavia, ao contrário do homem que armazena o ar principalmente nos pulmões, as baleias o guardam, sobretudo, nos músculos e no sangue. Essa característica fisiológica dá a algumas espécies cetáceas a capacidade de imergir por até noventa minutos sem necessidade de voltar à superfície para respirar. Antes de submergir, o animal esvazia os pulmões de ar e assim evita o bloqueio dos vasos sanguíneos provocado por bolhas de gás liberadas no sangue durante a subida para a superfície, quando, conseqüentemente, a pressão diminui. Disponível em: < <http://emdiv.com.br/pt/mundo/riquezas-da-fauna-e-flora/494-baleia-morfologia-e-fisiologia.html>>. Acesso em 10 de set. 2010.

atividade, nutrem-se de zooplâncton, especialmente *Euphasia superba* (krill), organismos marinhos que as baleias recolhem das águas frias da Antártida, enchendo a boca de água e a deixando escorrer em seguida para “filtrar” os alimentos através de uma rede de cerdas de material queratinoso (lâminas ósseas chamadas de barbatanas), as quais substituem os dentes nesses animais. Nesse processo, o alimento é selecionado e ingerido em quantidade satisfatória, favorecendo o aporte de gordura que serve de reserva de energia para os grandes deslocamentos feitos anualmente por esses animais.

Espécies como minke, jubarte e franca, embora se alimentem em águas frias do oceano Austral, se deslocam anualmente para águas mais quentes dos oceanos localizados no Hemisfério Sul para se acasalar, se reproduzir e amamentar seus filhotes (CUMMINGS, 1985). As baleias que foram caçadas por séculos no litoral brasileiro fazem parte desses grupos que se alimentam próximo aos pólos e migram anualmente para regiões de águas com temperatura mais favoráveis à procriação. A figura abaixo mostra o fluxo das baleias das regiões mais frias para as águas mais quentes, propícias ao acasalamento e à reprodução:

Figura 2. Mapa da Migração das baleias: O fluxo de pelo menos sete espécies de baleias com barbatanas que ocorrem em águas brasileiras: baleia-franca, baleia-azul, baleia-fin, baleia-sei, baleia-de-bryde, baleia-jubarte e baleia-minke:



Fonte: www.greenpeace.org.br

Golfinhos e botos, embora da mesma espécie, apresentam diferenças importantes quando comparados às baleias. A começar pelas dimensões, os golfinhos e botos são considerados os menores animais da Ordem Cetácea. Esses mamíferos despertam curiosidade,

simpatia e encantamento nas pessoas desde tempos longínquos. Contatos entre humanos e esses seres foram materializados por meio de desenhos em regiões da Grécia Antiga. Gravuras em cavernas localizadas em diversas regiões costeiras mostram homens nadando com golfinhos ou sendo salvos de naufrágios por eles há milhares de anos. (SILVA, 2007)

Os golfinhos, considerados criaturas dóceis, inteligentes e sociáveis, sempre foram cativados pela espécie humana, inclusive têm sido muito utilizados em espetáculos promovidos em parque aquáticos em diversos países,²¹ principalmente nos Estados Unidos da América, Canadá e México. Em relação aos botos, vivem em água doce na região amazônica, fazendo parte do convívio e da cultura do povo ribeirinho há milhares de anos. Lenda e histórias sobre esses animais povoam o imaginário e a mitologia da população amazônica (DO VAL, 2008).

Trabalhos sobre as baleias, publicados por estudiosos da temática, mencionam relatos das aventuras humanas envolvendo as baleias desde a Idade Média, quando a religiosidade e a superstição marcavam o cotidiano das comunidades que habitavam as áreas litorâneas do Velho Mundo:

Na Idade Média, as grandes baleias eram denominadas de “leviatãs” ou “mamutes dos mares”, impondo respeito e temor aos habitantes das regiões litorâneas por elas frequentadas. Pescadores e navegantes relatavam incidentes com “perigosos monstros marinhos”. Inúmeras embarcações, à época, construídas com estrutura, costado e cavilhas de madeira, foram afundadas por rabanadas de fêmeas recém-paridas, mormente as de espécie cachalote. Pressupondo um possível ataque às suas crias, voltavam-se enfurecidas contra aquelas frágeis embarcações. Essa aura de mistério desafiou a argúcia e a curiosidade de estudiosos em todos os tempos.²²

Outras espécies cetáceas, com enormes dimensões e peso, formam o grupo dos maiores mamíferos marinhos, a exemplo do *Physeter macrocephalus* (cachalote) e da *Balaenoptera musculus* (baleia azul). Esses animais também alimentaram o universo mitológico de diversas culturas, principalmente pelo que esses seres representaram para o imaginário de diversas comunidades costeiras que viviam da caça à baleia, quando a atividade ainda era permitida em quase todos os mares conhecidos. As dificuldades impostas pela imprevisibilidade do mar, pelas histórias fabulosas e pela constante luta dos animais para sobreviver às investidas da espécie humana, não foram fatores impeditivos para que caçadores

²¹ Países como Canadá, México e Estados Unidos são roteiros preferidos de turistas que viajam em férias para assistir a espetáculos aquáticos envolvendo humanos e cetáceos. Em Orlando, estado americano da Flórida, o Sea World, integrante do Complexo Disney, é um dos parques aquáticos mais famosos do mundo por seus shows envolvendo homens e golfinhos.

²² CAVALCANTE FILHO, Antônio e RABAY, Guilherme Campelo. **Baleias: fatos e mitos**. João Pessoa, Ideia, 2010. p. 28.

de diversas nacionalidades se aventurassem ao mar em seus navios-canhão, com o objetivo único de fomentar o empreendimento baleeiro.

O romance *Moby Dick*, de Herman Melville, publicado pela primeira vez em 1851, retrata a história de Ismael, que parte da Ilha de Manhattan, nos Estados Unidos da América, a procura de um baleeiro que o conduzisse à aventura da pesca da baleia. A história de Ismael e de uma feroz baleia cachalote, um “monstro” de dimensões gigantescas que luta contra navios baleeiros, faz parte das obras que marcaram a literatura universal e ajudaram a despertar a imaginação de crianças e adultos em todo mundo.

Mais recentemente, com o desenvolvimento da Oceanografia e da Biologia Marinha, as tentativas de se conhecer aspectos relacionados aos cetáceos levaram pesquisadores e cientistas à elaboração de conhecimentos rigorosos, precisos e, portanto, mais consistentes acerca de aspectos biológicos e comportamentais das baleias. Aos poucos, os conhecimentos associados aos mitos e às superstições foram dando lugar às explicações científicas, sobretudo quanto a padrões de comportamento e reprodução desses animais. Dezenas de pesquisa vêm sendo elaboradas sobre os grandes cetáceos, principalmente após o crescimento da consciência ambiental e do desenvolvimento de novas metodologias que permitiram a obtenção de dados mais confiáveis sobre as espécies (OSLUND, 2004).

Mesmo reconhecendo que pesquisadores brasileiros têm contribuído para ampliar o nível de conhecimentos sobre algumas espécies de baleias, como a *Megaptera novaeangliae* (jubarte) na Bahia e a *Eubalaena australis* (franca) em Santa Catarina, é importante enfatizar que um caminho longo e árduo ainda precisa ser percorrido para que se possam conhecer mais profundamente esses animais. São grandes e diversas as dificuldades para se investigar comportamento, fisiologia, morfologia e hábitos desses seres marinhos que, por séculos, foram estudados prioritariamente para se tentar conhecer de que forma e em quais aspectos poderiam ser incorporados, como recurso natural, aos modelos econômicos adotados pelas sociedades humanas.

Algumas descobertas recentes sobre as espécies de baleias que sobreviveram à caça comercial, pautadas em metodologias baseadas principalmente em observação comportamental,²³ têm possibilitado lançar luz sobre características que podem ser utilizadas para exemplificar o quanto esses animais são interessantes e merecem, assim como todas as formas de vida, ter reconhecido seu direito à existência:

²³Trabalhos de investigação sobre comportamento das espécies migratórias, através da observação e do monitoramento dos grandes animais marinhos, a exemplo das baleias jubarte na Bahia e das baleias franca em Santa Catarina, se enquadram nessa nova modalidade de pesquisa.

Os cetáceos possuem códigos e dialetos bastante sutis, além de condutas típicas relacionadas à preservação da espécie. Uma baleia cachalote macho, por exemplo, pode emitir sons impregnados de musicalidade, a sua canção submersa para atrair a fêmea. A baleia cinzenta, da mesma forma que os golfinhos, desenvolve um nado sincronizado e repleto de símbolos ainda não compreendidos pelo homem. E o que não dizer da jubarte, conhecida como a bailarina dos mares? Já as baleias mães não abandonam os filhotes em hipótese alguma e, para defendê-los, são capazes de sacrificar a própria vida. Animais inteligentes e sociáveis, as baleias muito pereceram nas mãos daqueles que se vangloriam, indevidamente, de serem os únicos seres racionais do planeta.²⁴

Estudos recentes sobre quatro dessas espécies de baleias: *Balaenoptera bonaerensis* (minke), *Physeter macrocephalus* (cachalote), *Eubalaena australis* (franca) e *Megaptera novaeangliae* (jubarte) as três últimas vitimadas pela caça comercial, e hoje presentes na lista de animais ameaçados de extinção do governo brasileiro, possibilitaram conhecer aspectos da biologia comportamental e reprodutiva dessas espécies. Descobertas importantes que têm sido utilizadas pelos ambientalistas na defesa para mantê-las afastadas da exploração comercial e industrial.

4.2 *Balaenoptera bonaerensis* (baleia minke-australiana)

Exemplares da espécie minke podem ser encontrados em águas tropicais, temperadas e frias de todos os mares, tanto em áreas costeiras como em oceânicas. Estudos demonstraram que indivíduos dessa espécie puderam ser avistados também em baías e estuários, ou seja, em áreas de pouca profundidade. Alimentam-se em áreas próximas aos pólos, entre dezembro e junho, quando é verão no Hemisfério Norte. No inverno, os grupos migram para regiões mais quentes para acasalar, se reproduzir e amamentar seus filhotes.

A baleia minke se tornou, a partir de 1982, nos últimos anos da atividade baleeira no país, a única espécie caçada no litoral norte da Paraíba. Os exemplares dessa espécie possuem corpo afilado, esguio e hidrodinâmico, o que permite seus movimentos e a locomoção por grandes áreas dos oceanos. É considerada a menor baleia existente dentro da subordem dos Mistictos. Os machos, quando adultos, não ultrapassam dez metros de comprimento, enquanto as fêmeas podem alcançar até doze metros. O peso máximo desses animais pode se aproximar de dez toneladas. A coloração da pele é preta ou cinza-escura no dorso e branca na região da barriga (LUCENA, 1999).

²⁴ LEVAI, Laerte Fernando. SOUZA, Verônica Martins de. **Memórias de Sangue: a história da caça à baleia no litoral paraibano**. Revista Brasileira de Direito Animal, Ano 4. Número 5. Salvador, BA, Evolução, 2008.

4.3 *Physeter macrocephalus* (cachalote)

A espécie cachalote é a única das grandes baleias que pertence à Ordem dos Odontoceti, hoje incluída pelo governo brasileiro na lista de animais ameaçados de extinção, em razão da caça predatória a que foi submetida no litoral do país desde o início do século XIX (MMA, 2008). Essa espécie se caracteriza, entre outros aspectos, por integrar a relação de animais marinhos que possuem hábitos pelágicos.²⁵ É atribuída ao cachalote a capacidade de grandes imersões, podendo atingir até três mil metros de profundidade à procura de alimento, principalmente lulas gigantes que habitam essas profundidades. Outra característica que diferencia o cachalote das outras espécies de baleias é o fato desse animal possuir, na parte frontal do corpo, na caixa craniana, uma substância chamada espermacete,²⁶ que o faz suportar a alta pressão da água e a baixa temperatura, comuns em grandes profundidades. Além disso, o sangue dos cachalotes possui maior número de hemácias e hemoglobinas que outras espécies, responsáveis pelo transporte do oxigênio dentro do organismo. Com isso, o oxigênio dos pulmões é transferido com mais eficiência para o sangue durante os mergulhos profundos e a baleia consegue ficar bastante tempo sem precisar voltar à superfície para respirar.²⁷

Animais da espécie cachalote não ocorrem em áreas protegidas, fato que dificulta a aproximação dos pesquisadores e o monitoramento da referida espécie. Em consequência, o conhecimento sobre esses mamíferos é incipiente, sugerindo-se a aplicação de novas técnicas e metodologias mais específicas para que se possam aprofundar as pesquisas sobre esses seres. Além dos problemas operacionais encontrados para a realização das pesquisas sobre esses animais, em razão dos motivos elencados, a falta de recursos e de incentivos ajuda a compor o quadro de dificuldades.

²⁵ Animais de hábitos pelágicos são aqueles que alcançam águas localizadas em oceano aberto, após a quebra da plataforma continental. Um animal pelágico é aquele que vive, ou passa a maior parte de seu tempo, neste ambiente, se aproximando da costa somente durante a temporada de reprodução. Também conseguem descer a grandes profundidades e estão bem adaptadas a mergulhos profundos.

²⁶ Substância cerosa muito utilizada na indústria moderna para diversos fins: cosmético, têxtil, lubrificantes, etc. A caça predatória em busca dessa substância para o atendimento da demanda industrial reduziu consideravelmente a população desses animais, levando o cachalote à lista dos animais ameaçados de extinção.

²⁷ VENTUROTTO, Andréa. HASSEL, Lucas B. FERNANDES, Tatiana. **Na rota das Baleias**. Revista Ciência Hoje. Disponível em <<http://chc.cienciahoje.uol.com.br/revista/revista-chc-2001/118/na-rota-das-baleias>>. Acesso em 10 de set. 2011.

4.4 *Eubalaena australis* (baleia franca-do-sul)

As pesquisas no Brasil sobre a espécie *Eubalaena australis* têm sido realizadas especialmente por pesquisadores ligados ao Projeto Baleia Franca, criado em 1982 em Santa Catarina, para proteger e preservar essa espécie ameaçada de extinção. As populações dessa espécie foram reduzidas drasticamente, em razão da caça predatória realizada na costa brasileira desde o período colonial. Todavia, estudos sobre a ocorrência da espécie no litoral Sul do Brasil sugeriram que a espécie vem se recuperando a uma taxa de 14% ao ano (GROCH, 2005).

As baleias franca-do-sul podem ser avistadas entre os meses de maio a dezembro no litoral brasileiro. Ocorrem principalmente nos mares do Rio Grande do Sul até o litoral sul da Bahia. Contudo, têm na costa de Santa Catarina sua área de preferência para reprodução, onde podem ser avistadas com grande frequência. São espécies fáceis de ser identificados pelo fato de apresentar três características que as diferenciam de outras espécies: não possui nadadeira dorsal, apresentam longas nadadeiras peitorais e apresenta calosidades na região da cabeça (MMA, 2008).

O projeto Baleia Franca, sediado em Imbituba, estado de Santa Catarina, conta com apoio financeiro de várias empresas privadas locais²⁸ e da estatal brasileira PETROBRÁS, empresas que incentivam políticas e práticas ambientais sustentáveis para melhorar a sua imagem frente à opinião pública e valorizar seus produtos frente aos consumidores. Várias pesquisas sobre aspectos biológicos e comportamentais da espécie franca vêm sendo desenvolvidas e divulgadas desde o início da década de 1980, quando o projeto de preservação da espécie foi instituído naquele estado. Os resultados das pesquisas são compartilhados em encontros nacionais e internacionais de pesquisadores que estudam esses mamíferos marinhos.²⁹

Em que pese às dificuldades relacionadas aos estudos sobre as baleias franca, principalmente por serem espécies migratórias, avanços importantes puderem ser constatados nas últimas décadas. O fato das baleias francas serem caracterizadas morfologicamente por

²⁸ Cerâmica Itagres, FunDive e Intelbrás são algumas dessas empresas que constam da relação de colaboradores que prestam apoio ao Projeto Baleia Franca em Santa Catarina.

²⁹ No endereço eletrônico: http://www.baleiafranca.org.br/oprojeto/oprojeto_publicacoes.htm, acesso em 20 de setembro de 2010, encontrou-se disponível para consulta uma quantidade expressiva de trabalhos científicos, principalmente em forma de artigos acadêmicos, sobre a baleia franca. Os trabalhos foram apresentados em diversos encontros nacionais e internacionais, entre os quais, o Encontro Nacional Sobre Conservação e Pesquisa de Mamíferos Aquáticos (ENCOPEMAQ - Brasil) e na Reunión Internacional sobre el Estudio de Mamíferos Acuáticos SOMEMMA-SOLAMAC (12a RT / 6o Congreso de la SOLAMAC), Mérida, México, 2006.

um conjunto de calosidade ou “verrugas”, estruturas formadas por espessamentos naturais da pele, possibilita diferenciá-la das outras espécies com relativa facilidade, contribuindo para avanços nas pesquisas científicas que monitoram seu comportamento e os deslocamentos desses animais nos mares e oceanos.

Entre algumas conclusões sobre as baleias francas, sugeriu-se, através das pesquisas de observação feitas por especialistas, que houve um incremento no número de animais que anualmente migram para o litoral catarinense para acasalamento e procriação. Com o fim da atividade comercial dos derivados baleeiros, esses mamíferos marinhos, que praticamente haviam desaparecido da região, têm dado mostras de recuperação de sua população, fato que tem agradado a ambientalistas e pesquisadores.

Quatro espécies de baleias, que fizeram parte da relação dos animais caçados no Brasil ao longo dos últimos séculos, estão representadas nas Figuras 2, 3, 4 e 5, podendo ser utilizadas para demonstrar que as diferenças entre em algumas espécies de cetáceos iniciam-se com a aparência e a estrutura física:



Figura 3. *Physeter macrocephalus* (cachalote)



Figura 4. *Megaptera novaeangliae* (baleia jubarte)



Figura 5. *Eubalaena australis* (baleia franca)

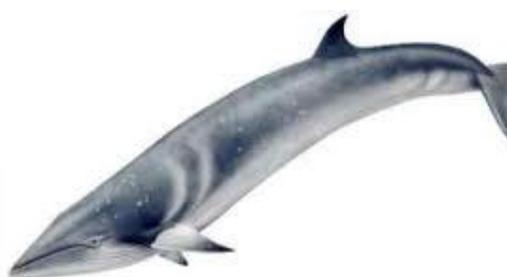


Figura 6. *Balaenoptera bonaerensis* (baleia minke)

Algumas espécies de baleias ainda encontram-se seriamente ameaçadas de extinção e muitas outras correm risco de constar na relação de animais em estado de vulnerabilidade

ambiental. A caça predatória para fins comerciais, ocorrida até o final do século XX, provocou o abate de milhares de animais em todo o mundo. Caçadas uma após outra, as populações de baleias foram declinando em todos os mares e oceanos. O exemplo das baleias jubarte e franca, que foram caçadas exaustivamente no litoral brasileiro quando a atividade era permitida, e praticamente desapareceram do litoral brasileiro, é utilizado por pesquisadores quando se referem aos prejuízos ecológicos que a atividade baleeira provocou.

Nos últimos anos, tem-se percebido um declínio acentuado no número de operações com navios baleeiros. Contudo, o crescimento do tráfego marítimo nas últimas décadas e a aproximação direta de embarcações que alteram repentinamente a velocidade ou ritmo dos motores são causas fartamente documentadas de perturbação de baleias, cuja sensibilidade ao som propagado na água, já que vivem imersas em um mundo essencialmente acústico faz com que tal aproximação possa causar grave molestamento aos animais.³⁰

Mesmo depois da Comissão Baleeira Internacional (CIB) estabelecer uma moratória, em 1982, suspendendo a atividade baleeira em todo o mundo, outros tipos de agressão são identificados e servem para demonstrar a interferência antrópica nos ecossistemas marinhos: a degradação dos mares costeiros por esgotos domésticos e industriais, compostos orgânicos sintéticos, lixo, metais tóxicos, petróleo e outros que são responsáveis por 70% das ameaças, e os 30% restantes ficam por conta do tráfego de embarcações, pela captura de animais em redes de pesca e por encalhes (HETZEL & LODI, 1993).

4.5 Caça da baleia na Paraíba: antecedentes históricos do extrativismo para fins comerciais.

Estudos que discorrem sobre as origens da atividade baleeira na Paraíba atribuem a um homem, o holandês Julius Von Sohsten, a responsabilidade pela montagem e estruturação, em 1912, da companhia baleeira em Costinha, então um vilarejo pertencente ao município de Santa Rita.³¹ A escolha do espaço por Julius Von Shosten para montar o empreendimento baleeiro, no início do século passado, foi justificada, por Cavalcante Filho & Rabay (2010) considerando vários fatores, principalmente os aspectos naturais da região:

³⁰MARQUES, F. Poluição sonora pode prejudicar reprodução de baleia. **Ciência Hoje**, nº 184, julho de 2002. p. 3.

³¹Com a emancipação política de Lucena, ocorrida por força da Lei nº 2.664 em dezembro de 1961, Costinha passou a ser um distrito ligado administrativamente à Lucena na parte que foi desmembrada do município de Santa Rita.

Diversos fatores influíram na localização do parque fabril, salientando-se que a escolha feita em 1912 pelo armador Julius Von Shosten, atende ainda hoje aos requisitos para efetivação da operação de pesca. A protuberância litorânea apresentada pela Paraíba, no contorno oriental brasileiro, torna a base de pesca mais próxima da área preferida pelos cetáceos para o acasalamento, reduzindo o tempo de navegação e, conseqüentemente, os custos de operação. Face à temperatura da água, com 27° C, é a faixa marítima na qual mais as baleias se aproximam da costa.³²

Além de água potável e de energia elétrica, o mar, na região onde está localizada Costinha, oferecia profundidade suficiente no canal de acesso, permitindo, sem maiores riscos, a atracação do navio baleeiro que fazia a entrega das baleias capturadas reduzindo custos de transporte ou transbordo da produção quando feito por barcos de menor porte. A escolha pela região se deve igualmente ao fato da área escolhida está afastada dos núcleos habitacionais, que poderiam ser atingidos por odores e descartes industriais.

Ainda de acordo com Cavalcante Filho & Rabay (2010), o local escolhido à época para a implantação do empreendimento baleeiro permitia todos os tipos de operação: a sangria, o corte, o cozimento dos toucinhos em autoclaves, a secagem ao sol das carnes e resíduos. Esses procedimentos eram realizados sem que gases e vapores viessem a incomodar a vizinhança, uma vez que os ventos dominantes na área são do quadrante sul, portanto, a fumaça era conduzida para regiões não habitadas.

Outros estudos que se debruçaram sobre as origens da atividade baleeira na Paraíba, indicam que o holandês fundador do empreendimento vendeu a empresa, em 1928, juntamente com suas terras e barcos, para a Mendes Lima e Cia., um grupo pernambucano que teria explorado a “pesca da baleia” até 1939, sendo depois adquirido monopólio pelo fundador da então COPESBRA, o português Samuel Galvão. Segundo Madruga (1980, p. 83) a atividade baleeira foi então dinamizada pelo novo proprietário: entre outras medidas para dinamizar o empreendimento, compraram-se dois rebocadores munidos de canhão para incrementar a atividade de caça. Finalmente, a partir de em 1959, o controle econômico da Companhia de Pesca Norte do Brasil passou para as mãos do grupo japonês Nippon Reizo Kabushiki Kaisha. Fato que, segundo a bibliografia consultada, teria transformado a atividade baleeira em um empreendimento de grande porte com efeitos econômicos e sociais considerados importantes para a região.

A partir dessa época, portanto, reuniram-se as condições necessárias para modernizar o processo de abate e de industrialização dos derivados, tornando a atividade ainda mais

³²CAVALCANTE FILHO, Antônio e RABAY, Guilherme Campelo. **Baleias: fatos e mitos**. João Pessoa, Ideia, 2010, p. 75.

rentável, inclusive agregando valor à carne e derivados para atendimento de um mercado interno em formação, e, principalmente, para exportação da carne congelada para frigoríficos da Ásia.

O novo comando do empreendimento baleeiro, agora feito pelos japoneses, procurou gradativamente diversificar a produção e a ampliar a oferta dos derivados no mercado regional, nacional e internacional. Decidiu-se pelo aproveitamento integral do animal, produzindo, além do óleo, a charque, a carne *in natura*, farinha de ossos e mais alguns outros subprodutos.

Dessa forma, durante quase oito décadas, o empreendimento baleeiro se confundiu com a história e a vida dos moradores de Lucena e dos moradores do litoral norte da Paraíba. Atualmente a empresa faz parte da história das famílias e de toda a comunidade remanescente de Costinha e distritos vizinhos. Centenas de homens e mulheres dessa região guardam na memória muitas histórias sobre a “pesca da baleia”. A trajetória do movimento sindical, da exploração do trabalho, do cansaço constante dos trabalhadores e também da questão sócio econômica da cidade e da região são algumas das histórias que podem ser ressignificadas a partir dos depoimentos dos moradores mais antigos de Lucena.

A COPESBRA, hoje desativada, está localizada à margem esquerda da foz do Rio Paraíba (6°57'45”S, 34°51'28”W) em frente ao Porto de Cabedelo, distante aproximadamente 2,5 km do ancoradouro. A Figura 7 mostra a localização da área de Costinha onde funcionou o empreendimento baleeiro:

Figura 7: Imagem de satélite Praia de Costinha, litoral norte da Paraíba.



Fonte: Google - Adaptação: Duarte Filho, 2012.

Após a entrada dos japoneses, portanto, no empreendimento baleeiro de Lucena, passou-se a aproveitar praticamente tudo dos animais abatidos: a carne do animal passou a ser industrializada e destinada ao mercado regional e à exportação para o Japão; o óleo, extraído da gordura do animal, abastecia indústrias do Sudeste do Brasil; as barbatanas eram usadas como matérias-primas para o artesanato local e também exportadas, principalmente para a França, onde eram utilizadas na fabricação de espartilhos e na indústria têxtil. Os ossos e as vísceras das baleias capturadas, também eram aproveitados. Depois de triturados, eram ensacados, armazenados e vendidos para a composição de adubo agrícola e ração animal³³ que eram comercializados na região.

Os números apresentados pela COPESBRA não deixam dúvida: os derivados baleeiros de maior significado econômico eram a carne e o óleo, uma vez que industrializados representavam os produtos de maior valor comercial para a Companhia de Pesca Norte do Brasil. O óleo extraído era quase que totalmente absorvido pelos mercados de São Paulo e Rio de Janeiro, atendendo necessidades de indústrias de curtume, têxtil e de lubrificantes (PAULINO, 1980).

A carne de baleia produzida no município de Lucena, ao contrário do que ocorria no início da atividade, assumiu importância relevante no comércio regional e internacional. Além da venda da carne congelada, em que as partes consideradas “nobres” eram processadas, armazenadas e exportadas para o Japão (Tabela 2), vários derivados baleeiros passaram a ser comercializados nos mercados da Paraíba, do Nordeste e do Brasil.

Tabela 2 - Carne de baleia congelada e exportada para o Japão – Ano de referência: 1983.

Data de embarque	Nome do Navio	Porto de embarque	Peso bruto	Peso líquido	Valor US\$
25/09/83	Ned Nagoya	Fortaleza	208.425	200.002	454.525,40
26/10/83	Ned Nagoya	Fortaleza	208.168	200.000	410.484,24
18/11/83	Ned Nappier	Fortaleza	208.587	200.004	432.233,04
08/12/83	Sachishio-Marú	Cabedelo	208.625	200.280	518.556,12
08/12/83	Sachishio-Marú	Cabedelo	903	860	430,00
12/12/83	Ned Nagasaki	Fortaleza	207.337	200.004	484.376,64
TOTAL					2.300.605,44

Fonte: COPESBRA citado por TOLEDO, 2009, p 116

A COPESBRA atendia a demanda do mercado interno com a produção de carne *in natura*, de sol e o charque. Esses produtos eram vendidos para municípios dos estados da

³³Entre as empresas que adquiriam a matéria-prima para a fabricação de ração animal, processada pela COPESBRA a partir de derivados baleeiros, destacava-se a Purina, empresa tradicional que há 85 anos vende ração para cães e gatos. A Purina, marca conhecida pelos criadores, pertence ao grupo suíço Société des Produits Nestlé S.A.

Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Bahia. Esse último estado era o maior consumidor do charque, inclusive havia comerciantes baianos que compravam caminhões fechados do produto.

A empresa japonesa sediada em Lucena desenvolveu ao longo de sua trajetória econômica, mas principalmente nas décadas de 60, 70 e 80, toda uma estratégia de marketing para criar nesses estados do Nordeste o hábito de consumir esses produtos. Dentre as estratégias utilizadas para ampliar a venda da carne de baleia no mercado regional estava o discurso que enfatizava o alto valor nutritivo do produto e seus preços que, quando comparados a similares como a carne bovina ou frango, chegava a custar metade do preço no mercado regional. Fato que contribuía para atrair os grupos sociais mais pobres ao consumo da carne de baleia.

A partir da segunda década do século XX, quando a caça foi introduzida na Paraíba, até 1987 quando foi definitivamente proibida por força da Lei 7.643/87, estima-se que milhares de baleias foram mortas em Lucena. No entanto, os números disponíveis sobre o abate dos cetáceos em águas paraibanas não são precisos. Mesmo os números divulgados pela empresa que explorava a caça comercial são questionáveis, uma vez que não se pode ter o controle absoluto dos mamíferos que foram atingidos pelos arpões, mas que, no entanto, não foram capturados e ao fugirem acabaram morrendo em alto mar. Além do fato de que em alguns anos de atividade, não foram feitos registros dos animais abatidos.³⁴

A situação da caça às baleias na Paraíba para fins comerciais, que se estendeu por quase um século, invoca um dos graves problemas ambientais vivenciados pela sociedade contemporânea: a intervenção humana no ambiente marinho e o extermínio de espécies da fauna e da flora. O processo de desestabilização desses ecossistemas, intensificada nas últimas décadas, se realiza, sobretudo, por meio da poluição das águas marinhas por esgotos domésticos e industriais, pelo lixo levado pelas galerias fluviais, pela pesca e caça intensiva e predatória para fins comerciais e industriais. Essas ações antrópicas, somadas aos desastres provocados por imensos vazamentos de petroleiros e deslambres de navios (eliminação da água em áreas portuárias, geralmente contaminada, usada para equilibrar a embarcação), têm contribuído para comprometer o equilíbrio ecológico dos ecossistemas marinhos e, por

³⁴Segundo dados oferecidos pela COPESBRA, entre os anos de 1911 e 1985 aproximadamente 22 mil baleias foram abatidas na Paraíba. Contudo, entre os anos de 1929 e 1946 não se tem registros do quantitativo de animais sacrificados no litoral paraibano. Lacuna que contribui para fortalecer a ideia da inexatidão do número de animais mortos ao longo de quase oito décadas de atividade.

consequente, para acelerar a destruição de várias formas de vida ali presentes, o que pode se constituir, segundo especialistas, em um risco para a própria existência humana.

A intervenção predatória nos ecossistemas marinhos no Brasil não é recente. Antes mesmo da formação do país como nação independente de Portugal, incursões no litoral brasileiro foram organizadas para caçar baleias. Essas empreitadas foram promovidas por europeus que colonizaram o território hoje conhecido por Brasil. Relatos de indivíduos que estiveram na América portuguesa no início da colonização documentaram aspectos da trajetória do empreendimento baleeiro. As armações baleeiras, espécie de feitorias montadas no litoral, se espalharam do Recôncavo baiano à Ilha de Santa Catarina.

Como forma de conhecer um pouco mais da economia baleeira, se faz necessário investigar vestígios dessa atividade que foi iniciada na costa do atual território brasileiro há mais de quatrocentos anos. Mais precisamente em 1603, data em que os caçadores da região do Golfo de Biscaia iniciaram por aqui a então chamada “pesca da baleia”. Aspectos da história da exploração das baleias na América portuguesa, analisados no capítulo seguinte, coadunam com os objetivos estabelecidos para a presente pesquisa.

CAPÍTULO V

5. HISTÓRIA DA CAÇA À BALEIA NA AMÉRICA PORTUGUESA

5.1 Revisitando a atividade baleeira nos trópicos: olhares, impressões e narrativas de viajantes no Brasil Colonial (1603-1823).

Embora a atividade baleeira tenha sido explorada por quase todo o século XX no litoral da Paraíba, a história da exploração desse recurso natural na costa brasileira remonta ao período em que o país ainda era uma colônia portuguesa. Numa época em que praticamente toda a riqueza de Portugal era produzida em suas colônias de além-mar, a chamada “pesca da baleia” se constituiu em um empreendimento econômico importante, responsável por fazer fortuna para aqueles que se prontificavam a arrendar da Coroa portuguesa os riscos³⁵ da empreitada.

Nos primórdios da colonização do território brasileiro, além do pau-brasil, cana-de-açúcar, tabaco, algodão, ouro e café, e de uma infinidade de outros produtos de menor valor, a caça de animais silvestres e marinhos ajudou a compor o quadro de exploração econômica e de degradação ambiental levada a cabo pelos colonizadores europeus a partir do século XVI. Neste aspecto, a caça à baleia no litoral brasileiro se constituiu como atividade econômica importante para manutenção, expansão e consolidação do espaço costeiro da Colônia, além de ter sido importante para ampliar e diversificar a exploração dos recursos naturais no Brasil.

A exploração disseminada da baleia, que alcançou os mares da América Portuguesa a partir do início do século XVII, se enquadrou no processo de exploração colonial. A lógica do empreendimento é identificada na acumulação mercantil, no monopólio da atividade e na riqueza advinda dos seus derivados para os comerciantes e para o estado metropolitano português. A motivação para a ampliação e manutenção do negócio ligado a caça à baleia por mais de três séculos foi essencialmente mercantil. O relativo sucesso da atividade baleeira deveu-se à valorização gradativa dos principais derivados dos cetáceos no mercado regional e

³⁵ De acordo com Castellucci (2010), op. cit. p. 36, os contratos firmados entre a Coroa portuguesa e os empreendedores, eram estabelecidos a partir de uma lógica que procurava favorecer e resguardar os interesses da Metrópole em médio prazo. Os contratadores, mediante pagamento antecipado, obtinham, por um determinado período (cinco, dez anos), o privilégio de caçar, industrializar e comercializar os derivados baleeiros sem pagamento anual de impostos. Decorridos os prazos de contrato, a Fazenda Real resguardava o direito de arrecadar e de incorporar ao seu patrimônio todos os utensílios que faziam parte das armações.

estrangeiro, especialmente o óleo que era produzido a partir da extração e processamento de densas camadas de gordura desses animais que possuía grande importância comercial.³⁶

Antes de ser introduzida a caça da baleia na Colônia, o principal produto extraído desse cetáceo - o óleo - era obtido apenas quando os mamíferos encalhavam na praia ou na ocasião da importação de Cabo Verde ou da região de Biscaia por intermédio da cidade portuguesa Viana do Castelo. O “azeite de peixe”, como era comumente conhecido na Colônia, era usado especialmente como combustível para iluminação pública e para garantir o funcionamento noturno dos engenhos de cana-de-açúcar. Em um período da história em que o petróleo ainda não havia se constituído na principal matriz energética do mundo, cidades inteiras como Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo, eram iluminadas com combustível processado a partir das camadas de gorduras das baleias capturadas. Outros produtos derivados dos cetáceos, tais como carnes, toucinho, farinha de ossos e barbatanas, também eram extraídos, processados e comercializados no interior da Colônia ou vendidos para outros países. Essa atividade econômica perdurou na costa meridional da América portuguesa do início do século XVII até a segunda metade do XIX, quando mostrou sinais de esgotamento.

De acordo com Castellucci (2008), que estudou a participação dos escravos e homens livres na atividade baleeira da região do recôncavo baiano durante o período colonial e imperial, o óleo de baleia foi largamente utilizado, também, como ligante na argamassa destinada à construção de prédios, igrejas, fortalezas e casas. Os ossos, por sua vez, eram usados para construir cercas para os quintais, objetos de decoração (artesanato) e assentos de banquinhos comercializados em praças de Salvador.

A atividade baleeira embora considerada marginal, quando comparada a outras atividades econômicas de maior interesse metropolitano, não passou despercebida de viajantes, cronistas e pensadores que visitaram ou residiram no Brasil da época. Homens como Gabriel Soares de Sousa (1540-1592), Frei Vicente do Salvador (1564-1635), Louis-François de Tollenare (1780-1853) e José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838) estão entre aqueles³⁷ que produziram relatos, histórias e crônicas sobre a caça à baleia, deixando

³⁶Depois de estruturada a atividade de caça aos cetáceos no América portuguesa, a partir do século XVI, um exemplo que demonstra a importância da “pesca da baleia” para a economia da época, especialmente do principal produto extraído dos animais, o óleo, era o monopólio exercido pela Coroa ibérica sobre a referida atividade. A partir de 1614, a baleia passou a ser considerada um *peixe real*, por isso, somente através de alvará de concessão se poderia ter autorização para empreender, fosse empresa ou iniciativa individual, a caça à baleia no litoral da Colônia.

³⁷Para efeito de contribuição à temática baleeira no Brasil colonial e imperial, podem ser citados ainda os escritos de Daniel Parish Kidder (1815-1891), missionário metodista norte americano que esteve na Bahia em duas oportunidades no século XIX, entre 1836 - 1837 e 1840 e 1842. Sua obra **Reminiscências de viagens e permanências no Brasil: províncias do Norte**. São Paulo, Edusp, 1980, explora aspectos da atividade baleeira

registradas informações sobre as finalidades e as técnicas utilizadas nesse tipo de extrativismo animal praticado na América portuguesa. Esses homens também revelaram em seus escritos, cada um ao seu modo, importantes informações sobre economia natural, biologia das espécies e a vida cotidiana e social de um Brasil em processo de formação e de organização administrativa e política.

Mesmo precariamente, crônicas e informações sobre o início da colonização portuguesa no Brasil dão conta de dados biográficos e literários sobre a obra de Vicente Rodrigues Palha. Esse primeiro interlocutor era conhecido como Frei Vicente do Salvador, religioso jesuíta que nasceu em Matuim, Bahia, no ano de 1564. Considerado um homem instruído para sua época, foi educado no colégio de São Salvador e depois estudou Direito na Universidade de Coimbra. Voltando ao Brasil, ordenou-se sacerdote, chegou a Cônego da Sé baiana e Vigário-Geral. Conta-se que aos trinta e cinco anos ordenou-se frade, vestindo o hábito de São Francisco de Assis e trocando o nome de batismo pelo de Frei Vicente do Salvador, nome pelo qual entrou para a História do Brasil.

Frei Vicente do Salvador concluiu no ano de 1627 “Histórias do Brazil”, obra densa com 38 capítulos e 267 páginas que registram aspectos da vida política, social, econômica e do cotidiano de um Brasil em processo de gestação. Este livro é considerado por especialistas como o primeiro trabalho de cunho histórico sobre um Brasil recém conquistado pelos portugueses. Discorre Salvador em sua obra, dentre outros assuntos, sobre guerras entre brancos e índios, expondo os esforços dos colonizadores para consolidar o domínio sobre o território e sobre o trabalho de índios e escravos negros nas primeiras décadas do século seguinte à ocupação lusitana. No que concernem as várias temáticas abordadas em seu livro, encontram-se aspectos relacionados à atividade baleeira na Bahia que, segundo ele registrou, foi introduzida pela primeira vez em 1603 na região do Recôncavo Baiano.

Em “História do Brazil”, Salvador (1627) atribuiu à necessidade de importação de alguns produtos, o impulso determinante para o início da atividade baleeira no Brasil. Seus escritos atestam que durante a União Ibérica³⁸ (1580-1640), havia a necessidade de se ter atendida uma demanda local por alguns produtos para a agroindústria açucareira e para uso

na Bahia. Também, os relatos de viagens do zoólogo Johan Baptist Von Spix (1781-1826) e do botânico Carl Friedrich Von Martius (1794-1868) que estiveram na América portuguesa entre 1818 e 1820 e produziram o livro **Viagem pelo Brasil 1818-1820**, v. 2, São Paulo, Companhia das Letras, 2009.

³⁸ Com a morte do rei de Portugal, D. Sebastião I, na batalha cruzadista de Alcácer-Quibir, no Marrocos em 1578, ocorreu uma crise dinástica no país. Portugal e suas colônias ficaram sob domínio da Espanha por sessenta anos (1580-1640). Inclusive quem assinou o Alvará Régio que permitiu a caça às baleias na costa brasileira em 1602 foi o rei espanhol Felipe III.

diário dos moradores da Colônia. Um desses produtos era o “azeite de peixe”, como era também conhecido o óleo de baleia depois de realizado seu processamento.

De acordo com Ellis (1969) as casas, os prédios comerciais, os fortes militares e as unidades de produção açucareira, especialmente, necessitavam do referido “combustível” para manter o mínimo de claridade, quando a noite caía e encobria o horizonte com seu manto escuro ameaçando romper à normalidade:

Iniciada a exploração comercial do óleo de baleia, o produto difundiu-se na Colônia e o seu principal aproveitamento, é de se crer, teria sido para atender ao problema da iluminação. Consumiram-no os engenhos, durante os serviços noturnos, vias públicas, oratórios, presídios, quartéis, fortalezas, hospitais e moradias (...). À luz do óleo de baleia decorreram serões de fábricas de açúcar e aguardente. Não sem motivo foi considerado na Bahia, no século XVII, como o *remédio dos engenhos*. Quanto à iluminação pública, lâmpadas de azeite de baleia atenuaram com sua luz mortífera a escuridão das noites da Cidade do Salvador, na Bahia colonial, até meados do século XIX.³⁹

A produção de açúcar nos engenhos, impulsionada pelo trabalho escravo, funcionava praticamente 24 horas por dia, e à noite necessitava-se do óleo para manter o ambiente com iluminação suficiente para que a produção não fosse interrompida e a labuta de escravos pudesse ser mantida sem comprometer seus resultados ao fim da produção. O “combustível de baleia” utilizado para essa e outras finalidades era, no início da colonização, importado do arquipélago africano de Cabo Verde a custos elevados. Neste conjunto de ilhas do Atlântico já se caçavam baleias e seu óleo era armazenado em pipas e destinado a Lisboa e ao Rio de Janeiro, de onde era enviado posteriormente para o interior da colônia. A dificuldade em se obter o produto foi o fato que teria induzido o governo metropolitano a buscar alternativa, dentro da própria colônia, à importação desse insumo.

Sabe-se que era grande a importância, como matéria-prima, atribuída às grossas camadas de gordura obtidas das baleias capturadas. Além do óleo, também se passou a produzir uma espécie de pasta mais vigorosa e densa que era utilizada para calafetagem de barcos e servia como ingrediente para produzir sabão e velas para o atendimento de um comércio regional que, embora incipiente, tendia ao crescimento.

Ainda de acordo com Salvador (1627), coube ao então governador da Bahia recém chegado à capital baiana, Diogo Botelho do Reynó, encontrar alternativa no interior da colônia à importação desses produtos, permitindo, com o consentimento do rei Felipe III, que, em 1602, estrangeiros oriundos da baía de Biscaia caçassem baleias nos mares da América

³⁹ ELLIS, Myriam. **A Baleia no Brasil Colonial**. Melhoramentos, São Paulo, 1969, p. 141.

portuguesa na medida em que se cumprissem as exigências contidas em alvará Régio. O objetivo principal dessa medida era proporcionar aos luso-brasileiros a aprendizagem sobre estratégias e técnicas de caça aos grandes mamíferos marinhos com o intuito de suprir a demanda interna da colônia e com vistas, posteriormente, à exportação, caso fosse possível, de alguns derivados que tivessem aceitação no mercado estrangeiro:

Era grande a falta que em todo o Estado do Brasil havia de graxa ou azeite de peixe, assim pera reboque dos barcos e navios, como pera se alumiar os engenhos, que trabalham toda a noite, e se houverão de alumiar-se com azeite doce, conforme o que se gasta, e os negros lhes são muito afeiçoados, não bastara todo o azeite do mundo. Algum vinha do Cabo vender e de Biscaia por via de Vianna, mas era tam caro e tão pouco, que muitas vezes era necessario usarem do azeite doce, misturando-lhe destrouto amargoso, e fedorento, para que os negros não lambessem os candeeiros, e era huma pena como a de Tantalos padecer esta falta, vendo andar as beleãs, que são a mesma graxa, por toda essa Bahia, sem haver quem as pescasse, ao que acudio, Deus que tudo rege e prover, movendo a vontade a hum Pedro de Orecha, Biscainho, que quisesse vir fazer esta pescaria; este veio com o Governador Diogo Botelho do Reyno no anno de mil seiscentos e três (...) ⁴⁰

O relato de Frei Vicente do Salvador sobre esse tipo de “pesca” no Brasil, fornece indícios para se entender como esta atividade econômica passou a ser estruturada com base inicialmente no atendimento de uma demanda local e, posteriormente, como se tornou objeto de interesses mercantis e metropolitanos crescentes após o domínio dos colonos luso-brasileiros de técnicas necessárias para caçadas mais intensas e mais frequentes dos cetáceos que margeavam o litoral. Domínio de técnicas que não tardou a ocorrer, pois já em 1614 a Coroa Ibérica estabeleceu o monopólio estatal sobre a atividade baleeira, passando a conceder privilégios para particulares que quisessem explorar o recurso natural.

O negócio tornou-se lucrativo e não tardou para que a Coroa Ibérica, por meio de tratados de concessão, expandisse a atividade baleeira para outras áreas do litoral da colônia na segunda década do século XVII. Quanto aos primeiros caçadores biscainhos, após o término do tempo de dez anos estabelecido pelo rei, ao que tudo indica,⁴¹ voltaram para a

⁴⁰ Embora Frei Vicente do Salvador em sua obra indique o ano de 1603 como aquele em que foi introduzida a atividade baleeira no Brasil, o Alvará de Felipe III, rei da Espanha, autorizando Pêro de Urecha e seu sócio Julião Miguel, biscainhos, a caçar baleias no Brasil por um período de dez anos, data do ano de 1602, conforme se pode atestar no documento “Inventário dos Manuscritos da Coleção Pombalina” da Biblioteca Nacional de Lisboa; In *Miscelânea*, 635.

⁴¹ Segundo Ellis Op. cit. p. 35, depois de encerrado o prazo de dez anos estabelecido pela Coroa Ibérica, pouco se sabe a respeito do destino tomado pelos primeiros caçadores de baleias que chegaram à Bahia no início do século XVI provenientes de Biscaia. Segundo a referida autora, embora a administração colonial tivesse demonstrado interesse na permanência dos mesmos no empreendimento, estes não demonstraram interesse em continuar na atividade.

Europa, deixando no Brasil estrutura montada e mão-de-obra com certo grau de especialização que pudesse dar continuidade ao empreendimento.

Segundo Ellis (1969), o monopólio sobre a “pesca da baleia” deveu-se também à necessidade da Coroa ibérica regulamentar a atividade e garantir os lucros dos empreendedores, pois durante os anos em que os biscainhos exploraram a atividade, sem maior controle, havia se disseminado na Bahia a produção “caseira” de um óleo de baixa qualidade, resultando em queda de preços do produto no mercado e prejuízos para os contratadores.

Como ocorreu com outras atividades de exploração colonial, a atividade baleeira quando de seu apogeu, serviu para o enriquecimento de um grupo de comerciantes e empreendedores portugueses e contribuiu para que o governo lusitano ampliasse sua área de controle sobre o território conquistado. Assim como os engenhos de cana-de-açúcar, algumas armações baleeiras funcionavam como verdadeiras unidades de produção,⁴² que foram aos poucos se estruturando em porções do litoral meridional da colônia, iniciando-se na capitania da Bahia e se estendendo ao Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina.

Semelhante ao que ocorreu com outros produtos sob monopólio da Coroa, a riqueza originada dessa atividade econômica não trouxe benefícios significativos para a massa de trabalhadores, principalmente os negros⁴³, responsáveis pelo trabalho mais pesado no mar e dentro das armações ao longo do período colonial.

As armações se multiplicaram pela costa brasileira com relativa rapidez. Chama a atenção, no entanto, pelo menos nos primeiros anos da “pesca da baleia”, a completa falta de preocupação com a manutenção dos estoques dos mamíferos para futuras explorações. A quantidade de cetáceos avistados na costa da Colônia dava a impressão, como ocorreu com o

⁴² Conforme descreveu Ellis Op. Cit. p. 59-80, as chamadas armações baleeiras, que se multiplicaram pela costa da Colônia se apresentavam como um complexo núcleo social e produtivo semelhante ao que se observava em torno dos engenhos da indústria açucareira, contava com: casa-grande, senzalas, área destinada à extração de madeira, roça para cultivo de produtos de subsistência e áreas destinadas ao comércio dos produtos derivados das baleias.

⁴³ De acordo com Castellucci op. cit. p. 187, ao findar o século XIX a atividade baleeira na Bahia, que se baseara na mão de obra escrava e que havia sido de grande importância para os interesses metropolitanos e posteriormente para o Império brasileiro, entrou em decadência. A derrocada da economia baleeira foi acompanhada da crise do sistema escravocrata, contribuindo para ampliar o grau de dificuldade de manutenção da atividade. No âmbito da microeconomia, ela viria, no entanto, a se constituir numa atividade de fundamental importância para a sobrevivência de uma crescente população forra, especialmente depois de decretado o fim do tráfico negreiro em 1850. Nos últimos anos da atividade baleeira, portanto, enquanto antigos senhores, donos de armações mergulhavam numa grave crise econômica, a pesca da baleia foi o meio pelo o qual ex-escravos encontraram possibilidades de sobrevivência, ascensão econômica e resgate de seus conterrâneos do cativeiro.

pau-brasil *Caesalpinia echinata Lam*⁴⁴ e outros produtos naturais explorados no início do século XVI, que esses recursos eram inesgotáveis. A esse respeito, é oportuno transcrever um relato de Gabriel Soares de Sousa datado de 1587, em que o mesmo discorre sobre a abundância de baleias em águas da costa da Bahia, primeiro local aonde viriam a ser arpoados os primeiros cetáceos na costa brasileira alguns anos depois:

(...) se à Bahia forem Biscainhos ou outros homens que saibam armar as baleias, em nenhuma parte entram tantas como nelas, onde residem seis meses do ano e mais, de que se fará tanta graxa que não haja embarcações que possam trazer a Espanha.⁴⁵

É importante acrescentar que a matança de baleias na América portuguesa, para extração de seus derivados objetivando o atendimento de uma demanda local e o mercado externo, não foge à lógica de outras atividades econômicas⁴⁶ desenvolvidas pelos conquistadores lusitanos ao longo dos mais de trezentos anos de exploração colonial. Assim, a exemplo do pau-brasil, cana-de-açúcar e ouro, que foram explorados ao limite, o extrativismo animal tendo a caça à baleia como atividade central, representou para os comerciantes da época e para a metrópole um negócio altamente lucrativo, cuja consequência em médio prazo foi à exaustão dos estoques de determinadas espécies de baleias que migravam anualmente das águas frias da Antártica para se acasalarem nas águas quentes da costa brasileira, quando então eram abatidas às centenas para a retirada de seus derivados.

A caça predatória, realizada sem qualquer tipo de controle, feita a partir das armações representou, sob a ótica dos ambientalistas, um desastre que se arrastou por séculos. Passando pela administração colonial, imperial e republicana, a caça às baleias chegou ao século XX marcada pelo esgotamento dos estoques e pela crise de sua indústria. Foram necessárias ações enérgicas, principalmente depois da segunda metade do século passado, para controlar o extermínio de algumas espécies que foram reduzidas drasticamente pela falta de limites e controle de sua captura. Um exemplo muito usado para ilustrar esse raciocínio é o da baleia *Eubalaena australis* (franca) que praticamente desapareceu do litoral de Santa Catarina e ainda hoje é considerada uma das espécies ameaçadas de extinção. A Figura 8 mostra a “pesca da baleia” na baía de Guanabara, atual Rio de Janeiro, em meados do século XVIII:

⁴⁴ Acerca da exploração do tráfico de madeira no Brasil colonial, especialmente madeiras de alto valor comercial, a exemplo do pau brasil nos primeiros anos da colonização, ver: BUENO, Eduardo. **Pau brasil**. Rio de Janeiro, Editora Axxi Mundi, 2003.

⁴⁵ SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587**. São Paulo, Nacional, 1971, p. 57.

⁴⁶ Sobre o processo de ocupação e exploração colonial no Brasil, inclusive mencionando a “pesca da baleia” como umas das atividades sob monopólio régio, ver PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*, 32ª edição, São Paulo: Brasiliense, 1985.

Figura 8. Pesca da Baleia na Baía de Guanabara – Século XVIII.
Óleo sobre tela de Leandro Joaquim – Museu Nacional, R



Fonte: Myriam Ellis, 1969, p. 81.

5.2 José Bonifácio de Andrada e Silva e a caça predatória: preocupação com a exploração dos recursos naturais.

Além dos viajantes estrangeiros que no Brasil presenciaram aspectos da caça à baleia durante o período colonial e imperial, José Bonifácio de Andrada e Silva, brasileiro nascido em Santos-SP, talvez tenha sido quem melhor descreveu os aspectos sociais, econômicos e ambientais da atividade baleeira praticada em sua época. Naturalista, estadista e poeta, José Bonifácio foi testemunha ocular da caça predatória às baleias e fez análises e reflexões sobre a atividade que era feita pelos portugueses no litoral brasileiro, principalmente quanto ao seu caráter irracional, destrutivo, predatório. Coube a José Bonifácio, homem culto ligado ao governo de Portugal, chamar a atenção da sociedade e do governo de sua época sobre os mecanismos e as práticas predatórias como este tipo de recurso natural estava sendo explorado no Brasil.

Em tom de denúncia e de preocupação com a forma como as baleias eram abatidas no litoral da Colônia, José Bonifácio, pouco mais de duzentos anos depois de Gabriel Soares de Sousa chamar a atenção para a abundância de cetáceos no litoral baiano, escreveu que a persistência de práticas equivocadas de caça às baleias no litoral brasileiro havia levado à decadência essa atividade nos empreendimentos montados no século XVII e XVIII no litoral da Bahia e do Rio de Janeiro.

Seu texto “Memória sobre a pesca das baleias e a extração do seu azeite”, editado pela Academia das Ciências de Lisboa em 1790, é analisado e identificado por Pádua (2004), quanto a quatro elementos teóricos que irão marcar o conjunto de sua obra ao longo de sua vida pública: a visão do mundo fundada na economia da natureza, a defesa do progresso econômico como instrumento civilizatório, a apologia da racionalização das técnicas produtivas através da aplicação pragmática do conhecimento científico, e, a crítica da exploração destrutiva dos recursos naturais.

Conhecido pela enorme importância e prestígio junto à Coroa portuguesa, José Bonifácio expôs em seus escritos a necessidade de se racionalizar a prática baleeira na costa brasileira em favor do aumento da produtividade, com o objetivo de ampliar os lucros obtidos a partir desse empreendimento. Dentre as várias observações feitas por José Bonifácio, estavam presentes em seu texto algumas alternativas para se racionalizar e recuperar a “pesca da baleia” no Brasil. O naturalista aventou a possibilidade de criarem-se novas armações baleeiras ao longo do litoral, estendendo a área de atuação dos barcos baleeiros mais para o sul da colônia, em direção a então América espanhola. Condenou e sugeriu o encerramento da prática de matar os filhotes (baleotes) durante as operações de caça. Propôs reduzir o uso de barcos na empreitada da caça e melhorar as técnicas de abate e captura, com o propósito de diminuir as perdas da carne e do óleo quando do transporte do mar para o continente.

As ideias expressas por José Bonifácio são representativas para o discurso reformista-ilustrado que se constituiu em Portugal em fins do século XVIII e início do século XIX e que voltou sua crítica para a forma predatória e irracional de se explorar os recursos naturais, principalmente quanto à derrubada de florestas, uso inadequado do solo e extermínio de animais e plantas. Não se tratava de um discurso ambientalista, formação intelectual muito posterior, mas, de um discurso voltado à manutenção das fontes de recursos naturais para utilização futura.

Sob a ótica de José Bonifácio, o caráter retrógrado, irracional e por isso, improdutivo do emprego das técnicas de captura, morte e exploração das baleias no litoral do Brasil se constituíram - assim como quase todas as atividades econômicas coloniais associadas à escravidão – em entraves ao desenvolvimento social e econômico do país. Por esse motivo, foi objeto de críticas contundentes desse pensador que discutia, já nessa época, a necessidade de se racionalizar o uso dos recursos naturais. Acreditava Bonifácio que os recursos naturais encontrados no Brasil deveriam ser explorados sem que fosse comprometida à reprodução de

seus estoques. O desenvolvimento e o progresso de um povo, de uma nação, passavam pela conservação, pelo uso adequado dos seus recursos.

De acordo com Pádua (2004), um dos méritos da obra de José Bonifácio de Andrada e Silva é o de trazer em seu bojo traços de ideias e concepções que podem ser consideradas precursoras do conservacionismo, corrente do ambientalismo que tomará corpo na segunda metade do século XX no Brasil, mais precisamente nos anos de 1960 e 1970.

O “Patriarca da Independência”, como depois de 1822 foi alcunhado, entendia que os recursos naturais, principalmente dada à enorme diversidade de flora e fauna encontrados no Brasil, continham grandes potencialidades econômicas para o estado português e claramente precisavam ser melhor explorados. A exploração baleeira, nesse sentido, deveria ser feita racionalmente para que a escassez não pusesse fim, como mais tarde veio a ocorrer com a drástica redução dos estoques, à lucratividade do empreendimento. Aliás, sobre a crise da economia baleeira, é bastante conhecido um trecho de “Memória sobre a pesca das baleias...” quando, fazendo referência à crise já latente da atividade na Bahia e no Rio de Janeiro em fins do século XVIII, José Bonifácio prenuncia seu fim em virtude da forma pouco racional de caça aos grandes mamíferos na costa do Brasil. A morte dos baleotes, como estratégia dos baleeiros para se capturar os grandes cetáceos, prejudicava a perpetuação das espécies, portanto, merecia ser descartado:

Deve certo merecer também grande contemplação a perniciosa prática de matarem os baleotes de mama, para assim arpoarem as mães com maior facilidade. Têm estas tanto amor aos seus filhinhos, que quase sempre os trazem entre as barbatanas para lhes darem leite; e se porventura lhos matam, não desamparam o lugar sem deixar igualmente a vida na ponta dos arpões: é seu amor tamanho, que podendo demorar-se no fundo da água por mais de meia hora sem vir respirar acima, e escapar assim ao perigo que as ameaça, folgam antes expor a vida para salvarem a dos filhinhos, que não podem estar sem respirar por tanto tempo. Esta ternura das mães facilita sem dúvida a pesca: e o método de matar primeiro os baleotes pequenos para segurar as mães, que enraivecidas muitas vezes viram as lanchas, parece visto a vulto excelente, mas olhando de perto é mau, e trará consigo, a não se prover nisso, a ruína total desta tão importante pescaria.⁴⁷

Entre outros aspectos abordados por José Bonifácio quanto à atividade baleeira, é importante citar a concorrência comercial existente entre países como Inglaterra, Holanda e os Estados Unidos da América. Citando números que demonstravam a eficiência econômica dessas nações, principalmente dos holandeses que haviam ampliado seu raio de ação para além dos mares situados no Hemisfério Norte, excluindo por conseguinte outros países dos

⁴⁷ CALDEIRA, 2002, p. 54 apud BONIFÁCIO, 1790.

enormes lucros obtidos dos derivados de baleias, Bonifácio escreveu nota onde se destaca o seguinte comentário:

Os vasconços foram os primeiros que partindo de França iam pescar as baleias ao Mar Glacial, e ao longo das Costas de Groelândia e Islândia: e nos fins do XVI século, e no começo do XVII se apossaram os ingleses desta pesca nas costas de Spitzberg, que por muitos anos forcejaram por excluir as outras nações. Os holandeses porém pela sua economia, e grande destreza na arte de pescar, vieram quase de todo a excluí-los; e de presente são os que fazem a maior e mais lucrosa pesca...⁴⁸

As críticas e sugestões feitas por José Bonifácio, mesmo reconhecendo sua importância política em momentos cruciais da história do país, não se traduziram efetivamente em ações governamentais que limitaram ou racionalizaram a exploração dos recursos naturais no Brasil. A questão ambiental ainda não havia sido colocada, a preservação antológica só viria a ser posta historicamente quase dois séculos mais tarde, quando o mundo começou a passar por grandes transformações sociais, econômicas e culturais que caracterizariam a segunda metade do século XX.

Evidentemente que não se pode deixar de mencionar que os problemas ambientais - hoje agravados pela expansão excessiva do consumo, pela explosão demográfica e o conseqüente avanço da sociedade urbano-industrial sobre os recursos naturais - não estavam na ordem do dia quando José Bonifácio e alguns dos seus contemporâneos escreveram seus relatos e memórias em fins do século XVIII e início do século XIX. Mas é preciso, por outro lado, compreender que já era perceptível (e passível de crítica) a tendência da exploração de recursos naturais de maneira predatória, irracional e sem qualquer tipo de preocupação com possíveis problemas que pudessem por em risco a biodiversidade que singulariza importantes ecossistemas em todo o mundo, mas especialmente no Brasil, país privilegiado pela diversidade de recursos naturais que caracterizam seu espaço geográfico.

Mesmo depois da crise que atingiu a economia baleeira a partir da segunda metade do século XIX, principalmente em virtude da redução dos estoques “pesqueiros” e com a descoberta comercial do petróleo e de seus derivados, que passaram a concorrer com o óleo de baleia, as atividades de caça aos cetáceos e a industrialização dos seus produtos permaneceram ativas por décadas no Brasil e em outras partes do mundo, embora menos

⁴⁸ Esta nota pode ser encontrada no texto original de Bonifácio intitulado “**Memória sobre a pesca das baleias...**” onde ele faz alusão ao estágio mais avançado de desenvolvimento da indústria baleeira de alguns países da Europa, principalmente da Holanda, em contraposição ao atraso das técnicas e estratégias dessa atividade feita na costa do Brasil no século XVIII.

intensa, mas ainda com fortes indícios de comprometimento da perpetuação das espécies em razão da caça indiscriminada realizada, principalmente, nos séculos anteriores.

Em fins do século XX, em virtude da crise provocada pela possibilidade real de extinção de algumas espécies, da pressão de grupos estadunidenses ligados ao ramo petrolífero, da organização do movimento ambientalista e do crescimento da consciência ecológica, a situação relativa à economia baleeira passou por mudanças importantes. O ápice da crise da indústria baleeira moderna mostrou-se em 1986, quando sob forte pressão da opinião pública mundial, a Comissão Baleeira Internacional decretou uma moratória suspendendo por tempo indeterminado a caça comercial dos cetáceos. Passados vinte e cinco anos da moratória, esta não tem sido cumprida por todos os países, gerando controvérsias quanto à possibilidade de se voltar à caça comercial, como ocorreu há décadas, levando à morte milhares desses animais marinhos em todo o mundo.

A instituição da moratória internacional, em 1986, e o fim definitivo da atividade no Brasil em 1987 favoreceram o debate sobre outras questões relacionadas à atividade baleeira no país nos vinte anos seguintes à sanção da Lei 8.643/87, principalmente quanto a questões éticas e morais relacionadas ao tratamento humano dispensado aos animais. A inserção do discurso e a evocação de práticas politicamente corretas, presentes nos debates acadêmicos e políticos em fins do século passado, tendo os ambientalistas na vanguarda desse movimento, possibilitaram abrir novos debates acerca de situações e acontecimentos importantes que marcaram a história recente da caça à baleia na Paraíba. Entre esses acontecimentos, a exploração turística da caça e o esquiteamento dos cetáceos merece atenção especial. Essa modalidade de “turismo” além de ter sido tema de matérias de jornais e revistas da época, tem sido sempre lembrada em depoimentos de moradores de Lucena que viveram os tempos em que a COPESBRA proporcionava esse tipo de espetáculo.

Paralelamente ao turismo associado à morte dos cetáceos, desenvolveram-se alguns setores informais da economia local atrelados à referida atividade. O ramo de artesanato, por exemplo, responsável pela fabricação de utensílios e adornos a partir de derivados baleeiros, como ossos e barbatanas, eram bastante apreciados pelos turistas. Uma variedade enorme de peças de artesanato e *souvenirs* confeccionados a partir das baleias mortas eram vendidas no comércio local para os visitantes que chegavam a Lucena para presenciar o abate e o processamento dos animais feitos na plataforma da COPESBRA.

Portanto, quando se fala do período da “pesca da baleia” na Paraíba, entre outras tantas questões polêmicas que envolvem a temática, talvez uma das mais emblemáticas seja a

instituição de uma prática de turismo predatório, responsável por levar anualmente milhares de pessoas a Lucena, litoral norte da Paraíba nas décadas de 1960, 1970 e 1980. Entre os meses de junho e dezembro, turistas e curiosos de várias partes do país e do exterior se dirigiam àquela cidade para presenciar o “espetáculo” da morte e do retalhamento das baleias. O evento turístico oferecido com as baleias capturadas chegou a ser comparado ao espetáculo das touradas, quando homens e feras lutam numa arena, sob o olhar atento de uma platéia, até que uma das partes seja levada à morte. Uma forma de divertimento e lazer que termina, quase sempre, em um desfecho trágico para o quadrúpede.

CAPÍTULO VI

6. A MORTE COMO ESPETÁCULO

6.1 O emergir de sensibilidades para com os direitos dos animais: uma história do “espetáculo” promovido com a captura de baleias no litoral norte da Paraíba.

Ao longo da trajetória humana no planeta, mas principalmente a partir da domesticação de certas espécies de animais, ocorrida no período Neolítico, há cerca de dez mil anos, foram sendo construídas relações de controle e dominação dos grupos humanos sobre outras espécies. Alguns estudos no campo da história natural e social procuraram esclarecer que no decorrer de muitas gerações, elementos das relações entre determinadas culturas e os animais (domesticados ou não) acabaram influenciando na percepção de mundo e de natureza que foram sendo historicamente construídas ao longo do tempo.

No Ocidente, o tema do tratamento dispensado aos animais mereceu obras clássicas elaboradas por historiadores ingleses, como Keith Thomas e Edward Palmer Thompson. Em *O Homem e o Mundo Natural*, Thomas (2010) investigou as atitudes e posturas intelectuais inglesas em relação aos animais e às plantas entre os séculos XVI e XIX. Por sua vez, em seu livro *Senhores e Caçadores*, Thompson (1997) estudou as relações entre natureza, história social e hábitos de caça na transição das lutas pela propriedade da terra e seus recursos naturais na Inglaterra dos séculos XVIII e XIX.

É importante perceber, conforme descreve Keith Thomas, que, historicamente, se elaboraram formas diversas e ambíguas de relacionamento entre os homens e os animais. Estudando as novas sensibilidades em relação aos animais, às plantas e à paisagem, que emergiram na Inglaterra do início do período moderno, sobretudo a partir do século XVIII, esse autor observa que se estabeleceram estreitas relações entre os homens e os animais domésticos naquele momento, muito maiores do que pretendiam o cristianismo representado pelas religiões Católica, Anglicana e Presbiteriana, que salvo exceções pontuais, pregavam uma estrita separação entre os seres da espécie humana e a natureza.

Não resta dúvida, conforme sugere Thomas, de que aqueles seres “culturalmente humanizados” não eram domesticados por razões meramente sentimentais na Inglaterra daquele período. Havia a crença no fato de que os animais existiam para trabalhar e servir de alimento para a espécie humana, quando não para ambas as coisas. Todavia, as experiências dos humanos com os bichos não se restringiam somente a este pragmatismo reificador e as aproximações afetivas e cotidianas fizeram com que alguns filósofos, como o inglês Jeremy

Bentham (1748-1832), vislumbrassem horizontes de direitos para outras espécies, quando mesmo se começava a discutir a igualdade entre os homens cuja cor da pele diferia. Eles, os animais, fizeram parte do cotidiano e da trajetória humana no planeta assumindo múltiplos significados, atitudes e percepções marcadas de historicidade que lhes foram atribuídos pela sociedade ao longo do tempo.

Nas últimas décadas do século passado, discutindo a necessidade de se reorientar as relações entre os homens e os outros animais, o filósofo e ativista australiano Peter Singer (2004) passou a escrever sobre a necessidade de se minimizar o sofrimento dos animais, garantindo-lhes direitos de existência independente e libertando-lhes de uma escravização domesticadora. Uma extensão da trajetória histórica de submissão dos animais é o que Singer chama de “especismo”, preconceito arraigado contra aqueles que não são membros da espécie humana. Este tipo de visão moral parece vir da filosofia utilitária desenvolvida por filósofos ingleses como Jeremy Bentham (1748-1832) e John Stuart Mill (1806- 1873), ambos no século XIX: causar o mínimo de dor aos homens e aos animais.

Seguindo a percepção sugerida por Singer (1993), os olhares que se lançam para analisar as relações entre os homens e os animais devem se afastar de certa ética de superioridade e dominação, inspirada e edificada num certo sentido religioso de que os animais existiriam para o usufruto dos homens, seja para ajudá-los em sua labuta ou para refestelá-los em sua alimentação. Esta percepção foi reforçada pela doutrina mecanicista cartesiana do século XVII, que instrumentalizava ainda mais os animais em contraste com os seres humanos.

Naturalmente, a veiculação e aceitação gradativa pelos meios intelectuais ocidentais da teoria da Evolução por Seleção Natural de Charles Robert Darwin (1809-1882) contribuiu, significativamente, para o desgaste da perspectiva de superioridade humana. Inserido no conjunto das espécies, o *Homo sapiens sapiens*, conforme foi depois designado pela inclusão numa taxonomia na qual se juntava a outros seres da natureza, se tornava mais um animal.⁴⁹

Superando as interpretações pseudo científicas de um “darwinismo” social, abolindo juridicamente e oficialmente as escravidões diversas por origem social ou cor da pele, negando biológica e antropológicamente o conceito de raça pra incluir todos os humanos numa única espécie, questionando o machismo e o sexismo, o mundo ocidental chegava, nas

⁴⁹ Não se deve deixar de mencionar as contribuições do francês Georges-Louis Leclerc (Buffon 1707-1788) e do sueco Carl von Linné (Lineu – 1707-1778) para as pesquisas que viriam revolucionar o conhecimento no campo da História Natural, principalmente no tocante a influência desses dois pensadores e de suas teorias sobre o pensamento de Jean Baptiste Lamarck e Charles Darwin, talvez os dois maiores expoentes do naturalismo no século XIX.

três últimas décadas à inquietante questão do especismo. A essa altura, questões de bioética se uniram às da moderna ecologia. O mundo passava por transformações e as relações Sociedade e Natureza modificavam-se consideravelmente em muitos países.

Cabe considerar, neste ponto, que diferentes culturas se relacionam com a natureza explorando ou não determinados recursos presentes em seu espaço, segundo sua concepção de mundo e esquemas de significação sócio-históricos. Compreender a história do pensamento sobre a natureza e a variedade de usos que dela foram feitos ao longo do tempo, é uma tarefa um tanto instigante, porém, não menos complexa. As ações humanas (trans)formaram o meio ambiente e se utilizaram de seus recursos. Por trás dessas práticas e do tratamento que os seres humanos deram aos animais, estava a maneira como eles pensavam e imaginavam essa natureza. O modo predominante de pensar sobre o mundo originou-se na Europa. Como já discorrido, a concepção da relação entre sociedade e natureza, ainda fortemente arraigada na cultura ocidental, originou-se das tradições clássicas, das ideias herdadas do cristianismo e das concepções científicas e filosóficas a respeito dos homens e das demais espécies. A natureza não era percebida como sagrada e o homem deveria subjugar-la: cresceria, multiplicar-se-ia, povoaria a Terra e dominá-la-ia (PONTING, 1995).

Os animais existiriam, portanto, para o bem estar humano, teriam sido criados para servir a humanidade. Os argumentos utilizados para justificar tal raciocínio partiam da tradição religiosa judaico-cristã, das ciências naturais, dos imperativos de produção, lucro e nutrição. A sociedade ocidental, herdeira dessas tradições, permanece eivada dessas significações imaginárias. Elas alimentam práticas discursivas e não discursivas diversas, textos acadêmicos, discursos jornalísticos, parágrafos jurídicos e legislações variadas que guardam afinidade com as concepções ontológicas a que se fez referência (AGUIAR, DUARTE FILHO, ANDRADE, 2011).

Já o filósofo francês Michel Serres (1991) defende a ideia de que é chegada o momento de se substituir a Teoria do Contrato Social Hobbesiano pela Teoria do “Contrato Natural”. Assim, sua tese é a de que o peso da humanidade sobre o planeta torna necessário um novo pacto, agora assinado com a biosfera e as demais espécies vivas. Para Serres (1991), a humanidade deve buscar o estado de paz e o amor, e, para tal, deve renunciar ao contrato social primitivo para firmar um novo pacto com o mundo: o Contrato Natural. Serres preconiza a revisão conceitual do direito natural de Locke, pelo qual o homem é o único sujeito de direito.

6.2 A arte de esquartejar e retalhar baleias: atração turística no litoral paraibano.

... que delícia macabra, esta que vê um arpão perfurar um animal, explodindo-lhe internamente uma bomba, e ele ‘propiciando’ uivos de dor.

João Silva de Carvalho Filho⁵⁰

A caça aos cetáceos permaneceu como parte constituinte da economia, da cultura e da paisagem do município de Lucena, sem grandes questionamentos éticos ou relacionados ao direito dos animais até início dos anos de 1980. Aliás, a morte das baleias e seu retalhamento passaram a se constituir em um atrativo a mais para quem desejasse visitar o litoral norte do estado da Paraíba. A então chamada “pesca da baleia” passou a ser explorada, em um certo período de sua trajetória, como atração turística da região, sem maiores constrangimentos para seus protagonistas.

Nas reflexões que se seguem, através de uma releitura nos jornais e revistas da época, de uma revisão bibliográfica e através de depoimentos orais, retomou-se a discussão sobre questões éticas e de bem-estar dos animais, relacionando-a com questões da caça comercial dos cetáceos realizada na Paraíba e com o turismo predatório mobilizado em torno da atividade baleeira. Uma discussão que versa, de uma maneira geral, sobre ética, comportamento humano e tradição cultural, mas também sobre dor, sofrimento e morte sistemática de algumas espécies de animais que, apesar de toda a luta dos ambientalistas, ainda continuam sendo molestados e mortos no Brasil e em outros países. Espécies animais que ao longo de séculos vêm sendo sacrificadas e exploradas, seja para divertimento e lazer ou para abastecer com seus corpos e derivados o mercado para atendimento de necessidades humanas e enriquecimento de grupos empresariais. Em nome de uma tradição legada por antepassados, muitos animais são transformados em objetos de espetáculos públicos ou privados, para divertimento e lazer de determinadas comunidades.

A caça e o retalhamento dos animais (Figura 9) usados em certos momentos como atração turística, como divertimento e até lazer para a comunidade local e regional, como

⁵⁰João Silva de Carvalho Filho (popularmente conhecido como João Balula), falecido em 20 de fevereiro de 2008, era paraibano e membro do movimento negro da Paraíba. Na época do movimento pelo fim da atividade baleeira em Lucena, Balula era membro da Associação Nordestina de Arte-Educadores da Paraíba (Anarte), tendo participado ativamente na luta pelo fim da caça à baleia no litoral paraibano. Inclusive, Balula ficou muito conhecido por percorrer as principais ruas de João Pessoa, no ano de 1985, transportando uma réplica artesanal do animal que simbolizava a luta pela vida.

ocorria no estado da Paraíba, pode ser interpretada como resquícios de uma tradição cultural herdada ainda dos habitantes da América portuguesa nos primórdios da colonização.

Figura 9. Retalhamento de uma baleia na plataforma da COPESBRA.



Fonte: Revista Veja 29 de maio de 1985, p. 66.

Clássicos escritos por Frei Vicente do Salvador, Louse-François de Tollenare, José Bonifácio de Andrada e Silva e Daniel Parish Kidder, fazem referência ao espetáculo “fascinante” que a caça à baleia no litoral da América portuguesa oferecia, quando o abate dos maiores mamíferos do planeta havia se iniciado na então capitania da Bahia de Todos os Santos no século XVII para retirada do óleo, servindo ao mesmo tempo como espetáculo - com traços de exotismo - para comunidades que habitavam algumas áreas do litoral brasileiro.

Reveste-se de especial significação um trecho da narrativa de Louse-François de Tollenare, produzida entre 1816 e 1818 sobre esta prática na Bahia, quando se referindo a caça à baleia na ilha de Itaparica, o viajante francês descreveu com certa riqueza de detalhes o alvoroço causado pela população de Salvador que, em terra firme, se posicionava nos lugares mais propícios, na praia ou nas janelas de casa, para melhor observar a luta travada no mar entre os baleeiros e os grandes animais marinhos. Além da caça em si, a retirada dos mamíferos mortos e sua chegada à praia também eram apreciadas por curiosos, que se aglomeravam em terra firme com o objetivo de assistir o arrasto e o retalhamento artesanal dos enormes animais abatidos próximo à costa:

Um dos espetáculos mais interessantes que oferece a residência na Bahia é o da pesca de baleias. Esta pesca se faz no próprio ancoradouro e até no meio dos navios fundeados diante da cidade. Pode-se apreciá-las das janelas de casa; mas, para melhor observá-la cumpre transportar-se à praia que separa a cidade do cabo de Santo Antônio (...). O arpoador, sempre de pé na proa, indica ao patrão todos estes

movimentos e este governa de acordo; a luta perigosa entre o poderoso monstro e a frágil embarcação dura de trinta minutos até três a quatro horas, e apresenta um espetáculo aterrador. O arpoador repete os seus golpes, a baleia avermelha as águas com o seu sangue, dá pancadas com a sua formidável cauda, arrasta a chalupa até duas e três léguas mar em fora, e morre sem ter podido desembaraçar-se dos terríveis ferros que a prendem.⁵¹

A caça à baleia nos três primeiros séculos da colonização já chamava a atenção pela violência e crueldade com que era praticada. Também, pelo “espetáculo” que produzia para os mais curiosos, numa intensa campanha organizada por grupos de homens, com suas estratégias e seus aparatos técnicos, contra a força dos enormes mamíferos marinhos que precisavam ser capturados para o atendimento, inicialmente, de uma demanda local: utilização do óleo para iluminação pública e dos engenhos de cana-de-açúcar, calafetagem de barcos e navios e ainda para a confecção de argamassa para a construção civil e de fortificações (ELLIS, 1969).

Espectáculos envolvendo homens e animais que se constituíram em divertimento público não são, portanto, um fenômeno recente na relação sociedade e natureza. Aliás, combates sangrentos entre homens e animais oferecidos como forma de entretenimento, e que levavam quase sempre os últimos à morte, remontam à antiguidade quando gladiadores e feras selvagens, principalmente tigres e leões trazidos das colônias africanas, lutavam em feriados e dias festivos nas suntuosas arenas construídas durante o apogeu do Império Romano. Esse tipo de entretenimento, comum na época, atraía pessoas de diversas regiões da Europa, servindo de diversão e delírio para a plebe e a nobreza presentes aos espetáculos romanos:

Combates com animais selvagens prosseguiram durante a era cristã e, aparentemente, diminuíram gradualmente de número apenas porque a riqueza e a extensão decrescente do Império (romano) tornaram cada vez mais difíceis a obtenção de animais selvagens. Na verdade, é ainda possível assistir a combates desse gênero, sob a forma moderna de touradas na Espanha e na América Latina.⁵²

Nos dias atuais, apesar de toda complexidade que envolve o debate em torno do conceito de libertação animal e da existência em vários países de leis de proteção que tentam impedir certas práticas de molestamento de animais, de certo nível de organização e de resistência dos movimentos de proteção e defesa dos direitos dos animais em todo o mundo,

⁵¹TOLLENARE, Louse-François de. **Notas Dominicais tomadas durante uma viagem em Portugal e no Brasil em 1816, 1817 e 1818**. Bahia, Livraria Progresso Editora, 1956.

⁵²SINGER, Peter. **Libertação animal**. Porto Alegre, Lugano, 2004, p.147.

ainda se verifica em certos países da Europa e em algumas nações da América Latina, espetáculos com touros em arenas ou soltos nas ruas, mobilizando centenas de pessoas. Como se estivessem em estado de êxtase, de transe, as pessoas se divertem sem considerar o sofrimento dos animais e as implicações éticas que essas práticas cruéis suscitam, principalmente em situações em que o desfecho final, como no caso das touradas e da caça às baleias, se dá com a morte do animal depois de horas de tortura, sofrimento e dor.

No Brasil, ainda predominam certas práticas de tortura com animais. Os infratores sempre encontram mecanismos para burlar as leis de proteção ambiental e, na maioria das vezes, com a conivência de quem deveria fazer cumprir a legislação. Um caso que ilustra bem a prática cruel com animais para divertimento e lazer no país, mas que para alguns é considerada parte das tradições da região trazida pelos açorianos há pelo menos dois séculos, é a “farra do boi”, como ficou conhecido no estado de Santa Catarina um ritual de molestamento e morte de bovinos que em determinadas épocas do ano são sacrificados com crueldade em algumas cidades catarinenses, principalmente na capital Florianópolis.

Na tradicional “farra do boi”, os maus tratos com os animais são evidentes. O ritual começa com o confinamento do animal, que é separado do rebanho ficando sem alimento disponível por vários dias. O objetivo dos organizadores é deixá-lo cada dia mais enfurecido, preparado para o dia da “brincadeira”. Para aumentar o desespero do bovino, comida e água são colocados em locais onde o animal pode ver, mas não tem como alcançá-las. O ritual tem prosseguimento quando o animal enfurecido é solto e perseguido nas principais ruas da cidade. Homens, mulheres e crianças, carregando pedaços de pau, facas, lanças de bambu, cordas, chicotes e pedras, perseguem o animal por horas, até levá-lo à completa exaustão. Quando a prática é feita em Florianópolis, o animal, cujo desespero chega ao extremo, tenta fugir, se livrar de seus algozes correndo em direção ao mar. Sem saída, a perseguição e os maus tratos findam quase sempre com o afogamento do mesmo. Depois de morto, o animal é esquartejado e a carne dividida entre os “farristas”, uma festa acompanhada de churrasco e regada a bebidas alcoólicas encerra o ritual.⁵³

Quando ainda não havia sido proibida, todos os anos centenas de bois eram torturados e mortos em vários municípios daquele estado. A “farra do boi” ocorria com mais frequência (e mesmo proibida ainda ocorre) na época da Páscoa, culminando na Sexta-feira Santa. Algumas comunidades de Santa Catarina ao celebrarem casamentos, aniversários, jogos de

⁵³Informações mais detalhadas sobre o evento da farra do boi que ocorre em Santa Catarina podem ser obtidas pelo site <<http://www.farradoboi.info/noticias.shtml>>. Acesso em 20 de março de 2011.

futebol e em várias outras ocasiões consideradas especiais, também praticava esse ritual com os bovinos.

A “farra do boi”, considerada uma das festas mais tradicionais do estado catarinense, que tem a tortura e a morte como espetáculo, foi objeto de muitos questionamentos de setores da imprensa nacional e de organismos de proteção e defesa dos animais, entre eles a World Society for Protection of Animals – WSPA/Brasil.

Com o apoio da mídia, principalmente da televisão, a WSPA/Brasil se mobilizou para pressionar as autoridades brasileiras com o intuito de proibir a “farra do boi” na região Sul do Brasil. No dia 03 de junho de 1997 a “farra do boi” foi finalmente proibida no estado catarinense por força de Acórdão do Supremo Tribunal Federal (Recurso Extraordinário número 153.531-8/SC; RT 753/101), depois da Ação Civil Pública de nº 023.89.030082-0. Na decisão tomada pelo STF, explícita no Acórdão, a denominada “farra do boi” foi considerada cruel, passando a ser enquadrada em crime punível com até um ano de prisão para quem pratica, colabora, ou no caso das autoridades, omite-se de impedi-la.

Embora a prática tenha sido proibida pela justiça, casos isolados ainda ocorrem todos os anos no estado de Santa Catarina.⁵⁴ As autoridades, responsáveis por fazer cumprir a lei, fazem vista grossa ao ritual, e os animais continuam recebendo maus tratos em nome de uma tradição que se estende há quase dois séculos.

A demanda por espetáculos como touradas, vaquejadas, rinhas, farra do boi e “pesca da baleia”, esta última promovida pela extinta COPESBRA inspira reflexões filosóficas importantes sobre essas práticas: o que motiva centenas, até milhares de pessoas, ainda hoje, a procurarem esse tipo de “espetáculo”? O que leva as pessoas a saírem de suas casas para ver um animal ser torturado, morto, esquartejado e retalhado? Respostas para essas indagações sugerem certo grau de dificuldade dado o viés psicológico e cultural envolvido na questão. Mas parece coerente sugerir que nem todas as pessoas procuram este tipo de “espetáculo” em circos, arenas e parques, pelo simples prazer de se deleitar, de se sentir bem com a morte de outros animais, que é quase sempre feita de maneira cruel e brutal. Talvez, a maioria das pessoas seja seduzida por um sentimento cultural de superioridade humana para com os outros animais.

O antropocentrismo, a percepção da preponderância e do domínio humano sobre os outros seres vivos, sobre o qual escreveu Thomas (2001), talvez seja a mais forte motivação

⁵⁴ Farra do Boi: Animal foge da população e invade hotel em Florianópolis, **Jornal do Brasil Online**: 22 de abril de 2011. Disponível em: <http://www.jb.com.br/pais/noticias/2011/04/22/farra-do-boi-animal-foge-da-populacao-e-invade-hotel-em-florianopolis/> Acesso em junho de 2011.

para que espetáculos com animais ainda exerçam atração sobre pessoas das mais diferentes origens e culturas, independentemente do nível de inserção econômica, social e cultural. Pessoas das mais variados origens sociais participam desses rituais.

Um exemplo que ilustra a atração que alguns “espetáculos” com animais exercem sobre as pessoas, independentemente da condição social e dos riscos que a “diversão” oferece, pode ser demonstrado com o problema que envolveu recentemente o publicitário baiano José Eduardo Cavalcanti de Mendonça⁵⁵ e o vereador Jorge Luiz Hauat (conhecido por Jorge Babu) do Partido dos Trabalhadores, quando foram presos pela Polícia Federal no ano de 2004 no Clube Privê Cinco Estrelas participando, como apostadores, em uma rinha de galo em Jacarepaguá, na Zona Oeste do Rio de Janeiro. A presença de autoridades, de pessoas importantes⁵⁶ em eventos dessa natureza pode ser sugerida para demonstrar que espetáculos exóticos e cruéis, de morte de animais em arenas, ainda fazem parte do universo de lazer, de “hobby” de pessoas pertencentes a grupos sociais os mais diversos.

Evidentemente que o caso que envolveu a prisão do publicitário e do político carioca (rinha de galo) está situado em década diferente do turismo baleeiro em Lucena. São momentos distintos, caracterizados por peculiar historicidade, não obstante elementos de permanências e continuidades são observados e devem ser considerados nas reflexões que envolvem a temática.

6.3 A festa da baleia na Paraíba: alegria dos turistas na chegada do navio baleeiro.

Na comparação entre espetáculos com bois e baleias, se deve levar em consideração, evidentemente, o fato de se tratar de tradições culturais, momentos históricos e interesses distintos, mas que têm em comum a imposição de atos de crueldade e maus-tratos aos animais, levando-os quase sempre à morte como forma de entretenimento, de lazer para homens, mulheres e crianças. Práticas que têm suscitado, em muitos países, importantes debates sobre atos considerados desumanos praticados contra animais indefesos, geralmente em eventos e rituais considerados como parte da tradição herdada por comunidades tradicionais de uma cidade ou região.

⁵⁵Conhecido nos meios de comunicação e entre a classe política brasileira como “Duda Mendonça”, é considerado um dos publicitários mais competentes do Brasil, principalmente depois de ter comandado campanhas políticas vitoriosas, a exemplo da eleição à presidência da República do candidato do Partido dos Trabalhadores, Luís Inácio Lula da Silva, no ano de 2002.

⁵⁶De acordo com informações da imprensa que acompanhou o caso, além de Duda Mendonça e Jorge Babau, foram detidos também na mesma ocasião pela polícia federal José Daniel Tosi, industrial de São Paulo; Eduardo José Buregio, advogado no Rio de Janeiro; Alberto Juramar Lemos Andrade, engenheiro residente na Bahia e Ademir Alamino Lacalle, fiscal de renda aposentado de São Paulo. Disponível em <www.gazetadigital.com.br/conteudo/show/secao/10/materia/54109>. Acesso em setembro de 2011.

Os empresários japoneses de Costinha, que assumiram o comando do empreendimento baleeiro no final da década de 1950, tornaram-se responsáveis pelo controle de todas as etapas da operação na estação baleeira localizada no litoral norte paraibano. Os proprietários da COPESBRA e o poder público municipal, percebendo o interesse de curiosos pela “pesca da baleia”, chegaram a isolar uma área da praia, nas dependências da própria empresa⁵⁷ que funcionava a beira-mar, e improvisaram arquibancadas de madeira com o objetivo de explorar, como uma espécie de atração turística, a violência imposta aos corpos dos cetáceos durante a temporada de caça. Depoimentos de ex-trabalhadores da COPESBRA, ainda residentes na região, confirmaram que competia à Prefeitura Municipal de Lucena organizar a cobrança (um valor simbólico, na narrativa de Manoel Ribeiro de Oliveira) para a entrada das pessoas que resolvessem presenciar mais de perto o processo de esartejamento e retalhamento dos mamíferos.

Como parte do turismo baleeiro, os organizadores da atividade instalada em Lucena mobilizaram trabalhadores com certo grau de especialização no transporte de passageiros, especialmente de turistas que chegavam, principalmente nos finais de semana, para presenciar o abate, o retalhamento e a industrialização dos derivados dos cetáceos capturados pelo navio baleeiro. Em temporada de caça, centenas de curiosos chegavam à região por meio de transporte fluvial e terrestre. Barcos fretados na margem oposta do rio Paraíba, com ponto de partida na cidade de Cabedelo, de onde se atravessava em aproximadamente vinte minutos em direção à praia de Costinha (ainda hoje se faz este tipo de percurso, mas nos últimos anos feito principalmente por ferry boat), era o meio de transporte mais utilizado nos últimos anos da caça à baleia. O deslocamento para a outra margem do rio Paraíba também era feito por transporte terrestre, embora se tornasse mais difícil em período de chuvas, uma vez que a rodovia BR 101/PB-025, que liga João Pessoa ao município de Lucena, ao contrário de hoje, não possuía boa infraestrutura.

A cada período de caça, o movimento de turistas aumentava na praia de Costinha. Grupos de professores fretavam ônibus, acompanhados de seus alunos chegavam de outros estados para testemunhar o espetáculo oferecido pelos japoneses. Todos queriam assistir o evento que diziam ser único no mundo.⁵⁸ Pessoas comuns, empresários, curiosos, pescadores

⁵⁷ Em visitas realizadas a antiga sede da COPESBRA, em companhia de ex-trabalhadores baleeiros, foi possível identificar o local onde as arquibancadas foram montadas na década de 1970. Depois que a atividade baleeira foi encerrada na década seguinte, o espaço onde estavam montadas as arquibancadas de madeira deu lugar a um prédio onde hoje se encontra o “Museu da Baleia”, este também desativado e em ruínas.

⁵⁸ Os poucos países que ainda caçavam baleias até 1986, operavam a caça através dos chamados navios-fábricas. Todas as etapas do processo: o abate, retalhamento, separação das partes e o armazenamento, eram realizados em alto-mar, longe dos olhos dos curiosos. Portanto, somente a Paraíba apresentava o referido “espetáculo”.

da própria comunidade e do entorno, todos se sentiam atraídos por aquilo que leram ou ouviram falar das baleias capturadas em Lucena.

Quando se iniciava a temporada de caça aos cetáceos, aglomerações ocorriam com frequência na praia em frente à estação baleeira, próximo a uma rampa de concreto por onde os animais eram arrastados para o interior da fábrica quase sempre sob o olhar atento de inúmeros curiosos que, no período de julho a dezembro de cada ano, se dirigiam à Costinha para assistir ao que se convencionou chamar de “pesca da baleia”.

Os moradores mais antigos de Lucena confirmam o intenso comércio varejista que era feito pelos ambulantes na temporada de caça às baleias. Barracas de cachorro quente, tapioca, biscoitos, tudo era vendido para os turistas curiosos. Crianças ofereciam doces de diversos sabores, picolezeiros e sorveteiros transitavam entre os visitantes que chegavam para presenciar o evento baleeiro. Como descrito por moradores antigos de Lucena e registrado por revistas que circularam naquela época, a “pesca da baleia” era uma festa que movimentava consideravelmente a economia da região.

Quando o apito da fábrica soava em Costinha, alertando para o fato de que o navio baleeiro havia despontado no horizonte, moradores de Lucena, homens, mulheres, crianças e idosos abandonavam o que estavam fazendo e corriam para aguardar a chegada das baleias. De carro, a pé ou de bicicleta, crianças, jovens e adultos corriam e iam presenciar o desembarque dos cetáceos, com a naturalidade de quem saia de casa para assistir a uma partida de futebol ou a um espetáculo circense com animais. Por sua vez, ao ouvir a sirene da fábrica, os trabalhadores da COPESBRA começavam a chegar às dependências da empresa entre quinze e vinte minutos depois. Vestiam o uniforme e iam ajudar a descarregar, limpar e processar os animais abatidos. A tarefa era árdua, uma vez que, dependendo do número de animais capturados, o ritual de esarteamento e retalhamento rompia a madrugada.

Assim que o navio se aproximava da praia, os mais curiosos se acotovelavam nas areias ou se apertavam nas arquibancadas: todos queriam, de uma forma ou de outra, participar do acontecimento que se repetia todos os dias durante cerca de seis meses no ano. A “festa” promovida com a chegada do navio que transportava os animais abatidos mobilizava a cidade. Ninguém era estranho ao navio baleeiro que chegava diariamente transportando sua carga de carne e de gordura para a transformação industrial.

Moradores antigos lembraram que nas sextas-feiras, dia de pagamento, uma feirinha era montada próxima à empresa baleeira para vender todo tipo de mercadoria, inclusive para a comercialização de carne de baleia e derivados para pequenos comerciantes varejistas da

região. Neste aspecto, é incrível a semelhança entre os relatos colhidos em Costinha, que fazem referência ao espetáculo que era a chegada do navio baleeiro à plataforma da COPESBRA com a descrição feita por Kidder (1980) se referindo ao episódio da chegada do navio baleeira na Bahia oitocentista:

Apesar do incômodo que causa ao olfato de toda população, a captura de uma baleia constitui acontecimento notável na Bahia. Centenas de pessoas, principalmente as de cor, acotovelavam-se na praia para assistir os estertores do monstro gonizante (sic) e conseguir um pouco de sua carne que é preparada e vendida nas ruas pelas quitandeiras. Inúmeros suínos também se banqueteam na carcaça do cetáceo, e quem não souber escolher a carne de porco, no mercado, durante a época de pesca, pode comprá-la com gosto de baleia.⁵⁹

Testemunhas lembraram que a “pesca da baleia” transformou-se em um “espetáculo” que movimentou a economia de Lucena por vários anos, especialmente na década de 70 do século passado. Sua importância ainda hoje é lembrada pela prefeitura do município e pela maioria de seus moradores. A “pesca da baleia” ainda hoje é percebida como “algo que não deveria ter sido interrompida”. No site da Prefeitura Municipal de Lucena é possível encontrar texto saudosista que faz referência ao turismo baleeiro naquela cidade litorânea. O texto discorre que na época em que a atividade era permitida, lanchas com turistas se deslocavam para a praia de Costinha, a fim de assistirem à operação do beneficiamento da baleia:

“Lá era o único lugar no mundo que oferecia esse espetáculo, pois, em outros centros de pesca, ela já é beneficiada nos próprios navios-usinas, ancorados em alto-mar, chegando à terra com a baleia devidamente tratada. Não só como atração turística, mas, sobretudo como fonte de emprego, era uma alternativa para alimentar a população de baixa renda, para os moradores do município de Lucena e de todo Estado”.⁶⁰

Turistas de várias regiões do país que escolhiam João Pessoa, seja para passar férias ou a negócios, tinham a opção de pagar o deslocamento para o litoral norte e se juntar àqueles curiosos que iam presenciar o desembarque dos enormes animais que, depois de abatidos na costa, eram arrastados (Figura 10) à estação baleeira onde então eram sangrados, retalhados e preparados para a comercialização.

⁵⁹ KIDDER, Daniel P. op. cit. p. 27.

⁶⁰ Disponível em: <<http://www.lucena.pb.gov.br/index.php?pg=historia>>. Acesso em 20 de abr. 2011.

Figura 10. Sangria de uma baleia capturada em Costinha.



Fonte: Arquivos do NDHIR-UFPB

A revista *Realidade*,⁶¹ que circulou mensalmente por um breve período no país, publicou no mês de outubro de 1967 uma matéria sobre a atividade baleeira na Paraíba. A reportagem se referiu a caça à baleia como “uma aventura violenta que dura seis meses por ano”. “Um espetáculo de canhões e sangue”. A revista explorou detalhes sobre a estrutura do empreendimento baleeiro e o cotidiano simples dos moradores de Costinha. Destacou, especialmente, a “festa” que a comunidade e os turistas faziam na praia quando o navio *Koio Maru* (mais tarde rebatizado de *Cabo Branco*), despontava na barra com as baleias mortas penduradas na lateral do navio, depois de um dia inteiro de intenso trabalho no mar:

Além dos trabalhadores – uns 80 homens – há crianças e mulheres esperando o navio no cais iluminado. Toda vez que o navio chega, é uma festa! E no ano passado, quando apanharam uma baleia de 27 metros e 40 toneladas, a festa durou a noite inteira. Veio gente até de João Pessoa.⁶²

Nos dias em que a “pesca da baleia” era considerada satisfatória, ou seja, quando o número de animais abatidos correspondia ou superava as expectativas dos empreendedores (e dos baleeiros que ganhavam por animal capturado), havia sempre motivos para comemorações. Bares e barracas instaladas na praia recebiam os trabalhadores para brincadeiras e conversas animadas, quase sempre sobre o dia de labuta no mar ou na fábrica, cuja jornada, para a maioria, se encerrava ao anoitecer. Todavia, a festa mais marcante se dava ao término da temporada de caça ou quando se atingiam um número considerado importante para a empresa: 300, 400, 500 baleias...

⁶¹Lançada no ano de 1966 pela editora Abril, a revista *Realidade* tinha periodicidade mensal e tiragem que se aproximava de 500 mil exemplares. Circulou até janeiro de 1976.

⁶²Fogo! *Realidade*, Ano II, nº 19, outubro de 1967, p.131.

Alcançar a cota de baleias estabelecida por temporada antes do período previsto (dezembro) também era motivo de celebração. As comemorações se estendiam até altas horas da madrugada. Bebidas alcoólicas e refrigerantes eram servidos aos trabalhadores da empresa baleeira e seus convidados, acompanhados de tira-gostos de baleia ou de peixe, como forma de recompensá-los pelo trabalho árduo e perigoso desempenhado durante os longos dias em que estiveram na labuta no mar e em terra. Ao término da temporada, contabilizadas as despesas com as festas, a empresa japonesa não se negava a pagar a conta de bebidas e petiscos contraída pelos trabalhadores quando do encerramento da “temporada de pesca”.⁶³

Por outro lado, agências de turismo, sediadas geralmente em João Pessoa, a exemplo da Planetur, ofereciam excursões diárias (Anexo 6) entre os meses de julho e dezembro para turistas que estavam hospedados em hotéis da capital e que desejassem assistir ao “espetáculo realmente impressionante” que ocorria em Lucena:

Em arquibancadas especialmente preparadas, o turista participa de um espetáculo realmente impressionante: sobre a plataforma ensangüentada, desenrola-se um ritual coreográfico de lâminas e gestos simetricamente coordenados e ritmados pela destreza dos homens que, em poucos minutos, repartem o gigantesco mamífero marinho para transformá-lo em charque, farinha, óleo e outros produtos.⁶⁴

De fato, a morte de grandes animais, a exemplo das baleias, pode impressionar.⁶⁵ Inúmeras histórias sobre o comportamento das pessoas que presenciavam esses espetáculos, sem estarem acostumadas, dão conta dos embaraços a que foram submetidas. Curiosos mais sensíveis, não acostumados a presenciar o abate, a sangria e o retalhamento de animais tão grandes, podem desenvolver reações diversas: náuseas, tremores, palpitações e desmaios. Diante da cena estarrecedora de agonia, sofrimento ou da grande quantidade de sangue que jorra do animal abatido, conforme relatado por Tollenare e Kidder, que mencionou a caça artesanal na Bahia do século XVII, um misto de sensações que reúnem medo, espanto e deslumbramento pode tomar conta do espectador.

⁶³ Segundo depoimentos de baleeiros para a reportagem da revista Realidade, p. 129, quando se atingiu a cota de 300 baleias morta na temporada de caça do ano anterior (1965), a empresa japonesa teria arcado com o pagamento, em uma festa para seus trabalhadores, de 32 litros de run e 78 coca cola.

⁶⁴ Trecho extraído de um Folder da agência de viagens Planetur (Anexo 5.), provavelmente da década de 1970.

⁶⁵ Em trecho da entrevista concedida para a presente pesquisa em novembro de 2011, o sindicalista Severino Freire das Neves, declarou-se contrário ao espetáculo promovido pela COPESBRA com a morte das baleias: “Ali foi uma coisa errada que fizeram. Quando alguém via cortando o couro e jorrando sangue (da baleia), tinha gente que desmaiava. Então isso motivou a paralisação, por que uma fábrica que mata animal, se alguém visse, ia ter até pena de comer!”

A violência para com as baleias se dá no mar e em terra. Entidades que lutam em defesa dos animais⁶⁶ relatam que na caça moderna, quando o enorme cetáceo é atingido pelo arpão, cuja ponta carrega uma granada que explode quando o alvo é atingido (essa técnica foi utilizada em Costinha nos últimos anos da atividade), escutam-se urros de dor do animal que se propagam por quilômetros. As águas do mar, que refletem a cor azul num raio relativamente grande, mas ainda próximo a embarcação, são totalmente tingidas de vermelho pelo sangue que se espalha rapidamente. O cetáceo ferido se bate impulsivamente por um longo tempo, tentando se desvencilhar do enorme instrumento que lhe dilacera as entranhas. Dependendo de algumas circunstâncias, principalmente da imprecisão da arpoada e do tamanho do mamífero que está sendo capturado, o sofrimento pode levar horas até que a morte chegue finalmente para selar o destino do animal. Com a enorme quantidade de sangue no mar provenientes dos ferimentos do animal, os tubarões encontram alimento com facilidade e em abundância. Depoimentos de ex-baleeiros, colhidos para a presente pesquisa, indicam que grande parte das baleias abatidas na costa paraibana chegava em terra firme com partes do corpo dilaceradas por mordidas desses peixes.

Um acontecimento narrado por um ex-trabalhador do setor de Controle de Qualidade da COPESBRA, Gilvan Antônio Soares,⁶⁷ defensor do retorno da atividade baleeira, hoje microempresário e proprietário da Fábrica Coco Lucena, mas que chegou a compor a tripulação do navio Cabo Branco em uma das incursões para a caça no litoral da Paraíba nos anos de 1960, ajuda a entender o nível de dificuldade para se matar as grandes espécies de baleias. Segundo o ex-trabalhador da COPESBRA, já na década de 1960 era difícil se capturar uma baleia azul,⁶⁸ em função da raridade em se avistar um exemplar e, principalmente, pelas dificuldades impostas pelo tamanho e vigor do animal que, em várias situações, se impunha à inteligência e a destreza humana.

Houve uma vez, comentou Sr. Gilvan Antônio Soares durante o seu depoimento, que o navio baleeiro da COPESBRA, o Cabo Branco, arpoou por duas vezes uma mesma baleia azul de cerca de trinta e cinco metros de comprimento. O animal, embora gravemente ferido, conseguiu puxar o navio por horas, ameaçando desestabilizá-lo a ponto dos tripulantes

⁶⁶ No site do Greenpeace: <www.greenpeace.org.br/quemsomos/h_baleias.php>, acesso em 10 de abr. 2011, relatos de ativistas que lutam contra a caça à baleia, ainda praticada pelo Japão na Antártica, chamam a atenção para a forma brutal como esses animais ainda são mortos.

⁶⁷ SOARES, Gilvan Antônio. 64 anos. Depoimento setembro de 2011, praia de Fagundes, Lucena – PB. Entrevistador: Francisco Henrique Duarte Filho. Acervo do autor.

⁶⁸ A *Balaenoptera musculus* (baleia azul), uma das espécies ameaçada de extinção, é o maior mamífero em existência, podendo alcançar 30 metros de comprimento e pesar 160 toneladas. Disponível em: <http://pt.wikibooks.org/wiki/Reino_animal/Baleia-azul>. Acesso em 20 de dez. 2011.

precisarem serrar o cabo preso ao dorso e liberar o animal ferido, evitando dessa forma que a embarcação naufragasse, o que poderia ensejar uma tragédia para a tripulação e prejuízos imensuráveis para a empresa baleeira. Após três ou quatro dias do ocorrido, afirmou o ex-trabalhador, a baleia que havia sido ferida apareceu morta em uma das praias da região. Nesse caso, não houve mais interesse da empresa baleeira no animal abatido, uma vez que a carne e os derivados que se poderiam extrair do animal haviam sido comprometidos pela ação do tempo e por investidas de tubarões.

Apesar de se registrarem contratemplos durante o processo de captura dos animais no mar, como o verificado com a baleia-azul no caso narrado pelo ex-trabalhador baleeiro, a caça aos cetáceos em Costinha passou, depois de 1958, a ser feita sob rigoroso controle técnico de uma tripulação treinada para matar e ocorria relativamente próxima à praia. Logo após ser lançado o arpão no animal, o navio baleeiro fazia manobras de acordo com os movimentos da baleia ferida até sua completa exaustão e morte. Depois de abatida, ao término da jornada que se dava no final da tarde ou já à noite, as baleias mortas eram arrastadas para a plataforma onde passavam a ser retalhadas com facões e moto-serra pelos trabalhadores a serviço da empresa japonesa. O retalhamento era rápido e preciso, o alto nível de especialização dos trabalhadores japoneses contribuía para o aumento da produtividade. A multidão se aproximava como para testemunhar a vitória da técnica, da inteligência humana sobre a força bruta do enorme mamífero marinho.

6.4 Sakaguchi: a arte de matar, na guerra contra as baleias.

Na reportagem da revista Realidade, de outubro de 1967, registraram-se aspectos da caça à baleia em Lucena, destacando as aptidões e a personalidade introvertida de Sakaguchi, o mais conhecido dos artilheiros e um dos trabalhadores a receber um dos maiores salários da COPESBRA na década de 1960. A matéria expôs os seguintes comentários acerca do homem responsável pelo abate de milhares de baleias nos mares do Japão, da Antártica, do Atlântico Norte e do Brasil:

Sakaguchi olha o relógio: sete em ponto. Anota hora, local, temperatura da água num caderno e põe um número: 1870. É o total de baleias que já matou. Aqui, no Japão, na Antártica e no Atlântico Norte. (...) Sakaguchi é um homem calado, os tripulantes conhecem-no há dois anos. Riem juntos, vivem juntos, mas nunca o viram falar de outra coisa: só baleia. (...) poucos sabem que é calado assim há 22 anos: sargento jovem, fazia a guerra do Pacífico num destróier, pensado em voltar

para sua terra, Nagasaki. A bomba atômica explodiu de repente, levando sonhos e a família. A paz veio em forma de baleias. Continua até hoje com o dedo no gatilho.⁶⁹

A curta biografia de Sakaguchi, apresentada pela referida revista, sugere uma reflexão sobre aspectos relacionados à introdução da cultura da violência e da morte na comunidade de Costinha, quando do abate por profissionais nipônicos dos grandes animais marinhos que se deslocavam anualmente para o litoral norte da Paraíba. A região de Lucena era secularmente habitada por trabalhadores rurais e pescadores artesanais, que viviam da agricultura e da captura de peixes e crustáceos. Mas em determinado momento, tiveram seu cotidiano e sua rotina alterados com a introdução do empreendimento baleeiro. Passaram a caçar baleias e aprenderam, com os japoneses, técnicas modernas para cortar e retalhar grandes animais marinhos.

A praia de Costinha, antes da introdução da atividade baleeira no início do século passado, era basicamente uma colônia de pescadores - hoje, depois do fim da atividade baleeira, tenta voltar à normalidade. Os depoimentos colhidos sugerem que, após a introdução do empreendimento baleeiro, as redes de pesca passaram a permanecer mais tempo penduradas em casa do que no mar; os trabalhadores deixaram de ocupar a maior parte do seu tempo com a pesca, deixando de ganhar a vida como pescadores artesanais, como faziam há gerações. Foram feitos caçadores e operários, tornaram-se cortadores e embaladores de derivados baleeiros para o atendimento de uma demanda de mercado. Mudou-se paulatinamente a cultura tradicional de uma comunidade em função de interesses empresariais exógenos.

Talvez mais grave ainda tenha sido o contato diário de crianças, mulheres e adultos da comunidade com a cultura da morte imposta aos grandes animais, com o esquartejamento, e o sangue que jorrava na areia da praia, contribuindo provavelmente para desensibilizar as pessoas, na medida em que esse tipo de trabalho foi sendo inserido gradativamente entre os membros da comunidade de Lucena. Há fortes indícios de que pessoas que presenciam cotidianamente a morte brutal de animais, a exemplo do que ocorre nos matadouros, tendem a perder a sensibilidade, se estressam com facilidade, começam a enxergar a violência como algo natural, banal. Pesquisas antigas e recentes sobre o cotidiano e as práticas nos

⁶⁹ Todos em silêncio: é hora de matar. In: **Revista Realidade**, outubro de 1967, p. 118

matadouros, sugerem associação entre as atividades desses estabelecimentos com o aumento da violência e criminalidade em uma dada região.⁷⁰

A morte e o sangue que corria das baleias abatidas tingiram de vermelho as areias da praia de Costinha. A morte e o esquartejamento das baleias, feita ao ar livre, fez parte da paisagem e do cotidiano dos baleeiros e da comunidade de Lucena por várias décadas. No auge da caça na Paraíba, quando se matavam centenas de baleias por temporada, houve quem comparasse o sacrifício das baleias com a exibição da morte dos touros nas arenas espanholas. Em artigo publicado em jornal pessoense, datado de 26 de outubro de 1984, o escritor e ambientalista Fernando Mendonça estabeleceu, com bastante sensibilidade e dramaticidade, semelhanças entre as duas situações:

O sacrifício das baleias suscita nuances de tragédia humana, tão requintado em crueldade é o processo de sua matança, encontrando, apenas, similitude no espetáculo degradante nas touradas da Espanha, onde um bípede dotado de inteligência desempenha o mister de desesperar ao máximo um indefeso quadrúpede até lhe mergulhar ao lombo a lâmina afiada, fazendo-o tombar, exangue, na praça dos touros, para gáudio de uma multidão primitiva e paranóica.⁷¹

Depoimentos colhidos de indivíduos sensíveis à causa das baleias, que presenciaram o “espetáculo” montado na praia de Costinha, podem ajudar a entender como determinadas pessoas se sentiram ao presenciar pela primeira vez a chegada dos animais abatidos à plataforma da empresa japonesa. Em entrevista concedida para a presente investigação, a ambientalista Paula Frassinete Lins Duarte ao ser indagada se havia assistido alguma vez ao “espetáculo” promovido com a chegada das baleias minke e o que havia sentido, teceu as seguintes considerações:

Ave Maria, era (o espetáculo) muito agressivo. Primeiro nós já sabíamos que tinha arquibancadas pra ver um espetáculo de sangue, um espetáculo sanguinolento misturado com leite. Sabe por que com leite? Por que como iam muitas fêmeas, algumas ainda estavam em período de aleitamento. E o baleote, é muito interessante, ele anda agarradinho com a fêmea, que a fêmea não têm teta, ela só têm o orifício para sair o leite, ela comprime os músculos e esguicha o leite, então forma uma

⁷⁰ Em 1906, Upton Beall Sinclair (1878-1968) denunciou a exploração dos trabalhadores e as péssimas condições de trabalho que predominavam nas indústrias de transformação da carne na cidade de Chicago, estado de Illinois, Estados Unidos da América. Entre outras questões suscitadas no livro, o escritor procurou estabelecer a relação dos abatedouros com os índices de violência e morte que ocorriam naquela cidade. A obra causou enorme polêmica nos Estados Unidos. O livro intitulado *The Jungle* (que pode ser traduzido para a língua portuguesa como “A Selva”) chocou a opinião pública e causou desconforto ao Governo americano a ponto do presidente Theodore Roosevelt se pronunciar sobre o mesmo e enviar inspetores da vigilância sanitária para fiscalizar os frigoríficos. A relação entre a morte brutal nos abatedouros com os índices de violência, já sugeridos por Sinclair no início do século passado, foram corroborados em pesquisa recente por Amy Fitzgerald, PhD em criminologia e professora da Universidade de Windsor, Ontário, Canadá. Disponível em: <<http://www.vidavegetariana.com/site/noticias.php?page=noticias/33>>1. Acesso em 20 de jan. 2012.

⁷¹ MENDONÇA, Fernando. O Massacre das baleias. *O Norte*, João Pessoa, 26 de out. 1984, p.2.

boquinha porque ele tá aqui preso, agarradinho (gesticula), ele nada agarradinho a essa fêmea. Então quando essa fêmea morria, os baleotes também morriam.⁷²

Ex-trabalhadores baleeiros confirmaram ter presenciado a chegada de baleias acompanhadas de filhotes à plataforma da COPESBRA. Manoel Ribeiro de Oliveira, que trabalhou na charqueada da empresa japonesa por mais de duas décadas confirmou em depoimento que foi testemunha ocular de uma baleia minke que foi arpoada e chegou acompanhada do filhote à plataforma, ambos mortos.

A chamada “pesca da baleia” como atração turística foi se popularizando nos anos de 1970 e 1980. Era relativamente comum encontrar em hotéis de João Pessoa a inclusão, em seu roteiro turístico, a visita de seus hóspedes à praia de Costinha. Em seu depoimento, Josefa dos Santos Silva, ex-artesã que confeccionava e vendia artigos a partir de ossos e barbatanas de baleias, e Paula Frassinete Lins Duarte, que militou no movimento pelo fim da atividade baleeira, confirmaram que o maior e mais importante hotel de João Pessoa, o Hotel Tropical Tambaú, chegou a fazer propaganda entre seus hóspedes da caça à baleia realizada em Lucena. O objetivo do hotel, sugeriram as depoentes, era aumentar o número de hóspedes, utilizando a temporada de caça como atração turística. A visita à praia de Costinha, onde a COPESBRA operava, chegou a constar no roteiro de agências de viagens, como parte de um pacote de serviços oferecido aos turistas que visitavam a capital paraibana.

Como se pode comprovar através de documentos que retrataram o período, talvez em função da grandiosidade do evento e das vantagens obtidas por agências de turismo, a caça a esses animais não passou despercebida dos meios de comunicação da época. Além das revistas Realidade e Veja, e da Rede Globo de Televisão que enviou jornalistas à região para gravar um documentário⁷³ que foi exibido para todo Brasil, jornais do Centro-Sul do país, a exemplo da Folha de São Paulo, cuja matéria data de 19 de agosto de 1985, publicou artigo digno de reflexões, onde expõe a questão da caça à baleia no município de Lucena como “apelo turístico predatório” praticado numa das regiões mais belas do litoral paraibano:

Durante a estação de caça, que se iniciou há duas semanas e vai até dezembro, grupos de turistas, levados em barcos fretados no ancoradouro de Cabedelo, a 18

⁷² Paula Frassinete Lins Duarte, 68 anos. Entrevista concedida a Francisco Henrique Duarte Filho em setembro de 2011, João Pessoa-PB.

⁷³ Algumas pessoas da comunidade de Lucena e de João Pessoa, inclusive alguns depoentes que colaboraram como entrevistados para a presente pesquisa, como Paula Frassinete Lins Duarte e Gilvan Antônio Soares, confirmaram a vinda de uma equipe da Rede Globo de Televisão para um documentário sobre a “pesca da baleia” na Paraíba. O jornalista Fidélis dos Santos Amaral Neto, apresentador do programa global *Amaral Neto, O Repórter*, foi citado como tendo sido o jornalista encarregado da missão de acompanhar e registrar a jornada do navio baleeiro da COPESBRA em um dia de caça, no início da década de 1970.

quilômetros de João Pessoa, vão até a praia de Lucena, onde os mamíferos apreendidos pela Copesbra – Companhia de Pesca Norte do Brasil – são depositados na areia sob o olhar curioso dos visitantes. É um espetáculo que fica na mente, reforçado pelo artesanato de Cabedelo, feito com dentes, ossos e barbatanas dos grandes mamíferos marinhos (...). O estranho nisso tudo é que a cidade não precisa desse tipo de apelo turístico predatório, pois a beleza de suas praias e a riqueza de seu acervo histórico garantem tranquilamente o fluxo de visitantes que começaram a descobri-lo como novo pólo de atração no Nordeste.⁷⁴

Realmente, conforme divulgado pelo jornal paulista, as sete praias que estão localizadas no extremo norte do litoral da Paraíba – Costinha, Fagundes, Gameleira, Ponta de Lucena, Lucena, Camaçari e Bonsucesso - com seus enormes coqueirais, areias brancas e mar calmo durante a maior parte do tempo, são de uma beleza natural deslumbrante, que encanta aos visitantes amantes da natureza que visitam a região. Todavia, não eram esses, apenas, os atrativos que motivavam os turistas a visitarem as praias citadas pela reportagem, pelo menos até meados dos anos 1980, quando a caça foi definitivamente proibida e o espetáculo com a morte das baleias teve fim.

Flávio Paiva, um estudante do município de Independente, no Ceará, descreveu para o Diário do Nordeste alguns detalhes de sua visita nos idos de 1970 à estação baleeira de Costinha, como integrante de uma excursão promovida por sua escola para assistir a “pesca da baleia” no município de Lucena:

As mantas de carne e de toucinho eram arrastadas por puxadores mecânicos, enquanto ficávamos vendo o "espetáculo" em umas arquibancadas próprias para turistas. O mar estava agitado. Luzes amarelas refletiam brilhantes no claro e escuro do pavimento. Ofereceram-nos carne de baleia. Comemos. Quem comprou partes das barbatanas, que flexionadas pareciam cocares indígenas, achou bonito, mas se arrependeu depois, quando a peça cartilaginosa começou a exalar mau cheiro. E isso aconteceu ainda no ônibus, quando retornávamos da capital paraibana para Independência, no interior do Ceará, uma viagem de aproximadamente 800 quilômetros.⁷⁵

Testemunhas do passado e do presente, os moradores remanescentes confirmaram que depois que a “pesca da baleia” foi encerrada, o fluxo de turistas foi reduzido em Costinha, mas gradativamente intensificado em outras praias daquele litoral. Em certas épocas do ano, mas especialmente nos finais de semana e nos feriados, milhares de turistas se dirigem a esta parte do litoral paraibano para desfrutar das belezas naturais, da história⁷⁶ e, principalmente, da tranquilidade do lugar. No entanto, em algumas dessas praias, principalmente a de Lucena,

⁷⁴ CAÇA às baleias. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 de agosto de 1985, p. 02

⁷⁵ PAIVA, Flávio. **Desventuras de Moby Dick**. Diário do Nordeste, 01 de julho de 2010, Caderno 3. p.2.

⁷⁶ Lucena possui a Igreja da Guia, patrimônio histórico e cultural construída pelos carmelitas na segunda metade do século XVI que se transformou em local de visitação frequente de turistas e curiosos.

sede do município, a paz de outrora vem sendo interrompida nos últimos anos durante os feriados e no período de carnaval. Épocas do ano em que milhares de pessoas se dirigem às praias, passando então a cidade a ter alterado seu cotidiano pacato e tranquilo.

6.5 Autoridades e turistas estrangeiros visitam o empreendimento baleeiro.

Em Costinha, a presença de autoridades em visita às instalações da fábrica também foi registrada por jornais da capital paraibana da época. No dia 25 de setembro de 1981, a COPEBRA recebeu Tarcísio de Miranda Burity, então governador da Paraíba, investido em seu primeiro mandato para exercício entre os anos de 1979 e 1982.

Acompanhado de familiares e de amigos europeus, o chefe do executivo paraibano assistiu a chegada de alguns exemplares da espécie minke (*Balaenoptera bonaerensis*) à plataforma da estação baleeira de Costinha. Em seguida, a comitiva, acompanhada de funcionários da empresa, percorreu as dependências da empresa japonesa, tendo sido o governador recebido com prerrogativas de chefe de Estado. O jornal O Norte registrou com entusiasmo, dois dias depois do ocorrido, a presença do governador em Lucena e sua visita à sede da COPEBRA. O jornal enfatizou que, segundo alguns funcionários da empresa nipônica, o dia da visita do governador foi tido para eles, do ponto de vista da caça aos cetáceos, como “um dos melhores dias da temporada”:

De 22 baleias avistadas, treze, medindo em média cerca de 8 metros de comprimento e pesando cerca de nove toneladas cada uma, foram capturadas anteontem, dia de visita que o governador Tarcísio Burity fez à Costinha, junto à sua família e amigos seus da Suíça em visita à Paraíba. Segundo funcionários da Copesbra, empresa que explora a pesca do cetáceo, esse foi um dos melhores dias da temporada que se encerra em dezembro próximo.⁷⁷

Na continuação da matéria, o jornal da capital paraibana fez questão de pontuar os diversos momentos da presença do governador e seus convidados à estação baleeira de Costinha, sempre acompanhados do Sr. Guilherme Campelo Rabay, assessor jurídico da empresa, que inclusive proferiu palestra para os visitantes sobre as várias etapas da atividade desenvolvida pela companhia, que tinha os derivados baleeiros como mercadoria de exportação. Finalmente, o jornal destacou que, quando do encerramento da referida visita, o governador Burity e sua comitiva participaram de um churrasco de carne e linguiça de baleia. Uma degustação de duas das iguarias preparadas a partir da carne desses animais:

⁷⁷ GOVERNADOR visita pesca da baleia. **O Norte**, João Pessoa, 27 de setembro de 1981, p.12.

No setor de corte e processamento da baleia, na Copesbra, em Costinha, o governador, sua esposa, D. Glauce, filhos e amigos, assistiram à chegada de nove minke – espécie capturada na costa paraibana – pois quatro delas já tinham sido levadas ao posto de tratamento pela manhã (...). Após a visita à área de corte e ao galpão de beneficiamento, o governador e os convidados provaram churrasco de carne e lingüiça de baleia.⁷⁸

A visita do governador Tarcísio de Miranda Burity à empresa sediada em Costinha parece não deixar dúvidas sobre a posição que os políticos paraibanos, em sua maioria, assumiriam alguns anos depois, quando a atividade baleeira começou a ser ameaçada concretamente pelo crescimento do movimento ambientalista, pela mobilização da sociedade civil organizada, e quando a opinião pública passou a assumir posição favorável ao encerramento da atividade no país.

Aqueles que tiveram oportunidade de visitar a COPESBRA no período de caça, principalmente nos últimos dez anos da atividade (1976-1985), quando se abateram em média quatro baleias por dia⁷⁹ (cerca de setecentas e vinte por temporada de caça), puderam testemunhar a magnitude de suas instalações e a grandeza do capital envolvido no empreendimento. Em temporada de “pesca da baleia”, a empresa ampliava consideravelmente seu número de empregados. Além de japoneses vindos da Ásia exclusivamente para trabalhar no período da caça, contratavam também trabalhadores de outros estados brasileiros, como Rio Grande do Norte, Ceará e Pernambuco.

A COPESBRA era de fato uma empresa de grande porte.⁸⁰ Inúmeros trabalhadores desempenhavam, dentro e fora da companhia, as mais diversas atividades, sempre voltadas à preparação dos derivados destinados ao mercado regional e, principalmente, à exportação para o mercado japonês. Somente a bordo do navio Cabo Branco, uma das embarcações responsáveis pela captura dos cetáceos, a tripulação era composta de vinte e seis pessoas: o comandante, o assistente de comandante, o maquinista, o artilheiro, nove “pescadores” e doze marujos para os serviços complementares como recolhimento dos mamíferos, retirada dos animais do navio e outras atividades que a rotina exigia. (CAVALCANTE FILHO & RABAY, 2010, p. 80). Outros trabalhadores especializados também se movimentavam pelos

⁷⁸ *idem.*, p.12

⁷⁹ Considerando que uma baleia minke adulta pesa entre oito e dez toneladas, pode-se ter uma ideia do quantitativo de carne e derivados que eram processados diariamente pelos funcionários da COPESBRA. Em média algo em torno de 40 toneladas-dia.

⁸⁰ De acordo com a revista *Visão*, abril de 1978, p. 280, cuja reportagem intitulava-se “Quem é Quem na economia Brasileira”, a Companhia de Pesca Norte do Brasil (COPESBRA) ocupava uma posição de destaque, encontrava-se na 26ª posição no ranking entre as 41 empresas “brasileiras” citadas na época.

vários setores da empresa, desempenhando tarefas voltadas principalmente ao beneficiamento da carne, gordura, ossos e barbatanas dos animais capturados:

As carnes destinavam-se ao setor especializado, que as separava para três seções: frigorífico (principalmente as peças destinadas à exportação), charqueada (charque e carne de sol) e carne verde. O papo (parte ventral branca estriada) era encaminhado também à seção de frigorífico para congelamento. O toucinho e a gordura eram enviados ao setor do óleo, composto das caldeiras, autoclave e tanques. Lá, eram submetidos às autoclaves, durante doze horas de fogo, a uma temperatura de 140° C. Após o processo de separação por centrifugação, o óleo era bombeado para os tanques armazenadores. Os ossos eram conduzidos ao setor de farinha. Lá, eram submetidos às autoclaves e, posteriormente, moídos. Em seguida, a farinha era ensacada e conduzida aos armazéns. Os restos de carnes e vísceras eram encaminhados ao setor de farinha, sendo também submetidos às autoclaves e moinhos (RABAY & CAVALCANTE, 2010, p.82)

Considerando os investimentos realizados na aquisição de equipamentos ao longo de décadas, na formação da mão-de-obra com certo grau de especialização e os interesses econômicos envolvidos no empreendimento, que tinha o mercado estrangeiro como finalidade maior, é possível se deduzir a importância para a Nippon Reizo Kabushiki Kaisha, grupo de empresários japoneses que monopolizava a atividade, de lutar pela manutenção da caça à baleia no Brasil.

Os conflitos, debates e acusações expostos pelos principais jornais da capital paraibana nas décadas de 1980 e 1990, que foram polarizados de um lado por grupos políticos e empresariais que defendiam a permanência da caça à baleia, por questões econômicas e sociais, e do outro, por ambientalistas e simpatizantes da causa ecológica, que enxergavam na morte sistemática dos animais a possibilidade de extinção de uma espécie, marca um dos períodos mais interessantes da recente história da exploração dos recursos naturais no estado da Paraíba.

Os debates em torno da manutenção e/ou fim da atividade baleeira abrem possibilidades para novas análises e reflexões sobre a história desse tipo de extrativismo que fez parte da economia da Paraíba por quase um século. Vários jornais das décadas de 1980 e 1990 oferecem um acervo importante de matérias e entrevistas a respeito das questões sociais, econômicas, culturais e ambientais que floresceram em torno do problema da caça à baleia na Paraíba.

Os conflitos discursivos são geralmente polarizados de um lado por grupos políticos e empresariais, que defendiam a manutenção da caça à baleia por questões econômicas e sociais. De outro, por ecologistas, professores universitários e simpatizantes da causa

ambiental, contrários a exploração desse recurso natural com justificativas geralmente de cunho preservacionistas.

Todavia, as discussões em torno da crise da economia baleeira no mundo e suas implicações sociais, econômicas e ambientais no Brasil, com consequências para a comunidade de Lucena e para a Paraíba, é objeto das páginas seguintes. Este capítulo objetivou responder a algumas questões relacionadas a um tipo de turismo singular associado à caça da baleia outrora praticado no litoral norte da Paraíba.

CAPÍTULO VII

7. CRISE DA ECONOMIA BALEEIRA

7.1 A descoberta comercial do petróleo e o crescimento do movimento ambientalista: efeitos deletérios sobre a economia baleeira.

Estudos que discorrem sobre a crise da atividade baleeira no mundo associam a perda de importância econômica do “azeite de baleia” no mercado internacional, seu principal derivado, ao declínio gradativo dos estoques dos cetáceos e, principalmente, à descoberta do petróleo para fins comerciais na segunda metade do século XIX (ELLIS, 1969, TRIGGIA, 2001; DOLIN, 2007, CASTELLUCCI, 2010).

Na segunda metade do século XX, após a Segunda Guerra Mundial, houve o reconhecimento por parte dos países integrantes da Organização das Nações Unidas (ONU) do agravamento dos problemas socioambientais provocados pelo modelo de desenvolvimento econômico adotado pela maioria dos países ocidentais. Nos chamados países desenvolvidos, surgiram, paralelamente a esse reconhecimento, movimentos de contestação⁸¹ que marcaram as décadas de 1960 e 1970. O foco dos ambientalistas na economia baleeira ganhou notoriedade nessa época, passando a luta pelo fim da caça às baleias a se constituir em um símbolo do movimento ecológico, principalmente ao longo da segunda metade do século passado, período de grande efervescência do movimento ambientalista na Europa e na América do Norte.

De acordo com Cavalcante Filho & Rabay (2010), a primeira campanha contra a caça à baleia no mundo teria sido estimulada e financiada por empresas petrolíferas americanas, dispostas a assegurar a qualquer custo o mercado mundial para o querosene obtido pelo beneficiamento deste combustível fóssil. A substituição do óleo de baleia pelo querosene de petróleo inauguraria, dessa forma, um momento qualitativamente novo na economia mundial, particularmente no que diz respeito à nova matriz energética (o petróleo) que impulsionaria o crescimento urbano e industrial ao longo das primeiras décadas do século passado.

⁸¹ Organizações não governamentais poderosas, a exemplo do Greenpeace (Paz Verde), surgem nessa época, questionando atitudes e ações de determinados grupos humanos responsáveis por provocar ou agravar problemas ambientais já existentes. Entre esses problemas estava a ameaça de extinção de algumas espécies de baleias, que durante séculos vinham sendo caçadas para atendimento de demandas comerciais e industriais. Depois da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a questão baleeira passou a ser tratada com redobrado interesse por entidades de defesa da vida animal no planeta.

O primeiro poço perfurado, que inauguraria a fase áurea da comercialização do petróleo, foi descoberto pela primeira vez na Pensilvânia, Estados Unidos da América, no ano de 1859. Esse acontecimento foi decisivo para a substituição gradativa dos derivados baleeiros por aqueles provenientes do petróleo, chamado mais tarde de *ouro negro* em função da importância estratégica e do alto valor comercial que seus produtos assumiram no mercado mundial:

O início e a sustentação do processo de busca com crescimento e afirmação do produto (petróleo) na sociedade moderna datam de 1859, quando foi iniciada a exploração comercial nos Estados Unidos, logo após a célebre descoberta do Cel. Drake, em Tittusville, Pensilvânia, com um poço de apenas 21 metros de profundidade perfurado com um sistema de percussão movido a vapor que produziu 2 m³/dia de óleo. Descobriu-se que a destilação do petróleo resultavam em produtos que substituíam, com grande margem de lucro, o querosene obtido a partir do carvão e o óleo de baleia, que eram largamente utilizados para iluminação. Esses fatos marcaram o início da era do petróleo. (Triggia et al, 2001, p. 10). (Grifamos)

Por outro lado, o crescimento populacional, o êxodo rural e a expansão urbana, verificados em diversos países da Europa e da América no mesmo período, exigiram esforços dos governos de cada nação no sentido de buscar soluções aos escassos e custosos recursos energéticos disponíveis na segunda metade do século XIX.

Nos Estados Unidos, os combustíveis mais usados, antes do advento do petróleo, eram carvão mineral e vegetal, que alimentavam máquinas e meios de transportes impulsionados pela energia gerada a vapor. Já a gordura animal e vegetal, era responsável por fornecer, mesmo precariamente, energia para iluminação de residências, ruas e indústrias de grandes e médias cidades. Dos produtos que iluminavam o país, o “azeite de baleia” se constituía no produto mais importante da época.

A importância que a caça à baleia teve para a sociedade americana até o advento do petróleo, é inestimável. A caça oceânica e o comércio de derivados baleeiros estiveram associados, desde o início do século XVII, ao espírito empreendedor e ao desenvolvimento do país, sendo esta atividade uma das responsáveis por fazer fortunas e estimular o progresso econômico e social do povo americano. O pesquisador Eric Jay Dolin (2007), que estudou a história da caça à baleia nos Estados Unidos, discorreu sobre o impacto econômico do empreendimento baleeiro norte americano da seguinte maneira:

American whale oil lit the world. It was used in the production of soap, textiles, leather, paints, and varnishes, and it lubricated the tools and machines that drove the Industrial Revolution. The baleen cut from the mouths of whales shaped the course of feminine fashion by putting the hoop in hooped skirts and giving form to

stomach-tightening and chest-crushing corsets. Spermaceti, the waxy substance from the heads of sperm whales, produced the brightest- and cleanest-burning candles the world has ever known, while ambergris, a by-product of irritation in a sperm whale's bowel, gave perfumes great staying power and was worth its weight in gold.⁸²

Os Estados Unidos da América, que antes se viam prejudicados no seu crescimento econômico e expansão, em função da escassez provocada pela limitada oferta de energia que pudesse ser utilizada na iluminação pública, residencial e industrial, de maneira ampliar a oferta e baratear os custos para o conjunto da sociedade, encontraram no petróleo uma excelente fonte de riqueza e poderio (DOLIN, 2007).

A demanda crescente por combustíveis e derivados mais baratos e mais viáveis, que pudessem reduzir custos e ajudar a impulsionar à indústria americana, levou o ramo petrolífero daquele país à expansão em todo o mundo. Através do monopólio do produto, a empresa americana Standard Oil Company, pertencente ao magnata John Davison Rockefeller Nixon (1839-1937), se tornou responsável por controlar a produção, refino e transporte dos derivados de petróleo desde o início de sua descoberta comercial (YERGIN, 1992).

A descoberta do petróleo para fins comerciais possibilitou, portanto, expansão do consumo de querosene e ampliação do acesso aos “benefícios” para uma parcela maior da sociedade. A oferta desse produto como combustível doméstico foi significativo, revolucionário, vigorando como a principal fonte de energia nesse setor até o advento da eletricidade, cuja utilização em larga escala foi inaugurada com a descoberta da lâmpada incandescente por Thomas Alva Edson no ano de 1882.

O petróleo, que substituiria o óleo de baleia na segunda metade do século XIX, possibilitou ampliar, ainda, a oferta de outros produtos à sociedade urbano-industrial que se desenvolvia em ritmo acelerado. Além do querosene, o uso de outros derivados do petróleo foram sendo incorporados gradativamente ao cotidiano de fábricas e indústrias, como a vaselina, a parafina e, principalmente, os lubrificantes, que eram fundamentais para o bom

⁸² “O óleo de baleia americano iluminou o mundo. Foi usado na produção de sabão, têxteis, couro, tintas, vernizes e lubrificantes que usados na manutenção de ferramentas e máquinas, impulsionaram a Revolução Industrial. As barbatanas retiradas das bocas das baleias moldaram o curso da moda, eram usadas em aros para saias, e estruturas de espartilhos, muito utilizados nas vestimentas femininas. O Espermacete, substância cerosa retirada da cabeça das baleias cachalote, produziu a mais brilhante e mais limpa queima de velas que o mundo já conheceu. O âmbar, um subproduto proveniente de uma concreção do intestino da baleia cachalote, utilizado na fabricação de perfumes, teve seu valor a peso de ouro”. (Tradução e adaptação: DUARTE FILHO, 2011)

funcionamento das máquinas que se espalhavam pelos empreendimentos industriais em expansão em todo o mundo (DOLIN, 2007).

A fabricação do automóvel em série, inaugurada por Henry Ford no final do século XIX, deu, por sua vez, o impulso necessário à consolidação da indústria petrolífera. O automóvel foi gradativamente introduzido na vida das pessoas, as distâncias foram encurtadas e o mundo transformado consideravelmente. O petróleo tornou-se a esteira do desenvolvimento, o combustível que alimentou boa parte das grandes mudanças pelas quais passaram as sociedades contemporâneas. A partir do advento da indústria automobilística no início do século passado, derivados como a gasolina e o óleo diesel ampliaram ainda mais a importância econômica do petróleo, que se tornou a matriz energética e um dos símbolos da sociedade moderna (HOBSBAWN, 1995).

No Brasil, os acontecimentos externos, como a influência da descoberta comercial do petróleo nos Estados Unidos e seus efeitos sobre a economia mundial - que em um primeiro momento parecem não ter relação com a crise da economia baleeira no Brasil - não devem ser desconsiderados no processo de organização e de luta pelo fim da caça aos cetáceos no país. Especialmente, é preciso estar atento à pressão econômica e diplomática exercida pelos Estados Unidos da América sobre os países baleeiros. Os estadunidenses, antes grandes empreendedores desse ramo de “pesca”, foram substituindo gradativamente os produtos baleeiros por derivados de petróleo (Figura 11), conforme se verificou nas décadas subseqüentes à estruturação e consolidação da indústria petrolífera naquele país.

Figura 11. Charge mostrando o baile dado pelas baleias em homenagem à descoberta dos poços de petróleo na Pensilvânia, EUA.



Fonte: DOLIN, 2007, p. 335

A charge, publicada na revista americana *Vanity Fair* em 1861, retrata uma sala cheia de baleias bem vestidas em um grande baile, dançando, bebendo e demonstrando extrema felicidade. Os banners pendurados no fundo oferecem pistas para o motivo de tanta alegria. Um deles proclama: “Os poços de petróleo da nossa ilha nativa, poderão nunca cessar”, enquanto na outra se lê, “Não mais teremos que lamentar a nossa gordura.” As baleias estariam comemorando a recente descoberta do petróleo na Pensilvânia, um evento que pressagiava o rápido declínio da indústria baleeira (DOLIN, 2007).

Os Estados Unidos da América passaram, a partir da expansão do uso do petróleo e seus derivados no século XX, a defender a racionalização da atividade baleeira em todos os mares, sob o argumento do desequilíbrio ambiental provocado pela redução da oferta de algumas espécies em diversas regiões oceânicas. Inclusive, após a Segunda Grande Guerra, quando a atividade baleeira foi retomada,⁸³ aconteceu em Washington um encontro internacional com representantes dos principais países baleeiros para se discutir os rumos dessa atividade, ameaçada pela constatação inequívoca da redução dos estoques desse recurso natural em diversas partes do mundo. O encontro, ocorrido sob chancelaria dos EUA, culminou na formação da *International Whaling Commission* (IWC) e na elaboração do *Protocol to the International Convention for Regulation of Whaling*, assinado, inicialmente, por representantes de 16 nações signatárias.⁸⁴

O primeiro encontro da IWC ocorreu no dia 02 de dezembro de 1946, abrindo-se consideráveis perspectivas globais, e, principalmente, em cada país membro, para a regulamentação da caça comercial e industrial de baleias. O surgimento da IWC foi importante, ao mesmo tempo, para o fortalecimento de grupos e entidades ligadas à defesa da vida e contra os maus tratos aos animais, uma vez que os próprios protagonistas da caça reconheciam publicamente o declínio populacional de certas espécies de baleias resultante de séculos de exploração predatória (IWC, 1946).

Durante as três décadas que se seguiram à assinatura do Protocolo em Washington, o que se verificou de concreto foi, salvo melhor juízo, um esforço de alguns países signatários, por meio de ações mitigadoras, para tentar estabilizar a situação de declínio das populações de algumas espécies de baleias que estavam sendo exterminadas anualmente pelos próprios

⁸³ Durante os dois conflitos mundiais (1914-1918 e 1939-1945), a atividade comercial e industrial baleeira foi prejudicada em razão do envolvimento das principais potências no conflito que alcançou, com a expansão da guerra, os principais mares e oceanos do mundo. Na Paraíba, entre 1915 e 1929 a caça foi suspensa e entre 1939 e 1945 não se tem registro do número de animais caçados pela COPESBRA.

⁸⁴ Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, Chile, Dinamarca, França, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Peru, África do Sul, União Soviética, Inglaterra, Irlanda do Norte e Estados Unidos da América.

países membros da IWC. Inicialmente, definiram-se as espécies de baleias que poderiam ser abatidas nas regiões previamente delimitadas; depois, estabeleceram-se cotas de caça por áreas oceânicas e, por fim, decidiram, mais posteriormente, por uma moratória em 1986, que suspendia por tempo indeterminado a caça comercial e industrial dos cetáceos. Esta última decisão deixava claro que as medidas paliativas, tomadas nas décadas anteriores pela Comissão Baleeira Internacional, não haviam surtido o efeito desejado. O declínio e o quase desaparecimento de algumas espécies, antes abundantes em certas áreas oceânicas, pareciam testemunhar a favor do discurso ambientalista que insistia no fim imediato da caça comercial e industrial, como forma de preservar espécies secularmente caçadas.

Em 1982, durante a 35ª reunião anual da IWC, havia ficado decidido, portanto, a suspensão por tempo indeterminado da caça comercial em todo o mundo a partir da temporada 1985/1986. Essa decisão, que havia sido tomada sob o argumento da necessidade de recomposição dos estoques baleeiros em processo de declínio, foi homologada pela maioria dos países signatários da IWC, com exceção do Japão, Noruega e Islândia. No âmbito da Comissão, estabeleceu-se assim um conflito permanente entre as nações que aos poucos iam mudando de atitude em relação à atividade e as àquelas que insistiam na sua manutenção, justificada muitas vezes por argumentos pouco convincentes, a exemplo do Japão com a caça para *fins científicos*.⁸⁵

Talvez o maior exemplo de discordância no âmbito da IWC ocorreu quando o Japão, alegando a necessidade de continuação da caça para pesquisas e para manter uma tradição milenar, já que a atividade é secularmente praticada por comunidades tradicionais nipônicas, passou a desrespeitar o que havia sido acordado e continuou a operar seus navios na região da Antártica e a comercializar, mesmo veladamente, produtos baleeiros no mercado internacional. A omissão da IWC em muitos momentos de sua história, como a relativa à situação do Japão, demonstra, ainda hoje, ineficiência e limitações de poderio frente aos interesses comerciais de alguns de seus países-membros (PARDINE, 2010).

Não possuindo poder de sanção, a Comissão Baleeira Internacional ignora alguns conflitos envolvendo países que desrespeitam as decisões tomadas em bloco. Noruega e Islândia também não cumprem todos os artigos do protocolo, mantendo-se, ao lado do Japão,

⁸⁵ O próprio governo japonês, por meio do Instituto de Pesquisa de Cetáceos, assume publicamente a posição de caça para fins científicos. Disponível em <http://www.icrwhale.org/abouticr-6.html>. Acesso em set., 2011.

como países caçadores, mesmo depois de decidida a suspensão por tempo indeterminado da atividade que deveria ocorrer a partir do ano de 1986.⁸⁶

7.2 Os jornais, o movimento ambientalista e os debates sobre o fim da atividade baleeira na Paraíba (1980-1990).

No Brasil, após a decisão da moratória, tomada no âmbito da Convenção Internacional da Baleia no início da década de 1980, os parlamentares brasileiros, já pressionados internamente por grupos de defesa do meio ambiente e por simpatizantes da causa em defesa das baleias, aprovaram no ano de 1985 o Projeto de Lei nº 124/85 do deputado federal por São Paulo, Gastone Righi, que dispunha pela primeira vez sobre a proibição da “pesca” da baleia no Brasil. A partir de então, a luta dos ambientalistas e de simpatizantes ligados à causa conservacionista se fortaleceu e foi ganhando mais adeptos em todo o país, inclusive com ampla participação da mídia televisiva, principalmente da Rede Globo de Televisão que abria espaços em sua programação cada vez mais generosos para a divulgação da campanha pelo fim definitivo da caça à baleia em mares do Brasil.

Em vários estados brasileiros ocorreram mobilização e abaixo-assinado para que o governo brasileiro tomasse uma decisão sobre a questão da atividade baleeira no país. Movimentos de mobilização contra a “pesca da baleia” nas escolas, principalmente envolvendo crianças, também foram noticiados pela imprensa.⁸⁷ Em algumas escolas públicas, como ocorreu no estado de São Paulo, as lideranças organizaram milhares de pedidos, cartas assinadas por alunos que foram endereçadas ao presidente da República apelando para que o mesmo interviesse na luta pelo fim da matança de baleias em mares do Brasil. Igualmente, artistas do país já consagrados, como Roberto Carlos e Erasmo Carlos, compuseram música⁸⁸ no ano de 1981 abordando a questão da caça predatória imposta às baleias em mares e oceanos. A canção, claramente de apelo à causa preservacionista, foi tocada no país inteiro, um sucesso amplamente divulgado pelas emissoras de rádio e apresentada no show de final de ano da TV Globo. A luta sensibilizava e ganhava a simpatia da população brasileira. Mostrava

⁸⁶ O Japão, desde a criação da IWC, há seis décadas, se opõe a qualquer regulamentação que o impeça de capturar baleias na região da Antártica. De outro lado, países como a Austrália e Nova Zelândia, cujos territórios localizam-se próximos às áreas de abate no oceano austral, são contrários às atividades baleeiras dos japoneses na região. Todavia, acredita-se que, por questões diplomáticas, políticas e comerciais esses dois países não enfrentam os japoneses diretamente.

⁸⁷ CRIANÇAS apelam a Sarney e conseguem a lei que proíbe a matança de baleias no Brasil. **O Momento**, João Pessoa, 22 a 28 de dezembro de 1985, p. 9.

⁸⁸ Lançada pela gravadora CBS Records, em 1981, a música “As baleias” foi a primeira canção de Roberto Carlos e Erasmo Carlos de cunho ecológico.

ser uma questão de tempo o fim da atividade baleeira, realizada no país unicamente no município de Lucena pela Companhia de Pesca Norte do Brasil.

Na Paraíba - talvez o estado brasileiro aonde mais se veiculou notícias relativas ao fim da “pesca da baleia” - o embate entre aqueles que defendiam a manutenção da atividade e aqueles contrários assumiu, em determinados momentos, contornos de drama. Os jornais da capital do estado, principalmente, foram os instrumentos de comunicação mais utilizados para se propagarem as principais ideias e concepções acerca desse acontecimento. A análise dos vários discursos que ajudaram a formar opiniões e percepções sobre a referida temática ajuda a entender como o problema foi tratado por segmentos da sociedade paraibana nos anos 1980.

Com o fortalecimento do movimento ambientalista no Brasil e com o apoio de grande parte da opinião pública, a partir do início dos anos de 1980, a continuidade da caça comercial e industrial de baleias no litoral paraibano foi objeto de matérias jornalísticas, artigos acadêmicos, reportagens de revistas e de questionamentos éticos de grupos, entidades e cidadãos, defensores das causas ecológicas e dos direitos dos animais em vários estados do país.⁸⁹

O jornal O Estado de São Paulo, no início da década de 1980, se manifestou, por exemplo, com indignação a respeito da manutenção da atividade baleeira:

É lamentável que o Brasil continue apoiando ou permitindo a caça às baleias em nossos mares. Quando se tem noção da influência direta desse animal dentro da cadeia ecológica marítima e conseqüentemente no equilíbrio ecológico mundial, seu valor econômico de caça desaparece. Não é concebível que interesses humanos mancham nossas praias e mares com sangue de mamíferos considerados com alto grau de inteligência. Aliás, por onde anda o espírito preservacionista que costumava fazer parte da inteligência humana? Existe atualmente uma cortina de interesses econômicos anestesiando o bom senso dos que tomam decisões, prejudicando a ecologia, a vida, a segurança e tranquilidade do mundo. (...) A extinção das baleias não teria somente repercussões regionais, como nos casos de poluição industrial, mas sim, teria conseqüências inevitáveis sobre a face da terra. Peço aos sensatos que pelo menos tentem evitar a extinção cruel das baleias, assim como, em longo prazo, de outras formas de vida terrestre, incluindo a humana. “S. O. S – Salvemos as baleias”.⁹⁰

⁸⁹ Durante a pesquisa nos documentos da Associação Paraibana de Amigos da Natureza (APAN) e no Núcleo de Documentação Histórica e Regional (NDHIR), ambas em João Pessoa, foi possível encontrar matérias e reportagens que tratavam do fim da atividade baleeira na Paraíba na década de 1980 em jornais de diversos estados, entre eles: Diário de Pernambuco - Pernambuco; Jornal do Brasil - Rio de Janeiro; Folha e O Estado de São Paulo – São Paulo; Zero Hora - Rio Grande do Sul e Correio Braziliense - Brasília.

⁹⁰ BLISKA, Antonella Cristina. Caça às baleias. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 16 de jan. 1981. p. 2.

Como constatado pela leitura em documentos da época, organizações civis ligadas às questões ambientais deflagraram, principalmente através dos meios de comunicação, uma intensa campanha contra a atividade baleeira na Paraíba. Na vanguarda desse movimento, em nível regional, encontrava-se a Associação Paraibana dos Amigos da Natureza (APAN). Fundada em 1978 na cidade de Areia, no Brejo paraibano (em seguida começou a atuar também em João Pessoa), a entidade tinha como um dos seus objetivos sensibilizar a população paraibana e as autoridades do país à causa preservacionista.⁹¹ Dessa forma, iniciaram um processo de luta para pressionar o governo brasileiro a instituir uma legislação federal que proibisse definitivamente a atividade baleeira em mares do Brasil. Um árduo caminho que culminaria, anos mais tarde, na assinatura, pelo presidente José Sarney, da Lei Federal 7.643 no ano de 1987.

Além da Associação Paraibana dos Amigos da Natureza (APAN) que protagonizou a luta dos ambientalistas paraibanos contra a caça da baleia, documentos da época registraram igualmente o apoio declarado à causa das baleias por parte da Associação Pernambucana de Defesa da Natureza (ASPDAN - Recife), da União Nacional em Defesa das Baleias (UNDE – São Paulo), do Greenpeace Brasil (sede em São Paulo), da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN - Rio de Janeiro), da Associação Mineira de Defesa do Ambiente (AMDA), Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN), entre outras entidades.

Analisando os jornais da capital paraibana entre os anos de 1980 e 1990 (Correio da Paraíba, O Norte e A União, principalmente), se pode encontrar uma quantidade expressiva de matérias e artigos que discutem a questão da manutenção ou desativação da economia baleeira no Brasil quanto aos seus efeitos sociais e econômicos sobre o município de Lucena. Os conflitos discursivos são geralmente polarizados de um lado por grupos políticos e empresariais, que defendiam a manutenção da caça à baleia por questões econômicas e sociais. De outro, por ecologistas, professores universitários e simpatizantes da causa ambiental, contrários a exploração desse recurso natural com justificativas geralmente de cunho preservacionistas.

⁹¹Embora enquadremos a luta contra a atividade baleeira na Paraíba na “causa preservacionista”, nos discursos da época não se tem muito claro a diferença entre preservação e conservação de recursos naturais. Os membros do movimento contra a atividade baleeira em Lucena, principalmente àqueles ligados a APAN, chegam, em determinados momentos do embate, a defender em seu discurso a interdição da caça para que se possam avaliar os estoques e explorá-los de maneira “sustentável”. Havia uma preocupação com o risco de extinção da espécie minke, uma vez que se achava que se ela ocorresse realmente, comprometeria a exploração desse recurso pelas gerações futuras. Nesse sentido, o discurso se aproximava mais das tendências do conservacionismo.

Folheando os principais jornais da época, verifica-se que praticamente todas as reportagens e matérias que fazem referência, com algum grau de aprofundamento, a atividade baleeira em Lucena sugerem algum tipo de preocupação com dois aspectos: as condições de vida e de trabalho dos atores sociais (trabalhadores baleeiros, especialmente), que dependiam diretamente dessa atividade econômica para sobrevivência; e a questão da preservação ambiental, colocada na perspectiva da defesa da vida dos mamíferos marinhos (baleias) que eram abatidos em escala comercial pela empresa japonesa.

Quanto aos possíveis efeitos negativos que poderiam ser gerados em Lucena e em cidades circunvizinhas, caso viesse mesmo a se confirmar o fim da caça à baleia no país, empresários, sindicalistas e ambientalistas locais, independentemente de estarem associados à luta pela manutenção ou desativação dessa atividade extrativista, mostraram preocupação com o fator desemprego e com eventuais perdas de arrecadação que acarretariam prejuízos ao município de Lucena e à Paraíba.

Em meio à preocupação com o problema do desemprego iminente, outras possibilidades foram aventadas ao longo da década de 1980 para substituir a caça à baleia por outra atividade que viabilizasse a economia local e absorvesse a mão-de-obra baleeira. Em evento da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), realizado em Belo Horizonte, o professor Ângelo Machado, presidente da Comissão de Meio Ambiente da entidade, ao participar dos debates realizados no campus da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), discorreu sobre uma possível alternativa à caça da baleia na Paraíba para suprir a mão-de-obra ociosa quando da paralisação da atividade baleeira. Segundo o professor, o problema poderia ser resolvido a partir da substituição do óleo de baleia, muito utilizado no Brasil na siderurgia, cosméticos, tingimento de couro, indústria têxtil e química, “por óleo de jojoba, uma planta adaptada a climas semi-áridos e cuja cultura poderia absorver a mão-de-obra utilizada na caça à baleia”.⁹²

O jornal de João Pessoa que veiculou a declaração do professor Ângelo Machado no encontro da SBPC expôs também a posição do cientista sobre a decisão da Comissão Internacional de Baleeiros (CIB) de decretar uma moratória, a partir de 1986, permitindo apenas o abate de baleias para fins científicos. Quanto a esta questão, o pesquisador foi enfático ao denunciar uma tentativa de manobra de políticos paraibanos para que a atividade

⁹² PROTESTO contra a Pesca da Baleia no SBPC – Professor alerta que o Brasil pode sofrer sanções econômicas da CIB. **Jornal Correio da Paraíba**, Economia, p.05, 16 de jul. 1985, p. 05

comercial continuasse na Paraíba: “Não podemos é ver brechas, sob prisma científico, e continuar a caça, pois o Brasil infelizmente não tem infraestrutura suficiente para pesquisa”.⁹³

Os debates e sugestões para se resolver o problema baleeiro prosseguiram pela imprensa. Aproximadamente um mês após o encontro em Minas Gerais, o jornal *A União*, também de João Pessoa, publicou uma matéria em que Guilherme Campelo Rabay, membro do Departamento Jurídico da COPESBRA, descartava qualquer alternativa econômica à atividade baleeira: “Não existe outra alternativa (sic). Se a pesca da baleia for proibida, a indústria fecha; a Copesbra pára as suas atividades na Paraíba”.⁹⁴ O jornal deu continuidade à matéria enfatizando que o fechamento da empresa significaria o desemprego para 326 pessoas ligadas diretamente ao processamento da baleia na fábrica pertencente ao grupo japonês instalada em Costinha. “Além desses operários, outros empregados que trabalham nos dois escritórios de venda em João Pessoa e Recife, ficarão desempregados”.⁹⁵

Os defensores do fim da atividade baleeira utilizaram-se dos meios possíveis para disseminar ideias e valores associados à sua causa. Os jornais paraibanos, nesse sentido, tornaram-se, em vários momentos, porta-vozes dos discursos dos ambientalistas, que defendiam o fim da atividade baleeira no país. No contraponto do discurso ambientalista, se encontravam outras falas. O receio da perda do emprego e do sustento dos trabalhadores e suas famílias, que viviam da renda proporcionada pela atividade desenvolvida pela COPESBRA, se manifestavam igualmente nos meios de comunicação da época. A teia discursiva, que também envolveu políticos locais e segmentos da indústria paraibana, ia se constituindo para dá sentido a existência de homens e mulheres que habitavam Lucena e adjacências, áreas de influência econômica da atividade baleeira e dos discursos difundidos no período.

O trabalho de militância dos membros da Associação Paraibana dos Amigos da Natureza, seus discursos inflamados pelo fim da atividade baleeira, assim como o engajamento em uma frente nacional, que passou a pressionar as autoridades em Brasília para a aprovação da lei, repercutiram na sociedade da época. A opinião pública acolheu e apoiou as principais ideias difundidas pelo movimento ambientalista. Talvez por isso tenha prevalecido, no final dos anos de 1980, os interesses dos militantes da APAN e simpatizantes da causa baleeira. A luta vencida pelos ambientalistas foi coroada com a instituição da Lei Federal 7.643/87, que proibiu definitivamente a caça à baleia no país.

⁹³ Idem., p. 05.

⁹⁴ COPESBRA fecha se pesca parar – Empresa espera que projeto proibindo caça à baleia não seja aprovado no Congresso, *A União*, João Pessoa, 31 de ago. 1985, Economia, Caderno 07, p.02.

⁹⁵ Idem., p.02

Algumas matérias sobre a atividade baleeira veiculadas em jornais de circulação nacional⁹⁶ discorreram sobre a participação da população na causa conservacionista defendida pelos ativistas paraibanos. Jornais do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Brasília e São Paulo, especialmente, estiveram à frente do movimento contra a caça à baleia no país. O movimento ganhava repercussão nacional.

Em matéria noticiada pelo jornal O Norte,⁹⁷ discorre-se sobre a formulação - durante o II Encontro Nordeste de Ecologia, realizado de 14 a 17 do mês de janeiro de 1981, em Recife - de um documento de repúdio ao presidente da República, João Batista de Oliveira Figueiredo, pela prorrogação da atividade baleeira no litoral paraibano. Um grupo de 25 pessoas, entre ecologistas, professores universitários e estudantes paraibanos, esteve presente ao evento e se manifestou, de forma organizada e pacífica, contra a manutenção da atividade de caça em Lucena. Alguns representantes do movimento ambientalista paraibano, recém organizado, estavam presentes ao evento, o que demonstra o processo de mobilização desse movimento associado ao fim da caça à baleia.

Os textos analisados ao longo da pesquisa sugerem que o trabalho de mobilização dos membros da APAN pelo fim da atividade baleeira extrapolava os limites geográficos da Paraíba. Matérias publicadas nos jornais da época demonstram que, por entenderem que o objetivo maior era pela instituição de uma lei federal, os ativistas da APAN também se faziam presentes em eventos políticos e acadêmicos⁹⁸ regionais e nacionais, onde passaram a reafirmar seu protesto contra o que eles consideravam um massacre às baleias que ao migrarem anualmente para o litoral da Paraíba, eram abatidas às centenas pelos caçadores locais sob coordenação da Companhia de Pesca Norte do Brasil.

Em entrevista concedida ao jornal O Norte, de 20 de janeiro de 1981, na época professora do curso de Biologia da UFPB e membro da APAN, Paula Frassinete Lins Duarte, que se fazia presente ao evento organizado no litoral de Pernambuco, enfatizou a necessidade de suspensão urgente da atividade baleeira em razão do receio da extinção das espécies e da

⁹⁶ Entre os jornais de circulação nacional que deram ênfase a questão baleeira, principalmente no tocante ao projeto do deputado Gastone Righi proibindo a caça à baleia no país, podem ser citados: Folha de São Paulo, Correio Braziliense, Estado de São Paulo, Zero Hora e O Globo. Vide referências bibliográficas.

⁹⁷ HOJE tem Vigília, O Norte de 04 de jul. 1981 p.3.

⁹⁸ Em matéria noticiada pelo jornal **O Norte**, intitulada: *Ecólogos firmam protesto contra presidente por prorrogar caça à baleia*, João Pessoa, 20 de jan. 1981, p.01, discorre-se sobre a formulação, durante o II Encontro Nordeste de Ecologia, realizado de 14 a 17 do mês de janeiro de 1981, em Recife, um documento de repúdio ao presidente da República João Batista de Oliveira Figueiredo pela prorrogação da atividade baleeira no litoral paraibano. Um grupo de 25 pessoas, entre ecologistas, professores universitários e estudantes paraibanos, esteve presente ao evento e se manifestou, de forma organizada e pacífica, contra a manutenção da atividade de caça em Lucena. Alguns representantes do movimento ambientalista paraibano, recém organizado, estavam presentes ao evento, o que demonstra o processo de mobilização desse movimento associado ao fim da caça à baleia.

importância de se permitir que os animais pudessem se reproduzir no litoral paraibano sem serem molestados ou mortos por caçadores:

As baleias caçadas no litoral paraibano escolhem estas águas para o acasalamento; e se são capturadas nesse período, são impedidas de reproduzirem-se, ocasionando, assim, um decréscimo em número. Uma prova desta redução: a Copesbra – empresa responsável pela pesca – há dois anos que não consegue atingir a cota estipulada pela Associação Internacional da Baleia.⁹⁹

O discurso da professora e ambientalista Paula Frassinete Lins Duarte, que em certa medida sugere um ar de comoção, foi endossado por um dos grandes ecologistas brasileiros presentes ao evento, João de Vasconcelos Sobrinho. Convidado para uma palestra no mesmo evento, o professor pernambucano ao se referir a caça à baleia falou sobre a necessidade de se estabelecer a proibição da atividade no Brasil. Vasconcelos Sobrinho abriu um espaço em sua palestra e fez o seguinte comentário sobre a morte dos cetáceos em águas do litoral paraibano, o qual foi destaque no Diário de Pernambuco do dia 15 de janeiro de 1981:

(...) nas águas quentes do Nordeste a baleia tem sua área de acasalamento. Para todas as espécies, as áreas de acasalamento são santuários de preservação, que deveriam merecer todo o amparo de homens civilizados. O Nordeste tem a responsabilidade por zelar por suas águas territoriais, como faríamos se fôssemos menos bárbaros.¹⁰⁰

Como se pode inferir da fala do professor Vasconcelos e da própria Paula Frassinete, um dos argumentos mais fortes utilizado pelos ecologistas que lutavam contra a caça à baleia nas águas jurisdicionais brasileiras era o da importância e necessidade dos cetáceos poderem acasalar e se reproduzir, sem tornarem-se alvos de caçadores. Os depoimentos dos professores identificam-se com características do discurso ambientalista, na corrente conservacionista, que tomava corpo nos meios intelectuais brasileiros a partir de conceitos e concepções associadas ao desenvolvimento sustentável em construção na segunda metade do século passado. A própria preocupação presente nos encontros mundiais sobre a preservação da vida no planeta, ocorrido a partir dos anos de 1970,¹⁰¹ corrobora a tese de que mudanças

⁹⁹ ECÓLOGOS firmam protesto contra presidente por prorrogar caça à baleia. **O Norte**. João Pessoa, 20 de janeiro de 1981, p.02.

¹⁰⁰ FALSOS argumentos basearam liberação da pesca da baleia. **Diário de Pernambuco**, Recife, 15 de janeiro de 1981, p. 1.

¹⁰¹ De acordo com BARBIERI (2005), entre os encontros internacionais organizados pela ONU para se discutir os problemas socioambientais, dois se destacam em razão de sua importância para os destinos do planeta: Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano - Estocolmo (1972) e a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) – Rio de Janeiro, 1992.

importantes em relação ao tratamento humano para com o meio ambiente se tornariam, a partir de então, uma realidade em praticamente todos os países ocidentais.

Em relação aos discursos, se pode constatar que foram vários os argumentos utilizados pelos ambientalistas nos jornais da década de 1980 para justificar a necessidade de se por fim a caça à baleia no Brasil. Dentre os mais utilizados, pode ser destacada a crítica frequentemente dirigida ao fato de que esse recurso natural, explorado de maneira predatória no litoral do país unicamente no município de Lucena, estado da Paraíba, servia principalmente aos interesses econômicos de estrangeiros, particularmente dos japoneses ligados à empresa Nippon Reizo Kabushiki Kaisha, multinacional do ramo de pescados com matriz na cidade de Tóquio. Empresa de grande porte que detinha o monopólio sobre os produtos baleeiros explorados na Paraíba, com destaque para a carne tipo exportação. Os ambientalistas denunciavam, entre outras coisas, que através da COPESBRA os japoneses destinavam os chamados “cortes especiais” da carne de baleia para revenda (a preços elevados) no mercado daquele país, auferindo vultosos lucros com a atividade, em detrimento das questionáveis condições de vida e de trabalho da população baleeira de Lucena, principal produtora da riqueza para os empresários japoneses.

Para os representantes da APAN e simpatizantes da causa, a caça à baleia deveria ser proibida o mais rapidamente possível, uma vez que a continuação dessa atividade poderia levar a baleia minke à extinção, assim como teria ocorrido com outras espécies que foram caçadas à exaustão ao longo das extensas faixas do litoral brasileiro em períodos anteriores. O histórico da caça na Paraíba, realizada desde o início do século XX, era utilizado pelos ambientalistas para demonstrar o decréscimo populacional das espécies caçadas há décadas em águas do litoral norte da Paraíba. Ademais - acrescentavam os ambientalistas - havia indícios de que as baleias fêmeas estavam sendo mortas em maior número que os machos, o que poderia comprometer ainda mais a perpetuação da espécie explorada.

Embora algumas vezes acusados de desconhecer a biologia comportamental e reprodutiva dos cetáceos,¹⁰² os ambientalistas da APAN não evidenciavam preocupação com as tentativas dos representantes da COPESBRA em desqualificar o discurso conservacionista. Geralmente com formação em biologia, os ambientalistas da APAN demonstravam que tinham conhecimento do desaparecimento de algumas espécies das águas brasileiras em razão da caça predatória praticada em outros estados da federação, principalmente no Rio de Janeiro

¹⁰² O jornal **O Norte**, 03 de setembro de 1985 publicou matéria com o título: *Copesbra vê fantasia em declaração de dirigente*, p. 02, acusando os dirigentes da APAN de desconhecimento sobre a biologia e ecologia dos cetáceos, particularmente da espécie minke que era caçada na Paraíba.

e em São Paulo, uma vez que entidades de proteção às baleias com sede nesses dois estados brasileiros também socializavam conhecimentos e compartilhavam da luta da entidade paraibana pelo fim da atividade baleeira em Lucena.

Ambientalistas reivindicavam igualmente a suspensão imediata da caça com argumento de que estudos científicos deveriam ser promovidos e divulgados pelas instituições de pesquisa para comprovar a viabilidade e a racionalidade da exploração das baleias caçadas na Paraíba. Alegavam os conservacionistas que as baleias minke, caçadas em período fértil, poderiam entrar na lista de animais em extinção pela falta de regulamentação e controle da caça no país.

Em matéria publicada pelo jornal O Norte, no dia 18 de maio de 1981, o ecologista e professor da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Antônio Moacyr Madruga, assumiu posição favorável à paralisação da exploração baleeira no Brasil por razões claramente conservacionistas. Para o referido professor, as pesquisas da época não comprovavam a viabilidade e a racionalidade econômica da atividade:

Sou pela paralisação da atividade baleeira, tendo em vista que os estudos até então realizados demonstraram que a Copesbra realiza suas atividades sem a comprovação de ser esta atividade explorada cientificamente, à medida que não houve avaliação dos estoques iniciais nem dos atuais de baleias na área, não se podendo limitar as estimativas de apreensão e, na análise histórica nota-se o desaparecimento de outras espécies do cetáceo, antes alvo central das atividades baleeiras da Copesbra, é o caso a ser citado das espadartes e cachalotes.¹⁰³

A preocupação do professor Madruga quanto ao estado de vulnerabilidade de algumas espécies de baleias, manifestada no final de seu depoimento se mostra pertinente, considerando a depleção secular desse recurso natural provocada por seres humanos. As espécies espadarte, jubarte e cachalote, de tamanho maior e economicamente mais viáveis que a minke, se constituíram, até a década de 1960, nos principais alvos dos caçadores na Paraíba. Sob a ótica dos ambientalistas, a exploração desordenada desses animais no litoral paraibano teria contribuído para o declínio dessas populações a partir da segunda metade do século XX.

Numa perspectiva mais global, a constatação de Antônio Moacyr Madruga encontra ressonância no fato de que em praticamente todos os mares, onde a caça comercial e industrial da baleia foi praticada, inclusive pelos países que mais tarde viriam a se tornar membros da IWC, as espécies mais produtivas foram caçadas ao extremo. O histórico da caça predatória e a conseqüente necessidade de estabelecer limites para a captura dos animais, a partir da

¹⁰³ BALEIA: um problema cada vez mais sério no Nordeste. **O Norte**. João Pessoa, 1981, p.02.

Convenção para Regulamentação da Pesca da Baleia em 1946, lança luz aos argumentos expostos pelo professor da Universidade Federal da Paraíba quando sai em defesa da suspensão da atividade. No próprio preâmbulo da Convenção chancelada pelo Governo dos Estados Unidos da América, se apresentam algumas razões pelas quais se tornou imperativa a necessidade de se regulamentar mundialmente a atividade de caça à baleia. Entre elas, considerou-se o fato de que:

(...) desde seu início, a pesca da baleia deu margem a uma exploração excessiva de uma zona após outra e à destruição imoderada de uma espécie após outra, ao ponto de se tornar essencial a proteção a todas as espécies das baleias contra o prolongamento de abuso dessa natureza.¹⁰⁴

Os argumentos, apresentados pelo professor Madruga em defesa da paralisação da atividade baleeira, considerando o contexto da época, sugerem coerência. Realmente, não havia muitos incentivos aos estudos científicos¹⁰⁵ à época no país para que se demonstrasse que a exploração baleeira estava sendo feita racionalmente, ou seja, dentro de limites ecológicos e de sustentabilidade ambiental. Aliás, dada a dificuldade ainda hoje de se observar e monitorar grandes espécies migratórias como algumas espécies de baleias, os estudiosos encontram enormes dificuldades em estudar animais com características tão diversas. Alguns estudos feitos por biólogos e oceanógrafos, por exemplo, já monitoraram baleias que nadaram pelos oceanos cerca de dez mil quilômetros em um ano. Alguns espécimes migratórios que são identificados e monitorados em determinadas áreas oceânicas, podem desaparecer com certa facilidade do controle dos cientistas. Fato que demonstra as dificuldades de se aprofundar estudos biológicos e ecológicos sobre esses mamíferos marinhos.

Quanto ao que o professor denominou de “análise histórica” para a realidade da Paraíba, há de se considerar que realmente os números disponíveis na época, inclusive pela própria empresa que monopolizava a atividade baleeira, já apontavam para a gradativa escassez de algumas espécies caçadas em Lucena. Nos dados reunidos a partir das planilhas

¹⁰⁴ INTERNATIONAL CONVENTION FOR THE REGULATION OF WHALING Adopted in Washington, USA on 2 December 1946, p. 01. Disponível em: <<http://iwcoffice.org/commission/convention.htm>> Acesso em 15 de janeiro de 2011.

¹⁰⁵ Um fato que ilustra bem as dificuldades para se realizar pesquisas sobre os cetáceos na época da caça à baleia, principalmente financeiro e logístico, pode ser verificado no descontentamento assumido publicamente pelo professor Kandar Valipuram Singarajah, pesquisador inglês de descendência indiana, que desenvolvia na Universidade Federal da Paraíba, no início da década de 1980, um estudo sobre o sistema nervoso central e o comportamento da espécie minke. Em reportagem do jornalista José Carlos dos Anjos, intitulada *Docente estuda a baleia minke* publicada no jornal **A União**, de João Pessoa, dia 04 de dezembro de 1983, p.2., expõe-se a insatisfação do referido professor com a falta de apoio para o andamento de suas pesquisas naquela instituição.

da própria COPESBRA (Tabela 3), pode-se verificar que ao longo da década de 1960 e início dos anos 1970, o número de baleias *Balaenoptera borealis* (espartartes) e *Physeter macrocephalus* (cachalotes) abatidos, diminuiu consideravelmente. Todavia, se nos anos sessenta do século passado essas espécies se constituíram nas mais capturadas pelos japoneses, foram, no entanto, sendo substituídas por outra espécie, a baleia *Balaenoptera bonaerensis* (minke), encontrada com certa abundância na porção mais oriental do Atlântico Sul onde operava a estação baleeira pertencente aos japoneses.

Tabela 3. Declínio anual da captura das baleias Espardarte e Cachalote – Década de referência: 1960

Ano	Espardarte	Cachalote	Minke
1960	750	29	-
1961	957	102	-
1962	610	85	-
1963	346	42	2
1964	256	4	44
1965	149	13	68
1966	72	24	352
1967	49	20	488
1968	58	39	456
1969	56	75	617
1970	23	76	701
Total	3.326	509	2.728

Fonte: COPESBRA, 1977.

Organização: DUARTE FILHO, 2012.

Sem maiores explicações por parte daqueles que administravam a caça no país, a carne e os derivados dessa nova espécie passaram, a partir de meados da década de 1960, a ser processados e contabilizados nas planilhas e balancetes da COPESBRA. Embora as baleias minke fossem menores (também chamadas de baleias anãs), eram encontradas em grande número nas águas do litoral norte da Paraíba entre os meses de julho e dezembro. Esses detalhes ajudam a explicar o fato de que para alcançar a quantidade de carne e derivados das décadas anteriores, quando se abatiam espécies maiores, era necessário capturar um número maior de animais no período de caça. Assim, as duas espécies maiores e mais atraentes economicamente, citadas anteriormente, antes preferidas pelos japoneses, praticamente desapareceram das anotações registradas pela Companhia de Pesca Norte do Brasil no decorrer dos anos de 1970 e 1980.

O professor Madruga, levantou também questionamentos sobre os problemas sociais e econômicos que envolviam a atividade baleeira em Lucena. Um desses problemas suscitados fazia menção às relações de trabalho, à exploração da mão-de-obra dos trabalhadores, submetidos a várias horas de serviços no mar e no processamento dos derivados em troca de

remunerações diárias consideradas muito baixas.¹⁰⁶ Inclusive fez denúncia pública utilizando os meios de comunicação da época sobre desníveis salariais¹⁰⁷ entre brasileiros e japoneses que exerciam a mesma função dentro da empresa.

A tabela 4, reproduzida abaixo a partir dos dados disponibilizados por MADRUGA (1980), tendo o ano de 1979 como referência, obtidos a partir da folha de pagamento dos funcionários da empresa japonesa, proporciona uma visão elucidativa da diferenciação entre os salários pagos pela COPESBRA a trabalhadores japoneses e brasileiros:

Tabela 4 – Número de empregados fixos e faixa salarial - COPESBRA, 1979.

Faixa salarial, em Cr\$	Brasileiros	Japoneses
< 5.000,00	123	1
5.000,00 a 10.000,00	8	2
+ 10.000,00	3	2
+ 20.000,00	-	7
+ 30.000,00	-	4
+ 40.000,00	-	2
+ 50.000,00	-	2
Total	134	20

Fonte: MADRUGA, 1981, p. 106.

Como se pode observar, de todos os empregados brasileiros constantes nas folhas de pagamento da COPESBRA no ano de 1979, apenas três funcionários ganhavam mais de dez mil cruzeiros mensais: cerca de quatro salários mínimos na época. Já oito funcionários brasileiros, ganhavam entre cinco e dez mil cruzeiros e o restante menos de cinco mil cruzeiros mensais.¹⁰⁸

Sobre esta questão, Madruga (1980) ainda enfatizou, que os trabalhadores da empresa japonesa desenvolviam suas atividades, dependendo da época do ano e da demanda pelos produtos baleeiros, entre 16 e 18 horas por dia, quando a legislação brasileira da época estipulava o número de horas trabalhadas em 48 horas semanais. Discorrendo sobre as relações de trabalho no âmbito da empresa japonesa, o referido professor teceu as seguintes considerações:

¹⁰⁶ Alguns depoimentos colhidos entre trabalhadores remanescentes da atividade baleeira, entre eles o do Sr. Severino Freire Dias, na época presidente do Sindicato dos baleeiros, depõem contra essa afirmação. Consideram, ao contrário, que a COPESBRA pagava bem aos seus trabalhadores. NEVES, Severino Freire. 60 anos. Depoimento novembro de 2011, Praia de Costinha, Lucena – PB. Entrevistador: Francisco Henrique Duarte Filho. Acervo do autor.

¹⁰⁷ Realmente observa-se, em praticamente todos os depoimentos analisados, que os depoentes reafirmam que os salários pagos para os japoneses eram maiores que os pagos aos brasileiros exercendo a mesma função dentro da empresa.

¹⁰⁸ Considerando que em maio de 1979 o salário mínimo era de Cr\$ 2.268,00, sugere-se que a maioria dos trabalhadores brasileiros a serviço da COPESBRA que tinham carteira assinada ganhava em média dois salários mínimos, o que foi confirmado pelos depoimentos dos ex-trabalhadores baleeiros que foram entrevistados para a presente pesquisa e pelos registros constantes de algumas carteiras de trabalho verificadas.

Ao realizarmos uma análise conjunta da história da atividade baleeira, principalmente no Brasil, enfocando os problemas da região e a atividade atual, verificamos que se o povo que nela trabalha não é mais o escravo dos tempos passados, o sistema de assalariamento que se emprega visa única e exclusivamente os interesses da multinacional que realiza essa atividade. Empresa essa que exerce uma verdadeira opressão econômica, social e até mesmo cultural sobre a população local, uma vez que os representantes da multinacional, no caso a Nippon Reizo KK, de Tóquio, poderosa firma de pescados e frios do Japão, realiza uma verdadeira agressão à população local, vivendo como se essa não existisse, formando um verdadeiro quisto detentor do dinheiro e do poder, influenciando na política e condicionando, das mais variadas formas, o viver daquela população.¹⁰⁹

As horas excessivas de trabalho da tripulação do navio baleeiro também foi objeto de observação de um estudioso da temática. Segundo Singarajah (1984), em dia de atividade considerada normal, as operações de caça da empresa japonesa começavam antes do amanhecer. Por volta de 04h o navio Cabo Branco partia do Porto de Cabedelo rumo à captura das baleias para somente retornar no final do dia, por volta das 18h, quando a pouca visibilidade provocada pelo pôr do sol comprometia as operações de caça do referido baleeiro.

Em alguns jornais de João Pessoa da época, podem-se encontrar ainda algumas matérias e entrevistas de pessoas, principalmente ambientalistas da APAN, contrárias à manutenção da atividade baleeira sob o argumento de que a maior parte dos empregos gerados pela COPESBRA era sazonal, e mesmo no período mais intenso da caça, chamado de período de “safra” (de julho a dezembro) pouco mais de 300 pais de família trabalhavam diretamente na atividade. Alegavam os críticos da “pesca da baleia” que outras oportunidades de emprego e renda, menos degradantes, poderiam ser fomentadas no município de Lucena, como alternativa ao fim iminente dessa atividade econômica na região.

7.3 Dados econômicos e a retórica do desenvolvimento sustentável: argumentos em defesa e contra a “pesca da baleia” na Paraíba.

Evidentemente que o discurso dos ambientalistas e simpatizantes da causa ambiental não gozava de unanimidade no contexto do referido debate. Defendendo a manutenção da caça comercial encontravam-se empresários e representantes sindicais ligados à atividade baleeira, alguns parlamentares paraibanos e membros de famílias dos trabalhadores de Lucena, que dependiam direto ou indiretamente dessa atividade para obtenção de alimentos e recursos financeiros. No contraponto do discurso ecológico, analisado anteriormente, o principal argumento utilizado em favor da manutenção da caça à baleia em Lucena era o da

¹⁰⁹ Idem. Op. p. 70.

empregabilidade, da manutenção das proteínas obtidas a partir da carne de baleia para a comunidade carente do Nordeste e a importância dos dividendos obtidos pelo poder municipal e estadual através da exportação dos produtos baleeiros para o Japão.

Argumentavam os defensores da caça à baleia que se a atividade chegasse mesmo a ser desativada definitivamente, centenas de famílias iriam sofrer as consequências do desemprego, da fome e da miséria. Além do que o município e o estado da Paraíba iriam perder somas consideráveis em impostos e tributos, principalmente em divisas de exportação, ICM e contribuição previdenciária, que eram gerados pela atividade baleeira praticada há décadas na Paraíba. Um jornal de João Pessoa do início dos anos de 1980 revelava uma das linhas de argumento utilizada pelos defensores desse tipo de extrativismo animal praticado no litoral paraibano:

A pesca da baleia proporcionará, este ano, à Paraíba e ao Nordeste: 820 toneladas de óleo de baleia para indústria nacional; 1.263 toneladas de carne para consumo interno; 905 toneladas de carne congelada; 440 toneladas de farinhas orgânicas; 410 empregos diretos e 3.000 indiretos; Cr\$ 65 milhões em divisas; Cr\$ 75 milhões em salários; Cr\$ 27 milhões em ICM; Cr\$ 13 milhões em contribuições previdenciárias. Deixando de pescar nada disso existirá...¹¹⁰

Os números divulgados pela COPESBRA ao longo dos anos de 1980 nos jornais de João Pessoa alimentaram a polêmica acerca da importância social e econômica que o empreendimento baleeiro possuía para a região e para o estado da Paraíba. Não foram poucos os artigos publicados pelos jornais da época fazendo referência aos benefícios sociais e econômicos gerados pela empresa baleeira.

Entre os dados constantemente divulgados, estava o quantitativo de trabalhadores que caçava e processava os produtos baleeiros no litoral paraibano. A empresa se utilizou inúmeras vezes dos jornais que circulavam na região para confirmar que se realmente a caça à baleia fosse proibida, a fábrica seria fechada e centenas de pais de famílias seriam lançados ao desemprego. Todavia, as matérias apresentaram o quantitativo de trabalhadores sempre instável ao longo do tempo e, ao que se podem deduzir, os números que eram apresentados pelos jornais da época variavam de acordo com os interesses dos responsáveis por sua divulgação. Em depoimentos analisados nos artigos de jornais entre 1980 e 1986, período que abrange o maior número de matérias sobre esta discussão, encontrou-se divergências bem significativas quanto ao número de trabalhadores efetivamente envolvido com a caça da baleia na costa da Paraíba:

¹¹⁰ TIRANDO do mar o que falta na terra. **Correio da Paraíba**. João Pessoa. Geral. 05 ago 1980, p 11.

(...) é na cidade paraibana de Lucena que se encontra o único foco brasileiro de pesca de baleia, representando pela Companhia de Pesca Norte do Brasil – Copesbras – de capital japonês. Ela emprega cerca de 300 pessoas da cidade e a Sudepe, embora ache que a captura de um determinado número de baleias para pesquisa deva ser mantido, começa a acionar um antigo programa de atividades alternativas para a população de Lucena. Através de convênio com a Sudene, o superintendente da Sudepe, Petronilo Santa Cruz, estuda a possibilidade de aplicar ali o programa de pesca artesanal (sobretudo atum e algas), comprovadamente rentável para a população.¹¹¹ (grifamos)

Além dos números descontraídos¹¹² que procuravam demonstrar a importância social e econômica da atividade baleeira para o município de Lucena e para a Paraíba, não faltaram, somando-se a esses dados, argumentos no mínimo inusitados, que procuravam justificar a caça às baleias como “necessária”, uma vez que se acreditava que esses animais “representavam uma ameaça à espécie humana”. Afirmações que talvez - mesmo em um período da história recente em que não se haviam reunido muitos conhecimentos científicos sobre esses animais - tenham chocado as pessoas mais sensíveis à causa conservacionista envolvidas nas questões da época. Merece ser mencionada uma matéria veiculada no jornal O Norte, de 25 de fevereiro de 1980, assinada por um “ecologista” de nome Balduino Lélis de Farias, nascido em Taperoá, Paraíba, que defendia não apenas a manutenção da caça às baleias, mas a própria extinção das mesmas como “benéfica à natureza”.

O referido “pesquisador”, como é chamado pelo jornal que publicou a matéria, parte do princípio que a baleia “é prejudicial ao homem no circuito da sobrevivência natural”, uma vez que ela contribui para o desequilíbrio ecológico quando devora, em curto espaço de tempo, grande quantidade de peixes, concorrendo com os seres humanos na busca de alimentos no ambiente marinho. O mesmo fundamentou sua opinião utilizando-se dos seguintes argumentos:

Ela (a baleia) está fora de tempo e de espaço. Sua estrutura física está superada. Ela era da terra e fugiu para o mar e lá, evidentemente, dispunha de uma grande quantidade de alimento sem ninguém para competir, o que facilitou seu desenvolvimento (...). A baleia é um mamífero. Ela come exatamente o que nós comemos, o peixe. A baleia come atualmente 420 toneladas de peixes por dia, o que representa a considerável soma de 147 milhões de toneladas por ano. Se deixarmos esta baleia continuar se multiplicando na base de 420 mil por ano – vamos dizer que

¹¹¹ AZEREDO, Zenaide, PB quer continuar caçando baleias, **O Estado de São Paulo**, 07 de julho de 1985, Caderno Ambiente, p.03.

¹¹² Nos documentos pesquisados dos anos de 1970 e 1980 (revistas, jornais, relatórios da Copesbra e artigos científicos) não há consenso quanto ao número de empregados diretamente ligados à atividade baleeira. Falam em 300, 400 e até mil trabalhadores diretos. O que as fontes pesquisadas deixam subentendido é que o número de trabalhadores variava de acordo com as cotas de abate que eram estabelecidas por cada temporada de caça. Como as cotas variavam anualmente, o número de trabalhadores, em sua maioria sazonal, parece acompanhar essa variação.

somente metade destas baleias realmente fecundasse – então teríamos 200 mil baleias por ano, o que em dez anos seriam dois milhões de baleias. Seriam dois milhões de toneladas de peixes por dia e 730 milhões de toneladas por ano. É, sem dúvida, um preço muito alto que a Humanidade irá pagar por um animal que não chega a representar quase nada ou nenhum equilíbrio ecológico. Daí por que afirmo que ela é um predador e um perigoso concorrente do homem em termos de sobrevivência.¹¹³

Os argumentos de Balduino Lélis de Farias carecem de sustentação científica, senão no todo, pelo menos em relação ao fato do mesmo querer estabelecer generalizações quanto ao comportamento e hábitos alimentares desses animais, como se somente existisse uma espécie de baleia. Hoje se tem conhecimento de que existem pelo menos 76 espécies e 17 subespécies, com características e padrões de comportamento tão distintos, que jamais se poderia usar de tais generalizações, como as que foram utilizadas pelo referido professor, para caracterizá-las quanto aos hábitos alimentares e uma eventual concorrência com os seres humanos por recursos marinhos.

Quanto à afirmação do “pesquisador”, que a humanidade irá pagar um preço muito alto “por um animal que não chega a representar quase nada ou nenhum equilíbrio ecológico”, parece ainda mais absurda. Para efeito de demonstrar aspectos relacionados ao comportamento biológico das baleias (e sua importância) para a manutenção do equilíbrio ecológico, basta destacar que estudos recentes constataram que o ferro presente nas grandes quantidades de fezes que esses animais expelem no mar, exerce um papel importante na cadeia alimentar, na medida em que passa a ser utilizado como fonte de alimento para os fitoplâncton, seres microscópicos que servem, por sua vez, como alimento para uma infinidade de outras espécies, contribuindo para manter a estabilidade ecossistêmica:

Biólogos australianos calcularam que as cerca de 12 mil baleias cachalotes do Oceano Austral defecam, cada uma, cerca de 50 toneladas de ferro no mar a cada ano, após digerirem os peixes e lulas, que são a base de sua dieta. O ferro é um excelente alimento para o fitoplâncton - plantas marinhas que vivem perto da superfície do oceano e que tiram CO₂ da atmosfera através da fotossíntese. O Oceano Austral é rico em nitrogênio e pobre em ferro, que é essencial ao fitoplâncton. Como resultado desta fertilização orgânica do ambiente marinho, as baleias ajudam a remover 400.000 toneladas de carbono a cada ano, duas vezes mais que as 200 mil toneladas de CO₂ que elas liberam através da expiração. Comparativamente, 200 mil toneladas de CO₂ equivalem às emissões de quase 40.000 carros de passageiros, segundo estimativas do site da agência ambiental americana (EPA). Segundo a EPA, com base em um cálculo feito em 2005, um veículo de passageiros que roda 20 mil quilômetros por ano emite mais de cinco toneladas de CO₂ ou carbono equivalente ao ano. As fezes das baleias são muito eficazes porque são liberadas em estado líquido e perto da superfície marinha, antes de os mamíferos mergulharem (...). Antes da pesca industrial de baleias, a população

¹¹³ EXTINÇÃO da baleia vista como benéfica à natureza. **O Norte**, João Pessoa, Geral, 25 de fevereiro de 1980, p. 05.

da espécie era cerca de 10 vezes maior, o que significa que dois milhões de toneladas de CO₂ eram removidas anualmente.¹¹⁴ (grifamos).

O estudo mencionado sugeriu que o fato dos fitoplâncton retirarem da atmosfera, através do processo de fotossíntese, uma quantidade significativa de CO₂, um dos principais gases responsáveis pelo aquecimento do planeta, as baleias acabam contribuindo para reduzir o que alguns estudiosos denominaram de “efeito estufa”.¹¹⁵ Ou seja, as baleias, assim como milhares de outros animais marinhos exercem, cada qual à sua maneira, importantes funções na estabilidade dos sistemas ecológicos.

Entrevistas e depoimentos publicados pelos principais jornais da época, portanto, procuraram manifestar opiniões polêmicas e sentimentos contraditórios que tomavam de impulso a opinião pública paraibana. Em outra matéria publicada em jornal da capital da Paraíba, dezembro de 1987, verifica-se o descontentamento do presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Pesca e da Extração do Óleo da Baleia de Lucena, Severino Freire das Neves e de Guilherme Rabay, Assessor Jurídico da COPESBRA, quando da notícia de que o Senado brasileiro havia aprovado o Projeto de Lei que proibia definitivamente a atividade baleeira em águas jurisdicionais brasileiras. O jornal pessoense destacou a seguinte observação do sindicalista sobre a referida decisão: “a decisão do Senado Federal foi uma grande tragédia, porque com a continuação da pesca agente (sic) tinha a esperança que ia aumentar o nosso mercado de trabalho”.¹¹⁶

O desapontamento do sindicalista Severino Freire das Neves com a decisão do Senado foi novamente demonstrado quando ele faz menção, na mesma matéria, ao apoio que os trabalhadores de Lucena recebiam da COPESBRA, mesmo quando o período de “pesca” era encerrado no mês de dezembro e os trabalhadores temporários ficavam afastados dos trabalhos baleeiros por quase seis meses, desenvolvendo atividades de subsistência como agricultura e pesca artesanal:

Os pescadores consideravam o restante dos meses como se estivessem de férias. Quando terminava a pesca, os trabalhadores recebiam todos os direitos trabalhistas

¹¹⁴ Fezes de baleias ajudam no combate ao aquecimento global. **Revista Exame Online**, 15 de Outubro de 2010. <http://exame.abril.com.br/economia/meio-ambiente-e-energia/noticias/fezes-baleia-ajudam-combate-ao-aquecimento-global-570101> Acesso em 30 de junho de 2011.

¹¹⁵ Segundo João Paulo CAPOBIANCO, *Dicionário Ilustrado de Ecologia*. Editora Azul, (1998), o efeito estufa é gerado por uma camada de gases que envolve a Terra, impedindo que o calor que reflete na superfície do planeta volte para o espaço, gerando aumento de temperatura no planeta.

¹¹⁶ BALEIA: Trabalhadores reagem contra a proibição. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 18 de dez. de 1987, Geral, p. 07.

da Copesbra (...) com o dinheiro o pescador comprava uma rede e uma canoa para pescar até chegar o início da pesca da baleia.¹¹⁷

Em vários momentos da trajetória de luta contra a caça à baleia até a decretação do fim da atividade no Brasil, os depoimentos dos líderes baleeiros e dos próprios trabalhadores empregados na COPESBRA, publicados em jornais e revistas da época, são sempre em defesa dos interesses da referida atividade econômica, para que se lograsse garantida a manutenção do emprego e da remuneração que eram mantidas pela empregadora japonesa.

A mensagem contida nas palavras do presidente do Sindicato da Pesca e da Extração do Óleo da Baleia de Lucena, fortalece uma lógica subjacente em praticamente todos os discursos dos atores sociais estudados identificados com a defesa da permanência da atividade baleeira no estado da Paraíba, qual seja, a manutenção do emprego dos trabalhadores ligados a caça da baleia deve sobrepor-se aos interesses daqueles que lutam pelo equilíbrio ecológico e pela preservação das espécies ameaçadas de extinção. Um discurso que se apresentava voltado à causa social, mas que também se mostrava, conforme sugere Morin (2005), revelador de concepções economicistas e antropocêntricas, características de uma formação humana fragmentada e reducionista.

Na mesma reportagem de dezembro de 1987, o jornal abriu espaço para que Creginaldo da Silva, então presidente da APAN, ao ser indagado sobre a votação da referida lei, definisse a aprovação da mesma como “uma conquista do povo brasileiro”. Para o presidente da APAN, a proibição da caça às baleias deveria servir de exemplo para outros recursos naturais, que estavam sendo explorados “aleatoriamente, quando não se tinham dados técnicos e científicos que garantissem a sua exploração racional com vistas à preservação dos recursos naturais para gerações futuras”.

As palavras do presidente da APAN chamam atenção pela preocupação evidenciada com a exploração racional dos recursos naturais, com vistas à garantia de sua continuidade também pelas gerações futuras. O discurso do *desenvolvimento sustentável*, implícito nas declarações do dirigente da APAN, se tornaria gradativamente hegemônico nas décadas de 1980 e 1990, principalmente com a publicação do Relatório Brundtland, documento publicado em 1987, e com a Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio-92), que passaram a assumir, sob coordenação da Organização das Nações Unidas (ONU), um papel de destaque na reformulação do discurso e das práticas ambientalistas em praticamente todo o mundo ocidental a partir das últimas décadas do século XX.

¹¹⁷ idem., p.07

O Relatório Brundtland, que recebeu também o nome de *Nosso Futuro Comum*, reformulou o conceito de desenvolvimento, definindo-o como sendo aquele que compatibiliza crescimento econômico com respeito aos limites ecológicos. Um desenvolvimento que deveria satisfazer as necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades (NOSSO FUTURO COMUM, 1991).

O documento elaborado sob a presidência da norueguesa Gro Harlem Brundtland (originou-se daí o nome do relatório) enfatiza que o desenvolvimento adjetivado de *sustentável* é mais que crescimento. Ele exige uma mudança no teor de crescimento a fim de torná-lo menos intensivo em matérias-primas e energia, procurando ser mais equitativo em seu impacto. O documento ainda pregava que as mudanças precisavam ocorrer em todos os países, como parte de um pacote de medidas para manter a reserva de capital ecológico, melhorar a distribuição de renda e reduzir o grau de vulnerabilidade às crises econômicas. Os ambientalistas paraibanos absorveriam, sem questionamentos, o discurso elaborado pelos países centrais do capitalismo que objetivava compatibilizar crescimento econômico com equilíbrio ecológico.

O conceito de desenvolvimento sustentável que o Relatório Brundtland disseminou no fim da década de 1980, e que tem influência no discurso de Creginaldo da Silva, um dos mais destacados representantes do ambientalismo paraibano da época, deve ser considerado de importância relevante para melhor se compreender avanços e limites do movimento ambientalista no Brasil e na Paraíba. No caso desse estado da federação, o movimento ecológico surgiu e se fortaleceu paralelamente à luta contra a atividade baleeira praticada em Lucena.¹¹⁸

As análises e as discussões mais profícuas sobre o conceito e sobre a definição de desenvolvimento adjetivado de *sustentável*, conforme difundido pelo Relatório Brundtland, viriam nas décadas seguintes quando Sachs (2009) e Leff (2006, 2009), entre outros, formularam várias críticas à falta de consenso sobre o seu significado, a heterogeneidade dos interesses no uso do termo e na sua apropriação para o atendimento de interesses sociais e econômicos diversos.

¹¹⁸ A Associação Paraibana dos Amigos da Natureza (APAN), fundada em 1978, é considerada a mais antiga entidade de defesa ambiental do Nordeste brasileiro em atividade. Seus membros possuem uma história destacada de atuações nas mais diferentes causas relacionadas à defesa do meio ambiente e dos ecossistemas da Paraíba. Com destaque na luta pela instituição da Lei Federal 7.643/87 que determinou o fim da caça à baleia em águas jurisdicionais brasileiras.

Enrique Leff (2009), principalmente, ao criticar e aprofundar o conceito de desenvolvimento sustentável vai fazer referência a esse como sendo um projeto social e político que deveria apontar para o ordenamento ecológico e a descentralização territorial da produção, assim como para a diversificação dos tipos de desenvolvimento e dos modos de vida das várias populações que habitam o planeta. O autor de *Epistemologia Ambiental e Saber Ambiental*, também contribuiu com a discussão sobre a natureza ideológica das questões ambientais. Segundo ele, a problemática ambiental não é ideologicamente neutra. Ela atende a determinados interesses políticos e econômicos de grupos que utilizam o discurso racionalista para manter seu poder dentro da sociedade. A relação estreita entre saber e poder, outrora tão bem analisada por Foucault (2007) é percebida como muito importante, senão fundamental, para se compreender as relações sociais e econômicas em um mundo marcado pelo poder do capital e pela globalização crescente dos mercados.

Na esteira da discussão sobre desenvolvimento sustentável, portanto, algumas matérias jornalísticas da época oferecem indícios de como o movimento ambientalista na Paraíba nasceu, cresce e amadureceu em torno da luta contra a atividade de exploração animal, estando a caça da baleia no centro do conflito.¹¹⁹ Alguns textos, de autoria dos ambientalistas paraibanos, como o do próprio Creginaldo, e de empresários e políticos da região, sugerem em seu teor influência de ideias e concepções presentes no Relatório Brundtland lançado em 1987. Termos como “exploração racional dos recursos naturais” e “desenvolvimento sustentável”, já estavam em construção e eram divulgados pelos meios de comunicação de massa no final dos anos de 1980. Alguns desses discursos,¹²⁰ materializados pelos jornais da época, que podem servir como objeto de análises e reflexões, corroboram essa constatação.

7.4 Políticos paraibanos e empresários de plantão: lobby pela manutenção da caça à baleia.

Ao longo da pesquisa realizada nos jornais de João Pessoa da época, foi se evidenciando que havia certa sintonia entre as ideias e os discursos do empresariado ligado ao ramo pesqueiro e a classe política do estado da Paraíba. Alguns fragmentos de falas

¹¹⁹ Segundo depoimento de Paula Frassinete Lins Duarte, 14 de setembro de 2011, quando do surgimento da APAN em 1978, duas grandes lutas constavam da agenda da entidade: o fim da caça à baleia em Lucena e a preservação do Cabo Branco em João Pessoa.

¹²⁰ De acordo com matéria intitulada: “ECOLOGISTAS consideram uma conquista da Sociedade”, publicada pelo Correio da Paraíba, João Pessoa, Geral, 18 de dez., 1987, p 02, Creginaldo da Silva, na época presidente da APAN, voltando a se posicionar sobre o fim da caça à baleia argumentou que a referida proibição deveria ser extensiva a outros recursos naturais que estavam sendo explorados no Brasil sem controle por parte dos órgãos governamentais.

recuperados dos jornais da década de 1980 confirmam a confluência de argumentos e concepções defendidas por esses setores da sociedade paraibana quando se tratava da caça à baleia.

Vários documentos da época, principalmente os jornais da capital paraibana, puderam testemunhar que a classe política do estado e empresários ligados ao setor pesqueiro também se envolveram nos debates sobre a questão baleeira. A preocupação em torno da manutenção ou fim da atividade no país, cujos reflexos maiores ocorreriam na Paraíba, levou alguns parlamentares do estado com mandatos eletivos durante a década de 1980 a assumir publicamente, em vários momentos dos debates, posição favorável à manutenção da caça à baleia praticada no litoral norte da Paraíba. Entre os políticos mais atuantes em defesa dos interesses da economia baleeira nas décadas de 1970 e 1980 podem ser identificados os governadores Tarcísio de Miranda Burity (1979-1982), Clóvis Bezerra Cavalcanti (1982-1983), Wilson Leite Braga (1983-1986) e Milton Bezerra Cabral (1986-1987). O deputado federal Raimundo Asfora e os deputados estaduais Edvaldo Mota, Jório de Lira Machado e Ramalho Leite, também são identificados com os interesses da permanência do empreendimento baleeiro em Lucena.

No ano de 1982, durante o mandato presidencial do general João Batista de Oliveira Figueiredo, quando se iniciavam as discussões sobre um fim iminente da caça à baleia no Brasil, um jornal de João Pessoa expressou a preocupação de Clóvis Bezerra Cavalcanti, então governador¹²¹ da Paraíba, com a possibilidade da caça à baleia não ser autorizada naquela temporada. O jornal pessoense discorreu sobre o receio do chefe do executivo paraibano da seguinte maneira:

O governador Clóvis Bezerra enviou telex ao presidente João Figueiredo externando sua preocupação com o fato da Sudepe ainda não ter recebido a garantia de que a pesca da baleia não será interrompida este ano, como ocorreu no ano passado. Na mensagem enviada ontem ao presidente da República, o governador paraibano explicou que na temporada de 1981 "o setor foi surpreendido com uma redução de dez por cento do nível de captura".¹²²

Numa primeira análise, é importante considerar a data em que a matéria é publicada: 1º de junho de 1982. Período do ano em que as baleias minke começam a migrar para as águas do litoral brasileiro para cumprir o ritual de acasalamento e procriação. Período de

¹²¹ Clóvis Bezerra Cavalcante foi eleito vice-governador da Paraíba em 1979 ao lado de Tarcísio de Miranda Burity. Em 1982 assumiu definitivamente o Governo da Paraíba, quando o titular se afastou do cargo para candidatar-se a deputado federal.

¹²² CLÓVIS pede garantia para caça à baleia. **A União**, Geral, João Pessoa, 01 de jun. de 1982, p. 05.

“safra”, como era comumente chamado pelos baleeiros os meses compreendidos entre junho e dezembro de cada ano.

Além de demonstrar preocupação por não ter recebido garantias de que a atividade baleeira seria mantida naquele ano, é interessante observar que, ao concluir suas considerações sobre a necessidade da liberação da atividade baleeira para o ano em curso, sem prejuízo na cota estabelecida, o governador acrescenta ao seu texto fragmentos do discurso que fortaleciam ideias e concepções de segmentos sociais favoráveis à manutenção da atividade baleeira na Paraíba. Segundo o jornal, na mensagem, Clóvis Bezerra pede que o presidente Figueiredo dê instrução aos setores competentes “no sentido de manter intacta a dotação de captura do Brasil, pois qualquer decisão ao contrário comprometerá o nível já projetado de oferta de proteínas, a taxa de emprego e a contribuição tributária da atividade do estado e ao município”.¹²³

O jornal Correio da Paraíba, em sua edição do dia 20 de agosto de 1985, trouxe matéria reproduzindo o discurso do deputado estadual Edvaldo Mota, onde o mesmo defendeu publicamente a manutenção da atividade baleeira. Como consta no jornal, Edvaldo Mota ocupou a tribuna da Assembléia Legislativa para dizer que a Paraíba iria sair perdendo com o fim da atividade baleeira e apelou ao Governo Federal para rever essa posição, acrescentando que os outros países que praticavam essa modalidade de “pesca” não suspenderam suas atividades.¹²⁴ Em tom dramático, o deputado do PMDB acrescentou no final de seu discurso: “a Paraíba é quem vai sair perdendo com a paralisação da pesca, porque perderá ICM, deixará centenas de famílias sem emprego e aumentará a miséria no município de Costinha motivos pelos quais a atividade não deveria ser proibida.”¹²⁵

É interessante perceber no discurso do parlamentar, claramente em defesa da manutenção da atividade baleeira, que ele acaba confirmando um fato que o pesquisador Madruga (1980), já havia denunciado sobre as condições de *vida miserável* em que se encontrava a comunidade de Costinha na época em que vigorava a atividade baleeira, mesmo com os benefícios que a COPESBRA alegava trazer para a região. Nas palavras do deputado Edvaldo Mota, a desativação do empreendimento baleeiro “aumentará a miséria no município”. A frase remete a uma reflexão: se há uma preocupação com a possibilidade de aumentar a miséria, é por que se entende que ela já existe...

¹²³ Idem, p. 05.

¹²⁴ O parlamentar paraibano se referia à então União Soviética, Japão, Noruega e Islândia, países que mantiveram a caça comercial de baleias mesmo depois da moratória de 1985 determinada no âmbito da IWC.

¹²⁵ DEPUTADO contra suspensão da pesca à baleia. **Correio da Paraíba**, 20 de ago. de 1985, p.03.

Em nível nacional, o jornal O Estado de São Paulo, datado de 07 de julho de 1985, divulgou uma matéria onde destaca a tentativa do então governador da Paraíba, Wilson Braga, de influenciar na posição que o Brasil deveria adotar na International Whaling Commission, encontro de representantes baleeiros que ocorria naquele ano em Londres, onde se discutiriam questões relacionadas à atividade:

O governador da Paraíba, Wilson Braga, quer que o Brasil defenda junto à Comissão Internacional da Baleia, reunida durante todo o mês de julho, em Londres, posição não conservacionista no que diz respeito à pesca da baleia. (...) Ofício neste sentido foi encaminhado pelo governador ao ministro da Marinha, almirante Henrique Sabóia, que também é presidente da Comissão Interministerial de Recursos do Mar (Cirm). Isso porque, é na cidade paraibana de Lucena que se encontra o único foco brasileiro de pesca de baleia, representado pela Companhia de Pesca Norte do Brasil – Copesbras – de capital japonês. Ela emprega cerca de 300 pessoas da cidade e a Sudepe, embora ache que a captura de um determinado número de baleias para pesquisa deva ser mantido, começa a acionar um antigo programa de atividades alternativas para a população de Lucena. Através de convênio com a Sudene, o superintendente da Sudepe, Petronilo Santa Cruz, estuda a possibilidade de aplicar ali o programa de pesca artesanal (sobretudo atum e algas), comprovadamente rentável para a população.¹²⁶

Conforme se pode inferir da matéria, o governador, como representante dos interesses da população paraibana, demonstrava preocupação com o destino dos trabalhadores baleeiros que viviam da atividade no município de Lucena. Chamando atenção para o problema do desemprego que o fim iminente da atividade provocaria no município, Wilson Braga assumiu posição não conservacionista, conforme palavras expressas no próprio jornal paulista.

Observa-se que, diferente de outras matérias que evidenciaram a posição de autoridades paraibanas, o jornal paulista trouxe um elemento novo que começava a ser incorporado aos discursos dos defensores da “pesca da baleia” com o objetivo de manter, mesmo em condições adversas, a atividade econômica em funcionamento no município de Lucena: manter a captura de um determinado número de animais para que “pesquisas científicas” pudessem ser realizadas com os animais capturados em Costinha. Os japoneses se utilizaram dessa mesma estratégia depois de decretada a moratória de 1985, mantendo, mesmo contrariando a posição de vários países signatários da IWC, a caça aos cetáceos em águas da região Antártica, alegando “pesca para fins científicos”. No Brasil, todavia, a estratégia não surtiu efeito, o movimento ambientalista denunciou a manobra.

Em outra matéria, Tarcísio de Miranda Burity, quando deputado federal pelo PTB, passa a ser responsabilizado por não ter sido capaz de retirar da pauta na Câmara Federal o Projeto de Lei que instituí a paralisação da atividade baleeira no país. Pelo fato de Burity

¹²⁶ PB quer continuar caçando baleias. Jornal **Estado de São Paulo**, 07 de jul. de 1985, p.2.

fazer parte, à época, da mesma legenda partidária de Gastone Righi, o deputado Ramalho Leite, outro parlamentar paraibano, acreditava ter havido negligência de Burity frente ao problema econômico e social relacionado ao fim da “pesca da baleia”:

O deputado Ramalho Leite, primeiro-secretário da Assembléia Legislativa, disse ontem que, em parte, o deputado federal, Tarcísio Burity, e o candidato à Prefeitura de João Pessoa, pelo PTB, Marcus Odilon, são responsáveis pela paralisação definitiva da caça à baleia, na costa paraibana, se ela porventura se concretizar. Ramalho Leite justificou a culpa parcial de Burity e Odilon, nessa questão, dizendo que sendo eles representantes do PTB na Paraíba, poderiam convencer o líder do Partido na Câmara Federal, Gastone Righi, a retirar da pauta o seu Projeto de Lei que impõe a paralisação da atividade no país.¹²⁷

A partir, portanto, de uma linha de raciocínio mais ou menos comum - necessidade de manutenção dos empregos gerados e continuidade da arrecadação tributária oriunda da atividade baleeira para o município de Lucena e à Paraíba - a maioria dos políticos paraibanos assumiu posição contrária à paralisação da caça. Algumas autoridades da esfera estadual e federal manifestaram publicamente apoio à causa e prestaram solidariedade à COPESBRA e aos trabalhadores baleeiros.

No calor dos debates ocorridos em Brasília sobre a votação do projeto político do deputado federal Gastone Righi, que determinava o fim da atividade baleeira no Brasil, dada a sua importância social, econômica e ambiental, não era raro encontrar em jornais da época pronunciamentos de políticos paraibanos preocupados com o possível fim da atividade baleeira no país e com as consequências sociais e econômicas, sobretudo para a Paraíba, que poderiam advir com a desativação desse tipo de extrativismo.

Na esfera federal, novas estratégias no campo político continuaram sendo utilizadas por parlamentares paraibanos antes de 1987 na perspectiva de alterar o texto do deputado Gastone Righi, objetivando-se assegurar, mesmo que temporariamente, a manutenção da caça à baleia no estado. O advogado e deputado federal Raimundo Asfora, filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), relator da matéria, chegou a sugerir emenda parlamentar defendendo que a caça à baleia fosse mantida até que “outra alternativa (sic) viesse a substituir essa atividade econômica no Estado da Paraíba”.¹²⁸

Em relação, ainda, ao desempenho dos parlamentares paraibanos na questão da caça à baleia, é sintomática uma declaração, três anos depois que a caça foi proibida, da professora Paula Frassinete Lins Duarte. Comentando sobre a participação dos mesmos no processo que

¹²⁷ RAMALHO diz que Burity tem culpa pela paralisação da caça à baleia. **A União**, João Pessoa, 1 de set. de 1985. Geral, p.3

¹²⁸ DEPUTADOS aprovam projeto que proíbe a caça às baleias. **O Norte**, 05 de set. de 1985, p.02.

culminou no encerramento da atividade baleeira em Lucena, a presidente da APAN acusou os políticos paraibanos de ignorar as discussões em torno das alternativas econômicas para Lucena e de boicotar os projetos propostos pelos ecologistas para a região que fora atingida pelo desemprego quando da desestruturação da economia baleeira em 1987:

Os constituintes paraibanos nunca se preocuparam com o assunto, tentamos contato com o senador Humberto Lucena, enviávamos telegramas a deputados, mas em vez de apresentarem disposições para ajudar o povo de Costinha, eles evitaram discutir a questão.¹²⁹

Quando o assunto era a suspensão da “pesca da baleia”, acusações mútuas divulgadas pelos jornais pessoenses não cessavam. Sindicalistas, políticos e empresários paraibanos, por seu turno, acusavam os integrantes da APAN de incitar a população contra a atividade baleeira e de não se preocupar com as famílias de trabalhadores que seriam prejudicadas com a desativação da COPESBRA.

Quanto aos representantes da classe empresarial paraibana, Guilherme Campelo Rabay foi destacadamente o maior defensor da continuidade da atividade baleeira no país. Considerado o mais influente empresário ligado à COPESBRA, Rabay escreveu dezenas de artigos para os jornais paraibanos procurando mostrar a viabilidade social e econômica da atividade baleeira instalada há décadas em Lucena. Era também o representante mais proeminente da Companhia de Pesca Norte do Brasil em reuniões com autoridades brasileiras e estrangeiras,¹³⁰ especialmente quando se tratava de defender os interesses da indústria japonesa instalada na Paraíba.

Nos últimos anos da caça à baleia, Guilherme Rabay era quase sempre a pessoa escolhida pela COPESBRA para se pronunciar sobre as questões de interesse da atividade baleeira. Rabay foi, sem dúvida, o personagem que mais vezes utilizou a imprensa paraibana para defender os interesses da empresa japonesa. Sua presença nos jornais analisados é marcante, principalmente no período mais agudo do embate sobre o fim da atividade baleeira no país, entre 1980 e 1987. Respondia aos opositores da caça à baleia sempre baseado em resultados econômicos que eram gerados pela empresa baleeira. Amparado por dados estatísticos elaborados por especialistas da COPESBRA, era contundente em seus argumentos.

¹²⁹ COSTINHA três anos de paz para as baleias e um problema social à deriva. **A União**, João Pessoa, 23 de jul. de 1987. p. 4.

¹³⁰ Guilherme Campelo Rabay representou por várias vezes, durante a década de 1980, os interesses da COPESBRA nos encontros anuais organizados pela Comissão Baleeira Internacional em diversos países.

Uma entrevista publicada pelo jornal A União, datado de 05 de julho de 1981, traduziu a indignação de Guilherme Campelo Rabay quando perguntado sobre uma campanha contra a pesca da baleia organizada no estado vizinho, Pernambuco, que contou, segundo o jornal pessoense, com o apoio de autoridades e pessoas ligadas à defesa do meio ambiente. O portavoz da COPESBRA se pronunciou dessa forma sobre o episódio ocorrido no estado vizinho: “é um direito que eles têm (de protestar). Mas acredito que se a indústria fosse localizada lá eles não fariam essas manifestações”.

O empresário deu continuidade no depoimento ao jornal enfatizando que a “pesca da baleia” era muito importante para a região, uma vez que a mesma se constituía no único empreendimento gerador de emprego e renda existente no município de Lucena: “Só para dar um exemplo da importância desse empreendimento, 80 por cento do orçamento daquele município dependem da COPESBRA”.

Corroborando, portanto, a mesma linha discursiva dos defensores da atividade baleeira, que usavam a seu favor dados econômicos gerados pela empresa, Rabay salientou que outro aspecto a ser considerado era a questão dos empregos diretos e indiretos gerados pela economia baleeira:

Naquela indústria (COPESBRA), existem cerca de 450 operários que recebem, no mínimo, quase Cr\$ 10 mil e, em cima disso, ainda recebem comissões por peso e unidade de cada baleia processada. Afora os operários, são muitas as pessoas que vivem de revenda de carne de baleia fresca, artesanato de barbatana e artefato de baleia (...) Diante desse quadro, seria razoável supor que todos os esforços fossem envidados no sentido de incentivar, ao máximo, toda atividade produtiva que tivesse como objetivo de gerar empregos para absorver parte de um grande contingente de desempregados que habitam essa região. Essa atividade beneficia nada menos do que mais de duas mil pessoas somente em Lucena.¹³¹

Dados como os que sugerem Guilherme Rabay, para demonstrar a importância econômica da COPESBRA para a referida região, apontam, por outro lado, para a perspectiva de se rediscutir o tema do desenvolvimento, do bem-estar humano e da qualidade de vida a partir de elementos ou parâmetros outros que não se limitem aos indicadores econômicos. Não que estes não sejam importantes, mas porque medir o nível de desenvolvimento de uma sociedade, de um povo ou de uma comunidade, levando-se em consideração apenas a frieza dos números pode não ser suficientemente esclarecedor. Outros indicadores, a exemplo dos citados por Viola (1996), não devem ser negligenciados em abordagens dessa natureza, pois integram o universo complexo e mais abrangente de um conceito de desenvolvimento que,

¹³¹ COPESBRA já capturou seis baleias em apenas três dias. **A União**, 05 de jul. de 1981, p.02.

principalmente a partir dos anos de 1980, foi ganhando espaço e ocupando parte considerável da produção científica mundial. Tratava-se da adjetivação do termo desenvolvimento, que ao ser rediscutido em encontros internacionais, passaria a ser denominado *desenvolvimento sustentável*:

(...) uma sociedade sustentável é aquela que conserva uma parte significativa do estoque de capital natural, e substitui-compensa a parte usada, com o desenvolvimento de capital tecnológico, permitindo assim o desenvolvimento das gerações futuras. (...) Numa sociedade sustentável, o progresso é medido pela qualidade de vida (saúde, longevidade, maturidade psicológica, educação, ambiente limpo, espírito comunitário e lazer criativo) ao invés do puro consumo material.¹³²

Partindo dessa definição de *desenvolvimento sustentável*, embora se atribua certa importância econômica e social à empresa japonesa ao longo de sua operação no município de Lucena, parece não existir dados que demonstrem, com rigor científico, que o empreendimento tenha realmente melhorado a vida das pessoas. Estudos que intencionam associar melhoria de vida no município ao funcionamento do empreendimento nipônico, precisam considerar outros indicadores. Aliás, em muitos momentos da trajetória da empresa no município de Lucena, os dados econômicos, que procuraram comprovar a viabilidade social e econômica da COPESBRA, se constituíram em objetos de questionamentos.

Por outro lado, se faz necessário, ainda, considerar críticas que afloraram de alguns setores da sociedade paraibana, especialmente de ambientalistas e militantes acadêmicos, contidas nos questionamentos sobre os interesses políticos e econômicos dos japoneses envolvidos no empreendimento baleeiro; no favorecimento de agentes públicos à empresa privada, quando da permissão por parte do governo para a exploração da baleia como recurso natural em águas jurisdicionais brasileiras; além do dano ambiental em potencial, resultante do processo de abate e comercialização de derivados baleeiros praticados na região sem critérios rígidos de controle ambiental e regulamentação do Estado brasileiro.

Assim, conforme se pode deduzir do discurso de Rabay, a linha de argumentos em defesa da manutenção da atividade baleeira, utilizada nas narrativas expostas nos jornais, evidencia certa lógica que é seguida por representantes de vários setores da sociedade paraibana, citados ao longo do trabalho. Uma linha de raciocínio que exalta a importância dos

¹³² VIOLA, Eduardo. *Sustentabilidade Ambiental e Globalização no Brasil na Década de 1990*. In: 20º ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS (ANPOCS), Caxambu, 1996. p. 2.

dados econômicos como meio de demonstrar a viabilidade social e econômica do empreendimento, como forma de sensibilizar a opinião pública e às autoridades do país diante do problema do desemprego iminente que o fim do extrativismo animal provocaria no seio da população lucenense. Essa pode ser uma das leituras possíveis dos depoimentos e discursos analisados que pretenderam defender, no decorrer dos anos de 1980, a permanência da atividade baleeira no litoral norte da Paraíba.

7.5 Mudanças de percepção e de comportamento humano em relação aos animais: a situação envolvendo as baleias.

Não parece exagero afirmar que a maioria dos discursos analisados, proferidos por ambientalistas e simpatizantes de ideias voltadas à defesa das baleias, vencedores do embate, evocaram a questão da perpetuação da espécie, do direito dos animais se reproduzirem e do respeito à vida como principal linha argumentativa para atingir seus objetivos. A esse respeito, os argumentos dos ambientalistas, quanto ao direito à reprodução e à própria vida das baleias, sugerem a existência de consideráveis mudanças no comportamento de uma parcela importante da humanidade, particularmente na sensibilidade refletida no trato com outros seres vivos.

No caso estudado, particularmente com as baleias, sabe-se que hoje esses animais recebem um tratamento diferente daquele feito no passado. Essa conclusão, embora dedutiva, pode ser feita considerando que a luta pelo fim da economia baleeira tornou-se mundial, praticamente uma exigência das mais diferentes sociedades e culturas. Em diversos países do mundo, Espanha, Estados Unidos, Alemanha, França, Brasil, entre outros, ocorreram mobilização e pressão para que as autoridades tomassem providências acerca das espécies baleeiras ameaçadas de extinção em razão do comércio de derivados que provocou um efeito dominó entre as espécies caçadas em todo o planeta (DOLIN, 2007).

O processo de mudanças em relação à percepção, o emergir de “novas sensibilidades” humanas para com os demais seres vivos, embora lentas e pouco estudadas, parecem ter sido iniciadas nos últimos cinco séculos em todo o mundo ocidental. Essas mudanças, embora imperceptíveis para a maioria das pessoas, são representativas, uma vez que expressam transformações mentais e culturais importantes, principalmente nas relações Sociedade e Natureza.

Estudando as “novas sensibilidades” em relação à natureza, que emergiram na sociedade inglesa entre os séculos XVI e XIX, mas que resguardadas as devidas diferenças, podem ser consideradas para um contexto histórico e social mais amplo, Thomas (2001) fez as seguintes considerações:

Com efeito, foi entre 1500 e 1800 que ocorreram uma série de transformações na maneira pela qual homens e mulheres, de todos os níveis sociais, percebiam e classificavam o mundo natural ao seu redor. Alguns dogmas desde muito estabelecidos sobre o lugar do homem na natureza foram descartados nesse processo. Surgiram novas sensibilidades em relação aos animais, às plantas e à paisagem. O relacionamento do homem com outras espécies foi redefinido; e o seu direito a explorar essas espécies em benefício próprio se viu fortemente contestado. Esses séculos produziram tanto um intenso interesse pelo mundo natural como as dúvidas e ansiedades quanto à relação do homem com aquele que recebemos como herança em forma simplificada.¹³³ (Grifamos)

Não parece absurdo considerar, por conseguinte, que essa redefinição do relacionamento dos humanos com a natureza, a que se refere Keith Thomas no caso inglês, tenha se difundido com o passar do tempo por entre países mais distantes da Europa ou até mesmo que tenha assumido características próprias em cada sociedade, de acordo com as mudanças sociais, políticas e culturais ocorridas ao longo das últimas décadas em cada país.

O processo de colonização e integração cultural do continente americano, levado a cabo pelos países europeus em fins do século XV e início do XVI, permite sugerir a tese de que traços dessas “novas sensibilidades” passaram a ser incorporados paulatinamente à cultura dos povos colonizados. Todavia, é possível que nos países americanos os registros históricos sobre as mudanças nas relações entre humanos e a natureza, as quais se referem Thomas, não permitam estudo sobre o tema no nível de aprofundamento tal qual utilizado pelo referido autor na pesquisa sobre o caso inglês. Mas isso não significa que não se podem identificar, principalmente no último século, mudanças de atitudes e comportamentos da maioria das pessoas em relação à natureza no Velho Mundo (como no caso inglês) e em algumas ex-colônias americanas, como no Brasil. Basta analisar, como exemplo para reflexões, as mudanças de atitudes e de comportamento da maioria do povo brasileiro em relação às baleias. De mamíferos que chegaram a meados do século XX em processo de extinção, passaram a animais preservados e protegidos por lei no final do mesmo século.

A caça predatória aos cetáceos no Brasil, iniciada ainda pelos colonizadores ibéricos no início do século XVI, perdurou por quase quatro séculos, mas atualmente o comércio e a

¹³³ THOMAS, Keith. **O Homem e o Mundo Natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)**. Trad. João Roberto Martins Filho, São Paulo, Companhia das Letras, 2001, p.18.

indústria baleeira fazem parte do passado do país. A legislação ambiental brasileira protege esses animais não apenas contra a exploração comercial e industrial, mas contra qualquer tipo de molestamento. Talvez com exceção de trabalhadores baleeiros remanescentes de Lucena, em um universo micro, caracterizado por singularidades, aonde algumas pessoas ainda reivindicam um retorno à antiga atividade que era promovida pela COPESBRA, parece inconcebível atualmente defender esse tipo de relação predatória com essas espécies.

A proibição da caça e de “qualquer forma de molestamento aos cetáceos”, sancionada em 1987, pode ser considerada de fato uma conquista, resultado de mudanças na percepção e nas ações dos brasileiros para com a natureza em geral e para com esses animais em particular. No Brasil de hoje, as baleias são espécies protegidas e preservadas por leis e decretos. Recentemente, o então presidente Luis Inácio Lula da Silva, através do Decreto 6.698/2008, transformou as águas jurisdicionais brasileiras em Santuário de Baleias e Golfinhos. Mais um passo para o reconhecimento da importância que esses animais passaram a adquirir para a sociedade brasileira.

CAPÍTULO VIII

8. OS “FILHOS” DAS BALEIAS E SUAS HISTÓRIAS

8.1 A “pesca da baleia”: a história da atividade ressignificada a partir de depoimentos de trabalhadores baleeiros remanescentes de Lucena-PB.

Neste capítulo procurou-se analisar, pelas vozes de diferentes pessoas que vivenciaram a experiência da atividade baleeira e que permaneceram em Lucena mesmo depois do fim da caça à baleia, como desenvolveram estratégias de sobrevivência e viabilizaram alternativas de renda e trabalho para a retirada de seu sustento e de suas famílias. Trabalhadores que fizeram a história da “pesca da baleia” no litoral norte da Paraíba, com base em suas lembranças, narram suas experiências e conduzem a reflexões sobre as relações de trabalho, as percepções sobre a relação homem e natureza e o processo de redimensionamento de suas trajetórias de vida após a liquidação da Companhia de Pesca Norte do Brasil (COPESBRA).

O empreendimento baleeiro, que esteve funcionando por mais de setenta anos na praia de Costinha, respondeu pela geração de centenas de postos de trabalho na região. Contudo, o governo brasileiro sancionou em 1987 a Lei Federal 7.643, determinando o fim da caça e do molestamento aos cetáceos no país. Mudanças sociais e econômicas, ocorridas em função dessa decisão do governo brasileiro, foram impostas a uma parcela dos moradores de Lucena. O desemprego, a falta de perspectivas e a insegurança quanto ao futuro, mudaram a realidade dessa comunidade. Testemunhas dos acontecimentos, alguns trabalhadores narraram suas histórias e teceram versões para o vivido.

A utilização, ao longo da pesquisa empírica, da metodologia da História Oral (MONTENEGRO, 2010) permitiu paralelamente ao estudo, a constituição de fontes históricas que poderão subsidiar outras pesquisas sobre a atividade baleeira ocorrida na Paraíba. A elaboração desses documentos, realizados a partir das transcrições dos depoimentos oferece, como sugere Delgado (2006) a possibilidade de novos enfoques, outras interpretações, o que pode enriquecer o conhecimento sobre o tema. Lembranças recuperadas, marcadas pela intensidade das experiências, podem ser revisitadas e ressignificadas:

Ao se gravar um depoimento de história de vida ou mesmo uma entrevista temática, o pesquisador está, de forma deliberada, inscrevendo-se no processo de registro do passado e de produção de documentos sobre ele. Ao registrar no tempo presente as memórias sobre o tempo que passou, o historiador e os demais profissionais vinculados a pesquisas que utilizam a metodologia da história oral fazem dos

testemunhos recolhidos *fontes de imortalidade* – documentos/monumentos, sob a forma de vozes e de textos, que ficarão arquivados como registros vivos da multiplicidade de experiências que constituem a vida humana na sua essência.¹³⁴

Os depoimentos colhidos e analisados no presente trabalho oferecem igualmente a possibilidade de se lançar luz sobre o cotidiano, sobre a trajetória de vida dos ex-baleeiros e suas famílias; trabalhadores e trabalhadoras anônimas que, embora negligenciados pela história oficial, se movimentaram como protagonistas, como sujeitos que contribuíram para a constituição da recente história¹³⁵ da região. Os papéis de coadjuvantes da história do empreendimento baleeiro não lhes são atribuídos neste trabalho. Ao contrário, foi tecendo os fios de suas existências que se pretendeu colocá-los no centro das discussões. Uma história reescrita a partir do olhar e das experiências dos que sentiram os efeitos causados pelo desemprego e pela falta de perspectivas, provocados quando do encerramento do empreendimento baleeiro.

Não se partiu de uma teoria pronta para o estudo da atividade baleeira em Lucena, o caminho foi sendo construído durante a caminhada. Todavia, compreende-se que, a partir do estudo das relações, das práticas, dos fios, das ligações que são associados aos discursos sobre os acontecimentos, é possível construir formas de entendimento histórico. Em relação à história, conforme sugere Deleuze (1992), a questão não é mais estudar a origem ou a causa, nem a finalidade ou a consequência, “mas o que se passa entre”. Cabe, ainda, considerar, para efeito de referencial teórico, que o conhecimento proposto não é um reflexo ou espelho da realidade, mas uma tradução, seguida de uma reconstrução da mesma, com base nos depoimentos e nas histórias de vida dos ex-trabalhadores baleeiros, considerando, por outro lado, os elementos de subjetividade que caracterizam o papel do pesquisador na elaboração do conhecimento que se pretende inteligível.

8.2 Trabalhadores baleeiros: testemunhas e protagonistas da história.

Por meses consecutivos, entre 2010 e 2011, conheceu-se e compartilhou-se de experiências de várias famílias de ex-baleeiros da comunidade de Costinha, praia localizada

¹³⁴ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História Oral: memória, tempo, identidades**. Autêntica, Belo Horizonte, 2006, p. 62.

¹³⁵ Como defende MEIHY (1996, p. 10) “Como pressuposto, a história oral implica uma percepção do passado como algo que tem continuidade hoje e cujo processo histórico não está acabado. A presença do passado no presente imediato das pessoas é razão de ser da história oral. Nesta medida, a história oral não só oferece uma mudança para o conceito de história, mas, mais do que isto, garante sentido social à vida de depoentes e leitores que passam a entender a sequência histórica e a sentirem-se parte do contexto em que vivem”.

no município de Lucena. À medida que os laços de amizade e cooperação foram se fortalecendo, possíveis respostas para as indagações foram surgindo naturalmente. Para se alcançar os resultados da pesquisa, muitas pessoas da comunidade contribuíram com informações, fotografias, relatos e histórias sobre a “pesca da baleia” e a influência desta atividade sobre suas trajetórias de vida. Todavia, por uma questão de espaço, resolveu-se analisar fragmentos dos depoimentos considerados mais relevantes para os objetivos do estudo.

Diversas anotações foram registradas ao longo dos vários meses em que se passou a conviver, quase semanalmente, com moradores de Costinha/Lucena. As informações constantes no diário de campo, a partir das percepções de vários moradores da região, são testemunhas das contribuições paralelas obtidas por meio das diferentes pessoas contatadas, o que contribuiu para que se conseguisse concatenar vestígios que teceram nexos sobre a história da atividade baleeira a partir de experiências caracterizadas por múltiplas influências e interações.

A pesquisa tratou da recuperação de memórias e histórias de pessoas como Manoel Ribeiro de Oliveira, 61 anos, um trabalhador que dedicou grande parte de sua vida ao empreendimento baleeiro; Gilvan Antônio Soares, 64 anos, nascido em João Pessoa, mas que optou, na década de 1960, por morar e trabalhar em Lucena, a COPESBRA foi responsável por seu primeiro emprego ainda muito jovem; Severino Freire das Neves, 60 anos, cuja imagem e discurso estiveram sempre associados à luta pela manutenção da “pesca da baleia”; Antônio Bezerra da Silva, 68 anos, foi vereador e hoje é aposentado como escriturário da antiga empresa baleeira, teve pai e avô como trabalhadores da COPESBRA e seguiu o mesmo caminho, entrando para a atividade em 1957 aos 16 anos de idade; Valéria Valentim de Oliveira, 34 anos, discorreu sobre aspectos de sua infância e das dificuldades encontradas pelas famílias baleeiras durante e quando do encerramento da “pesca da baleia” no final dos anos 1980; Josefa dos Santos Silva, artesã e atualmente vereadora no município de Lucena, também colaborou com suas memórias. Sobre a época da atividade baleeira, discorreu acerca de sua adolescência, narrando aspectos de sua luta e as dificuldades encontradas por sua família, principalmente depois que a empresa nipônica cerrou as portas e os turistas desapareceram da região.

Entre as várias pessoas apontadas pela comunidade de Costinha que poderiam contribuir com a pesquisa, Gilvan Antônio Soares, ex-trabalhador do setor de classificação de carnes da COPESBRA, foi um dos primeiros a constar da relação de entrevistados. Havia-se

estabelecido contato pela primeira vez em 2010, quando em uma das visitas feitas àquele município tomou-se conhecimento de que o proprietário da empresa Coco Lucena havia trabalhado na atividade baleeira e que poderia ajudar na investigação. Procurou-se então o microempresário em agosto daquele ano. No primeiro diálogo, realizado nas dependências da fábrica Coco Lucena, comentou-se, assim como foi feito com todos os demais entrevistados, sobre a proposta de trabalho e a investigação da história dos ex-baleeiros junto ao Programa de Pós-graduação em Recursos Naturais da Universidade Federal de Campina Grande para a tese de doutorado.

Desde o início do trabalho de campo, o primeiro colaborador se mostrou muito receptivo, inclusive acrescentando nomes de pessoas à lista que poderiam contribuir com o trabalho que estava sendo desenvolvido. Comentou já no primeiro encontro, um pouco saudosista, sobre diversos aspectos da atividade baleeira; da importância que a mesma teve para Lucena em geral e para sua vida em particular. Também narrou, antecipando a entrevista, um episódio sobre um dos canhões baleeiros pertencentes à COPESBRA que ele havia remontado alguns anos após o fechamento da empresa e que estava exposto na Fortaleza de Santa Catarina, localizada no município de Cabedelo/PB. Fato que posteriormente foi confirmado em visitas realizadas ao referido local.

Nos meses seguintes, alguns contatos foram mantidos com esse primeiro colaborador, mas todos informais. Voltou-se a Lucena para entrevistá-lo em setembro de 2011, quando a última fase da pesquisa estava sendo desenvolvida. Seu depoimento foi concedido no seu escritório, numa sala da fábrica de coco da qual é proprietário.

Gilvan Antônio Soares expôs lembranças que alimentam certo sentimento de orgulho por ter feito parte de momentos, para ele marcantes, da “pesca da baleia” em Lucena. A exaltação ao poderio humano, a vitória da técnica sobre a força dos grandes animais, a naturalidade com que discorreu sobre a morte e o retalhamento das baleias, para depois transformá-las em alimentos e mercadorias, são recorrentes em sua fala e se constitui em objeto de considerações e análises, principalmente para uma discussão sobre a relação dos trabalhadores baleeiros com os animais, tendo a caça à baleia e o comércio de seus derivados como objeto de reflexões.

Trechos da narrativa de Gilvan Antônio Soares demonstram, por outro lado, sua luta em busca de sucesso e de reconhecimento profissional dentro da COPESBRA. Descreveu emocionado um acontecimento ocorrido no final da década de 1960, quando participou de um dia de “pesca à baleia” a bordo do navio Cabo Branco. Já no mar, chegou a subir à gávea do

baleeiro para tentar avistar uma baleia, mas foi levado a desistir de compor permanentemente a tripulação: não havia se adaptado, o “balanço do mar” o teria feito enjoar. Passou mal, sendo então preterido em jornadas posteriores. Permaneceu, todavia, por algumas temporadas, em terra-firme, no Setor de Charquada da empresa. Depois, alçou novos “vôos”, enfrentou novos desafios e atualmente se encontra na condição de proprietário em um empreendimento (Figura 12) que emprega principalmente jovens da região.

Figura 12: Fábrica Coco Lucena, propriedade de Gilvan Antônio Soares.



Fonte: Arquivo Pessoal: Duarte Filho, 2012.

Gilvan Antônio Soares continuou sua narrativa expondo as experiências que vivenciou como trabalhador do empreendimento japonês. Ainda jovem, conseguiu seu primeiro emprego como trabalhador sazonal na COPESBRA. Por cinco anos consecutivos prestou serviço para os japoneses sempre entre julho e dezembro, período em que ocorria a “pesca da baleia” em Lucena:

Na época eu tinha vinte anos. Meu primeiro emprego foi na pesca da baleia, e lá eu trabalhei uns cinco anos em safras. Eram seis meses de pesca de baleia. Então a gente saía e arrumava emprego em outro canto, depois quando começava a pesca aí a gente retornava, e a minha atividade lá na pesca da baleia era a classificação da carne, eu trabalhava na parte da charqueada...¹³⁶

Ao longo da investigação sobre o perfil das pessoas que ingressaram na COPESBRA nas décadas de 1960 e 1970, um dado que chama a atenção é a baixa escolaridade e a faixa

¹³⁶ Gilvan Antônio Soares, microempresário, 64 anos. Entrevista concedida a Francisco Henrique Duarte Filho em setembro de 2011, Praia de Fagundes, Lucena – PB.

etária dos trabalhadores que eram contratados para operar na atividade baleeira. Homens e mulheres entre 16 e 20 anos ingressavam ou se associavam ao empreendimento japonês para desenvolver atividades as mais diversas. Como narrado por vários colaboradores, esses jovens eram, geralmente, filhos de trabalhadores do campo ou de pescadores tradicionais. A empresa baleeira os absorvia, provavelmente, por estarem no auge de sua forma física e por melhor se adaptarem à multiplicidade de tarefas e aos trabalhos pesados, sem a exigência, de imediato, de uma maior qualificação profissional. Um trecho narrado por um dos colaboradores da pesquisa, Antônio Bezerra da Silva (Figura 13), ajuda a corroborar essa constatação:

Meu primeiro contato com a Copesbra, com relação a emprego, eu iniciei aqui aos 16 anos. Por que meu pai também foi um dos fundadores daqui (Lucena), nos idos de 1911, 1912 então eu fiquei por aqui com ele. Anteriormente, a gente não tinha como evoluir, não tinha uma educação suficiente que a gente pudesse receber. A maior parte dos pais colocava logo os filhos para trabalhar e eu fui um daqueles que entrei aos dezesseis anos, o meu pai já era funcionário da Companhia de Pesca Norte do Brasil, ele conseguiu um lugarzinho para mim lá, então eu fui trabalhar como contínuo de escritório, fazendo uma coisa, fazendo outra...¹³⁷

Os depoimentos colhidos entre os ex-trabalhadores baleeiros indicam que o excesso de trabalho, as várias horas em que precisavam destinar às atividades baleeiras se tornavam necessárias em face da natureza do trabalho desempenhado com carne fresca.¹³⁸ Em período de caça, havia dias em que dezenas de toneladas de carne chegavam do mar e precisavam de processamento o mais rapidamente possível, pois as baleias abatidas durante o dia eram recolhidas apenas no início da noite, ficando expostas no mar¹³⁹ por várias horas, sob ação do Sol e dos ataques de peixes carnívoros.

¹³⁷ Antônio Bezerra da Silva, ex-vereador aposentando, 68 anos. Entrevista concedida a Francisco Henrique Duarte Filho em novembro de 2011, Praia de Costinha, Lucena – PB.

¹³⁸ A carne de baleia, quando comparada a de boi, porco ou frango é, dependendo das condições do ambiente, mais suscetível à decomposição, o que pode explicar o fato dos japoneses usarem de todos os mecanismos para processar o mais rápido possível os cetáceos que eram abatidos ao longo de uma expedição do navio baleeiro.

¹³⁹ O navio baleeiro partia para o mar quando ainda era madrugada. Ao longo da jornada, que durava o dia inteiro, abatiam-se as baleias e deixavam-nas flutuando, presas a bóias gigantes que as impediam de afundar. Ao por do sol, ao fim do expediente, então eram recolhidas e amarradas no navio para serem transportadas à plataforma para beneficiamento.

Figura 13: Antônio Bezerra da Silva, em pesca artesanal praticada como atividade de subsistência na praia de Costinha – Lucena/PB.



Fonte: Arquivo Pessoal: Duarte Filho, 2012.

Um dos setores em que o trabalho durava praticamente o ano inteiro era o da Charqueada. Toneladas de sal chegavam quase que diariamente à Companhia para que os trabalhadores não interrompessem a salga, cujo objetivo era preparar o produto para transformá-lo em carne de sol ou charque, evitando perdas e desperdícios. No caso do charque, o beneficiamento consistia em salgar, desidratar e prensar a carne até assumir a textura característica desse produto. Antes da carne de charque ser distribuída para os comerciantes da região, era embalada cuidadosamente em sacos de estopa. O comércio era intenso e a movimentação em torno da fábrica de derivados ocorria o dia inteiro.

Observando-se antigas fotografias que retratam as instalações da antiga COPESBRA, exatamente no imenso espaço onde o produto que não atendia às exigências da exportação era exposto (Figura 14), tem-se uma ideia da quantidade de carne que era preparada diariamente pelos trabalhadores baleeiros para o atendimento de um mercado regional:

Figura 14 – Galpão a céu aberto: exposição de carne ao sol para fabricação do charque.



Fonte: Arquivo: Manoel Ribeiro de Oliveira, 1970.

A labuta era desgastante. Quando o apito da fábrica soava, geralmente ao anoitecer, jovens que tinham contrato com a empresa “pesqueira” abandonavam seus afazeres e se dirigiam aos seus postos de trabalho. Dezenas de bicicletas percorriam então a estreita, mas longa avenida (hoje recebe o nome de várias ruas) que interliga as sete praias de Lucena, todas em direção à fábrica sediada na praia de Costinha. Alguns grupos de curiosos percorriam o trajeto a pé para presenciar a chegada das baleias. Outros, de operários, se dirigiam às dependências da fábrica para iniciar a jornada diária de trabalho que, quase sempre, nunca se sabia que horas exatamente terminaria. Manoel Ribeiro de Oliveira, que começou a trabalhar na COPESBRA em 1969, descreveu emocionado como se deu seu primeiro contato com a empresa baleeira:

A gente trabalhava demais, era das seis horas da manhã até as dez horas da noite. Quando eu fui chamado para trabalhar na Companhia, eu cheguei bem na hora que o navio chegou, e eu vi as baleias chegando, e o japonês me chamou, ele já conhecia meu irmão que trabalhava lá, e perguntou se eu iria aguentar trabalhar, pois eu era muito franzino. Então no dia seguinte, me entregaram uma bota velha preta e disseram que não tinha mais uniforme e eu tive que trabalhar com a minha roupa, eu era novato! Tinha que passar por um teste: me entregaram um carrinho de mão para eu carregar as carnes para estender. Ai depois o teste era que eu tinha que empilhar e salgar umas quatro toneladas de carne após o expediente de trabalho. Durante o dia eu trabalhava com o carrinho de mão estendendo a carne e à noite eu fazia hora extra, trabalhei cerca de um mês assim. E depois, eu fui para o setor de lavagem de carne. Depois de dois anos eu passei a chefe de turma.¹⁴⁰

¹⁴⁰ Manoel, Ribeiro de Oliveira, aposentado, 61 anos. Entrevista concedida a Francisco Henrique Duarte Filho em novembro de 2011, praia de Costinha, Lucena – PB.

Características das relações de trabalho, que se constituíram no âmbito da empresa sediada em Costinha, podem ser identificadas na narrativa de Manoel Ribeiro de Oliveira. No seu depoimento é possível encontrar elementos que aludem a exploração a que estavam submetidos os trabalhadores da empresa japonesa, já denunciada em estudo realizado pelo professor e pesquisador Antônio Moacir Madruga (1980) em investigação realizada para o Núcleo de Documentação e Informação Histórica e Regional da Paraíba (NDIHR/UFPB).

A exposição dos trabalhadores baleeiros à insalubridade, principalmente ao sal,¹⁴¹ como no caso narrado por Manoel Ribeiro de Oliveira, dá uma ideia de problemas vivenciados pelos trabalhadores da COPESBRA no desempenho de suas atribuições. No seu depoimento, Sr. Manoel expõe a situação de risco provocada pela falta de equipamentos de proteção no âmbito da empresa. Como se sabe, todo empregador é obrigado a oferecer proteção adequada ao operário no seu ambiente de trabalho. Todavia, para executar as primeiras tarefas designadas pelo patrão japonês, o recém-chegado funcionário teve que se submeter ao trabalho insalubre, sem roupa e equipamentos de proteção adequados, correndo o risco de sofrer danos causados pela falta do uso dos mesmos.

As tarefas do dia-a-dia, organizadas sob a lógica do patrão japonês,¹⁴² absorviam praticamente todo o tempo dos trabalhadores. Assim como a maioria dos baleeiros que trabalhavam na COPESBRA cerca de seis meses durante o ano, Manoel Ribeiro de Oliveira vivia para o trabalho, passava muito mais tempo a serviço da empresa japonesa do que em casa ao lado da família. O som da sirene que soava das dependências da fábrica orientava a vida para o trabalho no empreendimento baleeiro. Conforme complementou em sua narrativa, os japoneses motivavam constantemente os operários a permanecer fazendo horas extras no período noturno. Os chefes japoneses estavam sempre a repetir para os funcionários da empresa: “quem quiser trabalhar, pode trabalhar até onde aguentar”.¹⁴³

¹⁴¹ Cabe chamar a atenção para a possibilidade do trabalhador, quando exposto excessivamente ao sal, desenvolver doenças ocupacionais como lesões e dermatites, sendo a Pitiríase versicolor, uma das enfermidades mais conhecidas nesses casos. Disponível em <http://www.prevenirseg.com.br/biblioteca/Dermatose.pdf>. Acesso em jul. 2012.

¹⁴² Através de depoimentos e de visitas às dependências da Companhia de Pesca Norte do Brasil, verificou-se a existência de indícios que apontam para mudanças importantes operadas pelos japoneses, a partir de 1957, para racionalizar a produção dos derivados baleeiros. Dentre essas medidas, podem ser citadas: a luta para evitar desperdício, o controle visual dos produtos realizado por chefes de seção, uma mecanização flexível e a multifuncionalização da mão-de-obra. Embora não tenhamos elementos suficientes que possam comprovar essa hipótese, uma vez que nos depoimentos não é possível diagnosticar com precisão essas mudanças, estudos mais aprofundados sobre a natureza da produção na COPESBRA podem sugerir que houve a adoção de medidas nos setores de produção que procuraram aproximar a empresa sediada em Costinha do toyotismo, modelo de organização da produção criado no Japão após a Segunda Guerra Mundial.

¹⁴³ OLIVEIRA, op. cit.

Em seu depoimento, Antônio Bezerra da Silva, outro colaborador da pesquisa que entrou para o empreendimento japonês em 1959, aos 16 anos de idade, confirma a motivação dos japoneses ao incentivarem os trabalhadores baleeiros a estender a jornada de trabalho noite à dentro. Todavia, enxerga a questão numa perspectiva positiva, não via obrigatoriedade na decisão, mas uma opção de quem tinha disposição para trabalhar:

Eu via essa questão (das horas excessivas de trabalho) como uma forma até do operariado ser beneficiado. Por que o japonês deixava à vontade: quem quiser trabalhar, fazer hora extra, fique à vontade. Então a pessoa ia lá, batia seu cartãozinho. Se no encerramento, que acontecia às dezessete horas, a pessoa estivesse muito cansada e quisesse largar, podia largar. Se fosse resistente e quisesse dá continuidade, podia varar a noite todinha. Tinha muito gente aqui que no final de semana, só de hora extra, tirava um salário maior do que o normal. Era muito bom! Então as pessoas resistentes ganhavam mais. Aqui, era assim...¹⁴⁴

A necessidade - e a decisão - de permanecer por várias horas, diariamente, desenvolvendo atividades na COPEBRA, motivados pelos japoneses em razão da demanda da atividade e para acumular horas-extras, é lembrada por outras pessoas da comunidade: filhos e filhas de ex-baleeiros que, ao retomar o tema da infância, fizeram referência a esse período de sua trajetória de vida. Valéria Valentim de Oliveira, atualmente com 34 anos de idade, ao ser indagada sobre as lembranças da infância associadas às atividades desempenhadas pelos pais no empreendimento baleeiro, fez as seguintes considerações sobre a época, quando em 1987, aos nove anos de idade, a “pesca da baleia” foi proibida:

Recordo de minha infância. Lembro que nós éramos muitos irmãos. Eu e mais sete irmãos, e a maioria das famílias próximas à minha casa tinham muitos filhos. Eram todas crianças, e assim a infância era de muitas brincadeiras, de muitas brincadeiras mesmo, pois ninguém tinha televisão. Nós éramos crianças pobres, filhos e filhas de trabalhadores da pesca, que não paravam de trabalhar, só tinham tempo para trabalhar e pra mais nada! Eu tinha entre seis e sete anos de idade. Os vizinhos também, todos moravam naquelas proximidades. Então a gente se encontrava para brincar de diferentes brincadeiras. Brincadeiras como passará, boca de forno, baleado, cabo de guerra, guerra bandeira, muitas brincadeiras boas! (...) Meu pai sempre chegava muito cansado, estressado, sempre! Tanto que ele não aceitava o fato de ouvir um barulho dentro de casa. Se ele ouvisse um barulho, ele se estressava, por que ele estava muito cansado. Eu acho que acontecia isso com a maioria das crianças, os pais eram muito nervosos.¹⁴⁵

Ao se analisar o depoimento de Valéria Valentim de Oliveira percebe-se que, ao discorrer sobre aspectos das relações familiares, a mesma associa problemas vivenciados em sua infância a questões da labuta do seu genitor e de sua genitora, ao trabalho árduo e

¹⁴⁴ SILVA, op. cit.

¹⁴⁵ Valéria Valentim de Oliveira, professora, 34 anos. Entrevista concedida a Francisco Henrique Duarte Filho em dezembro de 2011, Praia de Costinha, Lucena – PB.

escravizante no âmbito da COPESBRA, a quem ela atribui a responsabilidade pelo estresse e impaciência do seu pai - e também dos pais dos demais colegas de infância que igualmente trabalhavam na empresa japonesa.

A “liberdade” das crianças, identificada nas várias brincadeiras nas imediações da Fábrica, mencionada por Valéria Valentim, parece contrastar com a situação de quase escravidão a que estavam submetidos seus pais no interior do empreendimento baleeiro. Situação que, ao influenciar no comportamento e nas relações desses pais com os filhos, especialmente quando do retorno ao lar tarde da noite, depois de exaustiva jornada de trabalho, deixou marcas que foram recuperadas, retomadas quando das lembranças sobre o tema e o período.

Valéria Valentim quando da continuidade do seu depoimento, falou emocionada das dificuldades encontradas pelas famílias que dependiam da COPESBRA na época da desativação da atividade baleeira:

Quando terminou a pesca foi muita insegurança para as famílias, muitas pessoas correndo para se aposentar, porque ficaram na incerteza, pois ficou sempre uma esperança no ar se eles iam conseguir trazer a pesca de volta. Muita gente ficou desempregada, outras continuaram com a plantação do inhame e da acerola, eles ficaram um tempo plantando, colhendo, foram tentando outras coisas, mas também não deu certo, foi só por um curto período. Mas foi um momento bem difícil, por exemplo, meu pai, entre essa fase antes dele ir pra Brasilgás, porque ele não tinha tempo ainda de se aposentar, a gente passou a viver só de pescaria, meu pai começou à pescar, comprou uma rede de pesca e passou à pescar também com outras pessoas, com os pais de famílias que ficaram desempregados. Nós todos éramos crianças, e essa geração, antes da nossa, era bem diferente porque eram todos analfabetos, mas eles tinham que procurar outras coisas pra fazer, pra poder sobreviver.¹⁴⁶

Outras crianças de Costinha, que tiveram que começar a trabalhar ainda muito jovens, como Josefa dos Santos Silva, hoje com 57 anos, nascida em Rio Tinto, mas que passou grande parte de sua infância e adolescência em Lucena, narrou aspectos de sua trajetória de vida quando aos quatorze anos, numa barraca montada próxima ao empreendimento japonês, começou a negociar com artesanato baleeiro para ajudar seus pais. Para Josefa dos Santos Silva, hoje vereadora em Lucena, e conhecida na região como “Lica”,¹⁴⁷ a atividade baleeira não deveria ter sido desativada. A mesma gerava emprego e renda para o município. A entrevistada declarou que, quando do fechamento da COPESBRA em 1987, seu pai conseguiu se aposentar por tempo de serviço, mas para a sua família, de uma maneira geral, a situação

¹⁴⁶ OLIVEIRA, Valéria Valentim, op. cit.

¹⁴⁷ A vereadora e comerciante Josefa dos Santos Silva (Lica) é filiada ao Partido Democrata (DEM), também é esposa de empresário do ramo de padarias, além de negociar com imóveis para aluguel em período de alta temporada na praia de Lucena.

piorou na época, pois viviam do comércio e com o fim da “pesca da baleia”, houve a quase estagnação das atividades comerciais no município de Lucena:

Quer dizer, a gente continuou negociando (depois do fim da atividade baleeira), mas ficou ruim, o pessoal tinha ido todo embora. Então aquele povo que negociava com baleia parou. Depois eu casei e continuei no comércio. Em minha opinião, a pesca não deveria ter sido paralisada. Deveria não matar as baleias fêmeas, as que fossem parir; mas matar só os machos. Eu acho que não era pra proibir, pois era um negócio que já vinha de muitos anos...¹⁴⁸

A opinião de “Lica” em relação ao fato de que a “pesca da baleia” não deveria ter sido interrompida, é compartilhada por praticamente todos os entrevistados. Compreendem os depoentes, especialmente os que trabalharam diretamente na COPESBRA e hoje têm mais de cinquenta anos, que a empresa oferecia para a população local emprego e renda, condições necessárias à sobrevivência da comunidade. Todavia, de uma maneira geral, é preciso reconhecer que os vínculos empregatícios na COPESBRA, ao que tudo indica, eram frágeis, havia mais insegurança do que segurança entre os trabalhadores, uma vez que o trabalho era sazonal, só havia garantia de emprego alguns meses, pelo menos para uma boa parte dos trabalhadores empregados diretamente na empresa japonesa.

Ao se ter acesso aos registros nas carteiras profissionais de trabalhadores da COPESBRA, inclusive na de Manoel Ribeiro de Oliveira, verifica-se que os contratos de trabalho duravam, quase sempre, seis meses e eram celebrados anualmente, quando o período de “pesca da baleia” começava. Contudo, sabe-se que existiam contratos de dois, três, quatro meses, sempre de acordo com interesses e necessidades da empresa empregadora.¹⁴⁹ Ao término da temporada de caça, que ocorria geralmente em dezembro, a grande maioria dos trabalhadores era dispensada para somente retornarem no meio do ano seguinte, embora nem todos tivessem a garantia de que seriam novamente incorporados à empresa. Manoel Ribeiro de Oliveira foi um dos trabalhadores que, provavelmente, por ter sido um operário dedicado, resistente, assíduo e que gozava de confiança dos dirigentes da empresa, permaneceu trabalhando para os japoneses ininterruptamente por vários anos, mesmo quando a temporada de caça era encerrada e centenas de trabalhadores perdiam o vínculo empregatício.

¹⁴⁸ Josefa dos Santos Silva, vereadora, 57 anos. Entrevista concedida a Francisco Henrique Duarte Filho em dezembro de 2011, praia de Lucena-PB.

¹⁴⁹ A partir dos depoimentos colhidos, foi possível identificar nos relatos menção a existência de contratações de trabalhadores para a realização de tarefas de curta duração, específicas, como por exemplo, a limpeza e a capina nas áreas adjacentes da Fábrica.

Acidentes de trabalho, por outro lado, também foram citados ao longo da narrativa de Manoel Ribeiro de Oliveira. Sua fala ao longo do depoimento se confundia com os gestos manuais que procuravam mostrar várias pequenas cicatrizes que ficaram marcadas em suas mãos, testemunhas dos cortes de lâminas sofridos quando manipulava facas, algumas de suas “ferramentas de trabalho”, no desempenho de suas funções no Setor de Charqueada da empresa.

Dois acidentes de trabalho foram lembrados e relatados, chamando a atenção pela gravidade e dramaticidade da narrativa. Em visita às dependências da antiga sede da empresa, Manoel Ribeiro de Oliveira mostrou o local onde um acidente de trabalho teria ocorrido na década de 1970, quando um trabalhador, cuja tarefa era arrastar as baleias para o local indicado para o retalhamento, através de grossas correntes de ferro, perdeu todos os dedos de uma das mãos. O fato teria ocorrido quando uma das correntes que puxava uma baleia para a plataforma no interior da fábrica prendeu sua mão numa roldana que servia para direcionar o animal para o local de processamento da carne. Segundo afirmou Manoel Ribeiro de Oliveira: “O rapaz não voltou mais a trabalhar na Companhia, eu não sei se ele foi aposentado”. Lembrou ainda, sem muitos detalhes em relação a tempo e espaço, de outro caso que teria acontecido com um artilheiro em alto mar: “quando o navio perseguia uma baleia, ele já estava pronto para atirar e um estilhaço perfurou um dos olhos dele e ele cegou na hora”.

As experiências compartilhadas por Manoel Ribeiro de Oliveira merecem destaque em razão da gama de informações oferecidas por esse interlocutor para a presente investigação, principalmente por ter convivido e trabalhado por vários anos sob coordenação direta dos japoneses que eram os proprietários da COPESBRA.

Ouvir o depoimento de Manoel Ribeiro de Oliveira é acompanhá-lo no retorno ao tempo de sua infância. Aos oito anos de idade, conforme relatou, fora obrigado a trabalhar na roça ao lado do pai. Não tivera oportunidade de estudar, porque precisava trabalhar para ajudar no sustento da casa. Também não estudou, em razão da forma como seu pai fora educado e pelo fato de como esse entendia o mundo. Segundo sua narrativa, uma resposta sempre acompanhava seu pai quando alguém se dirigia a ele recomendando que colocasse os filhos para estudar: “a enxada deles é o lápis e a terra é o caderno”.¹⁵⁰

Manoel Ribeiro de Oliveira (Figura 15), filho de pai iletrado e rude, que desconsiderava qualquer possibilidade de colocar os filhos na escola para aprender a ler e escrever adquiriu conhecimentos e saberes úteis à vida e ao mercado de trabalho a partir das

¹⁵⁰ OLIVEIRA, Manoel Ribeiro de. op. cit.

experiências vivenciadas. Aprendeu na COPESBRA a somar, dividir, fazer operações matemáticas simples: “vendo os outros fazer eu aprendia, sempre tive uma cabeça boa”,¹⁵¹ acrescentou ao seu depoimento.

Figura 15 – Manoel Ribeiro de Oliveira em companhia de um de seus netos em passeio nas areias da praia de Costinha: memórias e história sobre a “pesca da baleia”.



Fonte: Arquivo: Duarte Filho, 2011.

A labuta exaustiva em uma usina de cana-de-açúcar pertencente a um tio marcou a infância e a adolescência de “Seu Ribeiro”. Assim como fazia com os demais trabalhadores da usina, o tio o explorava sem maiores constrangimentos. Trabalho desgastante, baixa remuneração e falta de perspectivas aviltavam suas forças como trabalhador braçal. Todavia, o seu tempo no canavial chegaria ao fim. Após um desentendimento com o tio/proprietário da usina que o acusara de desonesto, tomou a decisão de procurar outro trabalho, buscar novas perspectivas, possibilidades outras de emprego e renda fora do empreendimento açucareiro. Seu irmão, que já trabalhava na empresa de “pesca” em Lucena, o indicou para os japoneses da COPESBRA. Era fevereiro de 1969, aos 19 anos de idade fora feito baleeiro. Em sua narrativa descreveu, emocionado, esse momento de sua trajetória de vida:

A fábrica era boa, só pagava pouco e se trabalhava demais. Lembro que quando cheguei lá, eu quase não aguentei, era um mau cheiro danado. A carne e o sangue fediam muito. No início eu trabalhei como peão e depois de dois anos eles me passaram para chefe. Eu trabalhei 22 anos na Companhia, comecei em 1969, com 19

¹⁵¹ OLIVEIRA, Manoel Ribeiro de. op. cit

anos. Na carteira, eu ganhava dois salários mínimos ai eu fazia hora extra e ganhava mais dois salários.¹⁵²

A narrativa de Manoel Ribeiro é marcada pela emoção, por certa nostalgia. Voltar ao passado, através da memória, se apresenta como possibilidade de revivê-lo. Envolve-se com detalhes de seu dia-a-dia como se estivesse novamente vivenciando-o. Fala com orgulho de ter progredido no trabalho, de ter sido chefe de seção na COPESBRA, mesmo em meio às dificuldades que uma vida sem escolaridade pode propiciar.

Manoel Ribeiro de Oliveira, em seu depoimento, não se limitou a narrar fatos de sua vida árdua em um trabalho quase escravizante. Descreveu, igualmente com riqueza de detalhes, acontecimentos ocorridos na empresa japonesa que foram objeto de denúncia dos ambientalistas nos anos de 1980. Narrou, por exemplo, que quando começava o período de “pesca da baleia”, ninguém tinha folga, e não tinha cota estipulada, centenas de animais eram mortos em cada período de atividade:

Lembro de um ano em que se abateram mais de mil baleias em uma temporada. Houve um dia em que vi chegar mais de vinte baleias e todas tinham que ser processadas para que a carne e os derivados não se perdessem. Então trabalhamos o dia e a noite inteira. Depois que o período de pesca da baleia terminava, a Companhia dispensava dois terços dos trabalhadores, cerca de trezentas pessoas.¹⁵³

Ao se analisar os registros da COPESBRA, os números oficiais que eram acompanhados pela Superintendência de Desenvolvimento de Pesca (SUDEPE, 1978), verifica-se que de fato entre as temporadas de 1975 e 1977 quase três mil baleias foram mortas por caçadores a serviço da empresa japonesa. Somente na temporada de 1977, registraram-se o abate de vinte e cinco animais da espécie cachalote, três espadarte e mil baleias minke. Outros depoimentos, como o do Sr. Zélio da Silva Nascimento, 55 anos, que havia chegado para trabalhar na mesma empresa no final daquela década, corroboram os números e as informações oferecidos por Manoel Ribeiro de Oliveira:

Eu vi vinte e uma baleias mortas aqui na praia, era uma matança, elas estouradas, com a língua de fora, sangrando à vontade. Eu nunca fui falar nada. Mas existem milhares de empresas no país que vivem sem baleias. E se eles (os japoneses) quisessem ter sobrevivido sem baleias, até hoje a Companhia ainda estaria funcionando.¹⁵⁴

¹⁵² OLIVEIRA, Manoel Ribeiro de. op. cit.

¹⁵³ OLIVEIRA, Manoel Ribeiro de. op. cit.

¹⁵⁴ Zélio da Silva Nascimento, presidente da Colônia de Pescadores de Costinha, 55 anos. Entrevista concedida a Francisco Henrique Duarte Filho em setembro de 2011, Praia de Costinha, Lucena – PB.

Zélio da Silva Nascimento se apresenta como um ex-trabalhador da COPESBRA que discorda de determinados aspectos da atividade baleeira. Além de ter se referido, contrariado, à morte de mais de duas dezenas de baleias em um único dia, fez menção ao tratamento inadequado dispensado aos trabalhadores pelos japoneses de Costinha. Discorreu com indignação, entre outras questões, sobre as condições insalubres de trabalho e moradia a que estavam submetidos os trabalhadores da empresa. Descreveu sobre acidentes com morte, inclusive de um amigo, provocados quando da troca do teto de palha da residência de um operário da empresa:

Você quer que eu seja sincero? Eu não era a favor da pesca da baleia, até porque você tá vendo aí as condições de vida que os japoneses davam para o nosso povo: casa de palha, com essas palhas de coqueiro, de taipa, inclusive perto de minha casa, onde hoje é um bar, perto de um terreno baldio, ali morreu um amigo nosso e outro quase morre também por que periodicamente nós tínhamos que trocar os tetos, por que a palha apodrecia. E ele foi trocar o teto da casa que onde morava, caiu a antena da televisão, bateu nos fios e ele morreu eletrocutado. O outro, que morava na casa, quase morre também. Se eles (os japoneses) quisessem dá uma condição de vida digna para o nosso povo, pelo menos com casa de telha, nunca teria acontecido isso. Isso eu não me perdôo, eu culpo até o sindicato que não tinha punho de ferro. E o prefeito da localidade também que não botava o pé no pescoço deles: olha, dá uma casa pra eles, para os seus funcionários.¹⁵⁵

No tocante as instalações residenciais, de fato os vários testemunhos coletados em Lucena confirmam que eram compostas em sua maioria de taipa e palha, existindo algumas de taipa e telha e muito poucas de alvenaria, totalizando cerca de cinquenta a sessenta casas. Quase todas elas eram de propriedade da COPESBRA e eram cedidas para os trabalhadores da indústria ou do navio. Em geral, eram como as demais casas da região, no que diz respeito à aparência e a divisão interna. Segundo Madruga (1980, p. 95) “As casas possuíam uma pequena sala, um corredor, um quartinho, uma cozinha/ sala de jantar e um banheiro, normalmente externo”.

Visitando as casas onde antes havia as residências de taipa e palha, atualmente se verifica que todas foram transformadas em casas de alvenaria e algumas, onde residem filhos de ex-baleeiros que já constituíram família, e até mesmo ex-operários da extinta COPESBRA já com certa idade, são bem estruturadas e possuem, salvo melhor juízo, praticamente tudo que necessita uma família para viver com dignidade.

¹⁵⁵ NASCIMENTO, Zélio da Silva. op. cit.

8.3 Capturas de baleias: mortes sem critérios rígidos

Em relação ao abate de baleias fecundadas ou com baleotes, enquanto se caminhava pelo prédio abandonado da COPESBRA, em uma das visitas realizadas ao município de Lucena em outubro de 2011, indagou-se do seu Manoel Ribeiro de Oliveira, que acompanhava a visita, se alguma vez ele havia presenciado a chegada, na plataforma da fábrica, de alguma baleia morta acompanhada de filhote. Sua resposta foi positiva, acrescentando à sua afirmativa a reação de tristeza que se abateu entre os demais operários que acompanharam o acontecimento:

Sim, uma vez chegou uma baleia com um filhote junto dela, todos correram para ver e todos ficaram muito tristes, mas elas (a mãe e o baleote) já estavam mortas e não tínhamos mais nada a fazer; o bebê baleia foi levado para a caldeira onde foi utilizado para o processamento de óleo, pois sua carne era muito mole e não servia para comer, e a mãe foi processada normalmente como as outras baleias.¹⁵⁶

O trecho da narrativa de Manoel Ribeiro de Oliveira sobre a tristeza dos trabalhadores, quando se depararam com a morte do baleote que acompanhava a baleia-mãe, chama a atenção para elementos que perpassam a discussão em relação às mudanças na percepção, na sensibilidade humana para com os animais. É sabido que entre as várias denúncias que se faziam contra a atividade baleeira na Paraíba, uma que ganhava destaque nas páginas dos jornais da época era que os japoneses estariam abatendo baleias fecundadas. Diziam os ambientalistas que as baleias fêmeas, em algumas situações, eram mortas juntamente com o filhote em fase de amamentação. Essa prática, que era negada pela empresa baleeira, era considerada, do ponto de vista ético, inaceitável pelos defensores do fim da atividade.

Fragmentos da narrativa de Manoel Ribeiro de Oliveira inserem-se na construção de sensibilidades humanas para com os animais. Neste caso, há entre os operários da COPESBRA no tocante às baleias abatidas um sentimento comum: a compaixão pela morte do filhote, abatido juntamente com a mãe. Essa relação aponta para o rompimento de certo estereótipo do caçador frio e calculista, algumas vezes atribuídos aos baleeiros de Lucena, que não se preocupariam com a morte dos animais.

Nas reflexões sobre essa questão, pode-se sugerir que os baleeiros caçavam porque também era seu trabalho, dessa atividade atendiam suas necessidades, retiravam seu sustento, criavam seus filhos. Nem sempre eram insensíveis, como se pode pensar em um primeiro

¹⁵⁶ OLIVEIRA, Manoel Ribeiro de. op. cit.

momento. Embora assumir em determinadas circunstâncias uma postura insensível também fosse uma das múltiplas e contraditórias identidades dos baleeiros.

Diferentemente dos operários, a naturalidade e o pragmatismo com que os proprietários japoneses teriam tratado o episódio, esse representado na fala de Manoel Ribeiro de Oliveira, parece remeter a concepção, ainda predominante entre muitas sociedades modernas, de que os animais não sentem dor, não teriam alma, são seres inferiores que foram criados para embelezar, divertir ou satisfazer necessidades humanas. É importante ressaltar que ainda hoje, em que pese todo o avanço nas técnicas de captura desses animais (Figura 16), ainda se verifica o abate de baleias acompanhadas de baleotes:

Figura 16: Baleia abatida por navio baleeiro juntamente com filhote.



Fonte: www.tranquilao.com/baleias
Acesso em dez. de 2011.

O historiador inglês Keith Thomas, que estudou as atitudes dos ingleses para com os animais e à natureza durante os séculos XVI, XVII e XVIII, expôs os pressupostos que fundamentaram as percepções, raciocínios e sentimentos dos britânicos (extensivo aos ocidentais) no início da época moderna frente aos animais, chamando a atenção para um ponto fundamental da trajetória humana no planeta: a ideia do predomínio do homem sobre o mundo natural. Thomas (2001), ao esmiuçar essa forma de pensar, descortina a visão dos ingleses da época, entendida como antropocêntrica nos seguintes termos:

As plantas foram criadas para o bem dos animais e esses para o bem dos homens. Os animais domésticos existiam para labutar, os selvagens para serem caçados. Os estóicos tinham ensinado a mesma coisa: a natureza existia unicamente para servir os interesses humanos. (...) as criaturas não foram feitas para si mesmas, mas para o uso e o serviço do homem.¹⁵⁷

A cultura quase secular de matar baleias em Costinha, atribuída aos ex-trabalhadores da COPESBRA, invoca uma questão complexa e atual. Embora se perceba a emergência de certa sensibilidade, de sentimento como a compaixão, demonstrada no caso do baleote, parece, paradoxalmente, que os baleeiros não se afastam muito, na prática, da percepção ainda hegemônica que atribui à espécie humana a responsabilidade pelo destino das outras espécies. No Ocidente, de uma maneira geral, a ideia que ainda tem predominado na relação entre humanos e as outras espécies é aquela que deve assegurar, em primeiro lugar, o bem estar e a sobrevivência dos primeiros, mesmo que para alcançá-los outras espécies precisem ser sacrificadas. Pretensa superioridade a que Singer (2004) denominou de “especismo”.

Analisando a questão ética que envolve o problema do especismo, da pretensa superioridade humana sobre as demais espécies, Singer (1993) fez considerações a respeito do tratamento, ainda hoje dispensado pela maioria das pessoas, aos animais nas sociedades modernas:

Para a maioria das pessoas das modernas sociedades urbanas, a principal forma de contato com não humanos é à hora das refeições. O uso de animais na alimentação é provavelmente a mais antiga e a mais difundida forma de utilização dos animais. Num certo sentido trata-se da forma mais básica de utilização dos animais, a pedra basilar em que assenta a crença de que os animais existem para o nosso prazer e conveniência.¹⁵⁸

A carne de baleia, assim como de outros animais marinhos, é consumida há séculos por comunidades tradicionais. Todavia, a exploração na Paraíba era realizada em grande quantidade para atender interesses econômicos de uma empresa japonesa que operava em escala industrial. Centenas de baleias eram abatidas a cada ano em Lucena para atender a um comércio regional e à exportação para o mercado asiático, talvez também por isso tenha sido objeto de denúncias de ambientalistas e simpatizantes da causa ecológica na década de 1980, descontentando a comunidade baleeira, em sua maioria, que enxergava na referida atividade a única fonte de trabalho e renda da região.

¹⁵⁷ THOMAS, Keith. Op. cit. p. 21-23.

¹⁵⁸ SINGER, Peter. **Ética Prática**. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 1993, p. 47.

Um trecho extraído do depoimento de Severino Freire das Neves, criticando a postura dos ambientalistas em relação à luta dos mesmos contra a atividade baleeira e em defesa da vida das baleias, demonstra essa linha de raciocínio que parece sugerir - mesmo em espaço e tempo tão distintos daquele analisado por Thomas - uma visão antropocêntrica na relação humana estabelecida com animais, independentemente de serem porcos, vacas, frangos ou baleias:

(...) os ecologistas só visavam um lado. A bandeira de luta deles era só para paralisar a pesca da baleia, mas sem ver o que ia acontecer: o desemprego. Eles se preocupavam com as baleias, mas não com os pais de família que ficariam sem empregos, sem condições de sustentar seus filhos? Eles mostravam a matança da baleia, mas nunca mostraram a morte dos porcos, dos bois, das galinhas. Por que, toda a carne que chega ao mercado, primeiro o animal precisa ser abatido. Eles não viam isso, o foco era só a matança da baleia. Por outro, eles não visaram o que podia acontecer, quantos desempregados teriam aqui...¹⁵⁹ (Grifamos)

No questionamento realizado por Severino Freire das Neves, no que diz respeito ao fato dos ambientalistas não se preocuparem, na época, com o abate de outras espécies (porcos, bois e galinhas), cabe considerar que a espécie humana, que se impôs como predominante ao longo de sua trajetória no planeta, sempre fez escolhas em relação às espécies, da flora e/ou fauna, que seriam cultivadas, aclimatadas, domesticadas, sacrificadas, abatidas, comercializadas e/ou protegidos (DEAN, 2004).

As opções por uma ou outra espécie variaram de acordo com a percepção, com hábitos alimentares, costumes e tradições de cada povo; assim como o momento histórico e as necessidades específicas de cada sociedade. Todavia, mais recentemente, no caso de animais para abate e comercialização, as questões relacionadas ao preço e as demandas de mercado parecem se sobressair frente às demais.

Nos depoimentos dos ambientalistas nos jornais da época¹⁶⁰ e nas narrativas realizadas pelos ex-trabalhadores baleeiros, a questão da preservação das espécies cetáceas que envolvia a atividade em Lucena é sempre retomada, embora nem sempre conscientemente. Em um trecho do depoimento de Gilvan Antônio Soares, é possível identificar que um dos critérios

¹⁵⁹ Severino Freire das Neves, sindicalista, 60 anos. Entrevista concedida a Francisco Henrique Duarte Filho em novembro de 2011, Praia de Costinha, Lucena – PB.

¹⁶⁰ Em pesquisa nos documentos da Associação Paraibana de Amigos da Natureza (APAN) e no Núcleo de Documentação Histórica e Regional (NDHIR), ambas em João Pessoa, foi possível encontrar matérias e reportagens que tratavam da luta dos ambientalistas pelo fim da atividade baleeira na Paraíba na década de 1980. Diversos jornais em vários estados noticiaram a luta dos ecologistas: Correio da Paraíba, A União e O Norte (PB), Folha de Pernambuco (PE); Jornal do Brasil (RJ), Estado de São Paulo (SP), Correio do Povo (RS) e Correio Brasiliense (DF).

utilizado pelos caçadores japoneses para abater uma baleia - escolha do maior animal avistado - levanta dúvidas acerca do fato de se realmente os ambientalistas não estavam com razão em se preocupar com o abate sistemático das baleias minke, principalmente quando eram fêmeas, feito pelos japoneses, sem critérios rígidos, o que poderia significar a redução acentuada da população e a extinção da referida espécie, uma vez que baleias não se cultivam e nem se reproduzem em cativeiros:

Na hora que a gente chegou lá fora, a 25 milhas da costa, o navio naquele balanço medonho, eles (os japoneses) diziam: quem tiver coragem pode subir no mastro para ver onde é que tem baleia, e a gente subia lá em cima. Era pra subir duas pessoas. Naquela ganância de subir e ver a baleia e ganhar a produção, então a gente subia. Parecia um pé de árvore cheio de gente (risos), e lá eles ficavam olhando, na hora que a gente ficava com aquela tensão: tô vendo baleia, qual sentido? Bom bordo? Naquela linguagem deles, sei lá. Aí, viu baleia? Então seguia pra lá, quando chegava lá encontrava uma manta de baleia com 20, 30 metros. Aí o artilheiro ficava olhando assim, qual era a baleia maior. É como quem mata passarinho né? Se procura o maior, aí ficava olhando qual era a baleia melhor, a que tava na posição melhor.¹⁶¹ (Grifamos)

Segundo sugere o depoimento transcrito, o critério estabelecido para apontar o arpão e disparar o canhão era pelo tamanho do animal e por sua posição em relação ao navio baleeiro. Na “manta de baleia” que era localizada pelos tripulantes que ocupavam a gávea do navio, o tiro se dava em direção àquele animal de maior porte e que estivesse em melhor posição para o artilheiro, independentemente do sexo do animal a ser alvejado. Não fica evidente, pelo menos na narrativa de Gilvan Antônio Soares, se havia a preocupação dos caçadores em não atingir uma baleia fecundada ou gestante. Até por que, salvo melhor juízo, as condições de visibilidade não permitiam, mesmo com toda a perícia e experiência atribuída ao artilheiro, aferir o sexo e, no caso da fêmea, o estado gestacional do animal antes de lançar o arpão em direção ao mesmo.

A excursão diária do navio baleeiro era promovida com o objetivo de capturar os animais que fossem mais lucrativos para a empresa. Isso significava priorizar as baleias de maior porte. Igual intenção era reproduzida quando os pescadores lançavam a rede ao mar nos meses em que a atividade baleeira estava suspensa: sempre se busca capturar os peixes que pudessem oferecer uma dieta mais farta ou que tivessem melhor aceitação no mercado local.

Dialogar com ex-trabalhadores da COPESBRA, portanto, é falar do mar, de pesca, de meios de sobrevivência. Para a maior parte dos ex-trabalhadores baleeiros que colaboraram

¹⁶¹ SOARES, Gilvan Antônio. op. cit.

com a pesquisa, que eram, em sua maioria, pescadores de origem, o início da temporada de caça aos cetáceos representava o início de um período de uma pesca diferente. A captura de um grande animal do mar que atendia, com sua carne e derivados, o mercado local, regional e que ainda atendia à exportação. Fortes indícios fazem crer que os mesmos percebiam a caça às baleias como uma pesca que gerava emprego e renda para eles e para o município, embora diferente em muitos aspectos da pesca tradicional. Havia a disseminação, principalmente nos jornais da época, do uso de termos como “pescar baleias”, “safra”, “captura de baleias”. Termos e expressões ainda usados no cotidiano dos pescadores tradicionais de Costinha.

Na percepção dos moradores remanescentes de Costinha, as baleias eram capturadas no mar, assim como se faziam com os peixes. As baleias representavam meios de subsistência cujo comércio alimentou por décadas as populações pobres da região. Dessa forma, sob a ótica da comunidade estudada, as baleias podiam ser “pescadas”, não havia problemas em capturá-las, retalhá-las, vendê-las ou comê-las. O dilema ético, ao que tudo indica, se apresentava menor para os pescadores (que foram transformados em baleeiros) na medida em que para eles as baleias eram, assim como os peixes, fonte de alimentação e renda que o mar oferecia para seu sustento e de sua família.

Aliás, no Brasil, essa forma equivocada tecnicamente de lidar com a classificação dos animais marinhos, como no caso dos cetáceos, data de muitos séculos. Quando no país, ainda Colônia, se caçavam baleias para retirada da gordura para a fabricação de óleo, a literatura¹⁶² tratava a atividade como pesca e não como caça. As baleias, mamíferos marinhos, foram, por muito tempo, consideradas pelo senso comum como peixes; fato que provavelmente tenha contribuído para a formação de conceitos e definições ainda em voga¹⁶³ entre a maioria dos ex-baleeiros e seus familiares de Costinha e Lucena.

8.4 A luta pelo emprego: narrativas de um sindicalista baleeiro.

Severino Freire das Neves é também um ex-trabalhador baleeiro, mas sindicalista e defensor histórico da atividade de caça aos cetáceos na Paraíba. A imagem e o discurso de “Seu Biu”, como é popularmente conhecido na comunidade de Costinha, esteve sempre

¹⁶² A este respeito, ver Memórias sobre a pesca das baleias, Obras científicas, políticas e sociais de José Bonifácio de Andrada e Silva, Vol. I, p. 8-31.

¹⁶³ Em jantar oferecido por Valéria Valentim de Oliveira, em sua residência em Lucena, no dia 14 de outubro de 2011, as crianças e adultos presentes ficaram surpresos quando foi esclarecido que as baleias que os “pescadores” de Costinha capturaram por décadas não eram peixes, mas mamíferos marinhos.

associada à luta pela manutenção da “pesca da baleia”. Reportagens e entrevistas nos jornais paraibanos dão a dimensão do papel assumido por esse protagonista no embate com ambientalistas e simpatizantes da causa ecológica nas décadas de 1980 e 1990. Severino Freire das Neves reside atualmente, a exemplo de muitos ex-baleeiros, em uma casa simples na praia de Costinha, cuja área¹⁶⁴ pertencia a então Companhia de Pesca Norte do Brasil. O entrevistado pontuou em sua narrativa que presenciou a partida de muitos trabalhadores depois que a “pesca da baleia” foi proibida, mas ele permaneceu com seu povo, enfrentando as dificuldades que um pai de família passa quando perde o emprego, seu meio de sobrevivência.

Os argumentos de “Seu Biu”, independentemente de terem sido editados nos jornais do passado¹⁶⁵ ou na narrativa cedida para a presente pesquisa, apontam na perspectiva da defesa dos interesses do empreendimento baleeiro. O narrador não percebe incoerência em ser sindicalista e defender os interesses do patrão ou da empresa, uma vez que a permanência da indústria baleeira em Costinha sempre foi percebida como garantia de emprego e renda para o povo necessitado do litoral norte da Paraíba.

Severino Freire das Neves conseguiu seu meu primeiro emprego na empresa japonesa no ano de 1971. Sete anos depois, em 1978, assumiria a presidência do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Pesca e Extração de Óleo da Baleia de Lucena. Ao longo de sua trajetória como sindicalista e defensor da “pesca da baleia”, manteve os argumentos em defesa do projeto baleeiro. Suas ideias sugerem a mesma significação, a mesma linha argumentativa e, portanto, a mesma coerência do passado. Para Severino, “os ambientalistas se preocupavam com as baleias, mas não com os pais de família que ficariam sem emprego, sem condições de sustentar seus filhos”.¹⁶⁶

O discurso dando ênfase à sobrevivência humana e em defesa da manutenção da “pesca da baleia”, em razão da necessidade de manterem-se os postos de trabalhos oferecidos pela empresa que monopolizava a atividade, se constituiu (e ainda se constitui) no principal argumento dos ex-baleeiros, entre eles Severino Freire Neves, como forma de resistência à paralisação do empreendimento baleeiro.

¹⁶⁴ Conforme depoimentos de vários moradores, praticamente toda a área do que hoje é a praia de Costinha, hoje ocupada por trabalhadores antigos, pertencia aos japoneses, proprietários da COPEBRA. Muitos ex-trabalhadores, com o passar do tempo, adquiriram o direito à propriedade pela lei do usucapião e receberam da empresa, após a liquidação da mesma depois de 1987, o título definitivo da terra.

¹⁶⁵ “Seu Biu” foi um sindicalista atuante em defesa da manutenção do empreendimento baleeiro instalado em Costinha. Em jornais da capital paraibana (O Norte, A União e Correio da Paraíba), principalmente da década de 1980, encontram-se uma série de matérias em que se destaca na defesa da atividade baleeira e dos empregos que a COPEBRA então proporcionava para os moradores do município de Lucena.

¹⁶⁶ NEVES, Severino Freire. op. cit.

As memórias e a história narrada pelo sindicalista ajudam, por outro lado, a compreender melhor a influência e o poder que os representantes da COPESBRA possuíam sobre o pensar e o agir da comunidade, a começar por suas lideranças. Severino Freire das Neves deixa subentendido em sua narrativa os limites da luta sindical, a atuação de um sindicato baleeiro que não possuía autonomia, uma vez que fortes indícios apontam para o fato de que os discursos e as ações da entidade trabalhista fora sempre controlada pelos padrões japoneses:

Quando eu comecei a trabalhar em 1971, o presidente do Sindicato na época fez algumas besteiras e a pessoa que foi indicada para substituí-lo fui eu. Até hoje eu ainda sou o presidente. Vou lhe mostrar a carta (saiu para o quarto para pegar o documento). Na época, eu comecei como líder sindical com 26 anos de idade. Eu nem queria, mas disseram: você vai ser o líder sindical, aí eu comecei. Então comecei a fazer um trabalho que todo mundo gostou. Então, quando terminou meu primeiro mandato, eu disse em Assembléia: Hoje o sindicato está legal, não deve nada a ninguém. Eu já tinha criado uma enfermaria que não tinha, e quando terminei o segundo mandato, eu entreguei para quem quisesse se candidatar. Mas a resposta foi unânime: você consertou, agora vocês fica! Comecei então em 1978 e quando a pesca parou em 1985, eu ainda era o presidente.¹⁶⁷

Possivelmente, a longa trajetória do líder sindicalista por mais de vinte anos à frente do sindicato esteja associada ao fato do mesmo defender determinados interesses e pontos de vista também apoiados pela empresa e por todos aqueles, trabalhadores da COPESBRA ou não, que eram favoráveis à manutenção da caça às baleias. Severino, na condição de líder sindical, defendia os interesses da empresa, não obstante, se apresentasse ao mesmo tempo como defensor dos direitos dos trabalhadores. Uma contradição identificada em seus argumentos e em trechos que relata sua trajetória como líder sindical à frente da entidade. Quando indagado sobre sua posição frente ao movimento ambientalista que lutava para paralisar a atividade baleeira, respondeu da seguinte forma:

Nós trabalhamos realmente em cima disso, defendendo a pesca da baleia. Os ambientalistas queriam o fim. Inclusive estivemos em Brasília uns cinco anos juntamente com deputados e senadores. Inclusive quando o presidente José Sarney sancionou a Lei paralisando a atividade nós estivemos lá no ano seguinte, levamos um dossiê contando toda a história e mostrando a necessidade da manutenção da pesca da baleia.¹⁶⁸

Apesar de todo o empenho daqueles que lutavam para a manutenção do empreendimento baleeiro, a COPESBRA foi liquidada alguns anos depois de instituída a Lei

¹⁶⁷ NEVES, Severino Freire das. op. cit.

¹⁶⁸ NEVES, Severino Freire das. op. cit.

Federal que proibiu a caça aos cetáceos. Trabalhadores pertencentes à comunidade baleeira, que resolveram ficar em Lucena, precisaram reorientar suas trajetórias de vida.

No início dos anos de 1980, época em que o movimento ambientalista e a opinião pública começaram a pressionar ainda mais às autoridades para o fim da atividade baleeira, falou-se muito em alternativas econômicas que poderiam gerar emprego e renda para os desempregados da COPESBRA. Ao ser indagado sobre tais alternativas, um dos colaboradores da pesquisa teceu os seguintes comentários:

Esse aviso eu sempre escutei, que a Companhia procurasse alternativa que a pesca da baleia ia acabar. Continuaram pescando e não se incomodaram muito com os avisos. E pensavam que não parava. Eles diziam: mas fazer o que? Não tem alternativa! Então começaram a comprar lagosta, mas a lagosta era pouca e não dava resultado. Depois começou com peixe salgado importado da Argentina. Mas peixe salgado para quem era acostumado a pescar baleia saía caro, pois mesmo tendo o gasto com o navio e o óleo para pescar baleia, a baleia tinha muita carne. Então no final, o gasto era pouco.¹⁶⁹

No prolongamento do seu depoimento, Manoel Ribeiro de Oliveira explicou que, quando a “pesca da baleia” foi proibida, como os salários pagos aos japoneses eram altos, a importação do peixe salgado para processamento e revenda quase se equiparavam com os gastos, e que em determinados momentos a importação chegava a dar prejuízos aos japoneses. Então, a empresa foi obrigada a deslocar os trabalhadores especializados (japoneses) para outras regiões do Brasil e para Tóquio, no Japão, onde a mesma tinha outros negócios. Essa observação do narrador sugere uma reflexão sobre o fato de se haver dúvidas se realmente havia interesse dos empresários da Nippon Reizo Kabushiki Kaisha em manter um empreendimento econômico em Lucena sem a garantia dos lucros consideráveis, obtidos com a comercialização dos derivados baleeiros.

O ex-sindicalista e trabalhador baleeiro Zélio da Silva Nascimento, que entrou na empresa baleeira em 1978, teceu considerações acerca do negócio explorado pelos japoneses, inclusive citando o valor do quilo da carne de baleia que era exportada para o Japão e acerca da lucratividade dos japoneses com as exportações:

A única atividade que pode ser comparada à pesca da baleia é o ouro. Só para você ter uma ideia, um quilo de baleia na época era exportado por oito dólares, e só ia carne de primeira. Hoje, o dólar não vale nada, mas na época valia muito. Os japoneses se quisessem pagar um salário melhor para os trabalhadores brasileiros, pagaria. Mas até mesmo das nossas horas extras, eles subtraíam. A gente fazia um

¹⁶⁹ OLIVEIRA, Manoel Ribeiro de. op. cit.

monte de horas-extras, mas na hora de receber, não recebíamos direito. Por isso, eu só comparo a pesca da baleia com ouro, por que eles ganharam muito dinheiro.¹⁷⁰

Alguns trabalhadores permaneceram na COPESBRA ainda por algum tempo mesmo após o fim da atividade baleeira instituído em dezembro de 1987. Entre esses operários que permaneceram, Manoel Ribeiro de Oliveira ficou até o ano de 1992, quando a empresa fechou definitivamente suas portas. Continuou trabalhando, não com a carne de charque oriunda das baleias ou qualquer outro derivado, mas no processamento do peixe salgado, lagosta, inhame e acerola. Todos os produtos objetivando a comercialização e à exportação. A empresa japonesa tentou reorientar sua produção, passou também a comprar acerola nas fazendas para processamento e posterior revenda. O narrador descreveu dessa forma esse período de mudanças:

Tinha um bocado de gente que plantava acerola, a gente comprava e a empresa ficou encarregada de fazer as mudas e ceder para os proprietários. Os proprietários se comprometiam de, na época da colheita, mandar os frutos para a Companhia. Mas dava muito trabalho, tinha que selecionar as acerolas para exportação e assim fizeram por algum tempo (...) os japoneses só sabiam ganhar dinheiro, só sabiam cortar baleias e vender baleias. A acerola não deu certo!¹⁷¹

Quando se analisa a fala de Manoel Ribeiro de Oliveira e de outros ex-baleeiros que continuaram por mais alguns anos na COPESBRA, mesmo depois da desativação da atividade baleeira, é possível identificar que a empresa de fato tentou operar com outros produtos. Os japoneses, proprietários da empresa, mesmo tentando diversificar a produção, não foram capazes de evitar a liquidação da fábrica poucos anos depois. O alto faturamento da empresa, antes obtido com os derivados baleeiros, ao que se pode deduzir, não poderia ser alcançado a partir do processamento e revenda dos novos produtos. Por uma série de motivos (que não cabem no escopo desta pesquisa), a inserção dos novos produtos ao projeto econômico alternativo da COPESBRA mostrou-se inviável. Entre esses motivos, é possível sugerir que a estrutura montada para o empreendimento baleeiro não servia aos interesses de uma atividade de pesca tradicional ou mesmo a um projeto agroindustrial.

A COPESBRA não era uma empresa de pesca no sentido técnico da palavra, mas de caça e processamento para exportação de grandes mamíferos marinhos. Ao visitar suas dependências, constata-se que estava mais próxima dos grandes frigoríficos bovinos que, a partir de uma estrutura montada especificamente para o abate e processamento de grandes

¹⁷⁰ NASCIMENTO, Zélio da Silva. op. cit.

¹⁷¹ OLIVEIRA, Manoel Ribeiro. op. cit.

animais, encontraria enormes dificuldades em alterar suas instalações e seu caráter econômico. Nas dependências da COPESBRA, ainda se verifica resquícios de uma estrutura física cuidadosamente montada para o empreendimento baleeiro. Estrutura edificada sob rígida disciplina e inescapável organização nipônica, que por décadas funcionaria na região de Lucena produzindo derivados baleeiros. Para adaptá-la a outros empreendimentos, boa parte de suas dependências e equipamentos tornar-se-iam obsoletos. A começar pelo navio baleeiro, fabricado exclusivamente com a finalidade de capturar esses animais. No empreendimento baleeiro havia, ademais, mão-de-obra especializada, mercado consumidor garantido e lucros consideráveis, tanto obtidos no mercado nacional quanto com as exportações.

As instalações da COPESBRA eram compostas de dois grandes conjuntos: a parte de produção e as instalações residenciais. Fazendo referência à parte produtiva, pode-se dizer que fora organizada em função de aproveitar o máximo do animal abatido. Segundo Madruga (1980, p. 94), o empreendimento baleeiro consistia basicamente em áreas externas de transporte, corte e secagem, em um conjunto tipo frigorífico, uma central de força com quatro caldeiras, um conjunto de extração de óleo, vários galpões de armazenagem e oficinas diversas, vários tanques de armazenamento de óleo, um prédio administrativo, um conjunto de produção de carne de charque, um conjunto de produção de farinha de osso e de farinha de baleia (carnarina) e um trapiche para ancoradouro de pequenos barcos de serviços e transporte de produtos. Hoje, abandonada, praticamente todas essas instalações estão destruídas pela maresia e pela ação do tempo. Todavia, sua história permanece viva, pelo menos entre aqueles que um dia fizeram parte desse tipo de extrativismo animal praticado na Paraíba.

9. CONCLUSÕES

Ao longo de cada capítulo da tese já foram apresentadas algumas conclusões preliminares. As conclusões finais, por sua vez, reúnem o conjunto de ideias e percepções sobre a história da caça à baleia em Lucena, que foram sendo analisadas e discutidas a partir de fragmentos de memórias presentes em narrativas de trabalhadores remanescentes da referida atividade.

Os depoimentos analisados contribuíram para o entendimento das condições que teriam levado homens e mulheres, por décadas, a se transformarem em trabalhadores baleeiros a serviço de uma empresa multinacional, que fora modernizada pelos japoneses na segunda metade do século XX. Trabalhadores do campo e pescadores tradicionais, principalmente, pressentiram na atividade baleeira a possibilidade de melhorar suas condições de vida. Em uma região onde a oferta de emprego era diminuta, a COPESBRA se transformou rapidamente, aos olhos da comunidade, em um símbolo de progresso e desenvolvimento.

Foi possível ouvir e registrar histórias relacionadas com vários acontecimentos envolvendo a empresa baleeira e os moradores de Costinha. Entre esses acontecimentos, a extensa jornada de trabalho dos operários da COPESBRA não pode ser negligenciada. Os conflitos presentes nas relações de trabalho e as dificuldades dos pais em acompanhar a educação dos filhos, em função da necessidade de se fazer horas extras para melhor a renda, estão presentes nas falas de vários ex-trabalhadores.

As privações a que foram submetidas às famílias dos baleeiros, quando do desemprego provocado após o encerramento da atividade, foram também identificadas nas narrativas dos ex-trabalhadores da empresa baleeira. Os acidentes de trabalho, durante as operações no mar e em terra, que provocaram, em algumas situações, perdas irreparáveis para os operários, entre outras memórias e histórias que foram sendo tecidas durante a investigação, possibilitaram ampliar os conhecimentos sobre este tipo de extrativismo animal praticado na Paraíba e sobre a história de pessoas que tiveram suas trajetórias de vida associadas ao empreendimento estruturado em Lucena.

Várias memórias de ex-trabalhadores da hoje extinta COPESBRA puderam ser revisitadas. Acontecimentos marcantes que ainda hoje são lembrados pelos trabalhadores remanescentes e que, ao serem rememorados, possibilitaram lançar novos olhares sobre o papel que o empreendimento baleeiro exercia na vida das pessoas de Lucena e seus impactos sobre o meio ambiente e à sociedade local.

Igualmente importante, as narrativas também propiciaram uma discussão sobre as alternativas econômicas tentadas pela cúpula da COPESBRA para substituir a atividade baleeira proibida em 1987, como a revenda de lagosta, camarão e peixe salgado importado da Argentina e o processamento agroindustrial, principalmente de inhame e acerola. Todavia, como discorrido nos relatos, não lograram êxito, os lucros auferidos desses novos empreendimentos não correspondiam aos investimentos e às expectativas dos japoneses. A empresa foi fechada definitivamente em 1992.

As dificuldades materiais quando do fim da “pesca da baleia” foram explanadas pelos entrevistados. É fala comum entre os baleeiros remanescentes que, para superar os problemas advindos com o fim da atividade e reorientar a trajetória de vida, os mesmos tiveram que superar inúmeras adversidades. De imediato, o desemprego gerado trouxe dificuldades para a maioria dos trabalhadores que dependiam da COPESBRA para a retirada do seu sustento. Contudo, passadas as primeiras dificuldades, alguns dos ex-trabalhadores se voltaram ao exercício de outras atividades, como a indústria, o comércio, agricultura e, principalmente, o retorno à pesca artesanal, esta que representava, antes do empreendimento baleeiro, a principal alternativa de suprimentos para as famílias locais.

As entrevistas, e as matérias publicadas em jornais da época e os demais documentos que serviram à pesquisa, ajudaram a confirmar a existência de um turismo singular na região, associado ao empreendimento baleeiro. A chegada diária de turistas em período de caça, que, oriundos de diversas localidades, inclusive do exterior, se dirigiam à Lucena para presenciar o que se convencionou chamar de “pesca da baleia” era uma realidade. Um espetáculo quase circense, uma “festa”, que por sua grandiosidade e exotismo - e evidentemente por envolver muitos interesses: econômicos, sociais e ecológicos -, chamou a atenção da opinião pública, da classe política brasileira e dos ambientalistas, levando a uma manifestação de repúdio à referida atividade nos idos dos anos de 1970 e 1980. O problema da crise ecológica estava na ordem do dia e a questão da matança das baleias entrou na agenda do movimento ambientalista, o que favoreceu, conforme se constatou nos jornais da época, a luta daqueles que defendiam a desativação da atividade.

A empresa japonesa, mesmo questionada por alguns setores da sociedade como um empreendimento que explorava a mão-de-obra e os recursos naturais em águas paraibanas, ainda hoje é reconhecida pelos moradores como “uma empresa boa”, que “pagava em dia”, que “ajudou a criar nossos filhos”. Se considerar que vivemos em uma sociedade onde o trabalho é sinônimo de dignidade, de cidadania, embora o trabalhador seja também explorado

para o enriquecimento dos donos do capital, é possível sugerir, com base nas narrativas dos ex-baleeiros, que a COPESBRA ajudava a aliviar algumas tensões sociais e a melhorar relativamente as condições de vida de uma população secularmente marginalizada pelo poder público. Todavia, a um custo social e ambiental muito alto. Basta recordar que para a garantia da manutenção do nível de emprego oferecido pela COPESBRA, centenas de baleias precisavam ser abatidas a cada temporada e dezenas de trabalhadores, por sua vez, eram explorados pela mesma empresa, que obtinha lucros consideráveis através da comercialização de derivados baleeiros.

É importante considerar que, para uma gente necessitada, excluída das políticas públicas, oriunda muitas vezes de condições de trabalho escravizante, como da cana-de-açúcar e do cultivo de coco, também implantados na região, a COPESBRA ofereceu trabalho, carteira assinada e uma remuneração semanal acima da média da região, que poderia ainda ser acrescida de novos valores à medida das horas adicionais trabalhadas ao longo da jornada. Não é de se estranhar que os trabalhadores baleeiros, em sua maioria, quando na época do conflito para por fim a atividade, se mobilizaram para defender a permanência da “pesca da baleia”. O que na realidade, pode indicar que os mesmos defendiam a manutenção do emprego e da renda que a atividade proporcionava, e não necessariamente a continuidade da matança desses animais.

As possibilidades viáveis para se melhorar de vida em uma dada região aonde se instalam novos empreendimentos econômicos, oferecendo emprego e renda para a população carente, devem ser consideradas como fatores relevantes, quando não decisivos, para a formação da realidade social e econômica desse lugar. O exemplo da COPESBRA, que se instalou e funcionou em Lucena por mais de setenta anos, utilizando-se da mão-de-obra local e dos recursos naturais da região, além de um mercado consumidor para seus produtos sempre crescente, pode ser oferecido para novas reflexões acerca desse fenômeno que é antigo, mas relativamente comum em cidades do interior do Brasil.

A partir da investigação, ainda se pode concluir que, diferentemente de como foi discursado na década de 1980 por alguns segmentos da sociedade paraibana, principalmente a classe política e empresarial do estado, favoráveis à manutenção da caça à baleia, essa atividade não representava para a comunidade de Lucena o único meio de sobrevivência material, e nem seu fim culminou no colapso da economia local, visto que a pesquisa empírica oferece fortes indícios que ajudam na constatação que mesmo sem a presença da empresa japonesa, diversas estratégias de sobrevivência foram sendo desenvolvidas em Lucena (ou em

idades circunvizinhas), como alternativa de trabalho e renda para as famílias dos ex-trabalhadores que resolveram permanecer na região.

É importante acrescentar, ainda para efeito de conclusão, que os operários que haviam reunido o tempo necessário de contribuição previdenciária conseguiram se aposentar. Outros trabalhadores da extinta COPESBRA procuraram emprego em empresas locais, como a Vale do Mangereba Ltda (antiga Maguary) e fora de Lucena (especialmente João Pessoa e Cabedelo) para manterem-se inseridos no mercado de trabalho formal. Foi o caso de Manoel Ribeiro de Oliveira que depois de um ano desempregado, completou os quase três que lhe faltavam para a aposentadoria na empresa Brasilgás, sediada em Cabedelo. Vários outros filhos de ex-baleeiros, os mais jovens, por sua vez, migraram para outras regiões em busca de melhores condições de vida.

Alternativa outra encontrada pelas famílias de alguns ex-baleeiros foi incentivar a educação e profissionalização dos filhos para o ingresso na Marinha Mercante e de Guerra. Várias famílias identificadas em Lucena passaram a contar, depois que a COPESBRA cerrou as portas, com a ajuda dos filhos que ingressaram na referida corporação. Os investimentos em educação e qualificação de filhos de ex-baleeiros sugerem ascensão social e econômica, conforme se pode atestar nas melhorias materiais (principalmente nas moradias) verificadas *in loco* e confirmadas pelos próprios depoimentos dos entrevistados, quando falaram, orgulhosos, dos filhos que estariam à serviço da Marinha em Macaé, estado do Rio de Janeiro, e enviavam regularmente recursos financeiros para ajudar no orçamento familiar.

A maioria dos ex-trabalhadores da COPESBRA, no entanto, voltou à pesca artesanal como fazia antes da introdução do empreendimento baleeiro na região. Ex-baleeiros, como os que foram entrevistados, continuam a retirar do mar, semanalmente, mesmo alegando dificuldades, boa parte dos alimentos - peixes e crustáceos, principalmente - que alimentam a si e a sua família. Quando a pesca é considerada boa, especialmente de camarão, o excedente é comercializado na região, gerando renda extra para a comunidade remanescente.

Os relatos orais, as histórias narradas pelos ex-baleeiros sobre acontecimentos por eles vivenciados, ofereceram novas versões para verdades há muito cristalizadas pelo discurso oficial. Nesse aspecto, é importante mencionar que o empreendimento japonês ao ser desativado em 1987 encerrou uma etapa da história da região sem, no entanto, desestruturar a economia de Lucena. Homens, mulheres e seus descendentes buscaram novos caminhos. É possível sugerir, refletindo sobre o tema e a partir dos dados coletados, que o fechamento da COPESBRA teve, em certa medida e em longo prazo, um efeito positivo para algumas

famílias que permaneceram em Lucena, como a de Manoel Ribeiro de Oliveira, Josefa dos Santos Silva e Gilvan Antônio Soares, uma vez que a necessidade de sobrevivência induziu-os a procurarem outras profissões, outros caminhos, como os investimentos na formação técnica e profissional dos seus filhos, distanciando-os dos “atrativos” oferecidos pelo empreendimento japonês.

Como foi possível identificar durante a investigação, vários jovens filhos de baleeiros seguiam o mesmo caminho de seus irmãos mais velhos, pais ou avós, vinculando-se de alguma forma à empresa japonesa. Alguns entrevistados comentaram a respeito da influência que os trabalhadores mais antigos exerciam sobre os mais novos e sobre a trajetória trilhada no empreendimento baleeiro a partir dos exemplos legados. Fragmentos dos depoimentos de Antônio Bezerra Silva e Manoel Ribeiro de Oliveira, que tiveram parentes baleeiros, oferecem indícios sobre essa trajetória mais ou menos comum entre membros das famílias. O que favorece a dedução que o caminho de muitos jovens, filhos e netos de ex-baleeiros, que hoje são professores, vereadores, pequenos comerciantes, microempresários e marinheiros, entre outros profissionais, poderia ser o mesmo dos seus genitores, caso a empresa continuasse operando no litoral norte da Paraíba. Todavia, fizeram outras opções, escolheram outros caminhos, o que ajudou a restabeleceu o equilíbrio, naquela região, entre os homens e a natureza.

Assim, nessa história narrada, memórias e fragmentos documentais falaram da relação entre os animais e os homens numa antologia interrelacional por vezes dramática, mas, frequente nos domínios do social-histórico. Sangue, carne e óleo dos cetáceos serviram à construção das bases de uma dada sociedade de seres humanos. Como em toda relação parasitária, ao se separarem os exploradores dos explorados, restam vestígios, cicatrizes de ambos os lados. Um explorador dependente, que, por muitas vezes, manipulava a exploração-produção de sua própria espécie. Uma relação na qual a escravidão animal se associa à servidão humana.

Como as flores que crescem nas ruínas, as baleias se reproduzem, e, pouco a pouco voltam a povoar o litoral brasileiro. Na impossibilidade de produzirem memórias, como seres co-planetários, encontram, nesse trabalho, um poema herodotiano, um grito de justiça que gestou-se/manifestou-se nas lides de uma ecologia humana.

10. RELAÇÃO DE ENTREVISTADOS

Antônio Bezerra da Silva, 68 anos, baleeiro aposentado. Entrevista concedida ao autor em 28 de novembro de 2011.

Gilvan Antônio Soares, 64 anos, microempresário. Entrevista concedida ao autor em 30 de setembro de 2011.

Josefa dos Santos Silva, 57 anos, vereadora e comerciante. Entrevista concedida ao autor em 20 de dezembro de 2011.

Manoel Ribeiro de Oliveira, 61 anos, baleeiro aposentado. Entrevista concedida ao autor em 06 de novembro de 2011.

Paula Frassinete Lins Duarte, professora universitária aposentada, 69 anos. Entrevista concedida ao autor em 14 de setembro de 2011.

Severino Freire das Neves, 60 anos, sindicalista baleeiro. Entrevista concedida ao autor em 10 de novembro de 2011.

Valéria Valentim de Oliveira, 34 anos, professora estadual. Entrevista concedida ao autor em 05 de dezembro de 2011.

Zélio da Silva Nascimento, 55 anos, baleeiro e atualmente presidente da Associação de pescadores de Costinha. Entrevista concedida ao autor em 02 de setembro de 2011.

11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, J. O. DUARTE FILHO, F. H e ANDRADE. R. R. **Reflexões sobre a crise ambiental e o emergir de sensibilidades para com os direitos dos animais nas Ciências Humanas e nas Ciências da Vida.** Revista Crítica Histórica, Ano II, Nº 4, Universidade Federal de Alagoas (UFAL), 2011. Disponível em: http://www.revista.ufal.br/criticahistorica/index.php?option=com_content&view=category&id=64:dossie-ambiental&Itemid=60&layout=default Acesso em 22 de jan., 2012.

AGUIAR, J. O. DUARTE FILHO, F. H. (2011) **História, sociedade e natureza: rediscutindo aspectos da atividade baleeira no Litoral Norte da Paraíba.** Revista Porto, Ano I, Nº 1, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), 2011. Disponível em: <http://www.incubadora.ufrn.br/incubadora/index.php/porto/article/view/196/163>. Acesso em: 20 de fev. 2012.

AINDA as baleias. **Correio do Povo.** Rio Grande do Sul. 21 de jan. 1981.

ALBERTI, V. **Histórias dentro da História.** In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). *Fontes históricas*, São Paulo, Contexto, 2005.

_____. **Manual de História Oral.** Rio de Janeiro, Editora FGV, 2005.

A LIBERAÇÃO da pesca da baleia não tem limite, afirma a Sema. **O Estado de São Paulo.** São Paulo. 17 de jan. 1981.

AMEAÇAS no Mar - Nas mãos da Marinha o destino das baleias. (1985) **Veja**, Ambiente, 29 de mai. 1985.

ANDRADA E SILVA, J. B., 1763-1838. (2002) **José Bonifácio de Andrada e Silva.** (Org). Jorge Caldeira, São Paulo, 34, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724:** informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2011. 6 p.

AZEREDO, Z. PB quer continuar caçando baleias, **O Estado de São Paulo**, Caderno Ambiente, São Paulo, 07 de jul. 1985.

BALEIA: Trabalhadores reagem contra a proibição. **Correio da Paraíba.** João Pessoa. 18 dez. 1987.

BALEIA: um problema cada vez mais sério no Nordeste. **O Norte.** João Pessoa, 13 de jun. 1981.

BARBIERI, J. C. **Desenvolvimento e Meio Ambiente – As estratégias de mudanças da Agenda 21.** São Paulo, Vozes, 2005.

BERQUÓ, E. S.; SOUZA, J. M. P.; GLOTLIEB, S. L. **Bioestatística.** São Paulo: EPU, 1981.

- BJOR, L. **O Ambientalista Cético**. Rio de Janeiro, Campus, 2002.
- BLISKA, A. C. Caça às baleias. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 16 de jan. 1981.
- BRASIL. **Decreto 6.698 de 17 de dezembro de 2008**. Cria a Área de Proteção Ambiental da Barra do Rio Mamanguape no Estado da Paraíba e dá outras providências.
- BRASIL. **Lei 7.643 de 18 de dezembro de 1987**. Proíbe a pesca de cetáceo nas águas jurisdicionais brasileiras, e dá outras providências.
- BUENO, E. **Pau Brasil**. Rio de Janeiro, Axxi Mundi, 2003.
- CAÇA à baleia vai acabar até 1983. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro. 23 de jan. 1981.
- CAÇA às baleias. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 de ago. 1985.
- CALDEIRA, J. **José Bonifácio de Andrada e Silva**, São Paulo, editora 34, 2002.
- CAPOBIANCO, J. P., **Dicionário Ilustrado de Ecologia**. Rio de Janeiro, Editora Azul, 1998.
- CAPRA, F. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. São Paulo, Cultrix, 2001.
- _____. Falando a linguagem da natureza: Princípios da sustentabilidade. In: STONE, M. K.; BARLOW, Z (Orgs.). **Alfabetização Ecológica: a educação das crianças para um mundo sustentável**. São Paulo: Cultrix, 2006.
- CASTELLUCCI JÚNIOR, W. **Pescadores e roceiros: escravos e forros na Ilha de Itaparica. Bahia, 1860-1888**. São Paulo, Annablume, 2008.
- _____. **Caçadores de Baleias: armações, arpoadores e outros sujeitos envolvidos nos negócios dos cetáceos no Brasil**. São Paulo, Annablume, 2010.
- CAVALCANTE FILHO, A. & RABAY, G. C. **Baleias: fatos e mitos**. João Pessoa, Ideia, 2010.
- CHIZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 5ª ed. São Paulo, Cortez, 2001.
- CHUAHY, R. **Manifesto pelo Direito dos Animais**. Rio de Janeiro, Record, 2009.
- CLAPHAM, P. & BAKER, C. S. Modern whaling. In: PERRIN, W. F., WÜRSIG, B. & THEWISSEN, J. G. M. (eds) **Encyclopedia of Marine Mammals**. San Diego, Academic Press, 2002.
- CLÓVIS pede garantia para caça à baleia. **A União**, Geral, João Pessoa, 01 de jun. 1982.
- COPESBRA fecha se pesca parar – Empresa espera que projeto proibindo caça à baleia não seja aprovado no Congresso, **A União**, João Pessoa, 31 de ago. 1985.
- COPESBRA já capturou seis baleias em apenas três dias. **A União**, João Pessoa, 05 de jul. 1981.

- COPESBRA vê fantasia em declaração de dirigente. **O Norte**, João Pessoa, 03 de set. 1985.
- COSTINHA três anos de paz para as baleias e um problema social à deriva. **A União**, João Pessoa, 23 de jul. 1987.
- CRIANÇAS apelam a Sarney e conseguem a lei que proíbe a matança de baleias no Brasil. **O Momento**, João Pessoa, 22 dez. 1985.
- CROSBY, A. W. **Imperialismos Ecológico: a Expansão Biológica da Europa (900-1900)**. Trad. José Augusto Ribeiro e Carlos Afonso Malferrari. São Paulo, Companhia das Letras, 2004.
- CUMMINGS, W. C. Right whales: *Eubalaena glacialis* (Muller, 1776) and *Eubalaena australis* (Desmoulins, 1822). **Handbook of Marine Mammals 3**. 1985.
- DEAN, W. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo, Companhia das Letras, 2004.
- DELEUZE, G. **Conversações**. Rio de Janeiro, Editora 34, 1992.
- DELGADO, L. A. N. **História Oral: memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte, Autêntica, 2006.
- DEPUTADO contra suspensão da pesca à baleia. **Correio da Paraíba**, 20 de ago. 1985.
- DEPUTADO quer proibição urgente de pesca da baleia. **O Globo**. Rio de Janeiro. 21 de mar. 1980.
- DEPUTADOS aprovam projeto que proíbe a caça às baleias. **O Norte**, João Pessoa, 05 de set. 1985.
- DIAS, C. B. **A pesca da baleia no Brasil Colonial: contratos e contratadores no Rio de janeiro do século XVII**. Dissertação de Mestrado. UFF, 2010.
- DIAS, R. **Gestão Ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. São Paulo, Atlas, 2006.
- DOCENTE estuda a baleia minke. **A União**. João Pessoa, 04 de dez. 1983.
- DOLIN, E. J. **Leviathan: The History of Whaling in American**. New York, W.W Norton & Company, 2007.
- DO VAL, V. **A Criação do Mundo e Outras Lendas da Amazônia**. São Paulo, Martins Fontes, 2008.
- DREW, D. **Processos interativos Homem-Meio Ambiente**. 4ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998.
- DUARTE FILHO, F. H. AGUIAR, J. O. História Ambiental e Atividade Baleeira na Paraíba: Algumas interrogações. In: **Natureza e Cultura nos Domínios de Clio: História, Meio Ambiente e Questões Étnicas**. Campina Grande, EDUFCG, 2012.

ECOLOGISTAS consideram uma conquista da Sociedade. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, Geral, 18 de dez. 1987.

ECÓLOGOS firmam protesto contra presidente por prorrogar caça à baleia. **O Norte**, João Pessoa, 20 de jan. 1981.

ECÓLOGOS protestam contra a caça à baleia. **O Norte**. Primeiro Caderno, João Pessoa, 05 de jul. 1981.

ELLIS, Myriam. **A baleia no Brasil Colonial**. São Paulo: Edusp/Melhoramentos, 1969.

ENTIDADE paulista protesta contra pesca da baleia em águas paraibanas, **O Norte**, João Pessoa, 28 de jul. 1985.

EXTINÇÃO da baleia vista como benéfica à natureza. **O Norte**, João Pessoa, 25 de fev. 1980.

FALSOS argumentos basearam liberação da pesca da baleia. **Diário de Pernambuco**, Recife, 15 de jan. 1981.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. 23ª ed. São Paulo, Graal, 2007.

GALHANO, F. A. P. **Petróleo e Gás na Bacia do Paraná**. Tese de Doutorado, USP, 2006.

GOVERNADOR visita pesca da baleia. **O Norte**, João pessoa, 27 de set. 1981.

GROCH, K. R. **Biologia Popupacional e Ecologia Comportamental da Baleia Franca Austral**, *Eubalaena australis* (Desmoulins, 1822), CETACEA, MYSTICETI, no litoral sul do Brasil. 168p. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

HENNIES, W. T. **Anotações sobre a História do Uso do Petróleo**. São Paulo, USP, 2006.

HETZEL, B. & LODI, L. **Baleias, Botos e Golfinhos – Guia de Identificação para o Brasil**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1993.

HOBSBAWN, E. **Era dos Extremos (1914-1991): o breve século XX**, São Paulo, Companhia da Letras, 1995.

HOJE tem vigília. **O Norte**, 04 de jul. 1981.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Vocabulário Básico de Recursos Naturais e Meio Ambiente**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível na internet: www.ibge.gov.br, Acesso em 05 jul. 2011.

INTERNATIONAL WHALING COMISSION (IWC) Disponível em: <http://www.iwcoffice.org/> - Acesso em 10 jan. 2011.

IWC - INTERNATIONAL CONVENTION FOR THE REGULATION OF WHALING. Washington, 2nd, December, 1946.

KIDDER, D. P. **Reminiscências de viagens e permanências pelo Brasil: províncias do Norte**. São Paulo, Edusp, 1980.

KISHIWADA, H. **A pesca da baleia no Brasil**. Tóquio, K. K. Nicherei, 2007.

LEFF, E. **Ecologia y capital: racionalidad ambiental, democracia participativa y desarrollo sustentable**. México, Siglo XXI, 1999.

_____. **Epistemologia ambiental**. 4ª ed. São Paulo, Cortez, 2006.

_____. **Saber ambiental**. Trad. Lúcia Mathilde Endlich Orth; 7ª ed. Petrópolis-RJ, Vozes, 2009.

LEVAI, L. F. & SOUZA, V. M.. **Memórias de Sangue: a história da caça à baleia no litoral paraibano**. Revista Brasileira de Direito Animal, Ano 4. Número 5. Salvador, Evolução, 2008.

LIMA e SILVA, *et al.* **Dicionário Brasileiro de Ciências Ambientais**. 2ª ed. Rio de Janeiro, Thex, 2002.

LISBOA, L. C. Baleia, um símbolo. **O Estado de São Paulo**. São Pulo, 9 de jun. 1980.

LOVELOCK, J. **Gaia: cura para um planeta doente**. São Paulo, Cultrix, 2006.

LUCENA, A. **A baleia minke nas águas oceânicas da Paraíba: biologia reprodutiva do estoque explotado comercialmente entre 1974-1985**. Dissertação de Mestrado. Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, UFPB, 1999.

MADRUGA, A. M. **A questão da baleia: da luta ecológica à exploração humana**. In: Cadernos de Estudos Regionais. O Porto de Cabedelo e a pesca da baleia – Série Monografia 2. João Pessoa, UFPB/NDIHR-CNPQ. Ano 3, nº 3, 1980.

MANUAL PARA ELABORAÇÃO E NORMATIZAÇÃO DE DISSERTAÇÃO/TESES. Org. **Elaine Baptista de Matos Paula et al.** – 3. ed. rev., Rio de Janeiro, SiBI, 2011, 102 p.

MARQUES, F. Poluição sonora pode prejudicar reprodução de baleia. **Ciência Hoje**, nº 184, jul. 2002.

MATTAR, R. N. **Pesquisa de marketing, metodologia, planejamento**. 5ª ed. São Paulo, Atlas, 1999.

MEIHY, J. C. S. B. **(Re) introduzindo a História Oral no Brasil**, São Paulo, Xamã, 1996.

MEIHY, J. C. S. B. & RIBEIRO, S. L. S. **Guia Prático de História Oral**. São Paulo, Loyola, 2011.

MELVILLE, H. (1851) **Moby Dick**. Tradução: Irene Hirsch & Alexandre Barbosa de Souza. São Paulo, Cosac Naify. 2008.

MENDONÇA, Fernando. O Massacre das baleias. **O Norte**, João Pessoa, 26 de out. 1984.

Ministério do Meio Ambiente (MMA). Livro vermelho da fauna brasileira ameaçada de extinção. Editores Angelo Barbosa Monteiro Machado, Gláucia Moreira Drummond, Adriano Pereira Paglia. Brasília, DF: MMA; Belo Horizonte, MG: Fundação Biodiversitas, 2008.

MONTENEGRO, A. T. **História Oral e Memória: a cultura popular revisitada**. 6ª ed. São Paulo, Contexto, 2007.

_____. **História, Metodologia, Memória**. São Paulo, Contexto, 2010.

MORIN, E. & KERN, A. B. **Terra-Pátria**. Porto Alegre, Sulina, 1995.

MORIN, E. **Para além da globalização e do desenvolvimento: sociedade mundo ou império mundo?** In, CARVALHO, Edgard de Assis; MENDONÇA, Terezinha. (Orgs.). Ensaio de complexidade 2. Porto Alegre, Sulina, 2003.

MORRIS, Desmond. **O Contrato Animal**. Trad. Lucia Simonini. Rio de Janeiro, Record, 1990.

NOSSO FUTURO COMUM. **Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. 2ª edição, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1991.

O FIM da pesca de baleias. **Jornal da Tarde**. São Paulo. 23 de jan. 1981.

OSLUND, K. **Protecting Fat mammals or Carnivorous Humans? Towards an Environmental History of Whales**. Historical Social Research. Vol. 29, nº 3, Germany, 2004.

PÁDUA, J. A. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888**. 2ª ed. Rio de Janeiro, Zahar, 2004.

PAIVA, F. **Desventuras de Moby Dick**. Diário do Nordeste, 01 de jul. 2010.

PARDINE, F. **Guerra em Alto Mar**. Página 22: Informação para o Novo Século. FGV, 2010. Disponível em: <http://pagina22.com.br/index.php/2010/03/guerra-em-alto-mar/>. Acesso em 22 jan. 2011.

PAULINO, T. J. D. C. **Análise microscópica de testículos e epitélio vaginal das baleias minke**. Relatório de Atividades, NEPREMAR-UFPB, 1980.

PB quer continuar caçando baleias. **Estado de São Paulo**, 07 de jul. 1985.

PESCA da baleia não será mais permitida no Brasil em dois anos. **O Estado de São Paulo**. São Paulo. 23 de jan. 1981.

PESCA da baleia no Brasil será definitivamente proibida em 83. **Correio do Povo**. Rio Grande do Sul. 24 de jan. 1981.

PESCA da baleia vai recomeçar. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 17 de jun. 1980.

- PONTING, C. **Uma história verde do mundo**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995.
- PRADO JÚNIOR, C. **História Econômica do Brasil**. 32ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- PRESSÃO pelas baleias. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro. 23 de jan. 1981.
- PROTESTO contra a pesca da baleia no SBPC. **Correio da Paraíba**, Economia, 16 de jul. de 1985.
- QUEIROZ, D. S. O inimigo das baleias “morto” pela segunda vez. **Correio Braziliense**. Brasília, 9 de mar. 1980.
- QUEM é Quem na economia Brasileira. **Visão**, Vision Inc., abril de 1978.
- RAMALHO diz que Burity tem culpa pela paralisação da caça à baleia. **A União**, João Pessoa, 01 de set. 1985.
- SACHS, I. **A Terceira Margem: à procura do ecodesenvolvimento**. Trad. Rosa Freire de Aguiar, São Paulo, Companhia das Letras, 2009.
- SALVADOR, F. V. **História do Brazil, 1500-1627**. 3ª Ed. revista por Capristano de Abreu e Rodolfo Garcia, São Paulo, Companhia Melhoramentos, s/n.
- SERRES, M. **O Contrato Natural**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1991.
- SOB protestos, caça à baleia recomeça hoje na Paraíba, **Folha de São Paulo**, 21 de jul. 1985.
- SILVA, F. O. **Conhecimento tradicional e etnoconservação de cetáceos em comunidades caiçaras do município de Cananéia, litoral sul de São Paulo**. Dissertação de Mestrado. USP. São Paulo, 2007.
- SINGARAJAH, K. V. Observations in the occurrence and behavior of minke whales off the coast of Brazil. **Scientific Reports of Whales Research Institute**, Tokyo, 35:17-38, 1984.
- SINGER, P. **Ética Prática**. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 1993.
- SINGER, P. **Libertação Animal**. Lugano, Porto Alegre, 2004.
- SOUSA, G. S. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587**. São Paulo, Nacional, 1971.
- SPIX e MARTIUS. **Viagem pelo Brasil 1818-1820**. v. 2. São Paulo, Edusp, 1981.
- SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA PESCA (SUDEPE), Plano Estadual de Pesca, 1980/1985, João Pessoa, 1978.
- THOMAS, K. **O Homem e o Mundo Natural – Mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)**. João Roberto Martins Filho (trad.). São Paulo, Companhia das Letras, 2001.
- THOMPSON, E. P. **Senhores e Caçadores**, São Paulo, Paz e Terra, 1997.

TIRANDO, do mar o que falta na terra. **Correio da Paraíba**. João Pessoa. Geral. 05 ago. 1980.

TODOS em silêncio: é hora de matar. **Realidade**, Editora Abril, out. 1967.

TOLEDO, G. A. C. **O homem e a baleia: aspectos históricos, biológicos, sociais e econômicos da caça na Paraíba**. Dissertação Mestrado, UFPB, João Pessoa, 2009.

TOLLENARE, L. F. de. **Notas Dominicais tomadas durante uma viagem em Portugal e no Brasil em 1816, 1817 e 1818**. Bahia, Livraria Progresso Editora, 1956.

TONNESSEN, J. N. & A. O. JOHNSEN. **The history of modern whaling**. Berkeley, University of California Press, 1982.

TRIGGIA, A. A. *et. al.* **Fundamentos de Engenharia de Petróleo**. José Eduardo Thomas (Org.). Rio de Janeiro, Interciência, 2001.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo, Atlas, 1987.

TRIVINOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1990.

WATSON, L. **Sea guide to whales of the world**. Londres, Hutchinson & Co. Ltda, 1981.

WHITEHEAD, H. Estimates of the current global population size and historical trajectory for sperm whales. **Marine Ecology Progress Series**, 2002, p.242:295-304.

VENTUROTTI, A., HASSEL, L. B., FERNANDES, T.. **Na rota das Baleias**. Revista Ciência Hoje. Disponível em <http://chc.cienciahoje.uol.com.br/revista/revista-chc-2001/118/na-rota-das-baleias>. Acesso em 10 de set. 2011.

VIOLA, E. **Sustentabilidade Ambiental e Globalização no Brasil na década de 1990**. In: 20º ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS (ANPOCS), Caxambu, MG, 1996.

YERGIN, D. **Petróleo: uma História de Ganância, Dinheiro e Poder**. São Paulo, Paz e Terra, 1992.

ANEXOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - PB
CENTRO DE TECNOLOGIA E RECURSOS NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
DOUTORADO EM RECURSOS NATURAIS



ROTEIRO DE ENTREVISTA 1.

ANEXO 1.

Apresentação

Como etapa de uma pesquisa voltada à elaboração de uma Tese de Doutorado junto à Universidade Federal de Campina Grande (**Memórias e História da atividade baleeira na Paraíba: projetos alternativos e trajetória econômica, social e ambiental do município de Lucena (1980-2000)**), estamos solicitando de V.S. responder este questionário de acordo com as instruções que se seguem.

Formulário para perfil:

1. Nome: _____ Idade _____ Sexo: M () F ()

2. Cidade onde nasceu: _____ Estado: _____

3. Município onde reside _____

4. Escolaridade _____

5. Profissão _____

6. Situação atual em relação ao Mercado de Trabalho:

a. Empreg. () b. Desempreg. () c. Aposentado () d. Outros ()

7. Em caso de estar na ativa, informar local onde trabalha atualmente:

Roteiro 1.

Entrevistas semi-estruturadas com ambientalistas, políticos e empresários:

1. O (a) senhor (a) lembra quando se iniciou sua experiência com a atividade baleeira na Paraíba?
2. A que se deveu, na época, seu envolvimento com a caça da baleia em Lucena? Quanto tempo durou?
3. O (a) senhor (a) poderia descrever um ou mais fatos que foram marcantes nesse período em que teve sua experiência com essa atividade?
4. O (a) senhor (a) assistiu ou presenciou alguma vez a chegada dos animais abatidos à plataforma da Copesbra? O que sentiu?
5. Como via a luta dos ambientalistas na luta para proibir a “pesca da baleia”?
6. O que o (a) senhor (a) acha que mudou em Lucena depois que a atividade baleeira foi proibida?
7. Acompanha, de alguma forma, os fatos e acontecimentos atuais sobre outros países que continuam caçando baleias? Pode emitir sua opinião sobre isso?
8. Na época em que se discutia sobre o possível fim da caça da baleia no Brasil, falavam em alternativas outras de trabalho e renda para a comunidade de Lucena que ficaria desempregada, essas alternativas foram implantadas? Se não, por quê? Se sim, quais?
9. Como vê a utilização de animais para divertimento de homens, mulheres e crianças em circos, arenas e zoológicos?
10. Na época da “pesca da baleia”, havia paralelamente o incentivo ao turismo em Lucena associado a essa atividade. Pode falar desse tipo de turismo?
11. Possui animal doméstico? Que animal?
12. Gostaria de acrescentar mais alguma coisa ao seu depoimento?

Obrigado.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - PB
CENTRO DE TECNOLOGIA E RECURSOS NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
DOUTORADO EM RECURSOS NATURAIS



ROTEIRO DE ENTREVISTA 2.

ANEXO 2.

Apresentação

Como etapa de uma pesquisa voltada à elaboração de uma Tese de Doutorado junto à Universidade Federal de Campina Grande (**Memórias e História da atividade baleeira na Paraíba: projetos alternativos e trajetória econômica, social e ambiental do município de Lucena (1980-2000)**), estamos solicitando de V.S. responder este questionário de acordo com as instruções que se seguem.

Formulário para perfil:

1. Nome: _____ Idade _____ Sexo: M () F ()

2. Cidade onde nasceu: _____ Estado: _____

3. Município onde reside _____

4. Escolaridade _____

5. Profissão _____

6. Situação atual em relação ao Mercado de Trabalho:

a. Empreg. () b. Desempreg. () c. Aposentado () d. Outros ()

7. Em caso de estar na ativa, informar local onde trabalha atualmente:

Roteiro 2.

Entrevistas semi-estruturadas com ex-trabalhadores baleeiros:

1. O (a) senhor (a) poderia falar um pouco sobre sua trajetória de vida?
2. O (a) senhor (a) lembra quando se iniciou sua experiência com a atividade baleeira na Paraíba?
3. A que se deveu, na época, seu envolvimento com a caça da baleia em Lucena e quanto tempo durou?
4. Em que setor da atividade baleeira o (a) senhor (a) trabalhava? Qual seu horário de trabalho?
5. No período em que a “pesca da baleia” era suspensa (de janeiro a junho) o que o senhor fazia para sustentar a si a sua família?
5. O (a) senhor (a) poderia descrever um ou mais fatos que foram marcantes nesse período em que teve sua experiência na atividade baleeira?
6. O (a) senhor (a) assistiu ou presenciou alguma vez a chegada dos animais abatidos à plataforma da Copesbra? O que sentiu?
7. Como via a luta dos ambientalistas na luta para proibir a “pesca da baleia”?
8. O que o (a) senhor (a) acha que mudou em Lucena/Costinha depois que a atividade baleeira foi proibida?
9. Acompanha, de alguma forma, os fatos e acontecimentos atuais sobre outros países que continuam caçando baleias? Pode emitir sua opinião sobre isso?
10. Na época em que se discutia sobre o possível fim da caça da baleia no Brasil, falavam em alternativas de trabalho e renda para a comunidade de Lucena que ficaria desempregada, essas alternativas foram implantadas? Se não, por quê? Se sim, quais?
11. Na época em que a Copesbra funcionava, comentam que havia a chegada de muitos turistas em Lucena para assistir à “pesca da baleia”. O (a) senhor (a) pode falar como a cidade ficava em dia de “pesca da baleia”?

12. Como vê a utilização de animais para divertimento de homens, mulheres e crianças em circos, arenas e zoológicos?
13. Depois que a “pesca da baleia” foi proibida, onde o (a) senhor (a) trabalhou? Sua vida melhorou ou piorou de lá para cá? Por quê?
14. O (a) senhor (a) possui animal doméstico? Que animal? O que acha das pessoas criarem animais domésticos?
15. Gostaria de acrescentar mais alguma coisa ao seu depoimento?

Obrigado.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - PB
CENTRO DE TECNOLOGIA E RECURSOS NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
DOUTORADO EM RECURSOS NATURAIS



ROTEIRO DE ENTREVISTA - 3

ANEXO 3.

Apresentação

Como etapa de uma pesquisa voltada à elaboração de uma Tese de Doutorado junto à Universidade Federal de Campina Grande (**Memórias e História da atividade baleeira na Paraíba: projetos alternativos e trajetória econômica, social e ambiental do município de Lucena (1980-2000)**), estamos solicitando de V.S. responder este questionário de acordo com as instruções que se seguem.

Formulário para perfil:

1. Nome: _____ Idade _____ Sexo: M () F ()

2. Cidade onde nasceu: _____ Estado: _____

3. Município onde reside _____

4. Escolaridade _____

5. Profissão _____

6. Situação atual em relação ao Mercado de Trabalho:

a. Empreg. () b. Desempreg. () c. Aposentado () d. Outros ()

7. Em caso de estar na ativa, informar local onde trabalha atualmente:

Roteiro 3.

Entrevistas semi-estruturadas com ex-trabalhadores baleeiros:

1. A senhora se recorda de aspectos de sua infância associados à “pesca da baleia”? Pode narrar algumas dessas lembranças?
2. Seu pai trabalhou por mais de duas décadas na Companhia de Pesca Norte do Brasil, quais as lembranças que a senhora tem dessa época?
3. Quais os horários de trabalho do seu pai? A remuneração recebida por ele era suficiente para as necessidades da família?
4. No período em que a “pesca da baleia” era suspensa (de janeiro a junho) o que o seu pai fazia para sustentar a família?
5. A senhora poderia descrever um ou mais fatos que foram marcantes nesse período de sua infância/adolescência com a “pesca da baleia”?
6. A senhora assistiu ou presenciou alguma vez a chegada dos animais abatidos à plataforma da Copesbra? Lembra o que sentiu?
7. Como via, na época, a luta dos ambientalistas para proibir a “pesca da baleia”? Qual é sua opinião hoje sobre os países que ainda praticam essa atividade?
8. O que a senhora acha que mudou em Lucena/Costinha depois que a atividade baleeira foi proibida?
9. Na época em que se discutia sobre o possível fim da caça da baleia no Brasil, falavam em alternativas outras de trabalho e renda para a comunidade de Lucena que ficaria desempregada, essas alternativas foram implantadas? Soube de investimentos feitos pelo Governo ou por outras entidades para tentar melhorar as condições de vida da população que vivia da “pesca da baleia”? Se sim, quais?
10. Na época da “pesca da baleia”, havia a chegada de muitos turistas em Lucena para assistir à pesca da baleia. A senhora tem lembranças desse período? Pode falar como a cidade ficava em dia de “pesca da baleia”?
11. Como a senhora vê a utilização de animais para divertimento de homens, mulheres e crianças em circos, arenas e zoológicos?

12. Depois que a “pesca da baleia” foi proibida, como ficou sua família? As condições de vida da família melhoraram ou pioraram de lá para cá? Por quê?
13. A senhora possui animal doméstico? Que animal? O que acha das pessoas criarem animais domésticos?
14. Gostaria de acrescentar mais alguma coisa ao seu depoimento?

Obrigado.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - PB
CENTRO DE TECNOLOGIA E RECURSOS NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
DOUTORADO EM RECURSOS NATURAIS
ROTEIRO DE ENTREVISTA – 4



ANEXO 4.

Apresentação

Como etapa de uma pesquisa voltada à elaboração de uma Tese de Doutorado junto à Universidade Federal de Campina Grande (**Memórias e História da atividade baleeira na Paraíba: projetos alternativos e trajetória econômica, social e ambiental do município de Lucena (1980-2000)**), estamos solicitando de V.S. responder este questionário de acordo com as instruções que se seguem.

Formulário para perfil:

1. Nome: _____ Idade _____ Sexo: **M** () **F** ()

2. Cidade onde nasceu: _____ Estado: _____

3. Município onde reside _____

4. Escolaridade _____

5. Profissão _____

6. Situação atual em relação ao Mercado de Trabalho:

a. Empreg. () b. Desempreg. () c. Aposentado () d. Outros ()

7. Em caso de estar na ativa, informar local onde trabalha atualmente:

Roteiro 4.

Entrevistas semi-estruturadas com ex-trabalhadores baleeiros:

1. A senhora se recorda de como e quando começou sua relação com a fabricação e a venda de artesanato com derivados de baleia? Pode narrar algumas dessas lembranças?
2. A Senhora trabalhou quanto tempo nessa atividade? quais as lembranças que a senhora tem dessa época?
3. De quais partes da baleia eram confeccionadas as peças de artesanato? Como conseguia a matéria-prima? A quem era vendido o artesanato produzido? A senhora trabalhava sozinha? O que ganhava era suficiente para as necessidades da sua família?
4. No período em que a “pesca da baleia” era suspensa (de janeiro a junho) o que o que a senhora fazia para sustentar a família?
5. A senhora poderia descrever um ou mais fatos que foram marcantes nesse período em que trabalhou com artesanato de baleia?
6. A senhora assistiu ou presenciou alguma vez a chegada dos animais abatidos à plataforma da Copesbra? Lembra o que sentiu?
7. Qual é sua opinião sobre o fim da “pesca da baleia”?
8. O que a senhora acha que mudou em Lucena/Costinha depois que a atividade baleeira foi proibida?
9. Na época em que se discutia sobre o possível fim da caça da baleia no Brasil, falavam em alternativas outras de trabalho e renda para a comunidade de Lucena que ficaria desempregada. No seu entendimento, essas alternativas foram implantadas? Soube de investimentos feitos pelo Governo ou por outras entidades para tentar melhorar as condições de vida da população que vivia da “pesca da baleia”? Se sim, quais?
10. Na época da “pesca da baleia”, havia a chegada de muitos turistas em Lucena para assistir à pesca da baleia. A senhora tem lembranças desse período? Pode falar como a cidade ficava em dia de “pesca da baleia”?
11. Como a senhora vê a utilização de animais para divertimento de homens, mulheres e crianças em circos, arenas e zoológicos?

12. Depois que a “pesca da baleia” foi proibida, como ficou sua família? As condições de vida da família melhoraram ou pioraram de lá para cá? Por quê?
13. A senhora possui animal doméstico? Que animal? O que acha das pessoas criarem animais domésticos?
14. Gostaria de acrescentar mais alguma coisa ao seu depoimento?

Obrigado.



CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS DE DEPOIMENTO ORAL

ANEXO 5.

Pelo presente documento: _____,

RG: _____ emitido pelo(a): _____,

domiciliado/residente: _____

declaro ceder ao Pesquisador ligado à Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Francisco Henrique Duarte Filho, CPF: 907.042.827-04 RG: 076.000.44-7, emitido pela SEPC/RJ, domiciliado/residente a Rua Bahia, nº 306, Bairro da Liberdade, Campina Grande, PB, CEP, 58.414-090, sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei ao pesquisador/entrevistador aqui referido, na cidade de _____, Estado _____, em ____/____/____, como subsídio à construção de sua tese de doutorado do Curso de Pós-graduação da Universidade Federal de Campina Grande. O pesquisador acima citado fica conseqüentemente autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins acadêmicos e culturais, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a única ressalva de garantia da integridade de seu conteúdo e identificação de fonte e autor.

Local e Data:

_____, _____ de _____ de _____

(assinatura do entrevistado/depoente)

c/cópia para o entrevistado.

ANEXO 6.

Sua cor, forma e tamanho variam de conformidade com a espécie, porém guardam características peculiares de beleza e originalidade. Os dentes formam objetos singulares, como os ossos. Outra pedida para o visitante: a foto junto ao animal.

Em arquiabancadas especialmente preparadas, o turista participa de um espetáculo realmente impressionante: sobre a plataforma ensanguentada, desenvolve-se um ritual coreográfico de linhas e gestos simetricamente coordenados e ritmados pela destreza dos homens que, em poucos minutos, repartem o gigante mamífero para trans-formá-lo em charque, farinha, óleo e outros produtos.

A temporada da pesca da baleia tem abertura festiva, organizada pela Secretaria da Divulgação e Turismo do Estado da Paraíba, com o apoio inestimável da COPEBRA, e outros órgãos.

Na verdade, há 50 anos caça-se baleia na Paraíba. Somente há dois anos, apesar disso, é que o corte se transformou em atração turística. Com enorme interesse, digase de passagem.



IRRESISTÍVEL

CAFE SÃO BRAZ

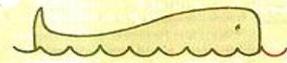
Como Chegar à Pesca da Baleia

A PLANETUR tem excursões diárias, saindo da porta do seu hotel, ou informe-se diretamente pelo telefone 5109



Vitamilho instantâneo
FAZ TUDO MELHOR

PESCA DA BALEIA



seu agente de viagem:



NAS 200 MILÉIAS

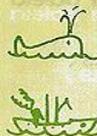
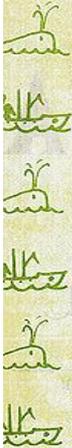
Durante cinco meses — julho a dezembro — realiza-se, no litoral paraibano, um acontecimento inédito: a pesca da baleia.

As baleias, assim como os turistas, viajam muito. Depois de se alimentarem nos mares frios — onde se alimentam de pequenos peixes e camarões, além de plantas — vêm para as águas quentes. Para veranear ou namorar, ou para morrer! Como sucede quando chegam às costas paraibanas, que preferem, talvez pela própria atração da estuabilidade.

Há vários tipos de baleia: a azul, raríssima, quase em extinção. Chega a pesar 150 mil quilos e a medir 33 metros. É o maior animal do mundo. Seu coração tem um metro de comprimento e um metro de largura, pesando até 600 quilos. É capaz de arrastar um barco.

A baleia preta tem 18 metros e dezenas de toneladas de peso. Come diariamente umas dez toneladas de plancto. Era abundante no século passado, nos mares frios do norte e do sul. Hoje, já se tomou escassa.

A casolote mede 13 a 18 metros e pesa de 16 a 20 toneladas. É a única espécie de baleia que tem dentes. As outras têm barbatanas, tipo de tira feita de uma matéria parecido com osso, presa no céu da boca, que funcionam como peneiras. Vivem em bandos, formados por um macho e várias fêmeas. Nos grupos maiores, os machos disputam as fêmeas, ou a liderança, em luta interessantíssima.



As Minks são as menores baleias que aparecem aqui na Paraíba. Medem de 8 a 9 metros e podem pesar de 15 a 25 toneladas. Sua carne é considerada de ótima qualidade, já concorrendo com a do boi.

Em Costinha, onde fica localizada a COPEBRA — Companhia de Pesca do Norte do Brasil — parte todas as madrugada o "Seiôo Maru", equipado com moderno sistema de artilharia.

Antes do sol nascer, o baleeiro se põe ao mar. Ele possui características próprias: proa alta, onde está instalado o canhão; em sua boca, há um arpão, munido de ponta ligada a uma bola de ferro fundido, que se introduz na baleia, quando disparado pelo arpoador; no mastro do baleeiro, vê-se uma gávea, de onde o mestre avista as baleias e orienta o artilheiro para que acerte perfeitamente o alvo.

Nas laterais do baleeiro, existem dez orifícios, por onde os mamíferos são amarrados, quando o barco vem se dirigindo para a fábrica. O canhão empregado é de um tipo todo especial.

Antes, lá fora, em alto-mar, travou-se a luta entre o homem e seu armamento: o arpão, contra o animal, que será vencido.

Mortalmente ferida pelo tiro certeiro do arpoador, a baleia mergulha várias vezes, colorindo com sangue o verde do mar. Um canto triste, sons melancólicos dominam o cenário da luta. São os últimos instantes do cetáceo. Morto, ele é rebocado, depois de ter seus pulmões inflados de ar, para que flutue, deixando bem visíveis as barbatanas. Ao cair da noite, rebocando quase sempre diversas baleias, a tripulação do Seiôo Maru dá por encerrada a sua missão.



O IMPÉRIO DA MINK

Os produtos industrializados pela COPEBRA são os seguintes: óleo de baleia, óleo sulfonado, carne de charque, camarão, farinha de osso, adubo, barbatana, carne verde, carne congelada e fígado do mamífero. Não se aproveita o sangue derramado no mar e no tablado do corte. Com excesso das barbatanas — que são exportadas para a França, onde se transformam em armário para "soutiens", botões e adorno fino — o mercado interno consome todos os produtos da baleia.

Por se constituir em fato inédito, a pesca da baleia, ou melhor, sua chegada e corte, se convertem rapidamente em atração turística paraibana.

Do trapiche junto ao Porto de Cabedelo, modernos barcos, em apenas nove minutos, transportam os turistas para Costinha. Quase sempre há um seresteiro, para dar um toque poético à travessia. É uma praia bonita e acolhedora. Tem uma livraria, dezenas de casas modestas, um cinema, campo de futebol, milhares de coqueiros, o trapiche, a fábrica e lojas para turistas. Durante a temporada de caça à baleia, para Costinha convergem as atenções dos visitantes que vêm ao Nordeste e chegam até João Pessoa.

Dois restaurantes típicos — Mink e Moly Dick — oferecem cardápio variado, à base de carne de baleia; filé, churrasco, charque, sempre acompanhados de molho com especial sabor. Ao lado dos restaurantes, há apresentações permanentes de danças folclóricas. Seja qual for o tipo de baleia capturada, "souvenirs".

